

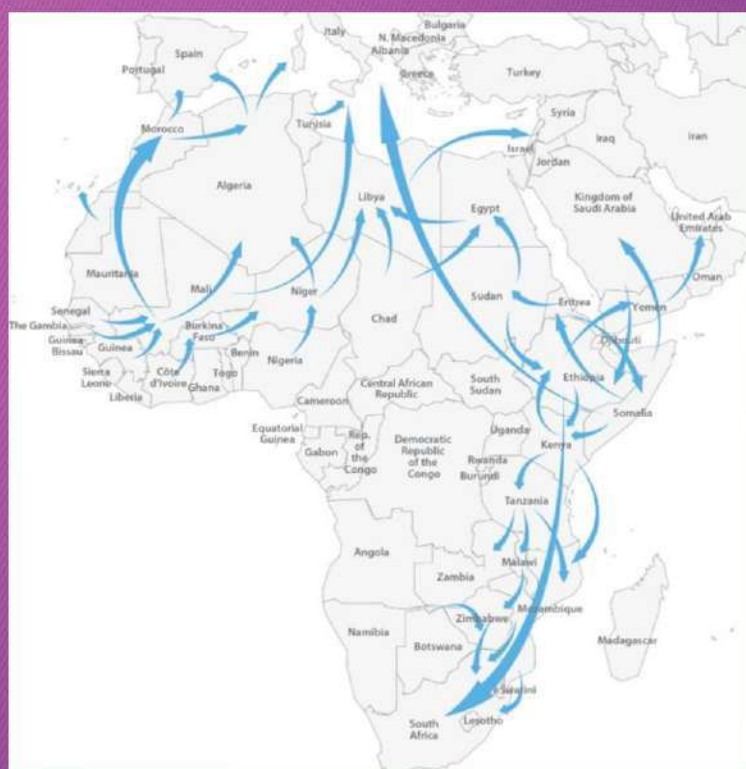
Boletim GeoÁfrica

**Vol. 3. Número 10
Abril-Junho 2024**



Dossiê

A África subsaariana no sistema migratório mundial



10



SOBRE A REVISTA

O *Boletim GeoÁfrica* é uma publicação trimestral, em formato digital, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ligada ao Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana (GeoÁfrica). O *Boletim* publica contribuições científicas (de todas as áreas do conhecimento) em português, inglês, francês e espanhol revisadas por pares e agrupadas em dossiês temáticos, assim como entrevistas com especialistas, divulgação de teses e dissertações recentemente defendidas, e resenhas de livros recém-publicados. Abre, também, a possibilidade de publicação de textos de cunho mais jornalístico, assim como comentários livres sobre imagens, exposição de fotografias artísticas, receitas culinárias, escritos literários, desenhos e ilustrações, resenhas e recursos musicais e audiovisuais. As contribuições almejam todas divulgar conhecimento e notícias sobre realidades contemporâneas da África subsaariana.



Contato

GeoÁfrica/Programa de Pós-Graduação em Geografia - Sala I 28
Instituto de Geociências
Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Av. Athos da Silveira Ramos nº274
Cidade Universitária, Ilha do Fundão
CEP 21941-916



Editor Chefe

Frédéric Monié – UFRJ - Brasil

Comissão editorial

Antonio Gomes de Jesus Neto – USP - Brasil
Hagira Naide Gelo Machute – UPM – Moçambique
José Júlio Júnior Guambe – UPM – Moçambique
Luana Alves Lessa – UFRJ – Brasil
Mussá Abdul Remane – UPM – Moçambique
Nelson Cortes Pacheco Junior – UNICAMP – Brasil

Conselho Consultivo

Alice Freia (Universidade Rovuma, Moçambique)
Albino Eusebio (Universidade Licungo, Beira, Moçambique)
Aziz Abdul Sodoré (Université Joseph Ki-Zerbo, Ouagadougou, Burkina Fasso)
Catia Antonia da Silva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)
Colin Darch (University of Cape Town, South Africa)
Damião Ginga (Academia Diplomática Venâncio de Moura, Luanda, Angola)
Elmer Agostinho C. de Matos (Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique)
Gilberto Oliveira (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
Gustavo Sobrinho Dgedge (Universidade Pedagógica, Maputo, Moçambique)
Inês Macamo Raimundo (Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique)
Joaquim Miranda Maloa (Universidade Rovuma, Moçambique)
José Julião da Silva (Universidade Pedagógica, Maputo, Moçambique)
João Lima (Universidade Licungo, Moçambique)
Lamine Savané (Université de Ségou, Mali)

Liazzat Bonate (University of the West Indies, St. Augustine, Trinidad and Tobago)
Mônica Arroyo (Universidade de São Paulo, Brasil)
Mônica Lima (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
Nazir Can (Universitat Autònoma de Barcelona / Serra Hünter Programme)
Raimundo Mulhaise (Universidade de Licungo, Moçambique)
Ringo Benjamin Victor (Universidade Púnguè, Tete, Moçambique)
Rogers Hansine (Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique)
Rosemberg Ferracini (Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba)
Rui Jacinto (Universidade de Coimbra, Portugal)
Stéphanie Lima (Université Toulouse Jean Jaurès, France)
Tatiana Reis (Universidade Estadual do Maranhão, Brasil)
Vanito Viriato Marcelino Frei (Universidade Rovuma, Moçambique)
Vivian Santos da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Comitê Científico Júnior

Emanuel Rungo (Universidade Pedagógica, Maputo)
Gabrielle Moura (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Gustavo Moreira (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Leticia Pimentel (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Maíra Ludwig (Universidade Federal do Rio de Janeiro)



Volume 3, Número 10, abr. – jun. de 2024

Capa desta edição
Frédéric Monié

Imagem da capa: Africa Center for Strategic Studies

Organizador do Dossiê Temático
Frédéric Monié

Equipe técnica / Diagramação
Antonio Gomes de Jesus Neto; Frédéric Monié; Gustavo Moreira;
Nelson Cortes Pacheco Junior

Pareceristas *Ad Hoc* desta edição
Frédéric Monié – UFRJ – Brasil
Mussá Abdul Remane – UPM – Moçambique
Nelson Cortes Pacheco Junior – PPGGeo/UNICAMP -Brasil

Boletim GeoÁfrica/Programa de Pós-graduação em Geografia,
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil –
Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África
Subsaariana - Vol.3, nº10 (2024)

Disponível online: <https://revistas.ufrj.br/index.php/bg>
Trimestral. ISSN: 2764-5851

Palavras-chave. 1. África subsaariana; 2. Migrações; 3. Deslocados; 4.
Refugiados; 5. Políticas migratórias; 6. Migrações forçadas



Boletim GeoÁfrica
Volume 3, Número 10, abr. – jun. de 2024

SUMÁRIO



Editorial. *A África subsaariana no sistema migratório mundial*
Por Frédéric Monié

DOSSIÊ TEMÁTICO:
A ÁFRICA SUBSAARIANA NO SISTEMA MIGRATÓRIO MUNDIAL

Dossiê temático: Entrevistas

Migrantes qualificados da África subsaariana: entre permanências e mutações. Entrevista do Professor Kevin Bary
Entrevistador: Frédéric Monié

Migrants qualifiés d'Afrique subsaharienne : entre permanences et mutations. Entretien avec Kévin Mary
Intervieweur: Frédéric Monié

Os desafios da gestão dos “deslocados do terrorismo” no Norte de Moçambique. Entrevista do pesquisador Ivanilson Tomás António
Entrevistador: Joaquim Miranda Maloa

O Quilombo na perspectiva espaço-temporal: passado e presente entre África e Brasil. Entrevista da professora Deborah da Costa Fontenelle
Entrevistador: Frédéric Monié



Dossiê temático: Artigos

O urbano em Moçambique a partir de um olhar sobre as migrações

Carlos Tristão Gonçalves Trindade

Vulnerabilidade dos migrantes irregulares da África Subsaariana na sua travessia pelo Mediterrâneo em busca de um futuro melhor na Europa

Sádia Banú Sultuane Jethá

VARIA

História e Geografia: algumas possibilidades de ensino sobre história da África.

Ingrid Silva de Oliveira Leite; Rogéria Cristina Alves

Urbanização como fator dinamizador dos riscos socioambientais em Morrumbene (Moçambique)

Nogar Tomás Boca

ATUALIDADES: ÁFRICAS EM MOVIMENTO(S)

Dinâmicas recentes da pirataria marítima no Chifre da África e no Golfo da Guiné. Entrevista Vanessa Bandera.

Entrevistadora: Luana Lessa (PPGG/UFRJ)

HOMENAGEM - Manuel G. M de Araújo e a construção da geografia urbana de Moçambique.

Joaquim Miranda Maloa

ÁFRICAS NA PÓS-GRADUAÇÃO

Entrevista de Mariana de Oliveira Moreira

EXPERIÊNCIAS CULTURAIS...

Ensaio fotográfico de Adiodado Gomes

RESENHAS

Afro-Paulistanos do século XXI sob as lentes documentais audiovisuais

Antonio Gomes de Jesus Neto

GeoÁfrica divulga....



Boletim GeoÁfrica

Volume 3, Número 10, abril - junho de 2024

EDITORIAL. A ÁFRICA SUBSAARIANA NO SISTEMA MIGRATÓRIO MUNDIAL



Por Frédéric Monié

1

Frédéric Monié

Departamento de Geografia e Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), Universidade Federal do Rio de Janeiro
Coordenador GeoÁfrica
orcid.org/0000-0002-8738-3301
Contato. fredericmonie@igeo.ufrj.br

Como citar

MONIÉ, Frédéric. Editorial. A África subsaariana no sistema migratório mundial. **Boletim GeoÁfrica**, v. 3, n. 10, p.1-9, abr.-jun. 2024



EDITORIAL. A ÁFRICA SUBSAARIANA NO SISTEMA MIGRATÓRIO MUNDIAL

2

O dossiê temático do decimo primeiro número do *Boletim GeoÁfrica*, organizado por Frédéric Monié, é dedicado “A África Subsaariana no sistema migratório mundial”. Berço da Humanidade, o continente africano foi, primeiramente, o palco de migrações dentro de seus limites geofísicos, antes de constituir o ponto de partida da expansão do ser humano em direção ao resto do Planeta, entre 2 milhões e menos 600.000 anos. Em seguida, diferentes ondas de homínídeos colonizaram progressivamente os diferentes continentes onde adquiriram características físicas, culturais etc. cada vez mais diferenciadas. A grande migração bantu se estendeu, do seu lado, ao longo de três milênios, transformando profundamente o povoamento e as formas de organização das sociedades em diversas regiões da África central, oriental e austral. Por sua parte, os tratos negreiros desenharam três grandes eixos de migrações forçadas: através do deserto do Saara, do Oceano Índico e do “Atlântico negro” (Paul Gilroy). A tragédia do negócio e da escravização de milhões de Africanos teve, também, impactos sobre a distribuição regional/local das populações com a multiplicação de espaços-refúgio onde grupos humanos tradicionalmente vítimas dos tratos escravistas encontravam uma segurança relativa. As migrações, internas ao continente africano ou extracontinentais, constituem, portanto, um fenômeno historicamente relevante, com impactos demográficos, econômicos, políticos e espaciais significativos em diversas escalas.

Na atualidade, a problemática das migrações humanas adquire, por várias razões, uma complexidade cada vez maior em escala nacional. As migrações entre espaços rurais e cidades constituíram um processo maior da redistribuição das populações de todos os continentes habitados ao longo do século XX. Hoje, é na África que o ritmo da urbanização é o mais acelerado, sob o duplo efeito do êxodo rural e do crescimento vegetativo das aglomerações urbanas. Após décadas marcadas pela metropolização do povoamento urbano, as cidades médias e pequenas constituem polos de atração maiores para migrantes oriundos do campo. A mobilidade permanente entre espaços rurais e urbanos representa outro fenômeno complexo e relevante em muitos países



africanos que ilustra a capacidade de adaptação das populações aos recursos ofertados sazonalmente por espaços diferenciados. Por sua parte, os investimentos de grande porte em setores extrativistas durante o super ciclo das *commodities* dos anos 2000 deu, também, origem a importantes fluxos migratórios em direção a sítios de extração de minério, petróleo e gás natural, frequentemente apresentados como novos “eldorados” promissores em termos de geração de emprego e renda.

Na escala do continente africano, os movimentos humanos internacionais também se intensificam. África do sul, Gabão, Guiné Equatorial, Costa do Marfim ou as ilhas Seicheles constituem hoje importantes polos de atração de migrantes econômicos¹. No entanto, são os fluxos de refugiados que são atualmente os mais expressivos em decorrência da permanência ou da eclosão de conflitos armados que vitimam prioritariamente as populações civis, com destaque para o Sahel, a África central e do Nordeste. Por seu lado, República Democrática do Congo (R.D.C.), Etiópia, Chade, Ruanda, Tanzânia, Uganda, Quênia etc. abrigam grandes contingentes de refugiados oriundos em sua maioria de países vizinhos. Esses refugiados são frequentemente alocados em campos localizados em regiões fronteiriças, para desestimular a integração nas sociedades locais. Seu controle pelos Estados revela-se um desafio geopolítico quando as guerras civis e o terrorismo adquirem uma dimensão transnacional, conforme o ilustra o caso das províncias orientais da R.D.C. Os campos são frequentemente administrados por agências internacionais e ONGs globais que fornecem ajuda humanitária e instalam equipamentos de uso coletivo (escolas, postos de saúde) e se transformam em atores maior da gestão das periferias do território nacional. Vale ressaltar que alguns desses campos de refugiados, como Dabaab no Quênia, apresentam atributos que costumam definir aglomerações urbanas: densidade demográfica, comércios, bancos, redes técnicas, serviços, equipamentos coletivos, aparato de segurança etc.

Outro aspecto relevante da questão migratória reside nas suas representações e consequências sociopolíticas nas regiões e países de destino. Uma geopolítica discursiva particularmente agressiva situa, com efeito, a diáspora africana mundial e os migrantes contemporâneos no coração de um processo de destruição das nações e civilizações onde residem. As narrativas anti-imigração estão na origem de movimentos e políticas xenófobas que podemos

¹ A distinção entre migrante econômico e refugiado tende a se tornar, como no resto do mundo, cada vez mais tênue.



observar em quase todos os países de trânsito ou polarizando fluxos migratórios, dentro ou fora da África subsaariana. Na Europa e nos Estados Unidos, a “teoria da grande substituição” encontra, por exemplo, um eco crescente na esfera política e na sociedade. No entanto, os Africanos – do Norte e dos países subsaarianos – representam cerca de 17% da população mundial, mais somente 14% dos migrantes. Apenas 10 milhões de subsaarianos vivem atualmente na Europa, região do mundo que abriga aproximadamente 750 milhões de habitantes! Por sua parte, a proporção de Africanos residindo fora do seu país é relativamente estável desde o início dos anos 1990: 2 a 3% do total.

Mas, a problemática migratória não deve ser exclusivamente representada em termos negativos. A potência dos migrantes contribuiu para o desenvolvimento de metrópoles que figuram entre as mais prosperas fora e dentro do continente africano. A urbanização é um fator chave da modernização e da diversificação das economias regionais e nacionais, mas também da adoção de novos códigos e valores sociais funcionando como vetores de emancipação do indivíduo. Além disso, as novas tecnologias integram cada vez mais o “capital migrante” para construir itinerários migratórios e formas de inserção no espaço urbano, incluindo os circuitos formais e informais do mercado trabalho.

Outro efeito das migrações nacionais e internacionais, reside nas receitas significativas geradas pelas remessas financeiras da diáspora para algumas regiões e alguns países africanos. Um desafio maior consiste, nesse caso, em drenar essas remessas até promotores locais de políticas de desenvolvimento territorial e de iniciativas sociais e/ou ecologicamente sustentáveis. Por isso, a diáspora histórica, fruto de migrações forçadas do passado (cerca de 100 milhões de afro-brasileiros, 50 de afro-americanos, 20 de afro-caribenhos) e as dezenas de milhões de “migrantes econômicos” e refugiados políticos espalhados pelo Mundo constituem, segundo a União Africana, a sexta região do continente africano cujo papel como vetor de desenvolvimento é considerado cada vez mais relevante (turismo diaspórico, comércio, investimentos produtivos, cooperação científica etc.).

Enfim, movimentos de curto ou longo alcance espacial estruturam redes comerciais transnacionais que desenham os contornos de novas unidades espaciais: regiões transfronteiriças sustentadas pelas trocas internacionais (Nigéria, Gabão, Sul de Moçambique, Bacia do Lago



Chade, conurbação em formação entre Lagos e Accra etc.) e redes de alcance global (mourides senegaleses, importadores de produtos chineses etc.).

A inserção da África no sistema migratório mundial revela-se, portanto, instigante e complexa, conforme confirmam os artigos e as entrevistas publicadas no nosso dossiê temático.



Na entrevista (publicada em francês e português) intitulada *Migrantes qualificados da África subsaariana: entre permanências e mutações* que abre esse dossiê o professor Kévin Mary da Universidade francesa de Perpignan destaca a relevância das migrações estudantis, que constituíram o objeto de sua tese de doutorado e de projetos de pesquisa posteriores. Ele destaca, por exemplo, como a teoria do *brain drain*, enquanto fenômeno nefasto para os países de origem, perdeu recentemente parte de sua pertinência diante da consolidação de redes migratórias que promovem a circulação de ideias, conhecimento, capital ou valores suscetíveis de estimular o desenvolvimento. No entanto, essas migrações estudantis enfrentam cada vez mais obstáculos, em consequência das políticas seletivas dos países que acolhem os maiores contingentes de estudantes africanos (França, Reino Unido, Estados Unidos etc.). Ou seja, o problema maior não é mais a mobilidade “dos cérebros”, mas as restrições impostas a essa mobilidade. O pesquisador aponta, também, como metrópoles africanas (Joanesburgo, Dacar, Nairobi etc.) se tornaram polos de atração para estudantes do continente. Kevin Mary evidencia, enfim, a complexidade das interações entre migrantes qualificados e não qualificados, a partir do estudo dos Malinenses nos Estados Unidos e no Canadá. Apesar de uma inserção socioespacial diferenciada nas sociedades locais, estudantes universitários e trabalhadores sem qualificação mantém, em determinadas circunstâncias, laços de solidariedade.

No artigo *Crescimento urbano em Moçambique: um olhar sobre população e migrações. O caso de Maputo e territórios adjacentes*, o professor Carlos Trindade estuda as “migrações econômicas” e os movimentos de população provocados por conflitos, desastres “naturais” ou grandes projetos extrativistas. O autor analisa os desafios enfrentados pela cidade de Maputo diante dos fluxos migratórios das últimas décadas. A incapacidade do circuito superior da economia urbana e de seu mercado de trabalho formal de atender a demanda crescente por



empregos é, em particular, ressaltada. Mas, a problemática da resiliência da capital moçambicana é também questionada em termos de gestão de uso do solo e de enfrentamento dos desafios ambientais.

Por sua parte Sádía Banú Sultuane Jethá propõe uma análise da *Vulnerabilidade dos migrantes irregulares da África subsaariana na sua travessia pelo Mediterrâneo em busca de um futuro melhor na Europa* destacando os motivos que levam os jovens a se exilar e seus perfis etários, sociais, culturais etc. A pesquisadora elabora também uma cartografia dos fluxos migratórios através do deserto do Saara e, em seguida, pelo Mediterrâneo a partir de diversos portos norte-africanos em particular localizados no Marrocos, na Tunísia e na Líbia.

6

Dois entrevistas complementam o dossiê temático sobre a problemática migratória. Em primeiro lugar, Ivanilson Tomás António entrevistado pelo professor Joaquim Maloa analisa o fenômeno dos deslocamentos de população provocados pela insurgência armada do grupo *Al-shabab* na província moçambicana de Cabo Delgado. O pesquisador apresenta, mais especificamente, os desafios enfrentados na gestão de um centro de reassentamento de deslocados instalado na cidade de Malica (Niassa), onde a escassez relativa de recursos financeiros se traduz por condições precárias de sobrevivência das famílias ali alocadas. A ação das autoridades é prejudicada pela ausência de um estatuto jurídico para os deslocados, diferentemente dos refugiados que se beneficiam de um quadro jurídico estabelecido por uma Lei de 1991.

Em seguida, na entrevista intitulada *O Quilombo na perspectiva espaço-temporal: passado e presente entre África e Brasil* a professora Deborah da Costa Fontenelle propõe o resultado de suas reflexões sobre a geohistória e a atualidade de comunidades quilombolas do Rio de Janeiro e do Brasil. A pesquisadora defende a ideia segundo a qual

“Os quilombos são, essencialmente, espaços onde se busca a liberdade. Neste sentido, podemos, sim, pensá-los como uma forma de territorialização fruto da migração forçada entre a África e o Brasil. Todavia, não considero o segundo movimento, “entre territórios de escravização e de libertação”, como uma migração forçada. Ao invés, vejo o quilombo como uma territorialização consequente, inicialmente, da perseguição à liberdade, mas com o tempo se torna mais do que isso. Essa busca podia se manifestar de diversas formas, e a formação de quilombos era apenas uma das maneiras pelas quais se lutava por liberdade. Para defender esse argumento podemos passear um pouco pelas diferentes perspectivas de quilombo ao longo do tempo”.

A geógrafa evidencia que a reflexão sobre os Quilombos se tornou cada vez mais profunda no período 1960-1980, quando estudiosos e militantes destacaram a complexidade das relações



existentes dentro das comunidades e com os “mundos da escravidão”. Depois da abolição da escravidão, o quilombo se torna um território de reivindicação: reconhecimento de sua existência no tempo e no espaço, preservação da integridade das terras e de seus habitantes, estabelecimento de um quadro jurídico etc. Recentemente, garantias constitucionais (1988) e leis votadas na década de 2000 estabeleceram um marco regulatório que garante direitos para as comunidades quilombolas. No entanto, a morosidade burocrática, o número elevado de órgãos que intervêm na “problemática quilombola” e a pressão crescente das fronteiras agrícolas e mineradoras constituem ameaças aos direitos duramente conquistados.

Enfim, a sessão *Áfricas na Pós-Graduação* apresenta os resultados da pesquisa de Mestrado de Mariana de Oliveira Santos cuja dissertação versa sobre a inserção das migrantes africanas no mercado de trabalho do Rio de Janeiro. As mulheres oriundas da África subsaariana se inserem essencialmente nos circuitos inferiores da economia urbana onde trabalham como trancistas, vendedoras de artesanato ou pratos de seus países de origem. A pesquisa demonstra como “a trajetória de mulheres imigrantes africanas perpassa um processo de reinserção em uma nova territorialidade que ocorre de modo complexo em vários níveis de análise” num cenário de desigualdades de gênero e subalternização sociocultural



Na sessão *Varia*, as professoras brasileiras Ingrid Silva De Oliveira Leite & Rogéria Cristina Alves refletem sobre *História e Geografia: algumas possibilidades de ensino sobre história da África*. O artigo apresenta resultados de anos de pesquisa sobre o ensino da África e de práticas curriculares no Brasil. As pesquisadoras propõem uma metodologia de ensino que privilegia uma reflexão aprofundada sobre países africanos, ressaltando sua complexidade geohistórica, socioespacial e cultural, descartando dessa forma visões estereotipadas e privilegiando abordagens desprovidas de preconceitos que contribuem para a construção de um ensino antirracista.

No seu artigo intitulado *Urbanização como fator dinamizador dos riscos socioambientais em Morrumbene (Moçambique)*, Nogar Tomás Boca analisa as pressões e os impactos ambientais decorrentes do processo de urbanização do distrito de Morrumbene, na



Província moçambicana de Inhambane. As entrevistas de moradores locais evidenciam a transformação profunda do uso do solo e das práticas socioespaciais no distrito sob o efeito do crescimento populacional. Por sua parte, remoção da cobertura vegetal, geração de lixo e conflitos para o uso da terra geram uma vulnerabilidade crescente entre a população local cuja qualidade de vida é afetada negativamente por esses fenômenos.



Na sessão *Atualidades*, Vanessa Passos Bandeira de Sousa, entrevistada por Luana Lessa, analisa as *Dinâmicas recentes da pirataria marítima na África subsaariana*. A pesquisadora apresenta algumas das problemáticas socioeconômicas e geopolíticas que constituíram, no Chifre da África e no Delta do Níger (Nigéria), um cenário propício ao desenvolvimento de atividades ilegais, entre as quais a pirataria marítima. Após o auge do número de ocorrências registrado em 2011, observamos um refluxo da pirataria marítima em consequência de iniciativas visando a repressão da atividade, tomadas, em geral em cooperação, por parte de países africanos e de potências regionais e mundiais. No momento a situação geopolítica particularmente instável na península arábica e a ausência de quadro jurídico internacional definindo claramente a pirataria estimulam a retomada dos ataques nessa região do Mundo.



O professor Joaquim Miranda Maloa inaugura uma sessão *Homenagem* dedicada ao papel do professor Manuel de Araújo na construção da geografia urbana de Moçambique. Entre as contribuições analíticas do geógrafo moçambicano podemos ressaltar o interesse manifestado nas interações entre espaços rurais e urbanos que constroem uma complementariedade econômica e social rebatendo a ideia de dois universos socioespaciais estanques.





Na sessão *Expressões culturais*, o fotógrafo moçambicano propõe um ensaio fotográfico que desenha uma paisagem humana de Maputo onde os sujeitos desenvolvem práticas espaciais e estratégias sociais de inserção na metrópole moçambicana.



Enfim, Antonio Gomes de Jesus Neto resenha documentários audiovisuais recentes que abordam a presença de africanos e africanas na cidade de São Paulo/SP. *Afro-paulistanos do século XXI sob as lentes documentais audiovisuais* apresenta e caracteriza a “comunidade” dos migrantes africanos instalados na capital paulista. Reflexões sobre as conexões entre “diáspora histórica” e migrantes recentemente instalados na metrópole, interações e dilemas culturais, análise de estratégias de inserção na cidade etc. constituem a matéria prima da maioria desses documentários.



DOSSIÊ TEMÁTICO

A ÁFRICA SUBSAARIANA NO SISTEMA MIGRATÓRIO MUNDIAL

Entrevista



Migrantes qualificados da África subsaariana: entre permanências e mutações. Entrevista do Professor Kévin Mary

Por Kévin Mary & Frédéric Monié

Kévin Mary,
Professor de Geografia
Université de Perpignan Via Domitia, França
Contato: kevin.mary@univ-perp.fr

Frédéric Monié
Professor do Programa de Pós-Graduação
em Geografia (PPGG), Universidade
Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);
Coordenador do GeoÁfrica; Editor do
Boletim GeoÁfrica
<http://lattes.cnpq.br/7949111377775985>
orcid.org/0000-0002-8738-3301
Contato. fredericmonie@igeo.ufrj.br

Biografia: Kévin Mary defendeu sua tese de doutorado em Geografia na Universidade de Caen (França) em 2014. A pesquisa versa sobre *As elites malinenses em busca de América: migrações estudantis internacionais e desafios de uma reprodução social inacabada (Les élites maliennes en quête d'Amérique: Migrations internationales pour études et enjeux d'une reproduction sociale inachevée)*. Kévin Mary é atualmente professor na Universidade de Perpignan Via Domitia (França) onde ele desenvolve pesquisas que integram Geografia das migrações e da educação. Ele estuda mais especificamente o ensino superior e as migrações estudantis nos países dito do Sul, em particular na África ocidental francófona e no Líbano (Oriente Médio)

Como citar:
MARY, K; MONIÉ, F. Migrantes qualificados da África subsaariana: entre permanências e mutações. Entrevista do Professor Kévin Mary. *Boletim GeoÁfrica*, v. 3, n. 10, p. 10-14, abr.-jun., 2024





Entretien avec Kévin Mary¹

Boletim GeoÁfrica. *Você poderia apresentar as linhas gerais do seu itinerário de pesquisa? Por que escolheu estudar as migrações de africanos profissionalmente qualificados em particular?*

A minha tese de doutorado foi desenvolvida em dois laboratórios de pesquisa, um especializado em geografia social e outro na área das migrações internacionais. No meu doutoramento quis estudar espaços migratórios menos frequentados pelos africanos francófonos, mas que estavam em ascensão, em particular os Estados Unidos e o Canadá. Um campo de investigação inicial no Mali mostrou-me que esta emigração era bastante “elitista” porque muitos jovens foram estudar em universidades americanas ou canadenses. Foi assim que minha investigação teve por objeto específico a migração estudantil e que realizei uma pesquisa multi situada entre o Mali, os Estados Unidos e o Canadá. Investigar estas migrações estudantis significou também investigar a elite malinense através dos filhos de famílias da elite política e económica do país o que levantou a questão da reprodução social no Mali através de estudos no estrangeiro em universidades americanas e canadenses. Hoje estou interessado em novos centros de formação na África Ocidental (Senegal, Mali) e no Médio Oriente (Líbano). Estou trabalhando sobre a criação de novos territórios educativos denominados *Educational Hubs*, que reconfiguram os fluxos de estudantes africanos no próprio continente. Em Dakar, com uma equipa de investigadores, analisamos as consequências da criação de um campus franco-senegalês e de uma “cidade do conhecimento” que atraiu vários campi *offshore* franceses para o Senegal. Estudamos como esta nova oferta de ensino superior na África impacta os fluxos estudantis para fora do continente.

Boletim GeoÁfrica. *Quais são as principais características do fenómeno de “fuga de cérebros” da África Subsaariana? Estaremos na presença de migrantes predominantemente jovens e do sexo masculino? Podemos distinguir polos (metropolitanos, regionais) ou países que se distinguem pela importância dos fluxos de saída?*

A “fuga de cérebros” é um conceito que caiu em desuso porque o contexto em que foi criado (da independência africana na década de 1960 até a década de 1980) evoluiu significativamente. Durante cerca de vinte anos, as migrações de estudantes foram vistas como nefastas para o

¹ L’entretien a été réalisé par courriel. Les réponses ont été reçues le 06 juin 2024



desenvolvimento de novos Estados africanos. Por exemplo, para pensadores latino-americanos da teoria da dependência, esses estudantes eram apreendidos como atores do agravamento das desigualdades globais e na divisão internacional do trabalho científico. A partir da década de 1980 e sobretudo de 1990, o paradigma do transnacionalismo tornou-se dominante. Ele confere uma nova importância à mobilidade. Os migrantes africanos qualificados são doravante vistos como um recurso para o desenvolvimento do seu país de origem, através das remessas financeiras, de suas ações associativas, mas também através de programas específicos de mobilidade, que oferecem aos universitários instalados fora do continente a possibilidade de contribuir para a formação dos seus homólogos nos países de origem e o desenvolvimento da cooperação científica internacional. No contexto atual, a migração qualificada africana enfrenta mais obstáculos: desde a década de 1990 as crises económicas restringiram a mobilidade no mundo todo. Trabalhos recentes sobre migrantes qualificados africanos detalham, em particular, as políticas de filtragem para estudantes candidatos à mobilidade internacional (políticas de vistos etc.). Esta seleção cada vez rigorosa gera, obviamente, uma maior segregação social de candidatos africanos aos estudos internacionais. Hoje falamos, portanto, menos de “fuga de cérebros” do que de obstáculos às migrações.

Os estudantes internacionais africanos não correspondem ao arquétipo do migrante masculino que vem sozinho antes, possivelmente, de trazer a sua família. A proporção homem-mulher é muito mais equilibrada, embora não tenhamos números exatos.

A geografia dos centros de partida destes migrantes qualificados reflete a geografia das redes urbanas africanas. Os grandes centros urbanos, que são frequentemente as capitais destes países, são os maiores polos emissores de fluxos. É aqui que se situam os centros de excelência do ensino secundário (muitas vezes escolas privadas e colégios) que formam futuros migrantes qualificados. A Nigéria, pela sua demografia, é um dos principais centros de emigração na África Subsaariana. As cidades de Dakar e Abidjan são também polos importantes na África francófona, devido à sua dimensão e ao seu nível de desenvolvimento mais elevado do que as capitais de outros países de língua francesa na África Ocidental.

Boletim GeoÁfrica. Que países (ou regiões, no caso dos Estados Unidos) recebem os fluxos mais significativos de migrantes africanos qualificados? Os fluxos intra-africanos são significativos? Estes fluxos migratórios diferem geograficamente dos fluxos de trabalhadores não qualificados (país de partida, destino)?

Os principais países e regiões que polarizam fluxos de migrantes africanos são os Estados Unidos (especialmente as grandes cidades do Nordeste, de Nova Iorque a Washington DC), a Europa Ocidental, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia. Mas surgiram recentemente novos espaços migratórios em países emergentes como a Turquia, os países do Magrebe, os Emirados Árabes Unidos, mas também Singapura e Malásia.

Na África, os países mais desenvolvidos atraem logicamente os fluxos intra-africanos mais significativos. São eles a África do Sul, o Quênia e o Senegal. Estes fluxos internos ao continente africano tendem a aumentar devido, em particular, às políticas migratórias, que limitam também



a mobilidade dos migrantes mais qualificados. Fatores económicos endógenos à África também contribuem. A África do Sul é atrativa por ser a maior economia do subcontinente. A emergência de certos países como o Quênia, que evoluiu notavelmente no campo da economia digital, contribuiu para este aumento dos fluxos. Finalmente, países como o Senegal beneficiam da sua estabilidade política na África francófona.

Os fluxos geográficos de migrantes qualificados seguem em grande parte os de outros migrantes que procuram principalmente oportunidades de emprego que tendem a encontrar nas grandes cidades. Mas o perfil dos migrantes qualificados é sem dúvida mais urbano, porque é principalmente nas cidades que encontramos os empregos mais qualificados e mais bem remunerados.

Boletim GeoÁfrica. As formas de integração dos migrantes africanos qualificados nas sociedades de acolhimento diferem das dos trabalhadores não qualificados? Esta integração favorece a diáspora (nacional ou continental) já estabelecida ou, pelo contrário, ambientes do mesmo nível social?

As migrações de estudantes africanos são tradicionalmente apreendidas como migrações de elite. Embora essa representação continue sendo parcialmente verdade, é evidente que os perfis dos estudantes são variados e que alguns deles provêm por vezes de famílias pobres. As políticas de filtragem dos fluxos migratórios estenderam-se, por exemplo na Europa, a todas as categorias de migrantes, incluindo os mais qualificados. Isto faz parte de uma experiência comum da migração, que enfrenta dificuldades crescentes para a obtenção de documentos para trabalhar ou estudar. Uma vez instalados precisa-se solicitar autorizações de residência para estudos ou trabalho. Podemos também acrescentar o fenómeno da discriminação contra pessoas negras, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países emergentes. Contudo, os estudantes africanos e os migrantes qualificados têm maiores recursos económicos e sociais do que o resto dos migrantes. Podem, portanto, contar com redes familiares e de amigos que são muitas vezes mais eficazes na procura de habitação, trabalho etc.

Além disso, as diferenças de classe social específicas ao país de origem são observáveis na migração. No meu trabalho sobre os filhos das elites do Mali que estudam nos Estados Unidos e no Canadá, consegui mostrar que entre as elites a trajetória migratória voltada para estudos universitários é mais prestigiada do que a emigração para trabalho. Não é a mesma coisa ir para a América para estudar do que encontrar algo para sustentar sua família. A experiência no local será muito diferente. Mesmo que surjam formas de solidariedade através da nacionalidade ou da língua, barreiras ligadas a condições de vida muito diferentes surgem naturalmente entre migrantes qualificados e outros, que na África francófona são frequentemente apelidos de “aventureiros”.



Algumas publicações de Kévin Mary sobre a temática...

Mary, K. (2022). « *Black Immigrants Matter* ». Développement des migrations africaines aux États-Unis et ancrages urbains à New York. *L'Information géographique*, 86, 41-59. <https://doi.org/10.3917/lig.861.0041>

Mary, K. (2020). Le (double) passeport des élites africaines. Être et rester cosmopolite au Mali grâce à l'acquisition d'une seconde citoyenneté. *Politique africaine*, 159, 125-144. <https://doi.org/10.3917/polaf.159.0125>

Mary, K. (2020). (Re)penser les liens entre catégories sociales et migrations pour études au Sud: Réflexions méthodologiques sur les attributs sociaux des élites maliennes. *Migrations Société*, 180, 65-81. <https://doi.org/10.3917/migra.180.0065>

Jamid, H., Kabbanji, L., Levatino, A. & Mary, K. (2020). Les migrations pour études au prisme des mobilités sociales. *Migrations Société*, 180, 19-35. <https://doi.org/10.3917/migra.180.0019>

Mary, K. (2017). « Les liens forts. Réseaux familiaux et migrations pour études dans les familles d'élites maliennes », *Espace populations sociétés* [En ligne], DOI : <https://doi.org/10.4000/eps.7156>

Mary, K. (2010). Entre la “forteresse Europe” et l'Amérique d'Obama: Le choix des États-Unis pour les ressortissants maliens. *Hommes & Migrations*, 1286-1287, 124-133. <https://doi.org/10.4000/hommesmigrations.1734>



DOSSIER THÉMATIQUE

L'AFRIQUE SUBSAHARIENNE DANS LE SYSTEME MIGRATOIRE MONDIAL

Entretien



Migrants qualifiés d'Afrique subsaharienne : entre permanences et mutations. Entretien avec Kévin Mary

Par Kévin Mary & Frédéric Monié

Kévin Mary,
Maître de conférences en Géographie
Université de Perpignan Via Domitia, France
Contact: kevin.mary@univ-perp.fr

Frédéric Monié
Professeur du Programa de Pós-Graduação em
Geografia (PPGG), Universidade Federal do
Rio de Janeiro; Coordinateur du GeoÁfrica;
Editeur du Boletim GeoÁfrica
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/794911137775985>
orcid.org/0000-0002-8738-3301
Contact. fredericmonie@igeo.ufrj.br

Biographie: Kévin Mary a soutenu son doctorat en géographie à l'université de Caen (France) en 2014. Sa thèse porte sur *Les élites maliennes en quête d'Amérique : Migrations internationales pour études et enjeux d'une reproduction sociale inachevée*, Université de Caen, 2014. Il est aujourd'hui maître de conférences à l'université de Perpignan Via Domitia.

Les recherches de Kévin Mary se situent au croisement de la géographie des migrations et de la géographie de l'éducation. Il s'intéresse plus spécifiquement à l'enseignement supérieur et aux migrations étudiantes dans les pays dits du Sud, en particulier en Afrique de l'Ouest francophone et au Liban (Moyen-Orient).

Como citar:
MARY, K; MONIÉ, F. Migrants qualifiés d'Afrique subsaharienne: entre permanences e mutations. Entretien avec Kévin Mary. **Boletim GeoÁfrica**, v. 3, n. 10, p. 10-14, abr.-jui., 2024





Entretien avec Kévin Mary¹

Boletim GeoÁfrica. *Pourriez-vous présenter les grandes lignes de votre itinéraire de recherche ? Pour quelles raisons avoir choisi d'étudier plus particulièrement les migrations d'Africains professionnellement qualifiés ?*

Ma thèse de doctorat s'est déroulée entre deux laboratoires de recherche, l'un spécialisé en géographie sociale et l'autre spécialisé dans le domaine des migrations internationales. En doctorat, je souhaitais étudier des espaces migratoires moins connus par les Africains francophones mais qui avaient le vent en poupe, à savoir les États-Unis et le Canada. Un premier terrain de recherche au Mali m'a fait constater que cette émigration était assez « élitare » car composée pour beaucoup de jeunes allés faire des études dans les universités états-uniennes ou canadiennes. C'est comme cela que mon objet de recherche s'est resserré autour des migrations pour études et d'une enquête multi-située entre le Mali, les États-Unis et le Canada. Enquêter sur ces migrations étudiantes signifiait également investiguer l'élite malienne par l'intermédiaire des enfants de familles issues de l'élite politique et économique du pays et posait ainsi la question de la reproduction sociale au Mali par le biais des études à l'étranger dans les universités états-uniennes et canadiennes. Aujourd'hui je m'intéresse aux nouveaux pôles de formations en Afrique de l'Ouest (Sénégal, Mali) et au Moyen-Orient (Liban). Je travaille sur la création de nouveaux territoires éducatifs appelés *Educational Hubs* qui conduisent à une reconfiguration des flux d'étudiants africains à l'intérieur du continent africain. À Dakar, nous analysons avec une équipe de chercheurs les conséquences de la création d'un campus franco-sénégalais et d'une « cité du savoir » qui ont amené plusieurs campus *offshore* français au Sénégal. Nous nous interrogeons sur la manière dont cette nouvelle offre d'enseignement supérieur en Afrique reconfigure les flux d'étudiants à l'extérieur du continent.

Boletim GeoÁfrica. *Quelles sont les principales caractéristiques du phénomène du « brain drain » à partir de l'Afrique subsaharienne ? Sommes-nous en présence de migrants en majorité jeunes et de sexe masculin ? Pouvons-nous distinguer des pôles (métropolitains, régionaux) ou des pays qui se distinguent par l'importance des flux de départ ?*

Le « brain drain » est une notion un peu tombée en désuétude aujourd'hui car le contexte dans lequel il a été forgé (des indépendances africaines dans les années 1960 aux années 1980) a beaucoup évolué. Pendant une vingtaine d'années, les migrations étudiantes sont vues comme négatives pour le développement des nouveaux États africains. Inspirée par les penseurs latino-américains de la théorie de la dépendance, elles sont également perçues comme participant au renforcement des inégalités mondiales et de la division internationale du travail scientifique. Dès

¹ L'entretien a été réalisé par courriel. Les réponses ont été reçues le 06 juin 2024



les années 1980 et surtout 1990, le paradigme du transnationalisme devient dominant. Il accorde une importance nouvelle aux mobilités. Les migrants qualifiés africains sont alors vus comme une ressource pour le développement de leur pays d'origine, par leurs transferts de fonds, leurs actions associatives mais aussi par des programmes spécifiques de mobilité, comme pour les universitaires d'origine africaine exerçant en dehors du continent, auxquels on va proposer des mobilités de formation de leurs homologues africains et de coopération scientifique internationale. Le contexte actuel voit davantage dans les migrations qualifiées africaines les freins à la mobilité de celles-ci : la période de crises économiques depuis les années 1990 voit les entraves à la mobilité se multiplier partout dans le monde. Les travaux récents sur les migrants qualifiés africains détaillent notamment les politiques de filtrage des étudiants candidats à la mobilité internationale (politiques de visa, etc.). Cette sélection toujours plus poussée engendre, sans surprise, une sélection sociale accrue des candidats africains aux études à l'international. On parle donc aujourd'hui moins du "brain drain" que des difficultés à migrer.

Les étudiants internationaux africains ne correspondent pas à l'archétype du migrant homme venu seul avant, éventuellement, de faire venir sa famille. Le ratio homme-femme est beaucoup plus équilibré, bien que nous ne disposions pas de chiffres exacts.

Les pôles de départ de ces migrants qualifiés renvoient en général à la géographie des villes africaines, et en particulier des grands pôles urbains qui sont souvent les capitales de ces pays. C'est là où se situent les pôles d'enseignement secondaires d'excellence (très souvent des écoles et des lycées privés) qui forment les futurs migrants qualifiés. Le Nigéria, par sa démographie, est l'un des principaux pôles de départ en Afrique subsaharienne. Les villes de Dakar et d'Abidjan sont également des pôles importants en Afrique francophone, de par leur taille et leur niveau de développement plus élevé que les autres pays francophones d'Afrique de l'Ouest.

Boletim GeoÁfrica. Quels sont les pays (ou régions dans le cas des États-Unis) recevant les flux les plus significatifs de migrants qualifiés africains ? Les flux intra-africains sont-ils significatifs ? Ces flux migratoires diffèrent-ils géographiquement des flux de travailleurs non qualifiés (pays de départ, de destination) ?

Les grands pays d'accueil sont les États-Unis (surtout dans les grandes villes du Nord-Est, de New York à Washington DC), l'Europe de l'Ouest, le Canada, l'Australie, la Nouvelle-Zélande. Mais de nouveaux pôles sont nés récemment dans les pays émergents comme la Turquie, les pays du Maghreb, les Émirats Arabes Unis, mais aussi Singapour et la Malaisie.

En Afrique, les pays les plus développés attirent logiquement d'importants flux intra-africains comme l'Afrique du Sud, le Kenya ou encore le Sénégal. Ces flux internes au continent africain ont tendance à augmenter du fait notamment des politiques migratoires restrictives pour les migrants africains, y compris les plus qualifiés. Des facteurs économiques propres à l'Afrique y participent aussi. L'Afrique du Sud est ainsi l'économie la plus importante du sous-continent. L'émergence de certains pays comme le Kenya qui s'est notamment orienté vers l'économie



numérique participe de cette augmentation des flux. Enfin, les pays comme le Sénégal jouissent de leur situation de stabilité politique en Afrique francophone.

Ces flux géographiques de migrants qualifiés suivent en grande partie ceux des autres migrants qui sont avant tout à la recherche de bassins d'emplois que l'on a tendance à retrouver dans les grandes villes. Mais le profil des migrants qualifiés est sans doute plus urbain, car ce sont d'abord dans les villes que l'on trouve les emplois les plus qualifiés et les mieux rémunérés.

Boletim GeoÁfrica. Les formes d'insertions des migrants africains qualifiés dans les sociétés d'accueil différent-elles de celles des travailleurs non qualifiés ? Cette insertion privilégie-t-elle la diaspora (nationale ou continentale) déjà installée ou, au contraire, des milieux de même niveau social ?

On a longtemps perçu les migrations étudiantes africaines comme des migrations d'élite. Si cela reste en partie vrai aujourd'hui, force est de constater que les profils d'étudiants sont variés et certains viennent parfois de familles pauvres. Les politiques migratoires de filtrage se sont, en Europe par exemple, étendues à toutes les catégories de migrants, y compris les plus qualifiés. Cela participe d'une expérience commune de la migration, à savoir les difficultés à obtenir les papiers pour travailler ou étudier, y compris une fois sur place et qu'il faut refaire des demandes de titres de séjour pour les études ou pour le travail. On peut ajouter à cela l'expérience là aussi commune de la discrimination à l'encontre des personnes noires, que ce soit dans les pays développés comme dans les pays émergents. Néanmoins les étudiants et migrants qualifiés africains disposent de ressources économiques mais aussi sociales plus importantes que le reste des migrants. Ils peuvent ainsi s'appuyer sur des réseaux familiaux et amicaux souvent plus efficaces pour trouver un logement, un travail, etc.

De plus, des différences de classes sociales propres au pays d'origine se retrouvent en migration. Dans mon travail sur les enfants des élites maliennes en études aux États-Unis et au Canada, j'ai pu montrer que parmi les élites la voie de la migration pour études est la plus prestigieuse, plus que celle de l'émigration de travail. Ce n'est pas la même chose d'aller en Amérique pour ses études que pour trouver de quoi faire vivre sa famille. Le vécu sur place sera très différent et même si des formes de solidarités par la nationalité ou par la langue émergent en migration, des barrières liées aux conditions de vie trop différentes s'érigent assez naturellement entre les migrants qualifiés et les autres, que l'on qualifie souvent en Afrique francophone « d'aventuriers² ».

² Ce qui signifie littéralement « ceux qui sont partis à l'aventure », c'est-à-dire sans les papiers nécessaires à une migration légale. Voir Bredeloup, S. (2008). L'aventurier, une figure de la migration africaine. *Cahiers internationaux de sociologie*, 125, 281-306. <https://doi-org.ezproxy.univ-perp.fr/10.3917/cis.125.0281>



Quelques publications de Kévin Mary sur le thème...

Mary, K. (2022). « *Black Immigrants Matter* ». Développement des migrations africaines aux États-Unis et ancrages urbains à New York. *L'Information géographique*, 86, 41-59. <https://doi.org/10.3917/lig.861.0041>

Mary, K. (2020). Le (double) passeport des élites africaines. Être et rester cosmopolite au Mali grâce à l'acquisition d'une seconde citoyenneté. *Politique africaine*, 159, 125-144. <https://doi.org/10.3917/polaf.159.0125>

Mary, K. (2020). (Re)penser les liens entre catégories sociales et migrations pour études au Sud: Réflexions méthodologiques sur les attributs sociaux des élites maliennes. *Migrations Société*, 180, 65-81. <https://doi.org/10.3917/migra.180.0065>

Jamid, H., Kabbanji, L., Levatino, A. & Mary, K. (2020). Les migrations pour études au prisme des mobilités sociales. *Migrations Société*, 180, 19-35. <https://doi.org/10.3917/migra.180.0019>

Mary, K. (2017). « Les liens forts. Réseaux familiaux et migrations pour études dans les familles d'élites maliennes », *Espace populations sociétés* [En ligne], DOI : <https://doi.org/10.4000/eps.7156>

Mary, K. (2010). Entre la “forteresse Europe” et l'Amérique d'Obama: Le choix des États-Unis pour les ressortissants maliens. *Hommes & Migrations*, 1286-1287, 124-133. <https://doi.org/10.4000/hommesmigrations.1734>



DOSSIÊ TEMÁTICO A ÁFRICA SUBSAARIANA NO SISTEMA MIGRATÓRIO MUNDIAL

Entrevista



OS DESAFIOS DA GESTÃO DOS “DESLOCADOS DO TERRORISMO” NO NORTE DE MOÇAMBIQUE. ENTREVISTA COM IVANILSON TOMÁS ANTÓNIO

Por Ivanilson Tomás António & Joaquim Miranda Maloa

Ivanilson Tomás António

Pesquisador do Centro de Pesquisa e Promoção Social (CPS) de Lichinga, (Niassa) – Moçambique.

<https://orcid.org/0009-0007-7516-7920>.

<http://lattes.cnpq.br/1372755660652663>

Contato:ivanilsontomasantonio7@gmail.com

Joaquim Miranda Maloa

Professor Auxiliar do Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências da Universidade Rovuma (ISDRB-UniRovuma)

<https://orcid.org/0000-0002-9277-2133>

<http://lattes.cnpq.br/3526963701681982>

Contato: mwanamaloa@gmail.com

Como citar:

ANTONIO, I. T; MALOA, J. *Os desafios da gestão dos “deslocados do terrorismo” no Norte de Moçambique, Entrevista com Ivanilson Tomás António; Boletim GeoÁfrica*, v. 3, n. 10, p. 15-22, abr.-jun., 2024

Biografia: Ivanilson Tomás António é Licenciado em Geografia pela Universidade Rovuma, Moçambique. Actualmente é pesquisador do Centro de Pesquisa e Promoção Social (CPS), na cidade de Lichinga, província de Niassa – Moçambique. Foi coordenador do Programa de Assistência Humanitária aos Deslocados do Extremismo Violento implementado pelo Centro de Pesquisa e Promoção Social. Sua área de pesquisa situa-se no campo da Geografia Urbana Africana, actuando principalmente nos seguintes temas: urbanização, cidades, planeamento urbano, segregação sócio-espacial, sobretudo com espaços periféricos das cidades moçambicanas, meio ambiente e mudanças climáticas, migrações, didácticas de geografia, direitos humanos, justiça e democracia.





Entrevista de Ivanilson Tomás António¹

Boletim GeoÁfrica. Poderia, por favor, apresentar as principais características do fenómeno terrorista na província de Cabo Delgado (Norte de Moçambique)?

Desde o dia 5 de outubro de 2017, Moçambique vem sofrendo o fenómeno do extremismo violento resultante do terrorismo na província de Cabo Delgado. O conflito tem provocado a deslocação forçada em massa de populações das zonas em conflito em busca de segurança. As deslocações forçadas ocasionam desafios do ponto de vista social, económico, cultural e ambiental, sobretudo desafios de reassentamento dessas populações em zonas seguras.

Figura 1. Atos terroristas e movimentos de população em Cabo Delgado 2017



Fontes: Aclad, OIM, UNHCR. Elaboração: Centro África de Estudos Estratégicos

¹ A entrevista foi realizada por e-mail. As respostas foram recebidas em 18 de junho de 2024



Desde o início do conflito em Cabo Delgado, estima-se que existam cerca de 850.000 deslocados vítimas do terrorismo (Cabo Ligado, 2021; ONUHABITAT, 2021), o que corresponde a cerca de 32,57% da população absoluta da província, estimada em 2.320.261 habitantes segundo o censo populacional realizado pelo Instituto Nacional de Estatística em 2017. Os movimentos de deslocados ocorreram em três fases distintas. A primeira ocorreu logo após o início dos ataques em 2017, e estendeu-se até 2019. As deslocações realizavam-se, então, das aldeias atacadas para vilas e sedes distritais de Mocimboa da Praia, Palma, Macomia e Pemba. A segunda fase ocorreu em 2020, quando intensificou-se a acção e o poder de fogo dos terroristas. As deslocações estenderam-se, neste momento, para Metuge, Mueda e Montepuez. Nesta fase cresce o uso de pequenas embarcações artesanais visto que os refugiados escalavam as várias ilhas da província a procura de refúgio. Até este período, a maior parte das deslocações eram interdistritais na província de Cabo Delgado.

A partir de 2021, devido a ofensiva das forças de defesa nacionais e estrangeiras, as ações dos terroristas intensificaram-se e estenderam-se para alguns distritos das províncias de Nampula e Niassa, o que ocasionou um movimento de deslocações no sentido Cabo Delgado-Nampula e Cabo Delgado-Niassa. Os deslocados enfrentam desafios enormes e precisam de assistência humanitária, proteção, meios de subsistência e acesso a serviços básicos nas províncias de Cabo Delgado, Nampula e Niassa.

Desde o início dos ataques passaram sete anos. No teatro operacional estão as Forças de Defesa e Segurança de Moçambique, as Forças Ruandesas e da SADC, que entre avanços e recuos na recuperação de áreas ocupadas pelos terroristas enfrentam desafios económicos relativos a manutenção da sua permanência em Cabo Delgado.

Entre os deslocados, além de homens, encontramos crianças, mulheres e idosos com elevado grau de vulnerabilidade. Estes refugiados enfrentam problemas graves e conjunturais que perigam a sua sobrevivência e sua condição psicológica devido ao drama que vivem. Por um lado, os deslocados estão expostos a situações de insegurança alimentar e nutricional devido a insuficiência em termos de alimentos em quantidade e qualidade, particularmente, as crianças enfrentam problemas de desnutrição. Por outro lado, os deslocados, vítimas do extremismo, estão expostos à um clima de insegurança permanente. Há ainda questões relacionadas com violações dos direitos humanos, sobretudo das mulheres e meninas devido ao seu grau de vulnerabilidade, quer seja a violação sexual e violência baseada no género. Portanto, a situação dos deslocados



constitui uma ameaça à existência das vítimas do conflito e constitui uma situação preocupante nacional e internacionalmente.

Figura 2. Campo de refugiados. Cabo Delgado



Fonte: Nova África

O Estado e o Governo são as entidades com competências para criar condições condignas para os refugiados, através de meios de subsistência adequados. Contudo, observa-se a fraca actuação dessas instituições para garantir condições básicas nas áreas de acolhimento dos refugiados. Os programas criados pelo Governo para travar o recrutamento e aliciamento de jovens para as fileiras do terrorismo mostram-se ineficazes, sendo por um lado justificado pela falta de meios financeiros, e por outro pela falta de um programa concreto para fazer face a crise humanitária. Por isso, as aldeias ou bairros de reassentamento que acolhem os refugiados enfrentam problemas graves como falta de vias de acesso, falta de abastecimento de água, escolas, centros de saúde, falta de saneamento e iluminação pública, bem como falta de segurança.



Boletim GeoÁfrica. Pode apresentar o centro de reassentamento dos deslocados do terrorismo em que atua?

A comunidade de Malica está situada na parte Norte do Distrito de Lichinga, a cerca de 15km da cidade de Lichinga, capital da província de Niassa. Nesta comunidade foi aberto um centro de reassentamento dos deslocados do terrorismo provenientes da província de Cabo Delgado. Segundo dados do Instituto Nacional de Gestão de Desastres (INGD), o centro acolheu cerca de 43 famílias, correspondentes a 190 pessoas, sendo 49 mulheres, 51 homens e 90 crianças desde sua inauguração.

Figura 3. Centro de reassentamento de deslocados em Malica



Fonte: *ActionAid* Mozambique

Boletim GeoÁfrica. Quais são os desafios enfrentados pelos deslocados no centro de reassentamento de Malica?

O conflito e seus deslocamentos massivos, combinados aos efeitos de desastres naturais e a elevada vulnerabilidade socioeconómica do país, estão tendo impactos profundos nas condições de vida das populações descoladas deixando as autoridades locais despreparadas e em busca de meios de apoio. Questões como o acesso à água, à terra para cultivo e à lenha como fonte de combustão para alimentação e aquecimento são fundamentais para compreender os desafios que as vítimas do extremismo violento acolhidos na Comunidade de Malica têm enfrentado.



Mais especificamente no Centro de Reassentamento de Malica, prevalecem desafios básicos como: a falta de acesso a serviços básicos para todos (água, saneamento, gestão de resíduos, escolas, centros de saúde, eletricidade etc.), uso insustentável de recursos naturais (por exemplo, desmatamento, levando à degradação do solo), entre outros aspectos. Além disso, a situação de moradia dos deslocados internos não é condigna e sua segurança alimentar está em risco.

Por sua vez, iniciativas das Organizações Não-Governamentais (ONG) em Niassa no campo da habitação, permitiram acomodar os deslocados em 48 casas tipo 2, com dois quartos e uma sala na cidade de Malica. Estas casas beneficiam um total de duzentos e trinta e sete (237) deslocados, entre homens, mulheres, crianças e idosos (DW, 2021). Em termos de estrutura, as moradias foram construídas em tijolo queimado e adobe e cobertas de chapas de zinco. Estas características habitacionais, indicam a priori que as casas têm pouca resiliência às mudanças climáticas e aos eventos extremos como ventos e chuvas fortes que ciclicamente afetam o país.

Outro desafio premente deste centro de reassentamento é a problemática da alimentação, higiene e saneamento dos espaços ocupados pelas populações reassentadas. Mas, para o enfrentamento deste desafio. Com efeito, as iniciativas do Governo, das Organizações Não-governamentais locais e internacionais e das pessoas de boa-fé não têm sido suficientes para responder as necessidades enfrentadas no centro. A integração económica dos deslocados do terrorismo constitui também um desafio em Malica, onde os deslocados são frequentemente desempregados. Assim, torna-se urgente que o Estado/Governo crie condições para que as populações deslocadas possam ser economicamente integradas.

Os desafios existentes na resposta atual ao fenómeno incluem o financiamento limitado por parte do governo para ampliar as intervenções. Assim, diante da fraca intervenção das estruturas governamentais e estatais, torna-se necessário a união de esforços entre o Governo, Organizações Não Governamentais e as comunidades locais no desenho de estratégias para minimização dos problemas enfrentados pelos deslocados.

Boletim GeoÁfrica. Podemos dizer que existe um perfil do deslocado?

Moçambique foi caracterizado por deslocamentos forçados ao longo das últimas décadas. Vários conflitos internos obrigaram as populações a deslocarem-se. Mas, o país não dispõe de



directivas ou de legislação específica relativas que possam caracterizar um perfil do deslocado interno. A legislação disponível aborda sobre o estatuto do refugiado e não propriamente de um deslocado interno. Neste sentido, verifica-se um vazio na legislação moçambicana sobre o perfil ou estatuto do deslocado interno.

Relativamente ao estatuto do refugiado, pode-se referir que Moçambique ratificou várias convenções, tratados e protocolos internacionais sobre o refugiado. No seu artigo 20, a Constituição da República defende a criação do estatuto de refugiado. É neste âmbito que para dar cobro a legislação regional, internacional e a própria constituição, o Estado moçambicano produziu um conjunto de leis para reger a situação do refugiado em Moçambique.

Em 1991, Moçambique aprovou a lei 21/91 que estabelece o processo de atribuição do Estatuto de refugiado. Em 2007 o decreto 33/2007 de 10 de Setembro regulamentou o processo de atribuição do estatuto de refugiado em Moçambique. A lei 21/91, em estreita harmonia com todos os dispositivos jurídicos acima mencionadas como precursoras do ordenamento jurídico nacional sobre a vida do refugiado, define, no seu artigo 1, o refugiado como: *a)* uma pessoa que tenha um fundado receio de ser perseguido por causa da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em determinado grupo social ou suas opiniões políticas, e se encontra fora do país da sua nacionalidade e não possa, ou em virtude daquele receio, não queira voltar ou pedir a protecção daquele país; *b)* a pessoa que se não tiver nacionalidade e se achar fora do país em que tinha a sua residência habitual, não possa ou não queira, em face daquele receio, a ele voltar; *c)* a pessoa que devido a uma agressão externa, ocupação, dominação estrangeira, ou acontecimento que alteram em termos graves a ordem pública numa parte ou em todo o país de origem, seja obrigada a deixar o lugar da sua residência habitual, com a finalidade de pedir refúgio em outro lugar fora do país de origem ou de nacionalidade. O Artigo 2 estabelece, por seu lado, os critérios de impedimento para a atribuição de estatuto de refugiado em Moçambique e também estão alinhados com a legislação internacional e regional sobre os refugiados.

Como se pode perceber, a legislação moçambicana disponível estabelece o regime jurídico da atribuição do estatuto do refugiado, que diz, portanto, às pessoas que procuram asilo em Moçambique, por outro lado, há um vazio sobre o estatuto do deslocado interno. A elaboração deste perfil constitui-se importante uma vez que poderá nortear as ações que visam proteger e assistir os deslocados internos.



Algumas referências bibliográficas sobre o tema...

Constituição da República de Moçambique de 2004

Decreto nº 33/2007, de 10 de Agosto de 2007 que estabelece o Regulamento sobre o Processo de Atribuição do Estatuto de Refugiado

DW (2021). Moçambique: Ajuda para os deslocados em Lichinga – DW – 16/07/2021.

Lei no 21/91, de 31 de Dezembro de 1991. Estabelece o processo de atribuição do estatuto de refugiado

LIGADO, C. (2021). Cabo Ligado Mensal: Setembro de 2021, Observatórios de Conflitos.

ONUHABITAT. (2021). A dimensão territorial dos deslocamentos no norte de Moçambique. Maputo.



DOSSIÊ TEMÁTICO

A ÁFRICA SUBSAARIANA NO SISTEMA MIGRATÓRIO MUNDIAL

Entrevista



O Quilombo na perspectiva espaço-temporal: passado e presente entre África e Brasil

Por Deborah da Costa Fontenelle & Frédéric Monié

Deborah da Costa Fontenelle

Professora Assistente de Geografia do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (RJ); doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ), <http://lattes.cnpq.br/8402636775191775>
<https://orcid.org/0000-0002-2389-8664>
Contato: fontenelle.deborah@gmail.com

Frédéric Monié

Professeur du Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Coordenador do GeoÁfrica; Editor do Boletim GeoÁfrica <http://lattes.cnpq.br/7949111377775985>
orcid.org/0000-0002-8738-3301
Contato: fredericmonie@igeo.ufrj.br

Como citar:

FONTENELLE, D; MONIÉ, F. O Quilombo na perspectiva espaço-temporal: passado e presente entre África e Brasil. Entrevista da Professora Deborah Fontenelle. **Boletim GeoÁfrica**, v. 3, n. 10, p. 23-31, abr.-jun., 2024

Biografia: Deborah da Costa Fontenelle é bacharel em Geografia e licenciada à docência na mesma disciplina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nesta mesma instituição tornou-se mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG- UFRJ). É Professora Assistente de Geografia do

Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAp-Uerj), ministrando aulas para a educação básica e para o ensino superior, no curso de licenciatura em Geografia. Suas pesquisas ocorrem nas áreas de Geografia Histórica, com ênfase em quilombos e abolicionismo na cidade do Rio de Janeiro, na História Social, com ênfase em escravidão e liberdade no Brasil, e de Ensino de Geografia. Atualmente está concluindo seu doutorado no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ), pesquisando as lutas negras por liberdade na construção de um cenário pró-abolição no Rio de Janeiro. Recentemente foi bolsista CAPES do Programa Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) e pesquisadora visitante na Rice University, atuando no projeto imagineRio. No momento é Vice-Diretora do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAp-Uerj).





Entrevista de Deborah da Costa Fontenelle¹

Boletim GeoÁfrica. *A professora pode apresentar seu itinerário de pesquisa? O que a levou a desenvolver uma pesquisa de Mestrado em Geografia sobre um Quilombo carioca? Qual a especificidade da comunidade quilombola estudada?*

O meu itinerário de pesquisa tem início ainda na graduação, quando cursava a disciplina *Geografia Urbana*, ministrada pelo Prof. Mauricio de Almeida Abreu. Suas aulas representaram o grande marco da minha formação em relação às escolhas de caminhos dentro da Geografia. Naquele momento soube que havia encontrado minha área de pesquisa e, também, meu orientador. Ao final do curso o procurei e, assim, em 2006, ingressei no Núcleo de Pesquisas de Geografia Histórica – NPGH/UFRJ, coordenado por Abreu. Como estudante de graduação eu precisava escolher um tema de pesquisa para meu projeto de iniciação científica, e esta aparente simples tarefa não foi fácil para mim. Enquanto meus colegas já tinham começado suas pesquisas eu ainda estava procurando, esperando que alguma temática “falasse comigo”. Eu sentia que precisava de questões que me tocassem e me mobilizassem. Até que um dia, circulando pelo bairro que morava com minha família à época, me deparei com um jornal de bairro com a seguinte pergunta: “Você sabia que existiu um quilombo no Leblon?”. Eu não sabia. E aquele fato muito me intrigou. Foi então que o Quilombo do Leblon se tornou meu objeto de pesquisa na graduação, sendo tema de minha monografia, e posteriormente no mestrado em Geografia, resultando na dissertação *Quilombos, Abolicionismo e a cidade: política e simbolismo na inserção do quilombo do Leblon na dinâmica urbana do Rio de Janeiro do final do século XIX* – defendida em 2014, sob a orientação da Prof.^a Lia Osorio Machado após o falecimento do Prof. Mauricio Abreu em 2011. A leitura básica sobre o Quilombo do Leblon, especialmente através da obra de Eduardo Silva (2003), de imediato apresenta características instigantes, como o fato de sua localização ter sido no que chamamos de Alto Leblon, um dos metros quadrados mais caros da cidade do Rio. Porém, naquele momento, o Leblon era literalmente o fim da linha de bonde que se estendia até o então Largo das Três Vendas, atual Praça Santos Dumont, no bairro da Gávea. Assim, os quilombolas podiam contar com o fator esconderijo, uma vez que era necessário andar por uma única via de terra para chegar do largo até o quilombo. Ao mesmo tempo, tanto quilombolas quanto

¹ A entrevista foi realizada por e-mail. As respostas foram recebidas em 23 de junho de 2024



25

abolicionistas podiam se valer da moderna rede de transporte coletivo, recém-inaugurada na cidade, como meio para suas articulações. Outra característica que chama atenção é que o quilombo se estabeleceu nas terras de um comerciante português abolicionista, chamado José Seixas Magalhães, o que prontamente nos leva a indagar sobre as razões que levaram a sua instalação e sobre as relações de trabalho praticadas. Infelizmente, essas respostas não foram fornecidas pela investigação em fontes primárias. O que podemos afirmar é que sua principal produção eram camélias, que foram adotadas como símbolo do movimento abolicionista. Até mesmo pela Princesa Isabel no momento de assinatura da Lei Áurea. A relação entre o Quilombo do Leblon e uma parte do movimento abolicionista era muito estreita, fato que fica evidente nas notícias de jornais, especialmente no abolicionista *Gazeta da Tarde*. Era comum abolicionistas frequentarem o quilombo, como José do Patrocínio e João Clapp, respectivamente chefe do *Gazeta da Tarde* e presidente da Confederação Abolicionista, além de André Rebouças e Osório Duque-Estrada. Talvez por este forte laço, os indícios de sua existência apontam para um curto período, aproximadamente as duas décadas que antecedem a abolição. É justamente nesse intervalo de tempo que o movimento abolicionista dito mais radicalizado emerge. Após a abolição deixamos de ter notícias do Quilombo do Leblon. É provável que a intensa expansão urbana na direção do bairro, no início do século XX, tenha exercido um papel de expulsão desta comunidade. Hoje, no local onde existiu o quilombo, há um clube de classe média-alta e seus indícios na paisagem foram apagados.

Os quilombos abriram uma porta para mim do que acabou se tornando meu tema de pesquisa da vida, atravessando o tempo e fronteiras acadêmicas. Quanto mais eu investigo, mais me interessa pela temática e percebo seu vasto potencial. Desta forma, atuo hoje no campo da Escravidão e Liberdade, mobilizando as áreas de História Social e de Geografia Histórica, e estou na fase de conclusão de minha pesquisa de doutorado, cujo tema central são as lutas negras por liberdade no Rio de Janeiro, realizada no Programa de Pós-Graduação em História Social – PPGHIS/UFRJ. A defesa da tese definitivamente não será o fim da pesquisa, e sim a conclusão de mais um capítulo nessa história pessoal.



Boletim GeoÁfrica. *Podemos considerar que os Quilombos constituem uma forma de territorialização consequente de um duplo processo de migração forçada – entre a África e o Brasil; entre territórios de escravização e de “libertação”?*

Os quilombos são, essencialmente, espaços onde se busca a liberdade. Neste sentido, podemos, sim, pensá-los como uma forma de territorialização fruto da migração forçada entre a África e o Brasil. Todavia, não considero o segundo movimento, “entre territórios de escravização e de libertação”, como uma migração forçada. Ao invés, vejo o quilombo como uma territorialização consequente, inicialmente, da perseguição à liberdade, mas com o tempo se torna mais do que isso. Essa busca podia se manifestar de diversas formas, e a formação de quilombos era apenas uma das maneiras pelas quais se lutava por liberdade. Para defender esse argumento podemos passear um pouco pelas diferentes perspectivas de quilombo ao longo do tempo.

Existem, no Brasil, inúmeras definições de quilombo que vão desde o período colonial até os dias atuais. Isso ocorre porque suas concepções são dinâmicas, fruto do processo histórico de sua formação. O que todas elas têm em comum é, justamente, a manifestação de liberdade para a população negra escravizada. Mesmo naquelas caracterizadas por uma tentativa de combate e criminalização a este espaço. É o caso da primeira definição oficial no Brasil, estabelecida pelo Conselho Ultramarino em 1741, em que se dizia quilombo “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”. É possível perceber que o pano de fundo desta definição era o movimento, em curso desde os primeiros anos de escravização em nosso país, de fuga e formação de agrupamentos da população negra como forma de alcançar uma liberdade possível naquele momento. Os primeiros trabalhos acadêmicos do início do século XX vão tratar quilombos como espaços de negação do sistema escravista e de resistência a ele. Para tal, o isolamento era fundamental, até para que fosse um espaço contra a aculturação europeia a que eram submetidos. Assim, o objetivo seria restaurar a África no Brasil, criando uma sociedade alternativa à sociedade vigente. Talvez Palmares seja a maior representação desta perspectiva. Se formos buscar a etimologia da palavra quilombo em bantu, em sua origem em África, ela representa um acampamento de guerreiros submetidos a um ritual de iniciação que os retirava de suas linhagens e os integrava em um novo regimento. Ou seja, mesmo sendo ressignificado no Brasil, o quilombo mantém seu aspecto combativo e de reconstrução em comunidade.



Os movimentos sociais negros e de esquerda das décadas de 1960-80 proporcionaram um momento de ascensão do quilombo como um símbolo nacional de luta negra e de uma identidade étnica, a fim de combater a discriminação racial. É nesse momento que o quilombo começa a ser visto para além da busca pela liberdade através do isolamento, e passa a considerar também suas práticas e sua interação com os mundos da escravidão, seja nos aspectos social, econômico e cultural. Eram diversas as redes que teciam os contatos entre quilombolas e a sociedade escravocrata: comerciais, de informações, de solidariedades, de afetos. Tamanha era sua complexidade que Flávio Gomes (1996), em seu estudo sobre as comunidades de fugitivos em Iguacu, chama esta área formada por quilombos de campo negro. Esta definição carrega consigo uma perspectiva de território que ultrapassa a ideia de migração forçada, mas sim é fruto de uma atuação em rede com a sociedade do entorno, em que sua existência está pautada no contato com escravizados e escravocratas, em que seu território de libertação está imbricado no território de escravização.

27

Por fim, vale pensar no significado de quilombo após a abolição, em 1888, e quando se tornam comunidades remanescentes reconhecidas, cem anos depois, de acordo com a Constituição de 1988. Após a abolição, teoricamente, os quilombos “perderiam sua função”, dado que a partir de então todas as pessoas escravizadas estariam livres. No entanto, a abolição é realizada de modo que concedia a liberdade, mas não se preocupava com reparação ou em fornecer condições mínimas para garantir sua sobrevivência nos novos termos da sociedade. Não foi dada terra nem meios de acessá-la. Não havia direitos trabalhistas para garantir a inserção no mercado de trabalho. Desta forma, neste contexto, o quilombo se torna um espaço não de busca por liberdade, mas de fortalecimento daquela comunidade. Espaço de segurança e de encontro. De manifestação cultural e política. Seguindo esta linha, a ressurgência do quilombo na conjuntura da constituição de 1988 traz à tona novos debates e a discussão, até então dominada por historiadores, passa a ser alvo de antropólogos também. A preocupação é com as comunidades chamadas “remanescentes de quilombos” e a garantia de manutenção de suas terras. Em função disso, a discussão se torna também jurídica, o que faz necessário um conceito de quilombo atualizado, que abarque a contemporaneidade. Neste sentido, é considerado o processo de formação quilombola e são valorizados a nomeação, a identificação, o reconhecimento e a territorialização. A liberdade aqui é representada pelo reconhecimento de sua história e pelo direito à terra.



Boletim GeoÁfrica. *Quais são, na sua opinião, os principais avanços promovidos pelas recentes iniciativas políticas e institucionais no reconhecimento das comunidades quilombolas? Quais problemas se perpetuam, em particular no campo dos conflitos de uso?*

Considerando que meu enfoque de pesquisa está no passado, na área de Geografia Histórica, não sou especialista nas políticas institucionais do presente para as comunidades quilombolas. Mas posso compartilhar algumas ideias fundamentadas em meus estudos no campo de Escravidão e Liberdade. Primeiro, vale lembrar que a primeira legislação direcionada às comunidades quilombolas surge apenas cem anos após a abolição, no âmbito da Constituição de 1988. De acordo com o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988). De lá para cá são 36 anos em que é possível verificar avanços, mas ainda a passos lentos para nossa necessidade premente. Um fato que evidencia essa afirmação é que somente há dois anos, em 2022, pela primeira vez na história, o IBGE incluiu em seu Censo Demográfico a contabilização da população quilombola, ingressando, pela primeira vez, em diversas dessas comunidades. A iniciativa permitiu um levantamento de dados inéditos, o que reafirma a invisibilidade dessas pessoas e seus territórios. Segundo o Censo 2022, a população quilombola representa 0,65% do total de habitantes do país, e suas comunidades estão fortemente concentradas no Nordeste (68% do total). Ainda, o Censo apontou que apenas 5% da população quilombola vive em comunidades cujos territórios são titulados. Ou seja, apesar da Constituição de 1988, ainda é muito pequeno o número de comunidades reconhecidas com títulos. Este fato revela a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para essa população e seus territórios.

Outra medida recente que merece ser destacada é a criação do Ministério da Igualdade Racial, em 2023. Ainda que tardia, sua criação aponta para o reconhecimento, por parte do Estado, da necessidade urgente deste avançar em políticas voltadas para as populações negra, indígena, quilombola e cigana, a fim de promover não apenas reparação, mas a construção de uma sociedade antirracista. Para tal, o MIR está organizado em três secretarias: Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas e Combate e Superação do Racismo; Secretaria de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial e Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Ciganos. É no âmbito desta última que são pensados e colocados



em prática programas direcionados às comunidades quilombolas, como o Programa Aquilomba Brasil, uma ampliação do Brasil Quilombola, de 2007. Dentre as atribuições do programa está o acesso à terra, visando a “execução e acompanhamento dos trâmites necessários para a regularização fundiária das áreas de quilombo, que constituem título coletivo de posse das terras tradicionalmente ocupadas”. Desde sua implementação, em 2023, o Programa Aquilomba Brasil já concedeu títulos a pelo menos 11 comunidades quilombolas. Pode parecer pouco frente ao universo total do país, mas constitui um enorme avanço, principalmente depois de quatro anos sem nenhuma titulação ser concedida.

Apesar dos avanços, é necessário reconhecer que problemas históricos ainda permanecem, como a demora na titulação e as disputas de terra. Um estudo recém-divulgado este ano, realizado pelo Instituto Socioambiental (ISA) em parceria com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) apontou que cerca de 98% dos territórios quilombolas no Brasil encontram-se ameaçados, e dentre as razões está a pressão, e até mesmo sobreposição, de imóveis particulares. A certificação e titulação das comunidades representam passos importantes, mas um pedaço de papel sozinho não é capaz de garantir a manutenção da terra e a segurança de quem mora nela. São necessárias medidas de monitoramento e fiscalização, assim como legislações mais severas para quem ameaça esses territórios. Este é um problema antigo relacionado com a estrutura fundiária brasileira, e as ameaças não ficam apenas no perigo de invasão, mas também das práticas desenvolvidas em seu entorno. Por isso, outros fatores que ameaçam a sobrevivência das comunidades são: atividades de mineração e agropecuária; a construção de hidrelétricas, rodovias e ferrovias; desmatamento e incêndios. A estes fatores somam-se os impactos ambientais fortemente acentuado nos últimos anos pela emergência climática. Há uma conexão entre os diferentes fatores, fazendo com que essas comunidades e seus territórios, que sofreram processos de apagamento ao longo da história, continuem a vivenciar o constante medo de ter sua existência ameaçada.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4ª edição. Rio de Janeiro: IPP, 2006.

_____. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*, volume 1. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.



ALMEIDA, Alfredo Wagner. Os quilombos e as novas etnias. In: LEITÃO (org.) Direitos territoriais das comunidades negras rurais. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1999.

ALONSO, Angela. Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ARRUTI, José Maurício. Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

FIABANI, Adelmir. Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532–2004). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FONTENELLE, Deborah da Costa. Quilombos, Abolicionismo e a cidade: Política e simbolismo na inserção do quilombo do Leblon na dinâmica urbana do Rio de Janeiro do final do século XIX. Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

30

GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Companhia das Letras, 1996.

GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.

GUTHRIE, Malcolm. The classification of the Bantu languages. Pub. for the International African Institute by the Oxford Univ. Press, 1948.

MATTOS, Hebe Maria. Quilombos/remanescentes de quilombos. In: SCHWARTZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.) Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p.367-373.

MOURA, Clóvis. Os quilombos e a rebelião negra. Brasiliense, 1981.

_____. Os quilombos na dinâmica social do Brasil. EdUFAL, 2001.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico dos quilombos em África. In: MOURA, Clóvis. Os quilombos na dinâmica social do Brasil – Maceió: EDUFAL, 2001.

REIS, João José; GOMES, Flávio Dos Santos (Ed.). Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. Companhia das letras, 1996.



SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente & Sociedade*, v. 10, n. 1, p. 1-10, 2002.

SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Oziel Marques; NASCIMENTO, Antônio Elias; NTONDO, Zavoni. A língua bantu angolana lwimbi [k12a] e a busca etimológica dos bantuísmos brasileiros. *PAPIA: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*, v. 21, n. 2, p. 277-289, 2011.

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas: <https://conaq.org.br/>

Instituto Socioambiental: <https://www.socioambiental.org/>

Mauricio de Almeida Abreu: <https://mauricioabreu.com.br/>

Ministério da Igualdade Racial: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br>



DOSSIÊ TEMÁTICO:

A ÁFRICA SUBSAARIANA NO SISTEMA MIGRATÓRIO MUNDIAL

Artigo



**CRESCIMENTO URBANO EM MOÇAMBIQUE: UM OLHAR
SOBRE POPULAÇÃO E MIGRAÇÕES.
O CASO DE MAPUTO E TERRITÓRIOS ADJACENTES**

***URBAN GROWTH IN MOZAMBIQUE: A VIEW ON POPULATION AND
MIGRATIONS. THE CASE OF MAPUTO AND ADJACENT TERRITORIES***

***CRECIMIENTO URBANO EN MOZAMBIQUE: UNA MIRADA A LA
POBLACIÓN Y LAS MIGRACIONES. EL CASO DE MAPUTO Y TERRITORIOS
ADYACENTES***

Por Carlos T. G. Trindade

Carlos T. G. Trindade.
Professor na Faculdade de Arquitectura e
Planeamento Físico da Universidade Eduardo
Mondlane, Maputo, Moçambique.
ORCID: 0000-0002-8627-5800
Contato: carlos.trindade@uem.ac.mz

Como citar:
TRINDADE, C.T.G. Crescimento urbano
em Moçambique: um olhar sobre população
e migrações. O caso de Maputo e territórios
adjacentes. **Boletim GeoÁfrica**, v. 3, n. 10,
p. 32-77, abr.-jun., 2024.

Recebido: 27/07/2024
Aceite: 04/08/2024



RESUMO. A **problemática** do crescimento urbano em Moçambique indica como principais causas o crescimento populacional e as migrações decorrentes da procura de melhores condições de vida, guerras, desastres naturais e grandes projetos. Com o **objetivo** de analisar a manifestação destes fenómenos no território estudado, este trabalho partiu de duas **questões**: Que reativismo resta à cidade de Maputo para se antecipar a problemas agravados de resiliência? Como os territórios adjacentes podem ser proactivos, para se anteciparem à informalidade? A **metodologia** demandou pesquisa pura, com objetivos amplos de carácter exploratório e descritivo. A abordagem do problema seguiu procedimentos analíticos (análise qualitativa e quantitativa) e técnicos (bibliográfico, documental e estudo de caso). Também se destaca o método observacional, focado nos efeitos destes fenómenos. Os **resultados** indicam que a cidade de Maputo em 2017 tinha menos habitantes que em 2007, e que três distritos municipais perderam população, enquanto os outros quatro ganharam. Ao contrário, aumentou na cidade da Matola e nos distritos de Boane, Marracuene e Matutuine, e na província de Maputo em geral. Também há indicações que em 2017 a província e a cidade de Maputo continuaram a destacar-se com volumes elevados de imigrantes acumulados e como áreas de retenção migratória. As **conclusões** sugerem uma ação reativa da cidade de Maputo para se antecipar aos problemas agravados de resiliência visto a generalizada informalidade, e que os territórios adjacentes devem agir de forma proactiva para se anteciparem à essa informalidade e melhor se prepararem para a resiliência.

Palavras-chave: Crescimento urbano. Migrações. População. Resiliência. Sustentabilidade.

ABSTRACT. The **problem** of urban growth in Mozambique indicates that the main causes are population growth and migrations resulting from the search for better living conditions, wars, natural disasters and large projects. With the **aim** of analyzing the manifestation of these phenomena in the studied territory, this work started from two **questions**: What reactivism is left for Maputo city to anticipate the worsening problems of resilience? How can adjacent territories be proactive, to anticipate informality? The **methodology** required pure research, with broad objectives of exploratory and descriptive nature. The approach to the problem followed analytical procedures (qualitative analysis and quantitative) and technical procedures (bibliographical, documentary and case study). The observational method also stands out, focused on the effects of phenomena. The **results** indicates that the city of Maputo in 2017 had fewer inhabitants than in 2007, and that three municipal districts lost population, while the other four gained. On the contrary, increased in the city of Matola and in the districts of Boane, Marracuene and Matutuine, and in the province of Maputo in general. There are also indications that in 2017 the province and city of Maputo continued to stand out with high volumes of accumulated immigrants and as migration retention areas. The **conclusions** suggest a reactive action by the city of Maputo to anticipate the worsening problems of resilience given the widespread informality, and that the adjacent territories must act proactively to anticipate this informality and better prepare for resilience.

Keywords: Urban growth. Migrations. Population. Resilience. Sustainability.

RESUMEN. El **problema** del crecimiento urbano en Mozambique indica que las principales causas son el crecimiento demográfico y la migración resultante de la búsqueda de mejores condiciones de vida, guerras, desastres naturales y grandes proyectos. Con el **objetivo** de analizar la manifestación de estos fenómenos en el territorio estudiado, este trabajo partió de dos **preguntas**: ¿Qué reactivismo queda a la ciudad de Maputo para anticipar los crecientes problemas de resiliencia? ¿Cómo pueden los territorios adyacentes ser proactivos, para anticipar la informalidad? La **metodología** requería fundamentos de investigación pura, con objetivos amplos de naturaleza exploratoria y descriptiva. El abordaje del problema siguió procedimientos analíticos (análisis cualitativo y cuantitativo) y técnicos (bibliográfico, documental y estudio de caso). Destaca también el método observacional, enfocado a los efectos de los fenómenos. Los **resultados** muestran que la ciudad de Maputo en 2017 tenía menos habitantes que en 2007, y que tres distritos municipales perdieron población, mientras que los otros cuatro ganaron. Por el contrario, la ciudad de Matola y los distritos de Boane, Marracuene y Matutuine, y la provincia de Maputo en general, aumentaron su población. También hay indicios que en 2017 la provincia y la ciudad de Maputo continuaron destacándose por sus altos volúmenes de inmigrantes acumulados y como “áreas de retención de migraciones”. Las **conclusiones** sugieren una acción reactiva por parte de la ciudad de Maputo para anticipar el empeoramiento de los problemas de resiliencia dada la informalidad generalizada, y que los territorios adyacentes deben actuar de manera proactiva para anticipar esta informalidad y prepararse mejor para la resiliencia.

Palabras-clave: Crecimiento urbano. Migraciones. Población. Resiliencia. Sostenibilidad.



APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

Introdução

Nas dinâmicas migratórias em África desde o séc. XIX, identificam-se os movimentos “intra-Africano, trans-Oceano Índico, trans-Mediterrânico e trans-Atlântico”, e nesse período Moçambique funcionou como importante reserva de mão-de-obra na região para a indústria mineira sul-africana, as plantações da *Rodésia* ou do centro de Moçambique, a construção, no período colonial, de infraestruturas rodoviárias e ferroviárias (ZELEZA 2008; ÉVORA, 2017; FEIJÓ, 2017a). Para Hansine e Arnaldo (2019), o crescimento populacional em Moçambique “resulta da dinâmica de três factores, nomeadamente a natalidade, a mortalidade e a migração”, sendo a maior percentagem devido ao crescimento natural, isto é “diferença entre natalidade e mortalidade”, e a menor à migração. Para estes autores (op. cit, p. 9), em Moçambique o “crescimento urbano é essencialmente demográfico”. Segundo Feijó (2017a), o crescimento demográfico só conferiu um carácter exponencial às dinâmicas migratórias. Francisco (2017, p. 18) afirma que a “transição demográfica” em Moçambique está em curso a nível nacional, principalmente porque a transição da mortalidade é uma realidade, com início nas primeiras décadas do século XX, mas com evidências fiáveis a partir de 1950 (ARNALDO, 2007, ARNALDO e MUANAMOHA, 2011 e CARDOSO, 2007 todos *apud* FRANCISCO, 2017).

O foco deste trabalho: os censos de 1980, 1997, 2007 e 2017

Neste trabalho, foi escolhido o período entre 1975 (independência de Moçambique) e 2017 (ano do último censo da população e habitação, o IVRGPH), e foram analisados os dados dos censos de 1980, 1997, 2007 e 2017, da cidade de Maputo, cidade da Matola e os distritos de Boane, Marracuene e Matutuine. No período pós independência, as principais constatações dão conta que as principais causas do fenómeno foram, ou são, as seguintes: (i) As deslocações nos primeiros anos da independência (1975), das pessoas que abandonavam o campo e as áreas rurais à procura de “melhores condições de vida” nas cidades (FORJAZ, 2017, p. 5); A nacionalização da terra (1975) e dos prédios de rendimento (1976) (SAEVFORS, 1986, pp. 10,17,26; TRINDADE *et al.*, 2006a; 2006b); (ii) O conflito armado durante os “16 anos” de 1976 a 1992 (ASFC, 2019; FEIJÓ, 2017a; 2017b; 2018; FARRÉ, 2017; ARAÚJO, 2005; MUANAMOHA e RAIMUNDO, 2018b; MUANAMOHA, 2002 *apud*



CMM-PEUMM, 2008a); (iii) A crise económica da década de 1980 (FEIJÓ, 2017b); (iv) As hostilidades militares dos períodos 2012-2014 e 2014-2016 no centro do país, mais especificamente em Sofala (RAIMUNDO, 2020; ASFC, 2019); (v) A insurgência armada no norte do país iniciada em Outubro de 2017, mais especificamente em Cabo Delgado, que provocou milhares de “deslocados de guerra internos” (FORQUILHA e PEREIRA, 2022); (vi) Os reassentamentos por causa dos grandes projetos (RAPOSO, 2017), também designado “reassentamento involuntário” (definição segundo o Banco BID, 1999 *apud* RAPOSO, 2017); (vi) Os reassentamentos por desastres naturais (MATE *et al.*, 2008; FEIJÓ, 2017b), para reassentar os “refugiados ambientais” (BLACK, 2001); (vii) A “migração generalizada das zonas rurais para as cidades (FORJAZ, 2017).

Objetivos, Motivação e Antecedentes

Este trabalho tem o **objetivo principal** de analisar as migrações e o crescimento populacional, e sua manifestação no território estudado caracterizada pelo crescimento urbano, procurando assim responder à uma preocupação emanada das discussões sobre “Governança e gestão do território” no FUN2022, no sentido de se incrementar “informação adequada sobre as dinâmicas demográficas, migratórias e sobre a expansão urbana” (MAEFP e UN-HABITAT, 2022b, pp. 10-11; UN-HABITAT, 2023). Daí, como **objetivo específico**, pretende-se disponibilizar, em particular sobre a cidade de Maputo e territórios adjacentes, mais “informação sobre a dimensão e distribuição espacial da população, para que os gestores urbanos possam adoptar abordagens mais estratégicas, inovadoras e sustentáveis” (MAEFP e UN-HABITAT, 2022b, pp. 10-11). Pretende-se assim contribuir para as reflexões no país sobre o rápido crescimento das áreas urbanas, onde se pode destacar os principais acontecimentos que motivaram este trabalho, nomeadamente:

(1) O “Experts Group Meeting (EGM)” organizado por ONU-Habitat de 16 a 18 de setembro 2013 conjuntamente com a Câmara Municipal de Barcelona - Espanha (UN-HABITAT e AJUNTAMENT BARCELONA, 2013; 2013a, p. 6; 2013b; TRINDADE, 2013); (2) O 1o Fórum Urbano Nacional (FUN2016) realizado em Maputo em 2016, com o lema “Consolidando a Agenda Urbana de Moçambique” (NAU/NUA) (MAEFP, 2016, p. 6; TRINDADE, 2016a; TRINDADE, 2016b in Jornal “O País”; UN-HABITAT, 2014b; ver mais sobre a NAU/NUA em UN-H III, 2017); (3) O PIMI



(Programa de Investigação Multisectorial Integrada) implementado pela FAPF com a colaboração de parceiros internacionais (FAPF, 2016; 2018; TRINDADE *et al.*, 2022; MONTEDORO *et al.*, 2020; 2022); (4) O 2o Fórum Urbano Nacional (FUN2022) realizado em Maputo entre 31 março e 01 abril de 2022 (MAEFP e UN-HABITAT, 2022a; 2022b; TRINDADE, 2022); (5) A elaboração da Política de Urbanização (PU), desencadeada a partir do FUN2022, aprovada e publicada em 2024 (MAEFP e UN-HABITAT, 2022a; 2022b; 2022c; UN-HABITAT, 2023; MAEFP e PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2022; MAEFP, 2023; BR-PU-Resolução 31/2024); (6) Os *workshops*, em 2023 para reflexão sobre a classificação do ‘urbano’ e do ‘rural’ em Moçambique e em 2024 para discutir a metodologia DEGURBA (‘Degree of Urbanization’ - cf. E.U. *et al.*, 2021) (MAEFP e UN-HABITAT *et al.*, 2023; 2024).

PROBLEMATIZAÇÃO

36

A definição do problema: o quê se constata nas cidades moçambicanas?

O que se observa nas cidades moçambicanas é um rápido crescimento urbano, uma urbanização que acontece de forma rápida e horizontal, decorrente do crescimento populacional e dos fluxos migratórios. Verifica-se um crescimento não planificado e desmedido, predominantemente de baixa densidade. (TRINDADE *et al.*, 2022). Algumas destas constatações foram levadas ao FUN2022 (TRINDADE, 2022), e dentre vários aspectos abordados, algumas conclusões foram apresentadas neste Fórum Urbano, nomeadamente: (i) que se continua a “ocupar e consumir vastas áreas urbanas com baixa densidade”; (ii) que “a densidade habitacional declina com a distância ao Centro, uma vez que a área dos talhões aumenta com essa distância, e torna a prestação de serviços básicos mais difícil e cara” (World Bank, 2017, p. 21; TRINDADE, 2022); (iii) “essas áreas ficam para além dos limites da rede de infraestrutura urbana e da provisão de serviços” (*op. cit.*, p. 22); (iv) “faz aumentar a despesa com transporte e mais tempo de viagem para os Centros de serviços e emprego” (*op. cit.*, p. 23); (v) que ao se discutir o tamanho do talhão se deve também discutir os elevados custos da urbanização associados a modelos onde predomina a baixa densidade; (vi) que a provisão de habitação, principalmente de carácter multifamiliar, deve ser discutida; (vii) que é necessário construir edifícios multifamiliares, evitando assim que vários loteamentos continuem desprovidos de infraestruturas e longe de serviços básicos.



A formulação do problema: quem aborda o problema e porquê?

Francisco (2017, p. 26), se se confirmarem as projecções da ONU de 2015 a população mundial em 2024 irá atingir **8 mil milhões** (FRANCISCO, 2012a, 2010a, MADDISON¹, 2008 e UN, 2015a todos *apud* FRANCISCO, 2017; cf. também UN, 2015a). No entanto, é na **África Subsaariana** (Sub-Saharan Africa) onde se poderá verificar mais da metade do crescimento da população mundial entre 2019 e 2050, e a população da região deve continuar crescendo até o final do século (UN, 2019a; UN, 2019b). Em 2017 o INE indicou que a população urbana em Moçambique era calculada em cerca de **33.4 %** (INE, 2019a) de um total de 27.909.798 habitantes (INE, 2019b), um incremento de cerca **7,3 milhões** em 10 anos, considerando **20.632.434** em 2007 (INE, 2019a). Outros dados consideram que em 2017, a população urbana era de cerca **32.6 %** (INE e UNFPA, 2023), o que significava perto de **9,1 milhões** de pessoas. Portanto, pode-se constatar que a população urbana quase duplicou em 20 anos, de cerca de **4,7 milhões** em 1997 (**29 %** de **16.099.246**) para cerca de **9,1 milhões** em 2017. Por sua vez, Francisco (2017 citando a ONU, 2015), afirma que se forem concretizadas as projecções demográficas da ONU para o séc. XXI, a população moçambicana aumentará de **3,8 milhões** (em 1891) para cerca de **120 milhões** em 2091, um aumento populacional de quase 32 vezes, em apenas dois séculos - cf. UN (2015b) que dá conta de um total de **117.539 milhões** pessoas no ano 2090 (28.667 dos 0-15 anos, 75.786 dos 15-64 e 13.086 dos 64 em diante) e de um total de **127.648 milhões** pessoas no ano 2100 (28.743 dos 0-15 anos, 81.890 dos 15-64 e 17.015 dos 64 em diante).

Dentre outros fatores, em Moçambique esta migração campo-cidade está fortemente associada, por um lado as deslocações forçadas, nomeadamente conflitos militares (FEIJÓ, 2017a; 2018), os reassentamentos na sequência dos grandes projetos de investimento (RAPOSO, 2017) e os reassentamentos por desastres naturais (MATE *et al.*, 2008) - estes últimos, também chamados “refugiados ambientais” (BLACK, 2001; KIBREAB, 1996, MCGREGOR, 1993, TICKELL e JACOBSEN, 1988 todos *apud* MATE *et al.*, 2008). Por outro lado, conforme Forjaz (2017, p. 6), a migração está associada à “insuficiente atenção que se dá ao rural” que se traduz em “assimetrias das

¹ Angus Madison (1926-2010), foi um “estudioso da história macroeconómica quantitativa, incluindo a medição e análise do crescimento e desenvolvimento económico (UNIVERSITY OF GRONINGEN, 2021). Acesso em 05 nov. 2023.



condições de vida entre a cidade e o campo”. Fica assim claro que estes processos migratórios são uma resposta as assimetrias geográficas e manifestam-se como um mecanismo de sobrevivência e de reprodução social (FEIJÓ, 2017a), e fica também claro que o rápido crescimento populacional das cidades resulta da ausência de uma estratégia integrada e efetiva para desenvolver o rural (FORJAZ, 2017). Agy e Ibraimo (2017) consideram que de um modo geral a migração da população do meio rural para as cidades tem origem principalmente nas assimetrias sócio-económicas, procurando nas cidades e centros urbanos melhores condições de vida. Mosca (2012 *apud* AGY e IBRAIMO, 2017), considera que os inúmeros constrangimentos ao longo das últimas décadas para prática da actividade agrícola, justificam a reduzida importância da agricultura na economia, bem como assim como para o desenvolvimento do meio rural. Castel-Branco (2010 *apud* AGY e IBRAIMO, 2017) considera que os baixos níveis de produtividade dos pequenos produtores está associado a reduzida cobertura de infraestruturas de transporte e comunicação, energia, água ou assistência técnica, levando a população à migração para outros locais a procura de trabalho. As mudanças climáticas e seus efeitos (cheias e secas), é um factor que causa elevados índices de incerteza - incerteza que origina também um desinteresse das instituições bancárias pelo investimento no sector (MUCAVELE, 2012, *apud* AGY e IBRAIMO, 2017). A desindustrialização após a independência e a fracassada aposta na mecanização acelerada da produção agrícola, aceleraram o processo de urbanização (WUYTS, 1981 *apud* FARRÉ, 2017).

A argumentação do problema: quem aborda como, onde e quando se manifesta o problema?

Para Mosca (2018, p. 5) “o crescimento da população urbana em Moçambique acontece num cenário de desindustrialização e de falta de emprego”. Segundo Carrilho (2017) a maioria dos habitantes que migram anualmente do campo para as cidades a procura de emprego e melhores condições de vida, “acaba nas cinturas ou núcleos informais das cidades planeadas pré-existentes”, principalmente nos “países em desenvolvimento”, áreas essas “geralmente localizadas nas periferias urbanas”. A maior parte destas pessoas se instala de forma precária, “saturando infraestruturas urbanas, já de si obsoletas ou carentes de manutenção” (FEIJÓ, 2017a, p. 12). Um exemplo, é uma



pesquisa levada a cabo em 2016 nas cidades de Maputo, Tete, Quelimane, Nacala-Porto e Pemba (MUANAMOHA e RAIMUNDO, 2018a), cujos resultados dão conta que naquele ano, nas cidades referidas, a proporção de migrantes “vendedores” era de 30,7% e a segunda ocupação principal mais referida pelos migrantes na cidade de chegada era a de atividades não qualificadas (agricultura, pesca, indústria extrativa) com 18% dos inquiridos (*op. cit.*).

No caso de Maputo em particular, Feijó (2017b) considera que “o crescimento populacional acelerado e a expansão urbana não foram acompanhados por fenómenos de desenvolvimento urbano ou pelo aumento da capacidade financeira e técnica da gestão pública municipal, conduzindo à saturação e degradação de equipamentos e infraestruturas urbanas ou dos serviços sociais e aumentando as dificuldades de transporte e de mobilidade das populações”. Feijó (2017c, p. 150) salienta ainda que em Maputo “predomina o desemprego e a informalidade das atividades económicas” e chama à atenção para a saturação de “serviços urbanos, particularmente unidades habitacionais, escolas e unidades de saúde ou na insuficiência dos serviços de transporte público”. Para Feijó (2017b), a crise económica da década de 1980, e ainda os efeitos das calamidades naturais e o conflito armado, determinaram que entre 1980-1991 a população de Maputo crescesse de **537.394** para **871.776**, com efeitos na “multiplicação dos assentamentos precários” e carentes no acesso aos diversos serviços. Uma das conclusões de Feijó (*op. cit.*, p. 125), num “exame detalhado das condições socioeconómicas” da capital e numa análise de 25 anos (1990-2014), foi que, com o exemplo de 2004, cerca **39,9%** dos habitantes de Maputo com mais de sete anos de idade, naquele ano, eram desempregados (*op. cit.*).

Para Stacciarini *et al.* (2022, p. 10), na cidade de Maputo, uma boa parte da população “continua alheia às melhorias e segregada”, onde as “residências modernas edificadas com materiais importados contrastam com a ausência de uma política habitacional e de planeamento urbano de interesse social e comunitário”. Para Araújo (2005, p. 1179), a expansão urbana da cidade de Maputo acontece “sem áreas verdes e com poucas áreas de lazer”; e “a construção de infraestruturas viárias e de saneamento transforma-se sempre num problema para a edibilidade, pois implicaria o derrube de muitas casas e a deslocação de população para outras áreas”. Stacciarini *et al.* (2022, p. 11), dão o exemplo da cidade de Maputo onde “‘mercados lineares’ a céu aberto, acolhendo um verdadeiro ‘empreendedorismo informal’, surge como tentativa de fuga



da miséria generalizada que pressiona grande parte da população”. Para Araújo (2005, p. 1177), “apesar das grandes transformações socio-económicas observadas na cidade de Maputo após a independência do país e de os residentes do ‘cimento’ terem mudado radicalmente, (...), os contrastes entre a área urbana (o “cimento”) e a suburbana mantiveram-se e, em muitas situações, agudizaram-se”.

O problema principal: a declaração do problema e as questões da pesquisa

A partir das evidências atrás relatadas, pode-se resumir que, as principais causas das migrações para as áreas urbanas em Moçambique são: a migração generalizada à procura de melhores condições de vida nas cidades, as guerras (conflitos armados e militares), os desastres naturais e os grandes projetos. Daí, este trabalho ao interrelacionar os fenómenos migrações-crescimento urbano com o ordenamento do território, pretende responder às seguintes questões: **(1)** Para as cidades que não conseguiram se antecipar à informalidade, que reactivismo lhes resta para se antecipar aos problemas agravados de resiliência? **(2)** Como as cidades podem ser proactivas, para se anteciparem à informalidade e melhor se prepararem para a resiliência?

METODOLOGIA

Para entender os fenómenos no território estudado, se procurou “desvendar a realidade dos factos”, bem como “as relações com outros factos” (GALLIANO, 1979, pp. 28,30 *apud* ZANELLA, 2013 pp. 15-16). Pretendia-se assim um melhor entendimento sobre como a sociedade se “reforma” em seu próprio benefício (*ibidem*), e buscar respostas para os problemas da sociedade urbana e do território em que ela vive (KÖCHE, 1997 *apud* ZANELLA, 2013) - um pressuposto “funcionalista”, onde se procurou entender como essa sociedade urbana se comporta como “um organismo, cujas partes funcionam para atender às necessidades do conjunto” (SEVERINO, 2014, p. 97 citando o “funcionalismo” de H. Spencer e D. E. Durkheim, posteriormente consolidado por B. K. Malinowski). Para “determinar o rumo do trabalho de pesquisa” (BLOISE, 2020, p. 119), seguiu-se um “conjunto de procedimentos” (GIL, 2008 *apud op. cit.*, p. 118), tendo em vista a “construção do conhecimento” que se pretendia (SEVERINO, 2007 *apud* BLOISE p. 118). Assim, o trabalho se suportou em fundamentos da **pesquisa pura** (GIL, 2008 pp. 26-27), pois essa era a finalidade, cujo objetivo geral é “contribuir com conhecimentos para o desenvolvimento da ciência sem ter em vista uma



aplicação prática” (GIL, 2008, p. 26; EVEN3 s.d.; ASSIS, 2009, p. 17). Pretendia-se atingir dois “**objetivos amplos**”: O primeiro, de “**carácter exploratório**”, onde foi importante um “**levantamento bibliográfico e documental**” (SELLTIZ *et al.*, 1967 *apud* GIL, 2008, p. 27); O segundo, de “**carácter descritivo**” (*op. cit.*, p. 28; EVEN3 s.d.).

Um dos “**procedimentos analíticos**” foi a “**análise qualitativa**” (SAMPIERI *et al.*, 2013; GIL, 2008; EVEN3 s.d.). Para esta análise qualitativa, foi importante o de “**técnicas não interativas**”, como é o caso da “**análise documental**” (BORGES *et al.*, 2015). Outro “**procedimento analítico**” foi a “**análise quantitativa**” (GIL, 2008, p. 175; EVEN3 s.d.). Esta abordagem quantitativa tinha o objetivo de “**trabalhar com dados estatísticos**” (BLOISE, 2020 pp. 120-121) e analisar a “**realidade objetiva**” (SAMPIERI *et al.*, 2013). Portanto, foi uma “**análise mista**”, fazendo uso tanto de elementos quantitativos como qualitativos, uma abordagem também denominada “**pesquisa combinada**” (BLOISE, 2020, p. 121). Um dos “**procedimentos técnicos**” foi o “**procedimento bibliográfico**”, através da consulta de livros, artigos, publicações editadas, resultados de censos, estudos etc. (EVEN3 s.d.; GIL, 2008, pp. 49,50; BLOISE, 2020). Outro “**procedimento técnico**” usado foi o “**procedimento documental**” (EVEN3 s.d.; GIL, 2008, p. 51), pois foram consultados seja documentos “**sem qualquer tratamento analítico**” como “**documentos já analisados**”. Outro “**procedimento técnico**” a mencionar é o “**estudo de caso**”, apresentado nos capítulos que abordam a cidade capital Maputo e os territórios adjacentes da província de Maputo. Este foi o caminho para melhor estudar esse território e melhor se entender “**os fenómenos e o contexto**” (YIN, 2005, p. 32 *apud* GIL, 2008 p. 58), apesar de demandar muito tempo (YIN, 1981, *apud* GIL, 2008). Também se destaca o “**método observacional**” (GIL, 2008, p. 15), focado na observação seja da manifestação dos fenómenos seja dos efeitos após os fenómenos (*op. cit.*, p. 16). Tal “**observação**” decorreu particularmente durante o desenvolvimento do programa PIMI (TRINDADE *et al.*, 2022; MONTEDORO *et al.*, 2020; 2022), onde se constatou, dentre outros, a eliminação de áreas com potencial agrícola, com forte impacto seja na produtividade seja no ecossistema da região e equilíbrio ambiental (ALEXANDER *et al.*, 2013), pois ocupam-se de áreas sensíveis e propensas a desastres naturais (AZARATE; TRINDADE, 2024; TRINDADE *et al.*, 2022), e a demarcação de talhões e loteamentos



substituindo prática de elaboração e implementação de instrumentos de ordenamento do território (idem).

AS TENDÊNCIAS NO CRESCIMENTO POPULACIONAL E URBANO

Sobre as migrações em Moçambique após 1975

O fenómeno migratório a partir da década de 80 é evidenciado por Muanamoha e Raimundo (2018b) que lembram que, no caso de Moçambique em geral, observaram-se “permanentes deslocamentos em decorrência da instabilidade política registada até 5 anos antes do segundo censo demográfico, o de 1997” - portanto, até 1992 - e dos “fenómenos subsequentes que caracterizaram a história política, económica e ambiental de Moçambique, até 2007”. Nestes últimos, os autores destacam “o discurso das descobertas de recursos minerais” bem como “os investimentos decorrentes da valorização destes recursos” como factores que influenciaram a geografia do país no que diz respeito aos “assentamentos populacionais e ao “sentido das migrações” (RAIMUNDO e RAIMUNDO, 2017 *apud* MUANAMOHA e RAIMUNDO, 2018b, p. 35). Para Araújo (2005, p. 1177-78), a “guerra civil que devastou o país” mandou para as cidades “milhares de famílias que nelas procuravam refúgio” e, no caso da cidade de Maputo, “a percepção dos residentes na cidade é a de que ela fervilha de gente e está superlotada”. Para Araújo (2005, p. 1180), “mesmo depois de terminar a guerra civil, o fluxo de imigrantes vindos do campo continuou, mas em muito menor escala”.

População e crescimento urbano em Moçambique de 1980 a 2017

O IV Censo de 2017 deu conta que a população urbana em Moçambique era calculada em cerca de **33.4 %** (INE, 2019a) de um total de **27.909.798** habitantes (INE, 2019b) - Portanto, o incremento da população total em Moçambique foi de cerca **7,3 milhões em 10 anos** entre 2007-2017, considerando **20.632.434** habitantes em 2007 (INE, 2019a). Outros dados consideram que em 2017, a população urbana em Moçambique era de cerca de **32.6 %** (INE e UNFPA, 2023), o que significava perto de **9,1 milhões** de pessoas em áreas urbanas. Portanto, pode-se constatar que a população urbana quase duplicou em 20 anos, de cerca de **4,7 milhões em 1997 (29 % de 16,099,246)** para cerca de **9,1 milhões em 2017**. Em 1980, o “1o Recenseamento Geral da População” realizado a 1 de agosto daquele ano e liderado pela “Conselho



Coordenador do Recenseamento” deu conta de uma população recenseada de 11.673.725 ajustada para **12.130.000** habitantes (ANTUNES, 1985).

A influência das correntes migratórias no crescimento urbano e nas condições socioeconómicas da capital Maputo

Maputo, quando Lourenço Marques, por causa das correntes migratórias associadas à construção do porto marítimo e da linha férrea para o escoamento e abastecimento das minas da África do Sul, a sua população cresceu, em 10 anos, de **178.565** em 1960 para **378.348** em 1970 (LOPES *et al.*, 2007 e INE todos *apud* FEIJÓ, 2017b) - segundo Feijó, os dados da população sintetizados por Lopes *et al.* (*idem*) também indicam **537.394** habitantes em 1980, **871.776** em 1991 e **966.837** em 1997, e os dados do INE indicam **1.099.000** em 2007 e **1.209.993** em 2013. Esta tendência de aumento populacional manteve-se ao longo da década de 1970 por causa das migrações para a cidade decorrentes da reação do regime sul-africano ao apoio prestado por Moçambique ao ANC, reduzindo em 1975 o recrutamento anual de mineiros moçambicanos de cerca de 100.000 para 30.000 (BRITO, 2011 *apud* FEIJÓ, 2017b). A dependência da agricultura familiar e porque também o sistema de comercialização agrícola estava em crise, fez com que a população da cidade aumentasse de **378.348** para **537.394** habitantes entre 1970-1980, a uma taxa de crescimento anual médio de 3,6% (FEIJÓ, 2017b). Durante a década de 80, período de intenso conflito armado, a migração teve um grande peso no crescimento da população da cidade de Maputo, tendência essa que diminuiu particularmente a partir dos princípios da década de 90 (CMM-PEUMM, 2008a). Até essa altura, quase todos os bairros da cidade de Maputo receberam migrantes rurais (MUANAMOHA, 2002 e ARAÚJO, 2005 todos *apud* CMM-PEUMM, 2008a, p. 99), com maior incidência nos mais “centrais” ou da comumente chamada “zona de cimento” (CMM-PEUMM, 2008a, p. 99).

Após a independência (1975) e até 1980, vários acontecimentos marcaram a gestão das cidades em Moçambique, tais como: (i) Em 1975 a nacionalização da terra e em 1976 dos prédios de rendimento (SAEVFORS, 1986; TRINDADE *et al.*, 2006a; 2006b); (ii) O III Congresso da FRELIMO em 1977 cujas “directivas económicas e sociais” preconizavam aspectos cruciais sobre as gestão dos assentamentos (TRINDADE *et al.*, 2006a, p. 9; 2006b, pp. 10-11); (iii) A 1ª Reunião Nacional sobre Cidades e Bairros Comuns em 1979, como seguimento às directivas do III Congresso



(TRINDADE *et al.*, 2006a; 2006b); e (iv) A conversão da Direcção Nacional de Habitação (DNH) no Instituto Nacional de Planificação Física (INPF) em 1983 (RAPOSO, 2007 e ROSÁRIO, 1999 todos *apud* MELO, 2013). Resultante dos acontecimentos atrás mencionados, várias acções foram levadas a cabo, a destacar: (i) O projecto de requalificação do bairro Maxaquene entre 1977 e 1978, iniciativa da Direcção Nacional de Habitação (DNH) do então MOPH² e financiamento das Nações Unidas (SAEVFORS, 1986; RAPOSO, 2007 *apud* MELO, 2013); (ii) A dotação em algumas áreas semi-urbanizadas de infraestruturas de abastecimento de água, energia eléctrica, saneamento e drenagem de águas pluviais (OPPENHEIMER e RAPOSO, 2002 *apud* MELO, 2013); (iii) O fornecimento de habitações pelo estado entre 1977-1985 (MELO, 2013); A disponibilização de talhões para autoconstrução em Maputo e Matola entre 1975-1985 (PROL, 1992 e 1999 *apud* OPPENHEIMER e RAPOSO, 2002 todos *apud ibidem*).

Assim, os acontecimentos e as medidas estruturais atrás mencionadas, e as acções de seguimento, são factores que também “contribuíram para a crescente atracção da população aos centros urbanos” (OPPENHEIMER e RAPOSO, 2002 *apud* MELO, 2013, p. 79). A crise económica da década de 1980, com efeitos negativos no campo, associada aos efeitos das calamidades naturais e ao conflito armado, enquadraram-se nas causas para que os refugiados procurassem segurança em Maputo, o que determinou o crescimento populacional de **537.394** para **871.776** entre 1980-1991 e determinou também a multiplicação dos assentamentos precários e a limitação no acesso aos diversos serviços, particularmente a saúde e educação (FEIJÓ, 2017b). O fim do conflito armado na década de 1990 (4 de outubro de 1992) foi determinante para a desaceleração da taxa de crescimento demográfico na cidade de Maputo e por isso a sua população cresceu entre 1991-1997 de **871.776** para **966.837** habitantes (FEIJÓ, 2017b). Estes fluxos migratórios levaram Feijó (2017b, p. 125) a realizar um “exame detalhado das condições socioeconómicas” da capital, onde ele procurava também “compreender o desequilíbrio da distribuição socioespacial destes recursos”, bem como “analisar a dimensão das desigualdades no seio da própria cidade de Maputo”. Numa análise de 25 anos (1990-2014), o autor concluiu, mais especificamente no caso do

² De 1974 até 1980 era MOPH - Ministério das Obras Públicas e Habitação; Entre 1980-1994 era MCA - Ministério da Construção e Águas; Entre 1994-2015 era MOPH novamente; A partir de 2015 é MOPHRH - Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos.



desemprego, que a realidade é que a cidade se destacava pela elevada concentração de desemprego, com o exemplo de 2004, quando **39,9%** dos habitantes da cidade com mais de sete anos de idade eram desempregados (FEIJÓ, 2017b).

AS DINÂMICAS POPULACIONAIS E MIGRATÓRIAS NA CAPITAL MAPUTO E TERRITÓRIOS ADJACENTES 1980-2017

Breve caracterização da área de estudo e objetivos do capítulo

O plano de estrutura do município de Maputo 2008 referia que a cidade de Maputo tinha cerca de **308 Km²**, sendo o centro do Município com cerca de 167 Km², Catembe com 94 Km² e Inhaca com 47 Km² (CMM-PEUMM, 2008a). A **cidade da Matola** entre 1980-1987 fazia parte da **cidade de Maputo** constituindo o **Grande Maputo** e foi desanexada da cidade de Maputo em 1987 (CMM-PEUMM, 2008a). Outros dados indicam que a cidade da Matola fez parte da cidade de Maputo entre 1980-1988 constituindo o **Grande Maputo** com uma superfície de cerca **633 Km²** (MIQUIDADE, 2018). O plano de estrutura do Município da Matola de 2008 indicava que a cidade da Matola ocupava **368,4 Km²** (CMCM-PEUCM, 2010). Diversas vezes consideram que as cidades de Maputo e Matola representam, na realidade, uma mesma área urbana, que pode ser designada por ‘área urbana de Maputo’ ou, porque não, por ‘área metropolitana de Maputo’ (ARAÚJO s.d., p. 2). Alguns estudos fazem uma leitura da “Área Metropolitana de Maputo” como sendo um território “que engloba os municípios de Maputo, Matola, Boane e Marracuene” (MELO e JENKINS, 2019, p. 4 *apud* JORGE e TIQUE, 2020, p. 210). Para INE e UNFPA (2023, p. 9), “a metrópole de Maputo, constituída pelos municípios de Maputo, Matola e Boane e vila de Marracuene apresenta-se como uma aglomeração urbana conurbada, ocupando a posição de metrópole primaz e não podendo ser compreendida, dentro da rede urbana, de uma forma separada”. O que certo, é que estas inter-relações já ultrapassam os territórios de Maputo e Matola. Por isso, este capítulo tem como objetivo principal sistematizar várias fontes de dados populacionais, maioritariamente do INE, da cidade de Maputo, da província de Maputo, da cidade da Matola e dos distritos de Boane, Marracuene e Matutuine. Para tal foram analisados os dados dos censos de 1980, 1997, 2007 e 2017.



O censo de 1980

Em 1980 (**Figura 1**) a **cidade de Maputo** possuía cerca de **539.737** habitantes (INE, 1999c-1, referindo que “de 1980 a 1997, a população de Maputo Cidade incrementou em 427,1 mil habitantes”). A **província de Maputo** tinha cerca de **700.179** (INE, 1999d-1, referindo que “de 1980 a 1997, a população da província de Maputo incrementou em **106,0 mil**). Outros dados indicam que em 1980 o “1o Recenseamento Geral da População” (I RGP) liderado pela “Conselho Coordenador do Recenseamento” deu conta que o **Grande Maputo** tinha **755,300** e a **província de Maputo** **491,800** (ANTUNES, 1985). Outros indicam que a **cidade de Maputo** tinha **537.394** (ARAÚJO, 2005) e que o total das duas cidades (Maputo e Matola) era **739,077** (ARAÚJO s.d.), o que significa **cidade da Matola 201.683**.

Figura 1. O censo de 1980 para a cidade de Maputo, cidade da Matola, província de Maputo e os distritos de Boane, Marracuene e Matutuine

Nota: Os dados considerados fiáveis são os dados que se apresentam em **negrito (bold)**. Foram mantidos outros dados (**não bold**) da mesma coluna onde se identificam os considerados fiáveis (**bold**). Constan também desta tabela dados cujas colunas inteiras não apresentaram qualquer dado considerado fiável.

CENSO:		1980			
FONTE:		1980 Cidade de Maputo 755,300 e Província de Maputo 491,80 (Antunes 1985, p. 5).	1980 Cidade de Maputo 537,394 (Araújo 2005, p. 1180)	1980 Cidade de Maputo e Cidade da Matola as duas cidades total 739,077 (Araújo s.d., p. 2).	INE 1999c-1; INE 1999d-1
		Grande Maputo (cidade de Maputo e cidade da Matola)			Cidade de Maputo (NÃO INCLUSO cidade da Matola)
Maputo Cidade (Município de Maputo)		755 300	537 394	739 077	539 737
Cidade da Matola (Município da Matola)			201 683		
Maputo Província		491 800			700 179
		Província de Maputo (NÃO INCLUSO cidade da Matola)			Província de Maputo (INCLUSO cidade da Matola)

Fonte: Antunes 1985, p. 5; Araújo 2005, p. 1180; Araújo s.d., p. 2; INE 1999.



O censo de 1997

Em 1997 (**Figura 2**) a cidade **Maputo** (Município de Maputo) tinha cerca de **966.837** habitantes distribuídos pelos Distritos Municipais D.M.1 (KaMpfumo) com **154.284**, D.M.2 (Nlhamankulu) com **162.750**, D.M.3 (KaMaxakeni) com **210.551**, D.M.4 (KaMavota) com **228.244** e D.M.5 (KaMubukuana) com **211.008** (INE, 1999c-1; INE, 1999c-2; 1999c-3; INE e UNFPA, 2023) - sem informação de D.M.6 (KaTembe) e D.M.7 (KaNyaka) - Outras fontes indicam para a cidade Maputo em 1997 cerca de **989.400** (INE, 1999a), **987.943** (INE, 2011a). A cidade da **Matola** em 1997 possuía **424.662** (INE, 1999d-2; INE, 2012; INE e UNFPA, 2023). Em 1997 a **província de Maputo** tinha cerca de **806.179** (INE, 1999d-3; INE, 2012) - Outras fontes indicam para a província de Maputo em, 1997 cerca de **832.100** (INE, 1999a) e **830.908** (INE, 2011b). Em 1997 o distrito de **Boane** contava com **56.703**, compreendendo o posto administrativo de **Matola Rio** com **12.120** e o posto administrativo de **Boane** com **44.583**, (INE, 1999d-2). Em 1997 o distrito de **Marracuene** contava com **41.677**, compreendendo o posto administrativo de **Marracuene** com **36.732** e o posto administrativo de **Machubo** com **4.945**, (INE, 1999d-2). Em 1997 o distrito de **Matutuine** contava com **35.161**, compreendendo o posto administrativo de **Catembe** com **4.730** e outros postos administrativos nomeadamente **Missevene (Bela Vista)** com 14.272, **Catuane** com 9.089, **Zitundo** com 4.175 e **Machangulo (Ndelane)** com 2.895 (INE, 1999d-2).

Sobre a população em 1997, outras fontes (ADE, 2020) (**Figura 2**) indicam que a distribuição da população era a seguinte: A cidade **Maputo** com cerca de **987.309** habitantes distribuídos pelos Distritos Municipais D.M.1 (KaMpfumo), D.M.6 (KaTembe) e D.M.7 (KaNyaka), os três totalizando **159.987**, D.M.2 (Nlhamankulu) com **166.423**, D.M.3 (KaMaxakeni) com **214.160**, D.M.4 (KaMavota) com **231.904** e D.M.5 (KaMubukuana) com **214.835** (ADE, 2020); A cidade da **Matola** em 1997 com **430.700** distribuídos pelos postos administrativos de Infulene com **118.263**, Machava com **134.316** e Matola Sede com **178.121** (ADE, 2020); Em 1997 o distrito de **Boane** com **57.961** distribuídos pelos postos administrativos de **Matola Rio** com **12.275** e **Boane** com **44.686** (ADE, 2020); Em 1997 o distrito de **Marracuene** com **42.467** distribuídos os postos administrativos de **Marracuene** com **37.411** e **Machubo** com **5.056** (ADE, 2020); Em 1997 o distrito de **Matutuine** com **35.975** distribuídos pelos postos administrativos de **Catembe** com **4.798** e outros nomeadamente **Missevene**



(Bela Vista) com 14.649, Catuane com 9.198, Zitundo com 4.372 e Machangulo (Ndelane) com 2.958 (ADE, 2020).

Figura 2. O censo de 1997 para a cidade de Maputo, cidade da Matola, província de Maputo e os distritos de Boane, Marracuene e Matutuine

Nota: Os dados considerados fiáveis são os dados que se apresentam em **negrito (bold)**. Foram mantidos outros dados (**não bold**) da mesma coluna onde se identificam os considerados fiáveis (**bold**). Constan também desta tabela dados cujas colunas inteiras não apresentaram qualquer dado considerado fiável.

		CENSO 1997						
FONTE:		INE 1999a	INE 1999c-3 para DMs da cidade de Maputo; 1999c-2 para cidade de Maputo; 1999d-2 e 1999d-3 para província de Maputo, cidade da Matola e restantes distritos; 2012, p. 5 para cidade da Matola e província de Maputo; INE e UNFPA 2023, p. 95 para cidade de Maputo e cidade da Matola		INE 2011a; INE 2011b	ADE 2020		
		DISTRITOS MUNICIPAIS						
Maputo Cidade (Município de Maputo)	D.M. n.1 (KaMpfumo)	989 400	15,96%	154 284	966 837	987 943	159 987	
	D.M. n.6 (KaTembe)		-	-				
	D.M. n.7 (KaNyaka)		-	-				
	D.M. n.2 (Nlhamankulu)		16,83%	162 750				166 423
	D.M. n.3 (KaMaxaquene)		21,78%	210 551				214 160
	D.M. n.4 (KaMavota)		23,61%	228 244				231 904
D.M. n.5 (KaMubukwana)	21,82%	211 008	214 835					
Cidade da Matola (Município da Matola)	Infulene					118263	430 700	
	Machava					134316		
	Matola sede					178121		
Maputo Província		832 100			806 179	830 908		
Distrito de Boane - Pertence à província de Maputo e inclui 2 postos administrativos que são P. A. de Boane e P. A. de Matola Rio.	Posto Administrativo de Matola Rio - Pertence ao distrito de Boane e inclui 1 localidade que é Matola Rio Sede com 6 áreas: Mulotana, Beluluana, Djonasse, Djuba, Matola-Rio e Chinonanquila.		12 120	56 703		12 275	57 961	
	Posto Administrativo de Boane - Pertence ao distrito de Boane e inclui 2 localidades que são Gueguegue com 7 áreas e Eduardo Mondlane com 17 áreas.		44 583		45 686			
Distrito de Marracuene - Pertence à província de Maputo e inclui 2 postos administrativos que são P. A. de Marracuene e P. A. de Machubo	Posto Administrativo de Marracuene - Pertence ao distrito de Marracuene e inclui 3 localidades que são Marracuene com 9 áreas, Michafutene com 8 áreas e Nhongonhana com 8 áreas.		36 732	41 677		37 411	42 467	
	Posto Administrativo de Machubo - Pertence ao distrito de Marracuene e inclui 2 localidades que são Macandza com 8 áreas e Thaula com 1 área.		4 945		5 056			
Distrito de Matutuine - Pertence à província de Maputo e Inclui 4 Ppostos administrativos que são. Missevane, Catembe e Catuane.	Posto Administrativo de Mugazine (Catembe) - Pertence ao distrito de Matutuine e inclui 3 localidades que são Felipe com 2 áreas, Mugazine com 5 áreas e M'Sine com 4 áreas.		4 730	35 161		4 798	35 975	
	Bela Vista (Missevane)		14 272		14 649			
	Catuane		9 089		9 198			
	Zitundo		4 175		4 372			
	Ndelane (Machangulo)		2 895		2 958			

Fonte: INE 1999; INE 2011; INE 2012; ADE 2020; INE e UNFPA 2023.

O censo de 2007

Em 2007 (**Figura 3**) a cidade **Maputo** (Município de Maputo) tinha cerca de **1.111.638** habitantes distribuidos pelos Distritos Municipais D.M.1 (KaMpfumo) com **109.052**, D.M.2 (Nlhamankulu) com **156.836**, D.M.3 (KaMaxakeni) com **227.290**,



D.M.4 (KaMavota) com **297.657**, D.M.5 (KaMubukuana) com **294.967**, D.M.6 (KaTembe) com **19.668** e D.M.7 (KaNyaka) com **5.300** (INE, 2011a; INE, 2010) - Outras fontes indicam para a cidade Maputo em 2007 cerca de **1.094.315** (INE2007 s.d.-a) e **1.094.628** (INE e UNFPA, 2023). A cidade da **Matola** em 2007 possuía **682.597** habitantes (55,7% de 1.225.489 segundo INE, 2011b) - Outras fontes indicam para a cidade da Matola em 2007 cerca de **682.691** habitantes (INE, 2012) e **671.556** (INE e UNFPA, 2023). Em 2007 a **província de Maputo** tinha cerca de **1.225.489** habitantes (INE, 2011b) - Outras fontes indicam para a província Maputo em 2007 cerca de **1.205.553** resultante de uma população **urbana** de **828.678** habitantes e uma população **rural** de **376.875** (INE2007 s.d.-b; INE e UNFPA, 2023), e também **1.225.489** habitantes (INE, 2012). Em 2007 o distrito de **Boane** contava com **104.167** habitantes (8,5% de 1.225.489 segundo INE, 2011b) - Outras fontes indicam para o distrito de Boane em 2007 cerca de **104.128** habitantes (INE, 2012). Em 2007 o distrito de **Marracuene** contava com **85.784** habitantes (7,0% de 1.225.489 segundo INE, 2011b) - Outras fontes indicam para o distrito de Marracuene em 2007 cerca de **86.177** habitantes (INE, 2012). Em 2007 o distrito de **Matutuíne** contava com **37.990** habitantes (3,1% de 1.225.489 segundo INE, 2011b) - Outras fontes indicam para o distrito de Matutuíne em 2007 cerca de **37.939** habitantes (INE, 2012).

Sobre o censo de 2007, outras fontes (ADE, 2020) (**Figura 3**) indicam que a distribuição da população era a seguinte: A cidade **Maputo** com cerca de **1.120.360** habitantes distribuídos pelos Distritos Municipais D.M.1 (KaMpfumo), D.M.6 (KaTembe) e D.M.7 (KaNyaka), os três totalizando **136.282**, D.M.2 (Nlhamankulu) com **157.807**, D.M.3 (KaMaxakeni) com **228.070**, D.M.4 (KaMavota) com **299.843** e D.M.5 (KaMubukuana) com **298.358** habitantes (ADE, 2020); A cidade da **Matola** em 2007 com **687.150** habitantes distribuídos pelos postos administrativos de Infulene com **231.193**, Machava com **232.674** e Matola Sede com **223.283** habitantes (ADE, 2020); Em 2007 o distrito de **Boane** com **104.627** habitantes distribuídos pelos postos administrativos de **Matola Rio** com **35.629** e **Boane** com **68.998** habitantes (ADE, 2020); Em 2007 o distrito de **Marracuene** com **87.183** habitantes distribuídos os postos administrativos de **Marracuene** com **82.309** e **Machubo** com **4.874** habitantes (ADE, 2020); Em 2007 o distrito de **Matutuíne** com **38.087** habitantes distribuídos pelos postos administrativos de **Catembe** com **5.767** e outros nomeadamente **Missevene**

(Bela Vista) com 15.366, Catuane com 97.234, Zitundo com 6.357 e Machangulo (Ndelane) com 3.363 (ADE, 2020).

Figura 3. O censo de 2007 para a cidade de Maputo, cidade da matola, província de Maputo e os distritos de Boane, Marracuene e Matutuine

Nota: Os dados considerados fiáveis são os dados que se apresentam em **negrito (bold)**. Foram mantidos outros dados (**não bold**) da mesma coluna onde se identificam os considerados fiáveis (**bold**). Constan também desta tabela dados cujas colunas inteiras não apresentaram qualquer dado considerado fiável.

FONTE:	CENSO 2007					
	INE 2010, p. 5-6	INE 2011a, p. 3; INE 2011b, p. 3	INE2007 s.d.-a; INE2007 s.d.-b	INE 2012	INE e UNFPA 2023, pp. 95,21	ADE 2020
DISTRITOS MUNICIPAIS	Dados considerados fiáveis apenas para as análises dos saldos 2017 2007					
Maputo Cidade (Município de Maputo)	D.M. n.1 (KaMpfumo)	109 920				
	D.M. n.6 (KaTembe)	134 888				136 282
	D.M. n.7 (KaNyaka)	5 300				
	D.M. n.2 (Nlhamankulu)	156 836	1 111 638	1 094 315	1 094 628	157 807
	D.M. n.3 (KaMaxaquene)	227 290				228 070
	D.M. n.4 (KaMavota)	297 657				299 843
	D.M. n.5 (KaMubukwana)	294 967				298 358
Cidade da Matola (Município da Matola)	Infulene					231193
	Machava		682 597		682 691	232674
	Matola sede					223283
Maputo Província	833 333	392 156	1 225 489	828 678	376 875	1 205 553
	Urbana			68,7%	31,3%	
	Rural					
	68,0%	32,0%				
Distrito de Boane - Pertence à província de Maputo e inclui 2 postos administrativos que são P. A. de Boane e P. A. de Matola Rio.	Posto Administrativo de Matola Rio - Pertence ao distrito de Boane e inclui 1 localidade que é Matola Rio Sede com 6 áreas: Mulotana, Beluluana, Djonasse, Djuba, Matola-Rio e Chionanquila.		104 167			104 128
	Posto Administrativo de Boane - Pertence ao distrito de Boane e inclui 2 localidades que são Gueguegue com 7 áreas e Eduardo Mondlane com 17 áreas.					35 629
						68 998
Distrito de Marracuene - Pertence à província de Maputo e inclui 2 postos administrativos que são P. A. de Marracuene e P. A. de Machubo.	Posto Administrativo de Marracuene - Pertence ao distrito de Marracuene e inclui 3 localidades que são Marracuene com 9 áreas, Michafutene com 8 áreas e Nhongonhana com 8 áreas.		85 784			86 177
	Posto Administrativo de Machubo - Pertence ao distrito de Marracuene e inclui 2 localidades que são Macandza com 8 áreas e Thaula com 1 área.					82 309
						4 874
Distrito de Matutuine - Pertence à província de Maputo e inclui 4 Ppostos administrativos que são Missevene, Catuane, Zitundo e Ndelane (Machangulo).	Posto Administrativo de Mugazine (Catembe) - Pertence ao distrito de Matutuine e inclui 3 localidades que são Felipe com 2 áreas, Mugazine com 5 áreas e M'Sine com 4 áreas.		37 990			37 939
						5 767
						15 366
						7 234
						6 357
						3 363

Fonte: INE2007 s.d.; INE 2010; INE 2011; INE 2012; ADE 2020; INE e UNFPA 2023.

Nota: Para província de Maputo, a população 1.205.553 não só coincide com urbana + rural de INE s.d.-d, mas também é a população necessária para se chegar à Taxa Líquida de Migração de 30,4% da província de Maputo expressa em INE e UNFPA (2023, p. 21).

O censo de 2017

Em 2017 (**Figura 4**) a cidade **Maputo** tinha segundo os **dados preliminares** do mesmo ano cerca de **1.101.170** habitantes distribuídos pelos Distritos Municipais D.M.1 (KaMpfumo) com **80.550**, D.M.2 (Nlhamankulu) com **129.306**, D.M.3 (KaMaxakeni) com **199.565**, D.M.4 (KaMavota) com **331.968**, D.M.5 (KaMubukuana) com **321.438**, D.M.6 (KaTembe) com **32.248** e D.M.7 (KaNyaka) com **6.095** (mapa com população



por província in INE, 2017a; 2017b, quadros 1,2,12; mapa zona sul in INE, 2017c, pp. 7,8) - Outras fontes indicam **dados definitivos** do censo 2017 para a cidade de Maputo de cerca **1.120.867** habitantes (INE, 2019a; INE, 2019b, quadro p. 16) e **1.080.277** habitantes (INE, 2019b, quadro 3, p. 23; 2019c,; INE e UNFPA). A cidade da **Matola** em 2017 possuía segundo os **dados preliminares** do mesmo ano cerca de **1.616.267** habitantes (INE, 2017b, quadro 12) - Os **dados definitivos** indicam que em 2017 a cidade da **Matola** possuía cerca de **1.032.196** habitantes (INE, 2019d, quadro 67; INE e UNFPA, 2023). Em 2017 a **província de Maputo** tinha segundo os **dados preliminares** do mesmo ano cerca de **2 507.098** habitantes (mapa com população por província in INE, 2017a; 2017b, quadros 2,12) - Outras fontes indicam **dados definitivos** do censo 2017 para a província Maputo de cerca **1.968.906** (INE, 2019a, p. 39; INE, 2019b, quadro p. 16) e **1.908.078** (INE, 2019b, quadro 3, p. 23; INE e UNFPA, 2023, pp. 95,21) ou **1.964.779** (INE, 2022) ou ainda **1.908.077** (INE, 2019d, quadro 67). Em 2017 o distrito de **Boane** contava com **210.498** habitantes (INE, 2017b, quadro 12). Em 2017 o distrito de **Marracuene** contava com **230.530** habitantes (INE, 2017b, quadro 12). Em 2017 o distrito de **Matutuine** contava com **44.884** habitantes (INE, 2017b, quadro 12). Outras fontes indicam **dados definitivos** do censo 2017 para o distrito de **Boane 210.367** habitantes, para o distrito de **Marracuene 218.788** e distrito de **Matutuine 43.664** habitantes (INE, 2019d, quadro 67).



Figura 4. O censo de 2017 para a cidade de Maputo, cidade da Matola, província de Maputo e os distritos de Boane, Marracuene e Matutuine

Nota: Os dados considerados fiáveis são os dados que se apresentam em **negrito (bold)**. Foram mantidos outros dados (**não bold**) da mesma coluna onde se identificam os considerados fiáveis (**bold**). Consta também desta tabela dados cujas colunas inteiras não apresentaram qualquer dado considerado fiável.

FONTE:		CENSO 2017							
		INE 2019b, quadro 3, p. 23; 2019c	INE 2022	INE 2017a, mapa; 2017c, pp. 7,8	INE 2017b, quadros pp. 1,2,12,13; 2017c, pp. 7,8	INE 2019a, p. 39; 2019b quadro, p. 16	2019b, quadro 3, p. 23; INE 2019c, p. 15	INE 2019d, quadro 67	INE e UNFPA 2023, pp. 95,21
Maputo Cidade (Município de Maputo)	D.M. n.1 (KaMpfumo)	1 080 277	1 101 170	7,3%	80 550	1 120 867	7,0%	76 157	1 080 277
	D.M. n.6 (KaTembe)			2,9%	32 248		2,7%	28 788	
	D.M. n.7 (KaNyaka)			0,6%	6 095		0,6%	5 958	
	D.M. n.2 (Nlhamankulu)			11,7%	129 306		11,8%	127 079	
	D.M. n.3 (KaMaxaquene)			18,1%	199 565		18,1%	195 556	
	D.M. n.4 (KaMavota)			30,1%	331 968		30,2%	326 771	
D.M. n.5 (KaMubukwana)	29,2%	321 438	29,6%	319 968					
Cidade da Matola (Município da Matola)	Infulene Machava Matola sede				1 616 267			1 032 196	1 032 197
Maputo Província		1 908 078	1 964 779	2 507 098	2 507 098	1 968 906		1 908 077	1 908 078
Distrito de Boane - Pertence à província de Maputo e inclui 2 postos administrativos que são P. A. de Boane e P. A. de Matola Rio.		Posto Administrativo de Matola Rio - Pertence ao distrito de Boane e inclui 1 localidade que é Matola Rio Sede com 6 áreas: Molutana, Beluluana, Djonasse, Djuba, Matola-Rio e Chinonanquila. Posto Administrativo de Boane - Pertence ao distrito de Boane e inclui 2 localidades que são Gueguegue com 7 áreas e Eduardo Mondlane com 17 áreas.		210 498				210 367	
Distrito de Marracuene - Pertence à província de Maputo e inclui 2 postos administrativos que são P. A. de Marracuene e P. A. de Machubo.		Posto Administrativo de Marracuene - Pertence ao distrito de Marracuene e inclui 3 localidades que são Marracuene com 9 áreas, Michafutene com 8 áreas e Nhongonhana com 8 áreas. Posto Administrativo de Machubo - Pertence ao distrito de Marracuene e inclui 2 localidades que são Macandza com 8 áreas e Thaula com 1 área.		230 530				218 788	
Distrito de Matutuine - Pertence à província de Maputo e inclui 4 Ppostos administrativos que são. Missevene, Catembe e Catuane.		Posto Administrativo de Mugazine (Catembe) - Pertence ao distrito de Matutuine e inclui 3 localidades que são Felipe com 2 áreas, Mugazine com 5 áreas e M'Sine com 4 áreas. Bela Vista (Missevene) Catuane Zitundo Ndelane (Machangulo)		44 834				43 664	

Fonte: INE 2017; INE 2019; INE 2022; INE e UNFPA 2023. Nota: Para província de Maputo, a população 1.908.078 não só coincide com INE 2019c, p. 15 ou INE 2019b quadro 3, p. 23 ou próximo de INE 2019d quadro 67, mas também é a população necessária para se chegar à Taxa Líquida de Migração de 18,2% da província de Maputo expressa em INE e UNFPA 2023, p. 21.

A problemática dos dados, diversidade e fiabilidade: os números escolhidos

Para a discussão dos resultados deste trabalho, foram escolhidos os dados populacionais que segundo determinados critérios foram considerados mais fiáveis para efeito de análise, pois a análise de cada censo mostrou que os dados das diversas fontes diferiam. No quadro a seguir, estão evidenciados em **negrito (bold)** esses dados fiáveis.



Figura 5. Os censos de 1980, 1997, 2007 e 2017 (considerados fiáveis) para a cidade de Maputo, cidade da Matola, província de Maputo e os distritos de Boane, Marracuene e Matutuine

Nota: Os dados considerados fiáveis são os que se apresentam em **negrito (bold)**. Foram mantidos outros (**não bold**) da mesma coluna onde se identificam os fiáveis (**bold**). Não constam também desta tabela dados cujas colunas inteiras não apresentaram qualquer dado considerado fiável - salvo para outras análises (e.g. Distritos Municipais Cidade de Maputo 2007).

CENSO:		1980	1997	2007				2017				
FONTE:		Araújo 2005, p. 1180; Araújo s.d., p. 2	INE 1999c-1; INE 1999d-1	INE 1999c-3; INE 1999c-2; INE 1999d-2; 1999d-3; INE 2012, p. 5; INE e UNFPA 2023, p. 95	INE 2010, p. 5-6	INE 2011a, p. 3; INE 2011b, p. 3	INE2007 s.d.-a; INE2007 s.d.-b	INE e UNFPA 2023, p. 95; INE e UNFPA 2023, p. 21	INE 2012	2019b, quadro 3, p. 23 e INE 2019c, p. 15 ambos para os DMs de cidade de Maputo e província de Maputo; INE 2019d, quadro 67 para província de Maputo	INE e UNFPA 2023, p. 95 para cidade de Maputo e cidade da Matola; INE e UNFPA 2023, p. 21 para província de Maputo	
		DISTRITOS MUNICIPAIS			DMs (apenas para cálculo dos saldos 2017-2007)							
Maputo Cidade (Município de Maputo)	DM1-KaMpfumo	537 394	539 737 NÃO INCLUSO cidade da Matola	154 284	966 837	109 920	1 094 315	1 094 628		76 157	1 080 277	
	DM6-KaTembe			-		19 668				28 788		
	DM7-KaNyaka			-		5 300				5 958		
	DM2-Nihamankulu			162 750		156 836				127 079		
	DM3-KaMaxaquene			210 551		227 290				195 556		
	DM4-KaMavota			228 244		297 657				326 771		
DM5-KaMubukwana	211 008	294 967	319 968									
Cidade da Matola (Município da Matola)	Infulene	201 683		424 662		682 597		671 556	682 691	1 032 196	1 032 197	
	Machava											
	Matola sede											
Maputo Província			INCLUSO cidade da Matola									
				700 179	806 179	1 225 489	68,7%	31,3%			1 908 077	1 908 078
							URBANA	RURAL				
Distrito de Boane (província de Maputo)	Posto Administrativo de Matola Rio			12 120	56 703	104 167				104 128	210 367	
	Posto Administrativo de Boane			44 583								
Distrito de Marracuene (província de Maputo)	Posto Administrativo de Marracuene			36 732	41 677	85 784				86 177	218 788	
	Posto Administrativo de Machubo			4 945								
Distrito de Matutuine (província de Maputo)	Posto Administrativo de Mugazine (Catembe)			4 730	35 161	37 990				37 939	43 664	
	Bela Vista (Missevne)			14 272								
	Catuane			9 089								
	Zitundo			4 175								
	Ndelane			2 895								

Araújo 2005, p. 1180 (refere 1980 Cidade de Maputo 537,394); Araújo s.d., p. 2 (refere Maputo e Matola total 1980: 739,077).

INE 1999c-3 para DMs da cidade de Maputo; INE 1999c-2 para cidade de Maputo; INE 1999d-2 e 1999d-3 para 1997: província de Maputo, cidade da Matola e restantes distritos; INE 2012, p. 5 para cidade da Matola e província de Maputo; INE e UNFPA 2023, p. 95 para cidade de Maputo e cidade da Matola.

Fonte:

INE2007 s.d.-a; s.d.-b; INE 2012; INE e UNFPA 2023, p. 95 para cidade de Maputo e cidade da Matola; INE e UNFPA 2007: 2023, p. 21 porque 1,205,553 não só coincide com urbana + rural de INE s.d.-d mas também é a população necessária para se chegar à Taxa Líquida de Migração de 30,4% da província de Maputo expressa em INE e UNFPA 2023, p. 21.

INE 2019b, quadro 3, p. 23; 2019c, p. 15; INE e UNFPA 2023, p. 95 para cidade de Maputo e cidade da Matola; INE e UNFPA 2023, p. 21 porque 1,908,078 não só coincide com INE 2019c, p. 15 ou INE 2019b quadro 3, p. 23 ou próximo de INE 2019d quadro 67, mas também é a população necessária para se chegar à Taxa Líquida de Migração de 18,2% da província de Maputo expressa em INE e UNFPA 2023, p. 21.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS



Sobre as dinâmicas da população entre 1980-2017 na cidade e de Maputo e territórios adjacentes

De um modo geral entre 2007-2017 a cidade de Maputo perdeu da sua população entre 1% (-14,351 se considerarmos 1,094,628 em 2007) e 3% (-31,361 se considerarmos 1,111,638 em 2007 - INE, 2011a - com dados ao nível dos DMs - INE, 2010). Considerando 1,111,638 em 2007, as análises indicam que o DM1 (KamPfummo) perdeu fortemente população (-31%), perdeu moderadamente o DM2 (Nlhamankulu perdeu 19%) e ligeiramente o DM3 (KaMaxaquene perdeu 14%). O aumento forte foi no DM6 (KaTembe aumentou 44%), um aumento moderado no DM4 (KaMavota aumentou 10%) e um aumento ligeiro nos DM5 (KaMubukwana aumentou 9%) e DM7 (KaNyaka aumentou 7%). (**Figura 6**). Estes fenómenos, por um lado confirmam a tendência verificada entre 1992-2007 do "movimento da população dos Distritos Municipais 1 e 2 para a periferia" (TIQUE, 2017, p. 175), mas contradizem com a tendência no mesmo período de um "forte aumento da população no Distrito Municipal 3, particularmente nos bairros de Maxaquene A e B" (*ibidem*). Este movimento da população para a "periferia" (*ibidem*) também é evidenciado por Araújo (2005). Estes fenómenos confirmam também a constatação do PEUMM (CMM-PEUMM, 2008a) que considerava naquela altura que era provável que a tendência verificada no período 1997-2007 no Município de Maputo estava "reflectindo um abrandamento do processo migratório das províncias vizinhas para a cidade de Maputo". No entanto, tudo indica que entre 2007-2017 não se verificou uma continuidade da tendência verificada entre 1997-2007 em que a "desaceleração do ritmo de crescimento populacional no Município de Maputo pode estar associada à uma evasão de seus residentes à favor do Município vizinho da Cidade da Matola" (CMM-PEUMM, 2008a). Por outro lado, entre 2007-2017 a cidade da Matola cresceu muito (54%, portanto mais 360.641). Também entre 2007-2017, a província de Maputo cresceu 58% (portanto mais 702.525 habitantes), dos quais 360.641 é o aumento na cidade da Matola, 106.239 (102%) é o aumento no distrito de Boane, 132.611 (154%) é o aumento no distrito de Marracuene e 5.725 (15%) no distrito de Matutuine, totalizando 594.080, e os restantes 97.309 é o aumento nos restantes distritos da província de Maputo. (**Figura 6**). O quadro a seguir (**Figura 6**) indica que a cidade de **Maputo** duplicou (**2x**) a sua população de 1980 para 2017 (de 539.737 para 1.080.277), apesar de ter perdido alguns habitantes se compararmos os censos de 2007 e 2017 (de 1.080.277 para 1.111.638). A cidade da **Matola**, por sua vez



quintuplicou (**5,12x**) a sua população de 1980 para 2017 (de 201.683 para 1.032.197), e pode-se destacar que o censo de 2017 indica o incremento de 54% (**1,54x**) da população que existia em 2007 (de 671.556 para 1.032.196). A **provincia de Maputo** quase que triplicou (**2,73x**) de 1980 para 2017 (de 700.179 para 1.908.078), destacando-se que a população em 2017 era cerca de 58% (**1,58x**) mais que a de 2007 (de 1.205.553 para 1.908.078). O distrito de **Boane** aumentou de 2007 para 2007 cerca de 102% (**2,02x** de 104.128 para 210.367), o distritito de **Marracuene** 154% **2,54x** de 86.177 para 218.788), e o distrito de **Matutuine** 15% (**1,15x** de 37.939 para 43.664).



Figura 6. A população entre 1980-2017 na cidade de Maputo e territórios adjacentes

Crescimento 1980-2017 e Saldos 2007-2017		1980-2017	2007-2017					
		No. de vezes que cresceu de 1980 para 2017 (1,080,277/539,737)	No. de vezes que cresceu de 2007 para 2017 (1,080,277/1,111,638)	Cidade de Maputo População - Diferença 2007-2017 (1,080,277-1,111,638 por causa da respectiva população dos DMs em 2007)		No. de vezes que cresceu de 2007 para 2017 (1,080,277/1,094,628 em 2007)	Cidade de Maputo População - Diferença 2007-2017 (1,080,277-1,094,628 mas sem respectiva população dos DMs em 2007)	
Maputo Cidade	DM1-KaMpfumo	2,00	-0,03	-33 763	-31%	-0,01	-	
	DM6-KaTembe			9 120	46%		-	
	DM7-KaNyaka			658	12%		-	
	DM2-Nlhamankulu			-29 757	-19%		-31 361	-
	DM3-KaMaxaquene			-31 734	-14%		-	
	DM4-KaMavota			29 114	10%		-	
	DM5-KaMubukwana			25 001	8%	-	-14 351	
		No. de vezes que cresceu de 1980 para 2017 (1,032,197/201,683)	No. de vezes que cresceu de 2007 para 2017 (1,032,196/671,556)	Cidade da Matola População - Diferença 2017-2007 (1,032,196-671,556)		De um modo geral entre 2007-2017 a cidade de Maputo perdeu da sua população entre 1% (-14,351 se considerarmos 1,094,628 em 2007) e 3% (-31,361 se considerarmos 1,111,638 em 2007 - INE 2011a, p. 3 - com dados ao nível dos DMs - INE 2010, p. 5-6).		
Cidade da Matola	Infulene Machava Matola sede	5,12	1,54	360 641	54%	Entre 2007-2017 a cidade da Matola cresceu muito (54%, portanto mais 360,641).		
		No. de vezes que cresceu de 1980 para 2017 (1,908,078/700,179)	No. de vezes que cresceu de 2007 para 2017 (1,908,078/1,205,553)	Província de Maputo População - Diferença 2017-2007 (1,908,078-1,205,553)				
Maputo Província		2,73	1,58	702 525	58%	97 309	Aumento nos restantes distritos da província de Maputo Entre 2007-2017 a província de Maputo cresceu 58% (portanto mais 702,525 habitantes).	
			No. de vezes que cresceu de 2007 para 2017 (210,367/104,128)	Distrito de Boane População - Diferença 2017-2007 (210,367-104,128)				
Distrito de Boane	P.A. de Matola Rio P.A. de Boane		2,02	106 239	102%	Entre 2007-2017 o distrito de Boane cresceu muitíssimo (102%, portanto mais 106,239).		
			No. de vezes que cresceu de 2007 para 2017 (218,788/86,177)	Distrito de Marracuene População - Diferença 2017-2007 (218,788-86,177)				
Distrito de Marracuene	P. A. de Marracuene P.A. de Machubo		2,54	132 611	154%	Entre 2007-2017 o distrito de Marracuene cresceu muitíssimo (154%, portanto mais 132,611).		
			No. de vezes que cresceu de 2007 para 2017 (43,664/37,939)	Distrito de Matutuine População - Diferença 2017-2007 (43,664/37,939)				
Distrito de Matutuine	P.A. de Mugazine (Catembe) Bela Vista (Missevene) Catuane Zitundo Ndelane (Machangulo)		1,15	5 725	15%	Entre 2007-2017 o distrito de Matutuine cresceu muitíssimo (15%, portanto mais 5,725).		

Fonte: Para 1980: INE 1999c-1; INE 1999d-1; Para 2017: INE 2019c; 2019b; INE 2019d; INE e UNFPA 2023. Para 2007: INE 2010; INE 2011a; INE 2011b; Para 2017: INE 2019c; 2019b; INE 2019d; INE e UNFPA 2023. Para 2007: INE2007 s.d.-a; INE2007 s.d.-b; INE e UNFPA 2023; Para 2017: INE 2019c; 2019b; INE 2019d; INE e UNFPA 2023.

Sobre os saldos migratórios entre 1997-2007

Segundo Muanamoha e Raimundo (2018b, p. 36), no caso da **cidade capital Maputo**, a migração contribuiu “significativamente para o crescimento da população”, pois segundo os autores em 1997 os “**imigrantes de toda a vida** da Cidade de Maputo eram maioritariamente das províncias de Gaza (36%), Inhambane (29,3%), Maputo



57

província (20%) e Zambézia (5,7%)”. Ainda no caso da **cidade de Maputo** mas referente a 2007, Muanamoha e Raimundo (2018b, pp. 36-37) afirmam que “este cenário não mudou”, pois “os imigrantes continuavam a ser maioritariamente de Gaza (34,1%), Inhambane (29,1%), província de Maputo (15,6%) e Zambézia (8,8%)”, salientando que em 2007 houve “uma ligeira redução de imigrantes de Gaza e um relativo incremento dos imigrantes da Zambézia”. No caso da **província de Maputo**, Muanamoha e Raimundo (2018b, pp. 38-39) afirmam que “a maioria dos **imigrantes de toda a vida**, em 1997, era das províncias de Gaza (33,2%), Inhambane (29,8%) e Cidade de Maputo (28,5%) enquanto que “em 2007, a maior imigração acumulada provinha da Cidade de Maputo (com 37,2% dos imigrantes), seguida de Inhambane (26,8%), Gaza (25%) e Zambézia (4,7%)”. Muanamoha e Raimundo (2018b) referem ainda que no caso da **migração interprovincial de toda a vida de todas as províncias** os dados de 1997 indicam que a **migração interna acumulada** (total Imigrantes internos absolutos ou total Emigrantes internos absolutos) envolveu um total de 1.274.830 pessoas, enquanto que os dados de 2007 indicam 1.549.101 **migrantes internos acumulados (Figura 7)**.

No caso da **província de Maputo**, os dados apresentados por Muanamoha e Raimundo (2018b) indicam para 1997 um total de 263.729 Imigrantes internos absolutos e na mesma data um total de 93.312 Emigrantes internos absolutos, resultando num saldo migratório (**Migração líquida absoluta**) positivo de +170.417 (**Figura 7**). Também na **província de Maputo**, os dados apresentados de Muanamoha e Raimundo (2018b, p. 55) indicam para 2007 um total de 453.347 Imigrantes internos absolutos e na mesma data um total de 85.501 Emigrantes internos absolutos, resultando num saldo migratório (**Migração líquida absoluta**) positivo de +367.846 (**Figura 7**). No caso da **cidade de Maputo**, os dados apresentados por Muanamoha e Raimundo (2018b, p. 55) indicam para 1997 um total de 360.858 Imigrantes internos absolutos e na mesma data um total de 156.579 Emigrantes internos absolutos, resultando num saldo migratório (**Migração líquida absoluta**) positivo de +204.279 (**Figura 7**). Também na **cidade de Maputo**, os dados apresentados por Muanamoha e Raimundo (2018b) indicam para 2007 um total de 343.919 Imigrantes internos absolutos e na mesma data um total de 243.108 Emigrantes internos absolutos, resultando num saldo migratório (**Migração líquida absoluta**) positivo de +100.811 (**Figura 7**).



Nas análises efectuadas para o período 2002-2007, os mesmos autores indicam que nesse período a **província de Maputo** liderou a **Imigração** com um ganho líquido positivo de +102.002 pessoas (diferença entre 128.359 Imigrantes e 26.357 Emigrantes, internos absolutos) (**Figura 7**) provenientes maioritariamente da Cidade de Maputo, Inhambane e Gaza, fazendo assim parte a província de Maputo das 4 (quatro) únicas províncias que tiveram um saldo migratório positivo junto com Manica, Cabo Delgado e Niassa (em ordem decrescente de ganhos) (MUANAMOHA e RAIMUNDO, 2018b, p. 56). No mesmo período 2002-2007, as análises dão conta que a **cidade de Maputo** liderou a **Emigração** com uma perda líquida negativa de -63.565 pessoas (diferença entre 60.440 Imigrantes e 124.005 Emigrantes, internos absolutos) (**Figura 7**) a favor principalmente das províncias de Maputo, Inhambane e Gaza, fazendo assim parte a **cidade de Maputo** das 7 (sete) províncias que tiveram um saldo migratório negativo junto com Zambézia, Inhambane, Gaza, Tete, Sofala e Nampula (em ordem decrescente de perdas) (MUANAMOHA e RAIMUNDO, 2018b).

As conclusões de Muanamoha e Raimundo (2018b, p. 56) dão conta que as tendências de **migração interna** em Moçambique em 1997 e 2007 podem ser agrupadas em quatro classes: (i) **Três** províncias de **Imigração** interna seja em 1997 e 2007 seja entre 2002-2007 (Niassa, Manica e **Maputo**) (**Figura 7**); (ii) **Quatro** províncias de **Emigração** interna também nos dois períodos analisados (Zambézia, Tete, Inhambane e Gaza); (iii) **Duas** província que mudou de **Imigração** em 1997 e 2007 para um tendência de **Emigração** entre 2002-2007 (Sofala e **Cidade de Maputo**) (**Figura 7**); (iv) **Uma** província que mudou de **Emigração** em 1997 e 2007 para **Imigração** entre 2002-2007 (Cabo Delgado); e (v) Uma província que mudou **Imigração** em 1997 para **Emigração** em 2007 e no período 2002-2007 (Nampula).



Figura 7. As tendências migratórias na cidade de Maputo e na província de Maputo, em 1997, em 2007 e entre 2002-2007

Migração Interna Acumulada	Imigrantes internos absolutos			Emigrantes internos absolutos			Migração líquida absoluta (saldo migratório)			Tendências		
	Total	H	M	Total	H	M	H	M	Total			
CENSO 1997												
Maputo Província	263 729	50,7%	49,3%	93 312	41,2%	58,8%	95 168	55,8%	75 249	44,2%	170 417	Imigr.
Maputo Cidade	360 858	50,6%	49,4%	156 579	46,8%	53,2%	109 397	53,6%	94 882	46,4%	204 279	Imigr.
Moçambique	1 274 830	51,8%	48,2%	1 274 830	51,8%	48,2%	-	-	-	-	0	-
CENSO 2007												
Maputo Província	453 347	49,4%	50,6%	85 501	41,0%	59,0%	188 908	51,4%	178 938	48,6%	367 846	Imigr.
Maputo Cidade	343 919	49,1%	50,9%	243 108	46,5%	53,5%	55 873	55,4%	44 938	44,6%	100 811	Imigr.
Moçambique	1 549 101	50,9%	49,1%	1 549 101	50,9%	49,1%	-	-	-	-	0	-
Período 2002-2007												
Maputo Província	128 359	-	-	26 357	-	-	-	-	-	-	102 002	Imigr.
Maputo Cidade	60 440	-	-	124 005	-	-	-	-	-	-	-63 565	Emigr.
Moçambique	417 427	-	-	417 427	-	-	-	-	-	-	0	-

Fonte: Elaborado com base em INE 1999 e 2010 *apud* Muanamoha e Raimundo 2018b, pp. 54-57.

Sobre os saldos migratórios entre 2007-2017

Em 2007, Segundo INE e UNFPA (2023, p. 1), o país registou um total de 1.542.855 Migrantes inter-provinciais acumulados. As províncias de **Maputo e Cidade de Maputo** estão no grupo das **quatro** que mais se destacaram em 2007 como de maior Imigração, com respetivamente 29,3% (451.775) e 22,2% (343.153), junto com Sofala e Manica (*op. cit.*, pp. 1,19,21). Entretanto, a **cidade de Maputo** em 2007 também se destacou (com um volume de 15,7%), fazendo parte das **quatro** províncias com “maiores volumes de Emigrantes inter-provinciais acumulados”, junto com Inhambane, Gaza e Zambézia (*op. cit.*, p. 1). Em 2007, é de destacar a elevada Imigração acumulada na **província de Maputo**, com migrantes provenientes maioritariamente da **Cidade de Maputo** (37,2%), Inhambane (26,8%) e Gaza (25%) (*ibidem*). Na **cidade de Maputo**, em 2007, os migrantes eram originários principalmente de Gaza (34,1%), Inhambane (29,1%) e **Maputo** (15,6%) (*ibidem*). Em 2007, a **cidade de Maputo e província de Maputo** faziam parte das **cinco** províncias que tiveram taxas líquidas positivas de migração acumulada, junto com Niassa, Manica e Sofala (*ibidem*). Foi na **província de Maputo** onde se registou a maior taxa positiva (30,4%) (*ibidem*). (**Figura 8**). De 2007



para 2017, a **taxa líquida de migração da província de Maputo reduziu** significativamente de 30,4% em 2007 para 18,2% em 2017, enquanto a da taxa da **cidade de Maputo subiu** drasticamente de 9,2% em 2007 para 20% em 2017 (*op. cit.*, p. 2). (**Figura 8**).

Em 2017, o volume dos migrantes inter-provinciais acumulados do **país** aumentou para 1.578.241 **Migrantes inter-provinciais acumulados** (*op. cit.*, p. 1). A **província de Maputo** e a **cidade de Maputo**, com volumes de imigrantes acumulados de 30,3% (477.967) e 18,9% (297.678) respetivamente, fazem parte das **três** províncias que continuaram a destacar-se em 2017 na concentração destes volumes, junto com Sofala (*op. cit.*, pp. 1,20,21). Em 2017, a **Imigração acumulada**, na **província de Maputo** e na **cidade de Maputo**, continuou sendo a mais elevada, pois na **província de Maputo** “continuaram dominantes” as migrações provenientes de Inhambane (34,7%), Gaza (28,4%) e **Cidade de Maputo** (15,3%), enquanto na **cidade de Maputo**, “continuaram dominantes” os imigrantes acumulados vindos de Gaza (28,9%), Inhambane (26,1%) e **província de Maputo** (17,8%) (*op. cit.*, p. 1). (**Figura 8**).

Com relação ao **período que antecede o censo de 2007**, as análises de **1 ano**, nomeadamente nos períodos 2006-2007 e 2002-2007, dão conta que foi registado um volume total de 216.666 e 415.232 migrantes inter-provinciais respetivamente (*op. cit.*, pp. 2,31). Nestes mesmos períodos (2006-2007 e 2002-2007), apenas as províncias de **Maputo**, Manica e Cabo Delgado obtiveram taxas líquidas de migração positivas, onde a **província de Maputo** alcançou 3,7% e 8,4% respetivamente (*op. cit.*, pp. 2-3,31). Ao contrário, a **cidade de Maputo**, obteve em 2006-2007 e 2002-2007 taxas negativas de -3,6% e 5,8% respetivamente, tal como outras províncias com taxas negativas (Inhambane e Gaza) (*op. cit.*). O índice de eficácia migratória (**IEM**) para o quinquénio 2002-2007 indica a província de **Maputo** e as de Manica e Cabo Delgado como “áreas de **retenção migratória**”, enquanto a **cidade de Maputo** e as províncias de Gaza, Zambézia, Sofala e Nampula foram “áreas de **perda migratória**” (*op. cit.*, p. 3).

Quanto ao **período que antecede o censo de 2017**, a análise de **1 ano** referente a 2016-2017, dá conta que foi registado um volume total de 49.349 migrantes, portanto “cerca de quatro vezes menor do que o observado no período 2006-2007”, o que demonstra “uma redução considerável dos fluxos migratórios inter-provinciais no censo de 2017” (*op. cit.*, pp. 2,33). Também no período que antecede o censo de 2017, as análises de **5 anos**, nomeadamente 2012-2017, considerando a “data fixa de 5 anos



anteriores ao Censo Demográfico de 2017”, dão conta de um total de 362.477 migrantes, volume este “relativamente menor, em cerca de 13%, do que o observado no quinquénio 2002-2007” (*ibidem*). As análises nas **duas datas fixas**, nomeadamente 2016-2017 (**1 ano**) e 2012-2017 (5 anos), indicam que a **provincia de Maputo**, a **cidade de Maputo** e Zambézia, são as que “lideraram os volumes de Imigração inter-provincial”. No caso da Emigração inter-provincial nas mesmas datas fixas de 2016-2017 e 2012-2017, destacaram-se a **provincia de Maputo**, a **cidade de Maputo** e as provincias de Zambézia e Inhambane, “na liderança dos volumes de emigração”. Nota-se assim, que a **cidade de Maputo**, e ainda a provincia da Zambézia, se destacaram nas datas fixas de 2016-2017 e 2012-2017, seja pelos elevados volumes imigração, seja de emigração (*op. cit.*). A **provincia de Maputo**, a **cidade de Maputo**, juntam-se a Sofala, Manica e Cabo Delgado, como provincias de Imigração, onde os “volumes de imigrantes superaram os de emigrantes”, enquanto a **cidade de Maputo** e ainda Gaza, Inhambane, Sofala, Tete e Zambézia, destacaram-se “como provincias de Emigração”, pois “os emigrantes superaram os imigrantes” (*ibidem*). (**Figura 8**). Nos períodos 2016-2017 e 2012-2017, cinco provincias tiveram taxas líquidas de migração positivas, apesar de “muito mais reduzidas do que as observadas no censo de 2007” (*op. cit.*, pp. 3,33), destacando-se novamente a **provincia de Maputo**, com 0,5% e 4% respetivamente, seguida pela **cidade de Maputo**, com 0,2% e 1,3% (*op. cit.*, pp. 3,33). O índice de eficácia migratória (**IEM**) para 2012-2017, indica novamente a **provincia de Maputo** e as de Manica e Cabo Delgado como “áreas de **retenção migratória**”, as mesmas de 2002-2007, e ainda a junção da **cidade de Maputo** e da provincia do Niassa também como “áreas de **retenção migratória**” (*op. cit.*, p. 3).



Figura 8. As tendências migratórias na cidade de Maputo e na província de Maputo, em 1997, em 2007 e entre 2002-2007

Migração Interna Acumulada	Imigrantes internos absolutos		Emigrantes internos absolutos		População = Saldo Migratório / Taxa Líquida de Migração	Migração líquida absoluta (Saldo Migratório - SM)	Taxa Líquida de Migração (SM / População)	Tendências
	Total	% do total do país	Total	% do total do país				
CENSO 2007								
Maputo Província (37,2% proveniente de cidade de Maputo, 26,8% de Inhambane, 25% de Gaza).	451 775	29,3%	85 296	5,5%	1 205 553	366 479	30,4%	Imigr.
Maputo Cidade (34,1% proveniente de Gaza, 29,1% de Inhambane, 15,6% da província de Maputo).	343 153	22,2%	242 329	15,7%	1 094 628	100 824	9,2%	Imigr.
Moçambique	1 542 855	51,5%	1 542 855	21,2%	Fonte: INE/UNFPA 2023, pp. 95,21; INE2007 s.d.-a; INE2007 s.d.-b	Fonte: INE e UNFPA 2023, p. 21		-
CENSO 2017								
Maputo Província (34,7% proveniente de Inhambane, 28,4% de Gaza, 15,3% da cidade de Maputo).	477 967	30,3%	130 287	8,3%	1 908 078	347 680	18,2%	Imigr.
Maputo Cidade (28,9% proveniente de Gaza, 26,1% de Inhambane, 17,8% da província de Maputo).	297 678	18,9%	81 492	5,2%	1 080 277	216 186	20,0%	Imigr.
Moçambique	1 578 241	49,1%	1 578 241	13,4%	Fonte: INE/UNFPA 2023, pp. 95,21; INE 2019d, quadro 67	Fonte: INE e UNFPA 2023, p. 21		-
Período 2006-2007								
Maputo Província	60 975	28,1%	16 294	7,5%	1 205 553	44 681	3,7%	Imigr.
Maputo Cidade	26 118	12,1%	65 321	30,1%	1 094 628	-39 203	-3,6%	Emigr.
Moçambique	216 666	40,2%	216 666	37,7%	Fonte: INE/UNFPA 2023, pp. 95,21; INE2007 s.d.-a; INE2007 s.d.-b	Fonte: INE e UNFPA 2023, p. 31		-
Período 2002-2007								
Maputo Província	127 701	30,8%	26 233	6,3%	1 205 553	101 468	8,4%	Imigr.
Maputo Cidade	60 233	14,5%	123 343	29,7%	1 094 628	-63 110	-5,8%	Emigr.
Moçambique	415 232	45,3%	415 232	36,0%	Fonte: INE/UNFPA 2023, pp. 95,21; INE2007 s.d.-a; INE2007 s.d.-b	Fonte: INE e UNFPA 2023, p. 31		-
Período 2016-2017								
Maputo Província	15 845	32,1%	6 625	13,4%	1 908 078	9 220	0,5%	Imigr.
Maputo Cidade	8 385	17,0%	6 213	12,6%	1 080 277	2 172	0,2%	Imigr.
Moçambique	49 349	49,1%	49 349	26,0%	Fonte: INE/UNFPA 2023, pp. 95,21; INE 2019d, quadro 67	Fonte: INE e UNFPA 2023, p. 33		-
Período 2012-2017								
Maputo Província	114 861	31,7%	38 649	10,7%	1 908 078	76 212	4,0%	Imigr.
Maputo Cidade	54 468	15,0%	40 794	11,3%	1 080 277	13 674	1,3%	Imigr.
Moçambique	362 477	46,7%	362 477	21,9%	Fonte: INE/UNFPA 2023, pp. 95,21; INE 2019d, quadro 67	Fonte: INE e UNFPA 2023, p. 33		-

Fonte: Elaborado com base em INE e UNFPA 2023, INE2007 s.d.-a, INE2007 s.d.-b e INE 2019d.

Nota: Em INE e UNFPA (2023, p. 95) a população está expressa apenas para cidades e não províncias; no entanto, os dados coincidem com outras fontes.



PRINCIPAIS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

No contexto da informalidade, sustentabilidade e resiliência

Resta à cidade de Maputo agir de forma reativa no ordenamento do território, para criar sustentabilidade e se antecipar aos problemas agravados de resiliência. Para os territórios adjacentes, onde se destaca Matola e Catembe, bem como os distritos de Boane e Marracuene, estes devem aprender a partir das lições de Maputo, e espera-se uma ação proactiva no ordenamento do território, para se anteciparem à informalidade e melhor se prepararem para a resiliência. Assim, com vista a “não deixar ninguém para trás” (UNSSC, 2015), pode-se concluir que permanece a necessidade de resolver problemas nas diversas dimensões da sustentabilidade, nomeadamente: a **ecológica**; a **ambiental**; a **territorial** ou **espacial**; a **social**; a **económica**; a **cultural**; e a **política** (SACHS, 1993 e 2002 todos *apud* ANDRADE, 2014). Entretanto, a criação dessa sustentabilidade depende não só da **forma como lidamos** para desacelerar a destruição **os recursos naturais** (ALVES e LOTOSKI, 2018; BINSWANGER, 1999 in ADAM, 2001), mas também do esforço para “**minimizar os impactos negativos provocados pelo homem**” (SILVA, 2020, p. 28). É necessário também maior esforço em ‘conhecer, prever e mitigar os impactos ambientais’ (ADAM, 2001, p. 42), bem como “proporcionar a **integridade do urbano para a duração das cidades**” (ANDRADE, 2014, p. 72). Por isso, é necessário não ocupar **áreas sensíveis** (e.g. CMM-PEUMM, 2008a), bem como a **estrutura ecológica em geral** (*op. cit.*), e ainda mais atenção à mobilidade, drenagem urbana, governança, segurança e construções sustentáveis (PASTORELLI JUNIOR, 2018). Essa sustentabilidade é então a condição para criação de capacidade e habilidade para resiliência nas cidades (PASTORELLI JUNIOR, 2018; UN-HABITAT e EC, 2019; FARIAS, 2017). Os recorrentes episódios de danos diversos causados por chuvas intensas, são uma razão inquestionável para a prioridade em criar resiliência focada em **desastres**, na ‘**infraestrutura urbana**’ e nas ‘**instituições urbanas**’ (JHA *et al.*, 2013 p. 11; CARVALHO e COSTA, 2015, p. 23), bem como na ‘**economia**’ (*ibidem*), através de “ações de mitigação que colaboram com a proteção” (MILETI, 1999 in PASTORELLI JUNIOR, 2018, p. 54) e “esforços para a mitigação de desastres” (MALALGODA, AMARATUNGA e HAIGH, 2013 in *op. cit.*,



p. 54). Isso permitirá “uma melhor proteção futura” e ainda “melhorar as medidas de redução de riscos” (UNISDR, 2004 *apud op. cit.*, p. 54).

Por outro lado, com a criação de sustentabilidade, cria-se também um ambiente favorável para a integração, inclusão, equidade, competitividade e equilíbrio ambiental, factores que irão também garantir resiliência (TRINDADE, 2022), onde a sustentabilidade e a resiliência se mesclam quando “a **cidade resiliente** corresponde a uma rede **sustentável** de sistemas físicos e de comunidades humanas”, resiliência essa focada prioritariamente na “adaptação e redução da vulnerabilidade”, onde a adaptação é “principalmente relacionada à adaptação urbana às mudanças climáticas” (PASTORELLI JUNIOR, 2018, pp. 48,49,50).

No contexto das principais ações para prover emprego, infraestruturas, equipamentos e serviços

A previsão de infraestruturas também deve ser pensada e dimensionada, pois não adianta prever e preparar as cidades para receber mais gente se sabe de antemão que haverá limitações por exemplo de água, energia eléctrica, combustíveis, mobilidade, etc. (SABOYA, 2010), principalmente serviços de água e saneamento (esgotos) (BERKE *et al.*, 2006, p. 254). Este pressuposto é também defendido por Jacobs (1961 *apud* ACIOLY e DAVIDSON, 1998a, p. 9 e 1998b, p. 3) onde afirma que “*as densidades não podem estar baseadas em abstrações sobre as quantidades de solo urbano que idealisticamente devem ser alocadas para tal-e-tal número de pessoas (...)*”. Assim, INE e UNFPA (2023, p. 8) sugerem que, “dada a incapacidade das áreas urbanas para absorver uma população cada vez mais crescente e prover serviços públicos em quantidade e qualidade”, é necessário “reduzir dos fluxos migratórios rurais-urbanos como forma de alívio à pressão que se faz sentir sobre os limitados serviços e equipamentos urbanos”.

No contexto dos índices urbanísticos e parâmetros de sustentabilidade, para racionalização da terra urbana

Abordar questões relacionadas com a racionalização da terra urbana, significa também discutir a sustentabilidade, principalmente nas suas dimensões **ecológica**, **ambiental** e **territorial** ou **espacial** (SACHS, 1993 e 2002 todos *apud* ANDRADE, 2014). Incrementar densidades é uma opção para a racionalização da terra urbana, com



ganhos na reserva de áreas para acomodar o crescimento populacional. Para tal, é necessário uma adequada combinação entre índices urbanísticos e parâmetros urbanísticos de sustentabilidade, o que nos leva à um planejamento urbano sustentável, através do “desenho” de planos urbanos mais sustentáveis. Os índices urbanísticos podem ser: ‘Afecção’, ‘Ocupação’ e ‘Impermeabilização’, dentre outros (cf. CMM-PEUMM, 2008b, pp.1-3). Os parâmetros de sustentabilidade podem ser: A rede viária traduzida em ‘Kms de estrada por Km²’, a densidade em ‘numero de pessoas por Km²’, a relação habitação/uso económico em ‘percentagem do espaço dos pisos para uso económico’, e ainda ‘a percentagem de quarteirões de função única’, a ‘percentagem de espaço público/verde’ e a ‘percentagem da área dos pisos para habitação baixo custo’ (cf. UN-HABITAT, 2015, p. 1).

REFERÊNCIAS

ACIOLY Jr., Claudio; DAVIDSON, Forbes. **Densidade Urbana e Gestão Urbana**. 58 p. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, **1998b**. Disponível livro em: https://claudioacioly.com/sites/default/files/202002/42%201998_Urban%20Density_Draft%20ext%20for%20the%20Book%20by%20Mauad%20Editora_PORT.pdf. Acesso em 03 jul. 2022.

ACIOLY Jr., Claudio; DAVIDSON, Forbes. **Densidade Urbana: Um instrumento de planejamento e gestão urbana**. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, **1998a**. Disponível livro em: https://books.google.co.mz/books?id=1y3i_R9YzUsC&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false. Acesso em 20 jun. 2024.

ADAM, Josiane I. **Gestão ambiental do parque municipal da lagoa do Peri numa perspectiva de desenvolvimento sustentável**. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção/Gestão Ambiental. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, **2001**. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/82003> Acesso em 04 jun. 2024.

ADE. **População por Posto Administrativo 1997 e 2007**. Mapa interativo (**Online**). Maputo: ADE-Agência Nacional de Desenvolvimento Geo-Espacial, publicado 01 fev. **2016**, atualizado 12 jun. **2020**. Disponível em: <https://www.mozgis.gov.mz/portal/apps/sites/#/pagina-inicial-do-portal/datasets/891ece7b576045b19d7b9c27a911eb8b/explore?layer=3&location=-25.949186%2C32.316760%2C10.17> Acesso em 11 mai. 2024.

AGY, Aleia R.; IBRAIMO, Momade. Factores de Migração Rural-Urbana no Sul de Moçambique: Uma Análise de Localidades nos Distritos de Manjacaze e Zavala. In: FEIJÓ, J. (ed.) *et al.* (2017). **Movimentos Migratórios e Relações Rural-Urbanas: Estudos de Caso em Moçambique**. 1ª edição, pp. 99-116. Maputo: Alcance editores, ago. **2017**.

ALEXANDER, Christopher *et al.* **Uma linguagem de padrões: a Pattern Language**. [Uma tradução em Português da obra original “*A Pattern language: towns, Buildings, Construction*” 1st Edition 1977]. 1171p. Porto Alegre: Bookman, **2013**. Disponível livro em português 2013 em: <https://vitruvius.com.br/index.php/pesquisa/bookshelf/book/1405> [Versão em inglês 1977]



para download em:
https://arl.human.cornell.edu/linked%20docs/Alexander_A_Pattern_Language.pdf [Detalhes da versão inglês 1977 em: https://en.wikipedia.org/wiki/A_Pattern_Language] [Versão de Mehaffy 2020 em: <https://pattern-language.wiki/.../Hauptseite>] ou [Mehaffy 2020 também em: [https://pattern-language.wiki/.../Table_of_Contents_\(NPL\)](https://pattern-language.wiki/.../Table_of_Contents_(NPL))] Acessados em 19 Dez. 2021.

ALVES, Kelly C. Z.; LOTOSKI, Marcos da S. **Ocupação irregular do solo**: estudo de caso numa área do Bairro Vila Nova Matinhos - PR. Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Tecnologia em Gestão Imobiliária. Matinhos: Universidade Federal do Paraná, **2018**. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/68954?show=full> Acesso em 04 jun. 2024.

ANDRADE, Liza M. S. De. **Conexão dos padrões espaciais dos ecossistemas urbanos: a construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e da paisagem**. Tese de doutoramento em “Projeto e Planejamento Urbano e Regional”, 544 p. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, **2014**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/405194249/2014-LizaMariaSouzadeAndrade-1-pdf> Acesso em 04 mai. 2024.

ANTUNES, Manuel de A. Perspectivas de análise dos dados do 1o recenseamento da população em Moçambique: Para uma reflexão sobre as assimetrias demográficas. Reprodução da comunicação de 1984 apresentada ao 1o seminário sobre “População e Desenvolvimento Rural em Moçambique” promovida pela UEM com apoio da FNUAP e FAO. In: **Colecção “Documentos de trabalho”**, No. 8. Lisboa: Centro de Estudos sobre África, Instituto Superior de Economia, Universidade Técnica de Lisboa, **1985**. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/24167/1/MAA%208-85.pdf> Acesso em 15 mai. 2024.

ARAÚJO, Manuel G. M. de. Cidade de Maputo. Espaços contrastantes: do urbano ao rural. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 20 a 26 mar. 2005, Universidade de São Paulo, **2005**. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Ordenamientoterritorial/08.pdf> Acesso em 15 mai. 2024.

ARAÚJO, Manuel G. M. de. **Espaço urbano demograficamente multifacetado**: As cidades de Maputo e da Matola. Comunicação parte duma linha de pesquisa do autor sobre as características geo-sócio-demográficas e os modelos de desenvolvimento urbano em Moçambique. (s.d.). Disponível em: <https://www.studocu.com/row/document/universidade-catolica-de-mocambique/fundamentos-de-teologia-catolica/1853187958-peco-para-ser-fornecida-o-manual-de-fundamentos-de-teologia-catolica/85842512>. Acesso em 15 mai. 2024.

cdxcd

ASFC-AVOCATS SANS FRONTIERS CANADA. **Impacto dos conflitos armados na vida das mulheres e raparigas em Moçambique**: Relatório da pesquisa de campo nas províncias de Nampula, Zambézia, Sofala e Gaza. Maputo: ISRI & MULEIDE, **2019**. Disponível em: https://mozambique.fes.de/fileadmin/user_upload/PDF_Files/Relatorio_ASF_CEEI_UJC.pdf Acesso em 14 jun. 2024.

ASSIS, Maria C. de. Metodologia do Trabalho Científico. In: FARIA, Evangelina Maria B. de; ALDRIGUE, Ana Cristina S. (Org.). **Linguagens: usos e reflexões**. 3a ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, **2009**. Disponível texto para download em: <https://www.doccity.com/pt/por-maria-cristina-de-assis-metodologia-do-trabalho->



cientifico/4863932/ Acesso em 05 mai. 2023 Ou em: <https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Assis-Methodologia.pdf> Acesso em 03 jun. 2022.

AZARATE, Fátima M.; TRINDADE, Carlos T. G. Impactos da ocupação desordenada em áreas urbanas inundáveis: O Caso de Magoanine B, Município de Maputo, Moçambique. **Boletim GeoÁfrica**, Dossiê temático: Riscos e vulnerabilidades na África Subsaariana, vol. 2, no. 8, pp. 35-70, out.-dez. 2023. Rio de Janeiro: UFRJ, publicado 22 mar. 2024. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/bg/article/view/63360/40381> Acesso em 22 mar. 2024.

BERKE, Philip R., GODSCHALK, David R.; KAISER, Edward J.; RODRIGUEZ, Daniel A. **Urban Land Use Planning**. 5a. ed. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 2006. Disponível em: <https://dokumen.pub/urban-land-use-planning-fifth-edition-5nbsped-0252030796-9780252030796.html> Acesso em 20 mai. 2024.

BLACK, Richard. Environmental Refugees: A Myth or Reality. **New issues in refugee research**, Working paper, No. 34, March 2001. UK: UNHCR. Disponível em: <https://www.unhcr.org/research/working/3ae6a0d00/environmental-refugees-myth-reality-richard-black.html> Acesso em 23 abr. 2024.

BLOISE, Denise M. A importância da metodologia científica na construção da ciência. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 06, Vol. 06, pp. 105-122, jun. 2020. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/metodologia-cientifica> Ou em: <https://doi.org/DOI:10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/metodologia-cientifica> Acesso em 01 Mai. 2022

BORGES, Carlos; FURTADO, Gonçalo; OLIVEIRA, Joana. Metodologias de investigação comuns nas ciências sociais: Possíveis contributos para o conhecimento de sujeitos em planeamento arquitetónico e urbanístico. **A Obra Nasce - revista de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Fernando Pessoa**, No. 9, pp. 9-26. Porto: Edições UFP, nov. 2015. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/7773/1/A_Obra_Nasce_09-9-26.pdf Acesso em 10 Mai. 2022

BR-PU. **Política de Urbanização**. Resolução No. 31/2024 de 10 de Julho. In: Boletim da República I SÉRIE - Número 133, pp. 2775-2825. Moçambique: Conselho de Ministros, 2024. Disponível em: <https://www.lexlink.eu/conteudo/mocambique/ia-serie/4073753/resolucao-no-312024/20525/por-tema> Acesso em 19 jul. 2024.

CARRILHO, Júlio. Rural Versus Urbano: Vivências, Interações e Permutas. In: J. FEIJÓ, J. (ed.) *et al.* **Movimentos Migratórios e Relações Rural-Urbanas**: Estudos de Caso em Moçambique. 1a edição, pp. 91-98. Maputo: Alcance editores, ago. 2017.

CARVALHO, Cecília C. de; COSTA, Larissa N. L. A. da. **O papel da resiliência urbana e do metabolismo urbano na questão da redução de risco de desastre**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/17851/1/monopoli10013654.pdf> Acesso em 06 mai. 2024.

CMCM - CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DA MATOLA (2010). **Plano de Estrutura Urbana da Cidade da Matola (PEUCM), Volume I - Análise da Situação Actual**. 127 p. O PEUCM de 2010 foi promovido pelo Conselho Municipal da Cidade da Matola com apoio da Cooperação Espanhola (AECID) e elaborado pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat (CEDH) da Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico (FAPF) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), mar. 2010. Acesso em 25 jun. 2022.



CMM - CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO. **Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM), Volume I - Análise da Situação Actual**. 246 p. Maputo. O PEUMM de 2008 foi promovido pelo Conselho Municipal da Cidade de Maputo com apoio do Banco Mundial e elaborado pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat (CEDH) da Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico (FAPF) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), **2008a**. Acesso em 25 jun. 2022.

CMM - CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO. **Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM), Volume IV - Regulamento**. 42 p. Maputo, set. **2008b**. Acesso em 25 jun. 2022. O PEUMM de 2008 foi promovido pelo Conselho Municipal da Cidade de Maputo com apoio do Banco Mundial e elaborado pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat (CEDH) da Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico (FAPF) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

E.U. *et al.* **Applying the Degree of Urbanisation: a methodological manual to define cities, towns and rural areas for international comparisons**. Manual produced by European Union, FAO, UN-Habitat, OECD and The World Bank. Luxembourg: Publications Office of the European Union, **2021**. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/3859598/15348338/KS-02-20-499-EN-N.pdf/0d412b58-046f-750b-0f48-7134f1a3a4c2?t=1669111363941> Acesso em 17 nov. 2023.

EVEN3. Metodologia Científica: guia simplificado para escrever a sua. **Even3 Blog, (s.d.)**. Disponível em: <https://blog.even3.com.br/metodologia-cientifica-como-fazer/> Acesso em 02 Mai. 2022.

ÉVORA, Iolanda. Continuidades e Transformações no Estudo das Migrações. Elementos Para a Análise Crítica das Mobilidades Africanas Contemporâneas. In: FEIJÓ, J. (ed.) *et al.* **Movimentos Migratórios e Relações Rural-Urbanas: Estudos de Caso em Moçambique**. 1a edição, pp. 57-68. Maputo: Alcance editores, ago. **2017**.

FAPF - Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico. **Descrição Detalhada do projecto - Estudo para a Promoção do Desenvolvimento Territorial Integrado da Região de Boane, Moamba e Namaacha**. Programa de Cooperação Itália-Moçambique. Apoio à UEM para a reforma académica, inovação tecnológica e investigação científica. Fundo para a Investigação Aplicada e Multisectorial (FIAM). Programa de Investigação Multisectorial Integrada (PIMI). Maputo: FAPF, UEM, fev. **2018**.

FAPF - Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico. **Projecto de Investigação - Estudo para a Promoção do Desenvolvimento Territorial Integrado da Região de Boane, Moamba e Namaacha**. Maputo: FAPF, UEM, jul. **2016**.

FARIAS, José A. Resiliência: um bom conceito para o projeto e a reforma urbana? **XVII ENAMPUR**, São Paulo, **2017**. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/download/2018/1997/> Acesso em 07 jun. 2024.

FARRÉ, Albert. Mobilidades, Recursos e o Político no Meio Rural - Questões em Torno do Conceito de Comunidade Rural em Moçambique. In: J. FEIJÓ, J. (ed.) *et al.* **Movimentos Migratórios e Relações Rural-Urbanas: Estudos de Caso em Moçambique**. 1a edição, pp. 69-90. Maputo: Alcance editores, ago. **2017**.

FEIJÓ, João. O Efeito Hipnótico da Capital - Desigualdades Sócio-Espaciais e Factores de Atracção de Maputo. In: FEIJÓ, J. (ed.) *et al.* **Movimentos Migratórios e Relações Rural-**



Urbanas: Estudos de Caso em Moçambique. 1a edição, pp. 117-160. Maputo: Alcance editores, ago. **2017b**.

FEIJÓ, João. Urban Bias: Reflexões Sobre um Crescimento Desigual. In: FEIJÓ, J. (ed.) *et al.* **Movimentos Migratórios e Relações Rural-Urbanas:** Estudos de Caso em Moçambique. 1a edição, pp. 149-154. Maputo: Alcance editores, ago. **2017c**.

FEIJÓ, João. Investimentos Económicos, Assimetrias Socio-Espaciais e Movimentos Migratórios. In: FEIJÓ, João; RAIMUNDO, Inês M. (coord.). **Movimentos migratórios para áreas de concentração de grandes projectos.** pp. 17-61. Maputo: PubliFix edições, jan. **2018**. Disponível em: https://omrmz.org/wp-content/uploads/2022/12/Movimentos_migratorios_para_areas_de_con-1.pdf Acesso em 15 mai. 2024.

FEIJÓ, João. Ruralização das Cidades ou Urbanização do Campo? Reflexão Introdutória Sobre Os Movimentos Migratórios Rural-Urbanos. In: FEIJÓ, J. (ed.) *et al.* **Movimentos Migratórios e Relações Rural-Urbanas:** Estudos de Caso em Moçambique. 1a edição, pp. 11-16. Maputo: Alcance editores, ago. **2017a**.

FORJAZ, José. Prefácio. In: FEIJÓ, J. (ed.) *et al.* **Movimentos Migratórios e Relações Rural-Urbanas:** Estudos de Caso em Moçambique. 1a edição, pp. 5-7. Maputo: Alcance editores, ago. **2017**.

FORQUILHA, Salvador; PEREIRA, João. Dinâmicas da migração e o desenvolvimento da insurgência jihadista no norte de Moçambique. **Desafios para Moçambique**, pp. 37-54. Maputo: IESE, **2017**. Disponível em: https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2023/01/art1-sf_jp.pdf Acesso em 14 jun. 2024.

FRANCISCO, António (2017). Transição Demográfica em Moçambique: Mito ou Realidade? In: FEIJÓ, J. (ed.) *et al.* **Movimentos Migratórios e Relações Rural-Urbanas:** Estudos de Caso em Moçambique. 1a edição, pp. 17-56. Maputo: Alcance editores, ago. **2017**.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6a. ed. São Paulo: Atlas, **2008**.

HANSINE, Rogers; ARNALDO, Carlos. Natureza demográfica e consequências do crescimento urbano em Moçambique. **Conferência “Desafios para Moçambique: Dez anos pensando no País”,** IESE-Conf2019, Maputo, 19 set. **2019**. Disponível em: https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/09/Conf2019_RHansineCArnaldo.pdf Acesso em 15 mai. 2024.

INE; UNFPA. **Migração e Urbanização em Moçambique.** Em colaboração com Canada, UK Aid, Suécia, Embaixada da Noruega e Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento. Maputo: Habesha Media, México & UNFPA Moçambique, jun. **2023**. Disponível em: https://mozambique.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/migracao_-_mario-20-07-23_0.pdf Acesso em 18 mai. 2024.

INE. **Indicadores Sócio-Demográficos, II Recenseamento Geral da População e Habitação, Moçambique, 1997.** Apresentação PPT, CD-ROM do II RGPH 1997, Moçambique, Edição final. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, INE multimédia, **1999a**. Localização no CD: [.../CENSO_97/PowerPoint/Exposicao Censo 97.ppt](#) Acesso em 08 dez. 2023.

INE. **Anuário Estatístico, Maputo Cidade, 2019.** 61 p. Maputo: INE - Delegação de Maputo Cidade, **2019c**. Acesso em 11 mai. 2024.



INE. **Anuário Estatístico, Província de Maputo, 2022.** Maputo: INE, 2022. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/697987366/Anuario-Estatistico-Propincia-de-Maputo-2022> Acesso em 11 mai. 2024.

INE. **Divulgação dos Resultados Preliminares IV RGPH 2017.** 13 quadros, 13 p. Maputo: INE, 2017b. Disponível em: https://www.gaza.gov.mz/por/content/download/7057/51420/file/Apuramento_Preliminar%20IV%20RGPH%202017.pdf Acesso em 11 mai. 2024.

INE. **Divulgação dos Resultados Preliminares IV RGPH 2017.** Maputo: INE, 30 dez. 2017a. Disponível em: [https://www.inhambane.gov.mz/por/content/download/6078/43247/version/1/file/Divulga%C3%A7%C3%A3o+dos+resultados_preliminares+\(002\).pdf](https://www.inhambane.gov.mz/por/content/download/6078/43247/version/1/file/Divulga%C3%A7%C3%A3o+dos+resultados_preliminares+(002).pdf) Acesso em 11 mai. 2024.

INE. **Indicadores Socio-Demográficos - Cidade de Maputo, Tamanho, Estrutura e Crescimento da População, II Recenseamento Geral da População e Habitação.** Ficheiro HTML, CD-ROM do II RGPH 1997, Moçambique, Edição final. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, INE multimédia, 1999c-1. Localização no CD: .../CENSO_97/CensoHTML/11/brochura/11populacao.htm Acesso em 11 mai. 2023.

INE. **Indicadores Socio-Demográficos - Maputo Província, Tamanho, Estrutura e Crescimento da População, II Recenseamento Geral da População e Habitação.** Ficheiro HTML, CD-ROM do II RGPH 1997, Moçambique, Edição final. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, INE multimédia, 1999d-1. Localização no CD: .../CENSO_97/CensoHTML/10/brochura/10populacao.htm Acesso em 11 mai. 2023.

INE. **Indicadores Socio-Demográficos Distritais, Maputo Província, Recenseamento Geral da População e Habitação 2007.** 30 p., jul. 2012. Acesso em 11 mai. 2024.

INE. **Indicadores Socio-Demográficos, Cidade de Maputo, Dados Básicos, II Recenseamento Geral da População e Habitação.** Ficheiro HTML, CD-ROM do II RGPH 1997, Moçambique, Edição final. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, INE multimédia, 1999c-2. Localização no CD: .../CENSO_97/CensoHTML/11/brochura/11dados.htm Acesso em 11 mai. 2024.

INE. **Indicadores Socio-Demográficos, Maputo Cidade, Recenseamento Geral da População e Habitação 2007.** 47 p. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2011a. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/censos/censo-2007/rgph-2007> Acesso em 19 dez. 2021.

INE. **Indicadores Socio-Demográficos, Maputo Província, Dados Básicos, Censo Populacional de 1997, II Recenseamento Geral da População e Habitação.** Ficheiro HTML, CD-ROM do II RGPH 1997, Moçambique, Edição final. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, INE multimédia, 1999d-3. Localização no CD: .../CENSO_97/CensoHTML/10/brochura/10dados.htm Acesso em 11 mai. 2024.

INE. **Indicadores Socio-Demográficos, Maputo Província, Recenseamento Geral da População e Habitação 2007.** 63 p. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2011b. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/censos/censo-2007/rgph-2007> Acesso em 19 dez. 2021.



INE. **IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017, Resultados Definitivos, Moçambique.** 207 p. mais Anexo - Boletim de Censo. Maputo: INE, Abr. **2019b**. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/mocambique/censo-2017-brochura-dos-resultados-definitivos-do-iv-rgph-nacional.pdf> Ou em: <http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/mocambique/censo-2017-brochura-dos-resultados-definitivos-do-iv-rgph-nacional.pdf/view> Acesso em 11 mai. 2024.

INE. **Projecções anuais da população total, urbana e rural, dos distritos da cidade de Maputo 2007-2040.** Maputo: Instituto Nacional de Estatística, **2010**. Disponível em: <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Cidadao/Informacao/Dados-Estatisticos/Projeccoes-da-Populacao> Acesso em 26 mai. 2024.

INE. **Província de Maputo - Quadro 2. População por Idade, segundo Distrito/Cidade, Posto Administrativo, Vila, Localidade, Bairro e Sexo, II Recenseamento Geral da População e Habitação.** Ficheiro HTML, CD-ROM do II RGPH 1997, Moçambique, Edição final. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, INE multimédia, **1999d-2**. Localização no CD: .../CENSO_97/CensoHTML/10/quadros/10quadro2.htm Acesso em 11 mai. 2023.

INE. **Quadro 2, População por idade, segundo distritos, postos administrativos, bairros e sexo, Cidade de Maputo, 1997.** Ficheiro HTML, CD-ROM do II RGPH 1997, Moçambique, Edição final. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, INE multimédia, **1999c-3**. Localização no CD: .../CENSO_97/CensoHTML/11/quadros/11quadro2.htm Acesso em 11 mai. 2023.

INE. **Quadro 67. População por distrito de nascimento, segundo distrito de residência em 2017 e Sexo. Maputo Província, 2017.** Maputo: INE, **2019d**. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/maputo-provincia/quadro-67-populacao-por-distrito-de-nascimento-segundo-distrito-de-residencia-em-2017-e-sexo-maputo-provincia-2017.xlsx/view> Acesso em 11 mar. 2022.

INE. **Resultados Definitivos. Censo 2017 - IV Recenseamento Geral da População e Habitação.** Apresentação “Cerimónia Central, 29 de Abril de 2019, Maputo”. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, **2019a**. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/mocambique/apresentacao-resultados-do-censo-2017-1> Acesso em 11 mar. 2022.

INE. **Resultados Preliminares, IV RGPH 2017.** 11 p. Maputo: INE, 30 dez. **2017c**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/386702238/Apresentacao-de-Resultados-Preliminares> Acesso em 11 mai. 2024.

INE2007. **População Total, 2007, Maputo Cidade, Recenseamento Geral da População e Habitação 2007.** (s.d.-a). Acesso em 11 mai. 2024.

INE2007. **População Urbana e Rural por Sexo, Segundo Idade e Província, 2007, Maputo Província, Recenseamento Geral da População e Habitação 2007.** (s.d.-b). Acesso em 11 mai. 2024.

JHA, Abhas K.; MINER, Todd W.; STANTON-GEDDES, Zuzana (Editor). **Building Urban Resilience: Principles, Tools, and Practice.** Washington DC: World Bank and AusAID, **2013**. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/320741468036883799/pdf/Building-urban-resilience-principles-tools-and-practice.pdf> Acesso em 06 mai. 2024.

JORGE, Sílvia; TIQUE, João. Fundo para o Fomento à Habitação de quem? Análise do seu impacto a partir do caso da Área Metropolitana de Maputo, Moçambique. **Cidades,**



Comunidades e Territórios, No. 41, pp. 209-222, dez. 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cidades/3082> Acesso em 20 mai. 2024.

MAEFP - Ministério da Administração Estatal e Função Pública. **Termos de Referência**. Fórum Urbano Nacional, Cidade de Maputo, 12-13 de outubro de 2016.

MAEFP; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por Ocasão da Abertura do 2o Fórum Urbano Nacional**. Cidade de Maputo, 31 de março de 2022. Disponível em: <https://www.presidencia.gov.mz/por/Media/Files/1-a-Discurso-2-Forum-Urbano-1004022> Acesso em 10 abr. 2024.

MAEFP; UN-HABITAT; GIZ; WB. **Workshop com o intuito de propor e harmonizar os critérios de definição do urbano em Moçambique, seus indicadores e metodologia de classificação**. Programa do workshop organizado pelo o Ministério da Administração Estatal e Função Pública (MAEFP), conjuntamente com o UN-Habitat, a GIZ, e o Banco Mundial no âmbito do Projecto de Desenvolvimento Urbano Local, Maputo, Centro de Conferências Internacional Joaquim Chissano, 03 nov. 2023.

MAEFP; UN-HABITAT; INE; ADE; ANAMM. **Workshop técnico sobre disseminação e apropriação do Quadro Global de Monitoria Urbana, do Modelo de Observatórios Urbanos e da Metodologia DEGURBA**. Programa do workshop organizado conjuntamente com o Ministério da Administração Estatal e Função Pública (MAEFP), o INE (Instituto Nacional de Estatística), a ADE (Agência Nacional de Desenvolvimento Geo-Espacial) e a ANAMM (Associação Nacional dos Municípios de Moçambique), Maputo, Montebello Indy Village, 17 abr. 2024.

MAEFP; UN-HABITAT. Declaração Final do II Fórum Urbano Nacional FUN 2022. **II Fórum Urbano Nacional de Moçambique “Urbanização, uma prioridade para o Desenvolvimento Sustentável”**, Maputo, Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, 31 de mar. e 1 de abr. 2022c.

MAEFP; UN-HABITAT. **II Fórum Urbano Nacional em Moçambique, 31 de março e 1 de abril 2022, Maputo**: Relatório preliminar. Apresentado ao Governo e à 1a Sessão do Conselho Directivo para a elaboração da Política Nacional de Urbanização, 10 mar. 2023, Maputo, Centro de Conferências Joaquim Chissano. Versão jun. 2022b.

MAEFP; UN-HABITAT. **Termos de Referência. IIº Fórum Urbano Nacional 2022**. Maputo. 2022a.

MAEFP. **Termos de Referência. Processo de Elaboração da Política Nacional de Urbanização**: Consulta Regional da Região Norte. Com suporte técnico de UN-Habitat, 2023.

MATE, Alexandre (Coord.); LOFORTE, Ana; LIHAHE, Danúbio; SAMBO, Vitorino; MACHAVA, Adérito; TRINDADE, Carlos T. G.. **Estudo Sócio-Antropológico Sobre Reassentamento Pós-Cheias no Vale do Zambeze**: Tete, Manica, Sofala e Zambézia. Elaborado pelo Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane para PNUD, 2008.

MELO, Vanessa. Portuguese urbanism in the city of Maputo: past, present and future. **Urbe Revista Brasileira de Gestão Urbana**, pp. 71-88, jun. 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/262747643_Portuguese_urbanism_in_the_city_of_Maputo_past_present_and_future Ou em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-4-Centro-urbanizado-e-evolucao-das-areas-semiurbanizadas-de-Maputo-Legenda-A_fig3_262747643 Acesso em 20 mai. 2024.



MIQUIDADE, Amade A. **Morfologia Urbana da Matola: Tendências de Crescimento da Cidade.** Dissertação de Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território, 2o. Ciclo de Estudos. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, **2018**. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/117669/2/303248.pdf> Acesso em 11 mai. 2024.

MONTEDORO, Laura.; BUOLI, Alice; FRIGERIO, Alessandro. **Towards a metropolitan vision for the Maputo province.** An agenda for an integrated and sustainable territorial development in the South of Mozambique. Maggioli, Santarcangelo di Romagna, **2020**. Disponível em: <https://www.academia.edu/45555259> Acesso em 26 set. 2023.

MONTEDORO, Laura.; BUOLI, Alice; FRIGERIO, Alessandro (eds.). **Territorial Development and Water-Energy-Food Nexus in the Global South: A study for the Maputo Province, Mozambique.** Research for Development Book Series, 1a. ed. Switzerland: Springer Nature. **2022**. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-030-96538-9> ou <https://doi.org/10.1007/978-3-030-96538-9> Acesso em 26 set. 2023.

MOSCA, João. Prefácio. In: FEIJÓ, João; RAIMUNDO, Inês M. (coord.). **Movimentos migratórios para áreas de concentração de grandes projectos.** pp. 5-6. Maputo: PubliFix edições, jan. **2018**. Disponível em: https://omrmz.org/wp-content/uploads/2022/12/Movimentos_migratorios_para_areas_de_con-1.pdf Acesso em 15 mai. 2024.

MUANAMOHA, Ramos C.; RAIMUNDO, Inês M. Cartografia da migração interna em Moçambique entre 1997 e 2007. **REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 26, No. 54, pp. 31-59. Brasília, dez. **2018b**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/BC8pJ5KCWvhdJJvrmGFJhgB/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 05 dez. 2021.

MUANAMOHA, Ramos C.; RAIMUNDO, Inês M. Migrações Campo-Cidade e Integração no Meio Urbano. In: FEIJÓ, João; RAIMUNDO, Inês M. (coord.). **Movimentos migratórios para áreas de concentração de grandes projectos.** pp. 63-84. Maputo: PubliFix edições, jan. **2018a**. Disponível em: https://omrmz.org/wp-content/uploads/2022/12/Movimentos_migratorios_para_areas_de_con-1.pdf Acesso em 15 mai. 2024.

PASTORELLI JUNIOR, José H. **Estudo da sustentabilidade e resiliência urbana no contexto da redução de risco de desastres.** Dissertação de Mestrado para obtenção do título de Mestre em Engenharia Civil, na área de Recursos Hídricos, Energéticos e Ambientais. Universidade Estadual de Campinas (UNI-CAMP): Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, **2018**. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/296894695.pdf> Acesso em 04 mai. 2024.

RAIMUNDO, Inês M. O ciclo vicioso de deslocamentos forçados e a formação de espaços incompletos em Moçambique. **Geo UERJ**, n. 37, e53912. Rio de Janeiro: UERJ, 2020. Disponível em DOI: 10.12957/geouerj.2020.53912 Ou em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/download/53912/34786/185232> Acesso em 15 jun. 2024.

RAPOSO, Isabel. Das aldeias comunais aos grandes projectos territoriais: Forjando uma Sociedade Urbana em Moçambique? In: FEIJÓ, J. (ed.) *et al.* **Movimentos Migratórios e Relações Rural-Urbanas: Estudos de Caso em Moçambique.** 1a edição, pp. 179-214. Maputo: Alcance editores, ago. **2017**.



SABOYA, Renato. As armadilhas da definição do zoneamento e das densidades populacionais urbanas. **Urbanidades - Urbanismo, Planejamento Urbano e Planos Diretores**, 22 fev. 2010. Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2010/02/as-armadilhas-da-definicao-do-zoneamento-e-densidades-urbanas/> Acesso em 23 abr. 2024.

SAEVFORS, Ingemar. **Maxaquene: a comprehensive account of the first urban upgrading experience in the new Mozambique**. UNESCO: Human settlements and socio-cultural environments, mar. 1986. Disponível em: <https://www.saevfors.se/Maxaquene1986.pdf> Ou em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7908044/mod_folder/content/0/SAEVFORS_%20MAxaquene.pdf?forcedownload=1 Acesso em 09 mai. 2024.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, Maria del P. B. Definições dos enfoques quantitativo e qualitativo, suas semelhanças e diferenças. pp. 28-48. In: Sampieri, R.H.; Collado, C.F.; Lucio, M. del P.B. **Metodologia de Pesquisa**. 5a. ed. Porto Alegre, RS: Editora Penso, 2013. Disponível capítulo em: https://kupdf.net/download/235555757-167247024-livro-metodologia-da-pesquisa-enfoques-quantitativo-e-qualitativo-cap-01pdf_5bdb5b5be2b6f5520a916ca0_pdf# Ou livro em: <https://pt.scribd.com/document/489757466/metodologia-pesquisa-Roberto-Sampieri-Carlos-Collado-Maria-Lucio-2013> Acesso em 04 Mai. 2022.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do Trabalho Científico**. Versão electrónica publicada no Brasil. São Paulo: Cortez, 2014. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ccaaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C3%A1_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf Acesso em 10 Mai. 2022.

SILVA, Jacqueline da. A gestão sustentável como ferramenta para o desenvolvimento das sociedades. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, Ano 05, ed. 08, vol. 01, pp. 25-33, ago. 2020. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/gestao> Acesso em 04 mai. 2024.

STACCIARINI, João H. S.; CHAVEIRO, Eguimar F.; AZEVEDO, Helsio A. M. de A. Maputo, a cidade dividida: fragmentação e (re)qualificação. **Revista “Sociedade & Natureza”**, v. 35, e65951, ISSN 1982-4513. Uberlândia, MG, publicado 29 nov. 2022. DOI: 10.14393/SN-v35-2023-65951 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/SdwWJVkdSBPFsrFCGdYrPvL/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 15 mai. 2024.

TIQUE, João T. A Densificação dos Bairros Periféricos de Maputo. In: J. FEIJÓ, J. (ed.) *et al.* **Movimentos Migratórios e Relações Rural-Urbanas: Estudos de Caso em Moçambique**. 1a edição, pp. 168-178. Maputo: Alcance editores, ago. 2017.

TRINDADE, Carlos T. G.; CANI, Anselmo L. (coords.). **Moçambique, Melhoramento dos Assentamentos Informais**. Volume I - Análise da Situação, Cidades de Maputo, Nacala e Manica & Volume II - Proposta de Estratégias de Intervenção. Promovido por MICOA/DINAPOT com financiamento de UN-Habitat e elaborado pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat (CEDH). Equipa: J. Forjaz, J. Carrilho, L. Laje, A. Mazembe, E. Nhachungue, L. Battino, M. Costa, A. Cani, C. Trindade. Maputo: UEM, FAPF, CEDH, 2006a.

TRINDADE, Carlos T. G.; CANI, Anselmo L. (coords.). **Mozambique report: cities without slums, analysis of the situation & proposal of intervention strategies**. Promoted by MICOA/DINAPOT with funding from UN-Habitat and prepared by Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat (CEDH). Team: J. Forjaz, J. Carrilho, L. Laje, A. Mazembe, E.



Nhachungue, L. Battino, M. Costa, A. Cani, C. Trindade. Maputo: UEM, FAPF, CEDH, **2006b**. Disponível em: https://sarprn.org/documents/d0002452/Mozambique_cities_slums_2006.pdf Acesso em 14 dez 2021.

TRINDADE, Carlos T. G. Assentamentos Informais exigem planos menos caros. p. 10. Maputo: **Jornal “O País”**, Sexta-feira 14 de Outubro de **2016b**. Disponível em: Autor.
TRINDADE, Carlos T. G. Plotting and Private Development. Apresentação ao **Experts Group Meeting (EGM) “Planning City Extensions: Public and Private Space for Expanding Cities”**, Barcelona, 16-18 September **2013**. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/documents/2019-06/planning_city_extensions_public_and_private_space_for_expanding_cities.pdf Acesso em 21 jun. 2024.

TRINDADE, Carlos T. G. Rápido Crescimento Urbano e Informalidade: uma reflexão sobre sustentabilidade no crescimento urbano e urbanização em Moçambique - uma discussão actual e necessária sobre integração e inclusão, equidade e competitividade, ambiente e resiliência. Apresentação ao **2º Fórum Urbano Nacional**, Maputo, 31 de março e 1 de abril **2022**. Disponível em: <https://www.facebook.com/unhabitatmocambique/videos/3197096007212419/> [Ver também: <https://www.facebook.com/FUNmozambique/>] [e também: <https://unhabitat.org/news/12-apr-2022/mozambique-national-urban-forum-build-consensus-on-strategic-principles-for-the->] Acesso em 24 dez. 2022.

TRINDADE, Carlos T. G. Slide 1: Assentamentos Informais em Moçambique; Slide 2: Rápido Crescimento Urbano em Moçambique. Apresentação ao **1º Fórum Urbano Nacional** em Moçambique, Maputo, 12-13 de outubro **2016a**. Disponível em: Autor. [Ver fotos do Fórum em: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.1493959947287745&type=3>] Acesso em 24 dez. 2022.

TRINDADE, Carlos T. G.; MACUCULE, Domingos A.; TIQUE, João T. Integrated Multisectoral Research Programme (PIMI). Origins, Trajectories and Horizons. In: Montedoro, L.; Buoli, A.; Frigerio, A. (eds). **Territorial Development and Water-Energy-Food Nexus in the Global South: A study for the Maputo Province, Mozambique**. Research for Development Book Series, 1a. ed, cap. 4, pp. 59-79, Switzerland: Springer Nature, 19 set. **2022**. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-030-96538-9_5 Ou https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-96538-9_5 Acesso em 12 out. 2022.

UN-HABITAT; AJUNTAMENT BARCELONA. **Communiqué - Planning Cities Extensions - Public and Private Space for Expanding Cities**: Adopting progressive and equitable basic urban extension plans for growing cities in developing countries. [hardcopy] Barcelona, 18 Sep. **2013b**. Acesso em 18 set. 2013. Disponível [online] em: https://unhabitat.org/sites/default/files/documents/2019-06/planning_city_extensions_public_and_private_space_for_expanding_cities.pdf Acesso em 20 dez. 2022.

UN-HABITAT; AJUNTAMENT BARCELONA. **Concept Note - Expert Group Meeting on Planning City Extensions**: Public and private space for expanding cities. 16-18 Sep. 2013, Barcelona. Versão de 28 jul. **2013**. Acesso em 17 abr. 2022.

UN-HABITAT; AJUNTAMENT BARCELONA. Planning City Extensions: Public and Private Space for Expanding Cities. **Global Experts Group Meeting**, 16-18 Sep. 2013, Barcelona. **2013a**. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/documents/2019-06/planning_city_extensions_public_and_private_space_for_expanding_cities.pdf Acesso em 20 dez. 2022.



UN-HABITAT; EC-EUROPEAN COMMISSION. **Recomendações de Acções para a Resiliência e a Sustentabilidade, Maputo.** Sumário Executivo. ONU-Habitat: Programa Global de Resiliência Urbana, mar. **2019**. Disponível em: <https://urbanresiliencehub.org/wp-content/uploads/2020/06/PT-Executive-Summary-Recommendations-of-Actions-for-Resilience-and-Sustainability-Maputo-Online.pdf> Acesso em 07 jun. 2024.

UN-HABITAT. **A new strategy of sustainable neighbourhood planning:** Five Principles. Discussion Note 3, Urban Planning. Nairobi, Kenya: Urban Planning and Design Branch, **2015**. Disponível em: <https://unhabitat.org/sites/default/files/download-manager-files/A%20New%20Strategy%20of%20Sustainable%20Neighbourhood%20Planning%20Five%20principles.pdf>] Acesso em 25 jun. 2022.

UN-HABITAT. **Foi aprovado, no dia 10 de Março de 2023, o relatório final do II Fórum Urbano Nacional.** Online. Maputo, 13 mar. **2023**. Disponível em: https://web.facebook.com/story.php?story_fbid=1793097861073513&id=385122185204428&mbextid=xfxF2i&rdid=kbvqsNAFWI0vWXjn Acesso em 29 mai. 2024.

UN-HABITAT. **Planned city extensions:** Key tools for sustainable urban development. Discussion Note 1, Urban planning. Nairobi, Kenya: Urban Planning and Design Branch, Sep. **2014b** (see date end of document). Disponível em: http://unhabitat.org.ph/wp-content/uploads/2016/02/discussion_note_1_-_urban_planning_for_growing_cities_key_tools_for_sustainable_urban_development.pdf Acesso em 14 dez. 2021.

UNITED NATIONS-HABITAT III. **New Urban Agenda - H III.** English Version, **2017**. Disponível em: <https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-English.pdf> Ou em: <https://habitat3.org> Acesso em 31 dez. 2022.

UNITED NATIONS. **World Population Prospects 2015 - Data Booklet.** New York: Department of Economic and Social Affairs, Population Division (ST/ESA/SER.A/377), **2015a**. Disponível em: https://population.un.org/wpp/publications/Files/WPP2015_DataBooklet.pdf Acesso em 03 nov. 2023.

UNITED NATIONS. **World Population Prospects 2015 - Volume I: Comprehensive Tables.** New York: Department of Economic and Social Affairs, Population Division (ST/ESA/SER.A/379), **2015b**. Disponível em: https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2015_Volume-I_Comprehensive-Tables.pdf Acesso em 03 nov. 2023.

UNITED NATIONS. **World Population Prospects 2019: Data Booklet.** New York: UN, Department of Economic and Social Affairs, Population Division. (ST/ESA/SER.A/424), **2019a**. Disponível em: https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/files/documents/2020/Feb/un_2019_wpp_databooklet.pdf Acesso em 03 nov. 2023.

UNITED NATIONS. **World Population Prospects 2019: Highlights.** New York: UN, Department of Economic and Social Affairs, Population Division. (ST/ESA/SER.A/423), **2019b**. Disponível em: https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_Highlights.pdf Acesso em 03 nov. 2023.



UNSSC-United Nations System Staff College. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Tradução para português por Unyá Dias e Adib Hobeica. Germany: Knowledge Centre for Sustainable Development, 2015. Disponível em: https://www.unssc.org/sites/default/files/portuguese_2030_agenda_for_sustainable_development_-_kcsd_primer.pdf Acesso em 16 jun. 2024.

WORLD BANK. **Grande Maputo: Pobreza Urbana e Crescimento Inclusivo**. Relatório No. ACS22437. WB: GSU13 AFRICA, jun. 2017. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/ru/948781525419459387/pdf/Greater-Maputo-urban-poverty-and-inclusive-growth.pdf> Acesso em 12 mar. 2022.

ZANELLA, Liane C. H. **Metodologia de Pesquisa**. 2a. edição reimpressa. Universidade Federal de Santa Catarina, Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Departamento de Ensino de Graduação a Distância, Centro Socioeconômico, Departamento de Ciências da Administração, 2013. Disponível em: http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB_2014_2/Modulo_1/Metodologia/material_didatico/Livro%20texto%20Metodologia%20da%20Pesquisa.pdf Acesso em 02 mai. 2022.

ZELEZA, Paul T. The Challenges of Studying the African Diasporas. **African Sociological Review** (Revue Africaine de Sociologie), Vol. 12, No. 2, pp. 4-21. 2008. DOI: 10.4314/asr.v12i2.49831 Disponível em: <https://www.ajol.info/index.php/asr/article/view/49831> Ou em: <http://www.jstor.org/stable/24487603> Acesso em 05 nov. 2023.



DOSSIÊ TEMÁTICO:

A ÁFRICA SUBSAARIANA NO SISTEMA MIGRATÓRIO MUNDIAL

Artigo



**VULNERABILIDADE DOS MIGRANTES IRREGULARES DA
ÁFRICA SUBSAARIANA NA SUA TRAVESSIA PELO
MEDITERRÂNEO EM BUSCA DE UM FUTURO MELHOR NA
EUROPA**

**VULNERABILITY OF IRREGULAR MIGRANTS FROM SUB-SAHARAN
AFRICA AS THEY CROSS THE MEDITERRANEAN IN SEARCH OF A
BETTER FUTURE IN EUROPE**

**VULNERABILIDAD DE LOS INMIGRANTES IRREGULARES DEL ÁFRICA
SUBSAHARIANA QUE CRUZAN EL MEDITERRÁNEO EN BUSCA DE UN
FUTURO MEJOR EN EUROPA**

Por Sádía Banú Sultuane Jethá

Sádía Banú Sultuane Jethá.
Mestre em População e Desenvolvimento.
Universidade Eduardo Mondlane (UEM)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9010-2494>
Contato: sultanesadia@gmail.com

Como citar:
JETHÁ, S. B. S. Vulnerabilidade dos
migrantes irregulares da África subsaariana
na sua travessia pelo Mediterrâneo em busca
de um futuro melhor na Europa. **Boletim
GeoÁfrica**, v. 3, n. 10, p. 78-94, abr.-jun.,
2024.

Recebido: 03/07/2024
Aceite: 10/07/2024



RESUMO: O estudo busca analisar a vulnerabilidade dos migrantes irregulares da África subsaariana na sua travessia pelo Mediterrâneo. Para isso, procurou-se descrever estes migrantes, apontar as causas que contribuem para a decisão de travessia, apresentar as rotas e as situações vividas pelos mesmos. Para o presente estudo optou-se pelo levantamento bibliográfico e documental, através de uma abordagem qualitativa e descritiva. Observou-se que o perfil dos migrantes é constituído por jovens, com baixas qualificações académicas e profissionais. Os motivos da travessia resultam dentre outros da dificuldade económica e insegurança nos seus países. Os migrantes fazem uso de 4 rotas migratórias, enfrentando riscos e desafios. Pode-se concluir que durante a travessia os migrantes perdem os seus direitos e dignidade, considera-se importante a implementação de políticas e estratégias que garantam uma migração segura que respeite o migrante.

PALAVRAS-CHAVE: Vulnerabilidade. Migrantes irregulares. África Subsaariana. Mediterrâneo.

ABSTRACT: The study seeks to analyse the vulnerability of irregular migrants from sub-Saharan Africa as they cross the Mediterranean. To do this, it sought to describe these migrants, point out the causes that contribute to the decision to cross, present the routes and the situations they experience. For this study, we opted for a bibliographical and documentary survey, using a qualitative and descriptive approach. It was observed that the profile of the migrants is made up of young people with low academic and professional qualifications. The reasons for crossing the border are, among other things, economic hardship and insecurity in their countries. The migrants use four migratory routes, facing risks and challenges. It can be concluded that during the crossing migrants lose their rights and dignity, it is considered important to implement policies and strategies that guarantee safe migration that respects the migrant.

KEY-WORDS: Vulnerability. Irregular migrants. Sub-Saharan Africa. Mediterranean.

RESUMEN: El estudio pretende analizar la vulnerabilidad de los inmigrantes irregulares procedentes del África subsahariana en su travesía por el Mediterráneo. Para ello, buscamos describir a estos migrantes, señalar las causas que contribuyen a la decisión de cruzar, presentar las rutas y las situaciones que viven. Para este estudio, optamos por una encuesta bibliográfica y documental, utilizando un enfoque cualitativo y descriptivo. Se observó que el perfil de los migrantes está compuesto por jóvenes con baja cualificación académica y profesional. Los motivos para cruzar la frontera son, entre otros, dificultades económicas y la inseguridad en sus países. Los migrantes utilizan cuatro rutas migratorias, enfrentándose a riesgos y desafíos. Se puede concluir que durante la travesía los migrantes pierden sus derechos y dignidad, se considera importante implementar políticas y estrategias que garanticen una migración segura que respete al migrante.

PALABRAS CLAVE: Vulnerabilidad. Migrantes irregulares. África subsahariana. Mediterráneo.



INTRODUÇÃO

As migrações internacionais são um dos fenómenos demográficos com mais influência na sociedade, provocando alterações nos países de origem e de destino dos migrantes (NUNES 2014). De acordo com Kühner (2019) o número total de emigrantes dos países da África Subsaariana no mundo cresceu 31% entre 2010 e 2017, superando a taxa de aumento tanto da região Ásia Pacífico (15%) como da região América Latina-Caribe (9%).

Conforme a Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2024), durante o período 2000 e 2020, a Europa recebeu cerca de 30 milhões de migrantes internacionais. Embora a proximidade geográfica seja um factor fundamental no desfecho do processo de mobilidade humana, várias outras razões levam a Europa a ser um dos principais destinos finais dos fluxos migratórios, sendo o desenvolvimento económico do continente, por exemplo, uma das motivações (GUIMARÃES e MATOS, 2023).

Segundo Kühner (2019) a taxa de imigração em países da Europa Ocidental altamente industrializados acelerou significativamente nas últimas décadas. Os africanos não documentados constituem uma proporção crescente desses imigrantes. Esta corrida pela Europa torna-se de risco, pois segundo o relatório da OIM (2020) migrantes de países da África Subsaariana, por exemplo, embarcam frequentemente em viagens altamente perigosas para o Norte de África, incluindo através do deserto do Saara, com destino à Líbia ou Marrocos, para depois seguirem através da rota mediterrânica para Itália ou Espanha. Não é conhecido o número de pessoas que perdem a vida em rotas de contrabando e de tráfico antes de chegar ao mar, mas acredita-se que pelo menos 507 pessoas morreram ou desapareceram no mar Mediterrâneo Central e Ocidental em 2019, e 3.129 em 2023 segundo a ONU. Os sobreviventes enfrentam abusos de direitos humanos em sua jornada desde a África Subsaariana até o norte da África, incluindo tortura, espancamentos, extorsão e escravidão forçada, Agência de Refugiados da ONU (ACNUR, 2019, 2023).

Diante do que acima foi exposto questiona-se: O que leva estes migrantes a decidirem por esta travessia de risco? Qual tem sido o posicionamento dos governos africanos mediante esta situação? Que acções são realizadas pelos governos africanos para a contenção dos fluxos migratórios pelo mediterrâneo? Por conseguinte, objectiva-



se: analisar a vulnerabilidade dos migrantes irregulares da África subsaariana na sua travessia pelo mediterrâneo, procurando caracterizar? os migrantes que atravessam pelo mediterrâneo, sua origem, destino e perfil sociodemográfico; apontar as causas que contribuem para a decisão de travessia; e apresentar as rotas e situações vividas pelos mesmos durante o seu percurso.

METODOLOGIA

Para a elaboração do presente trabalho, seguiu-se a pesquisa qualitativa descritiva através do qual se procurou entender o processo de travessia do Mediterrâneo pelos migrantes da África Subsaariana, perceber quem são esses migrantes, de onde partem e para onde se dirigem qual o motivo de decidir por uma travessia de risco, quais as rotas seguidas por eles, e em que condições essas travessias são feitas. Para Gil (2008) este tipo de pesquisa tem como preocupação central a descrição das características de determinada população ou fenómeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação.

Serviu-se também das pesquisas bibliográfica e documental realizada a partir de livros, jornais, revistas, artigos científicos e informações publicadas em diversos órgãos, relatórios e canais, onde se fez a leitura e análise do material colectado. No que se refere a técnica de análise de dados foi usada a análise do conteúdo onde fez-se uma leitura do material colectado com vista a organização das ideias iniciais colocadas pelo quadro teórico com o intuito de compreender o processo de vulnerabilidade a que estão sujeitos os migrantes irregulares durante a travessia pelo Mediterrâneo.

CONCEITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E SUAS ABORDAGENS

O conceito de vulnerabilidade tem sido utilizado em várias disciplinas, em particular das Ciências da Saúde e das Ciências Sociais e Humanas (GUARNIERI, 2018). Existem diferentes concepções de vulnerabilidade, bem como de propostas para o enfrentamento de tal problema contemporâneo (RESENDE e RIBEIRO, 2017). De acordo com Mendes (2018), independentemente das perspectivas diferentes adoptadas pelos vários autores, parece haver consenso quanto ao facto de a vulnerabilidade social não ser uma simples consequência da exposição aos perigos, mas sim o resultado de



condições de desigualdade social que precedem a ocorrência desses processos, e que podem estar relacionados com factores como a pobreza, a idade, o sexo ou a classe social. Como explicam Resende e Ribeiro (2017) um indicador importante da vulnerabilidade é percebido a partir de uma análise a respeito da capacidade de um indivíduo, família ou grupo social de controlar as forças que afectam seu bem-estar e, também, de aproveitar as oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado e/ou sociedade. Já para diversos autores, a vulnerabilidade social é o conceito que traduz a propensão da população para os impactos negativos dos perigos e dos desastres (CUTTER ET AL., 2003; LASKA e MORROW, 2006 citados por CUTTER, 2011). Conforme explica Cutter (2011), a vulnerabilidade social ajuda a compreender a distribuição dos riscos e das perdas potenciais, ou seja, a relação existente entre as populações vulneráveis e os ambientes naturais vulneráveis. Ela identifica as características da população que aumentam ou diminuem a sua capacidade de preparação para resposta a e recuperação de um acontecimento perigoso ou de um desastre.

De acordo com Cutter (2011) existe um indicador para quantificar a vulnerabilidade social de lugares específicos designado por *Social Vulnerability Index* – SoVI (Índice de Vulnerabilidade Social), sendo este índice uma avaliação quantitativa das características que influenciam a vulnerabilidade social aos riscos (pré - acontecimentos) e facilita a comparação entre unidades geográficas (distritos, secções censitárias) em termos dos seus níveis relativos de vulnerabilidade social. Desta forma, o SoVI consegue apreender a natureza multidimensional da vulnerabilidade social. Destacam-se também o Sistema de Informação Geográfica (SIG), o Geoprocessamento e os produtos do Sensoriamento Remoto, que permitem integrar técnicas aos conceitos teóricos, além de possibilitarem o armazenamento de diversos tipos de dados geográficos (MANTOVANI; BUENO, 2021), outra abordagem apontada por Cutter (2011) é o recurso à cartografia bivariada, através da técnica da geovisualização bivariada em que a exposição ao risco e a vulnerabilidade social são representadas num mapa coropleto com três categorias (elevada, média e baixa).

Cutter (2011) apresenta na Tabela 1 algumas das características sociais que influenciam a vulnerabilidade social.



TABELA 1 – Exemplos de características que influenciam a vulnerabilidade social

Conceito	Fundamentação	Variável	Natureza da influência
Populações com necessidades especiais	Difíceis de identificar (doentes ou temporárias), muitas vezes invisíveis nas comunidades.	População sem abrigos Residentes em lares	Aumenta
Idade	Afecta a mobilidade; requer cuidados especiais; maior susceptibilidade para se magoar.	Idosos Crianças	Aumenta Aumenta
Estatuto socioeconómico	Capacidade de absorver danos e de recuperar; mais bens materiais a perder.	Ricos Pobres	Diminui Aumenta
Raça e etnia	Barreiras linguísticas e culturais; falta de acesso a recursos pós-desastre; tendência para ocupar zonas de perigosidade elevada.	Hispânicos (nos EUA)	Aumenta
Sexo	Empregos com altas taxas de feminização podem ser afectados; salários mais baixos; tarefas de prestação de cuidados.	Mulheres	Aumenta
Tipo de habitação e título de propriedade	Com frequência, os inquilinos não têm seguro nem investem na comunidade; tipo de habitação e construção.	Inquilinos Habitações móveis	Aumenta Aumenta

Fonte: Adaptado por Heinz Center, 2002; Cutter *et al.*, 2003.

QUEM SÃO OS MIGRANTES IRREGULARES DA ÁFRICA SUBSAARIANA, DE ONDE VÊM E PARA ONDE VÃO?

O continente africano tem sido uma das zonas do mundo de onde partem ou por onde passam consideráveis fluxos migratórios, que configuram as regiões de maior conflitualidade, risco e insegurança, aliados aos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano e económico, mas também de elevada massa populacional jovem (AGOSTINHO, 2022).



Segundo Hovy *et al.*, (2020) em África estima-se que 47% de todos os migrantes internacionais são do sexo feminino, a idade média dos migrantes internacionais (30,9 anos) são cerca de 10 anos mais baixas do que a do mundo inteiro. Em 2019, a África era o continente com migrantes internacionais mais jovens, com uma idade média de 27,0 anos. Segundo Beat Schuler, coordenador Regional para a Protecção do ACNUR Sul da Europa, as migrações assumem, agora, características mistas, entre migrantes económicos, refugiados e deslocados. Fala-se também de menores não acompanhados, mulheres vítimas de violações e traficadas para a escravatura sexual ou vítimas de tortura (SCHULER, 2014 *apud* FIGUEIREDO, 2016).

Nota-se uma intensa migração irregular na África subsaariana, em maioria de jovens, dentre os quais quase metade são mulheres. Verifica-se ainda a presença de menores não acompanhados neste processo migratório, sujeitos a várias adversidades durante o seu percurso. Através do norte de África observa-se um corredor migratório, por onde transitam migrantes vindos da África Subsaariana com destino a Europa.

Historicamente, os Estados do Norte de África têm sido países de origem, trânsito e destino. Marrocos e Líbia têm sido alvos de migrantes da África Subsaariana à procura de trabalho (DE HAAS, 2008 *apud* BLACK e HIGHMAN, 2020). A Líbia, em particular, tornou-se o principal país de partida das travessias de barco para a Europa e como de acolhimento de migrantes em situações irregulares. Nos últimos anos atravessaram pelo mediterrâneo diversos imigrantes da África Subsaariana maioritariamente vindos de países como Eritreia, Nigéria, Gâmbia, Somália, Sudão, Mali, Costa do Marfim, Guiné, Senegal (AGOSTINHO, 2022).

POR QUE MIGRAR PARA A EUROPA APESAR DOS DIVERSOS DESAFIOS E RISCOS?

Conforme relata Kühner (2019), em 2015 a rede de comunicação *Al Jazeera* realizou uma reportagem sobre um centro de detenção de imigração na Líbia, o qual explicou que muitos migrantes deixaram seus países? Devido à falta de segurança e por enfrentar grandes dificuldades económicas. Por estes motivos, estes cidadãos estão dispostos a arriscar suas vidas ou enfrentar uma possível prisão para saírem das dificuldades que a África lhes traz.



Segundo Figueiredo (2016) os conflitos da Primavera Árabe, cenário de convulsões políticas, de instabilidade social e de graves conflitos étnicos, assim como os conflitos religiosos, a pobreza e a guerra em grandes zonas de África, contribuem na atração de fluxos migratórios ao sul da Europa. A crise alimentar e nutricional no Sahel são um exemplo, agravada pela rápida sucessão de crises e pela escassez de serviços básicos, reflectindo-se previsivelmente em novos fluxos migratórios (FERREIRA, 2017). Já para Figueiredo (2016, p.77) “na verdade, estes já não procuram apenas uma vida melhor, mas tão somente uma vida, sobreviver, pois mais não fazem que fugir da morte certa, da fome e miséria que existe nos seus países de origem”. Ainda de acordo com a OIM (2024) as restrições de vistos para cidadãos de países com baixos níveis de desenvolvimento humano contribuem para a imigração ilegal, sendo as vias irregulares a opção mais realista aos potenciais migrantes destes países.

Para Santos e Martuscelli (2017) diversas causas contribuem para a migração feminina. As meninas que estudam têm sofrido o risco de perseguição em países africanos como a Nigéria. Outra situação é o medo de recrutamento como meninas soldadas, principalmente para serem empregadas como servas sexuais. Outros problemas referem-se ao casamento infantil, e o risco de sofrerem mutilação genital feminina (MGF). Por outra as que se recusem a se casar podem ser agredidas, sofrerem exclusão e até serem mortas por suas famílias e comunidades tradicionais.

Diversos motivos têm contribuído para um aumento significativo da migração na África Subsaariana: problemas económicos, políticos, ambientais e sociais, fome e miséria são as causas que mais contribuem para uma busca de sobrevivência, segurança e bem-estar. As adolescentes representam o grupo mais fragilizado dos migrantes irregulares, pelo simples fato de serem e terem nascido mulheres e estarem sujeitas a insegurança e violência com base no gênero nos seus próprios países de origem, lugar onde deveriam ter a sua segurança e proteção garantida.

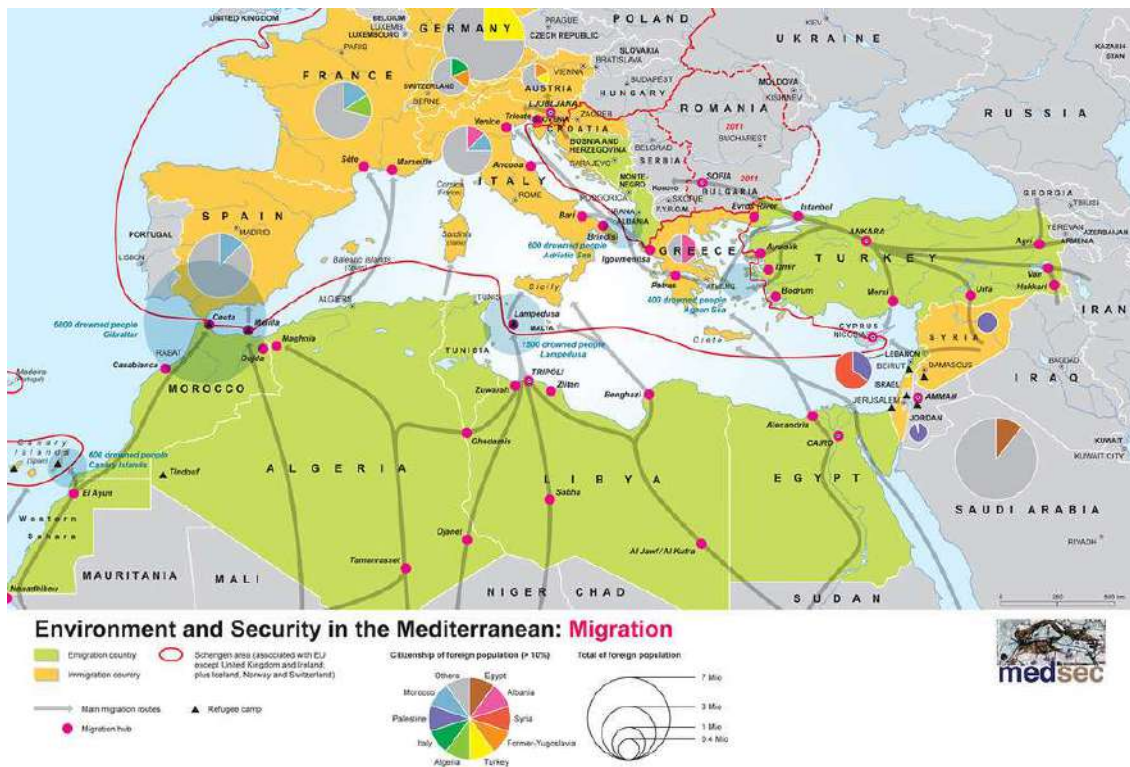
"O actual cenário de conflitos geopolíticos e ambientais tornaram a Europa um local atractivo para a realização de oportunidades de uma vida melhor para muitos indivíduos – para milhares deles talvez seja a única hipótese de sobreviver à guerra, à fome ou à doença" (FIGUEIREDO, 2016, p. 26). Há razões bem fundamentadas para crer que esta tendência irá acelerar, uma vez que a África Subsaariana tem provavelmente um maior potencial para a imigração na União Europeia do que qualquer outra região do mundo (KOHNER, 2007 *apud* KÜHNER 2019).

AS ROTAS DE TRAVESSIA UTILIZADAS PELOS MIGRANTES IRREGULARES PARA O ALCANCE DO SONHO EUROPEU

De acordo com Ferreira (2017), a maioria dos migrantes e refugiados utilizam as seguintes rotas principais para chegar ao espaço europeu: – a Rota Ocidental (passagem entre o Norte de África e a Península Ibérica, incluindo a rota terrestre nas cidades de Ceuta e Melilla); a Rota Central (que conecta os países do Norte de África e Malta e as regiões italianas de Lampedusa, Calábria, Sicília e Apúlia, tendo grande importância os fluxos migratórios provenientes da Tunísia e da Líbia).

As principais rotas de migração da África Ocidental para outras áreas são a rota marítima do Senegal, Mauritânia e Marrocos até às Ilhas Canárias Espanholas, e a rota terrestre do Níger até ao Norte de África (MIDWA, 2015 citado por BLACK e HIGHMAN, 2020). A primeira, ou rota da África Ocidental, era anteriormente a principal rota irregular para Espanha, a rota através do Níger é usada por migrantes em grande parte da África Ocidental a caminho de países do Norte de África, tais como a Líbia e a Argélia, nalguns casos avançando depois para a Europa (*Ibid.*).

Figura 1. Ambiente e segurança no Mediterrâneo: migrações



Fontes: Frontex, Eurostat, Plan Bleu, Migregruop, Philippe Rekacewicz



VULNERABILIDADE DOS MIGRANTES IRREGULARES NA SUA TRAVESSIA PELO MEDITERRÂNEO

Para Figueiredo (2015), no quadro das Nações Unidas os migrantes são considerados como um grupo vulnerável da população, estando especialmente sujeitos a vulnerabilidades estruturais que se traduzem em maiores entraves jurídicas ou de outra ordem no exercício de escolhas e na reivindicação dos seus direitos a apoio e protecção em caso de crises. Para Ferreira:

Os migrantes e os refugiados são populações especialmente vulneráveis, por variadas razões. Desde logo, no seu deslocamento, estão sujeitos a diversos tipos de riscos, incluindo violência, exploração, tráfico e abuso sexual com base no género. As crianças, as mulheres, pessoas que necessitam de tratamento urgente, idosos e pessoas com deficiência necessitam urgentemente de protecção humanitária e acesso a serviços básicos (FERREIRA, 2017, p. 27).

Para Ávila (2005) quando se trata de pessoas sem documentação ou irregulares os custos psicológicos e sociais são bem maiores, muitas vezes incluindo a vulnerabilidade e o temor perante a possibilidade da detenção e deportação, abusos de autoridades, discriminação, humilhações e outras violações aos seus direitos humanos.

Conforme (KÜHNER, 2019, p. 22):

Relatórios indicam que centenas de milhares de emigrantes do sul do deserto do Saara reuniram-se na Líbia na esperança de atravessar o Mediterrâneo para a Europa, muitas dessas pessoas ainda vivem em acampamentos cheios de criminalidade, enquanto esperam para fazer a viagem, e ainda sofrem com a possibilidade de alguns serem vendidos em leilões de escravos (KÜHNER, 2019, p. 22).

Refugiados e imigrantes enfrentam maiores riscos de sofrerem violência, extorsão e exploração incluindo estupro, sexo por sobrevivência, tráfico humano e de órgãos. Adolescentes e mulheres, pela discriminação que elas já sofriam antes da situação de deslocamento forçado e especialmente aquelas que migram sozinhas, possuem maiores riscos de sofrerem violências, incluindo a sexual por parte de atravessadores, coiotes e autoridades nos países de origem, destino e trânsito (UNGA



2016; UNHCR, 2016; UNICEF, 2016c citados por SANTOS e MARTUSCELLI, 2017).

Conforme ainda explicam Santos e Martuscelli (2017) os dados da ACNUR (2016) apontam que o quadro das adolescentes desacompanhadas é ainda mais alarmante, pois se tornam alvos de prostituição como forma de pagar os contrabandistas de migrantes e assim continuar ou mesmo transpor as fronteiras estatais. Esta situação não se limita a uma única localidade, sendo relatados constantes casos de violações aos direitos humanos de crianças refugiadas do gênero feminino em países europeus e na Líbia, por exemplo. As adolescentes que migram principalmente sozinhas correm maior risco de serem capturadas por redes de tráfico humano e de trabalho forçado. Ademais, elas correm maior risco de sofrerem violência sexual durante o percurso migratório e por consequência, engravidarem em condições precárias de seus agressores (*Ibid.*).

Como refere Ferreira (2021) sendo a Líbia um Estado em situação de grande fragmentação, instabilidade e fragilidade, existem também muitas evidências de violações de direitos humanos das pessoas retidas no país, muitas em campos de detenção, incluindo tráfico humano, tortura, desaparecimentos e outros crimes graves. Essas acusações já motivaram uma investigação por parte do Tribunal Penal Internacional sobre crimes relacionados com os migrantes.

Como consequência da migração irregular, os migrantes tornam-se pessoas vulneráveis, desprovidas de proteção, segurança e de seus direitos como seres humanos, passando por diversos tipos de violência e hostilidades. Nesse sentido, Ferreira (2021) explica que a vulnerabilidade dos migrantes está ainda marcada, de forma especialmente pesada e intensa, no perigo a que estão frequentemente sujeitos nas suas travessias.

Percebe-se a vulnerabilidade dos migrantes irregulares durante a sua travessia tanto por via terrestre como pelo mar, onde estes correm risco de vida, desaparecem e em muitos casos morrem sem terem sido identificados ou registados, o que torna os dados sobre este tipo de migração difíceis de encontrar e registrar, o Mediterrâneo tem sido apontado como a rota migratória em que mais se verificam mortes ou desaparecidos e por onde passam grande parte dos migrantes irregulares vindos majoritariamente da África Subsaariana. Como evidencia Agostinho (2022, p. 93):

“São comuns e frequentes naufrágios de migrantes africanos durante a tentativa de travessia para o continente europeu, com destinos que variam



entre a Grécia, Itália, Espanha e Malta, para não descurar as vítimas por terra ou danos colaterais do conflito armado pelo poder na Líbia entre o campo de Haftar e o de Al Serraj, como é o caso de um bombardeamento que atingiu o Centro de Detenção de Tajoura, em Trípoli em 2019, tirando a vida a cerca de 50 emigrantes.”

Um inquérito realizado em 2019 envolvendo 12.913 migrantes concluiu que as necessidades básicas destas eram, em grande parte, insatisfeitas 74 por cento relatam falta de acesso aos serviços de saúde e 18 por cento de água potável ou instalações sanitárias e de higiene (BLACK e HIGHMAN, 2020). Ademais Carneiro e Veiga (2004) citados por Janczura (2012) entendem que em sociedades baseadas em economia de mercado, a pobreza representa a primeira aproximação da maior exposição a riscos, principalmente em contextos em que famílias pobres não contam com uma rede pública de protecção social. A ausência de recursos materiais alimenta condições precárias de saúde e de nutrição, moradias precárias em locais ambientalmente degradados e condições sanitárias inadequadas (necessidades insatisfeitas).

Têm sido conhecidas as condições degradantes e inaceitáveis de vários Centros de Recepção e Identificação, que na prática são campos de detenção, uma vez que as pessoas estão impedidas de sair. A sobrelotação, a falta de acesso a serviços básicos (incluindo saneamento e cuidados de saúde) e até a falta de segurança que afecta particularmente os mais vulneráveis, como as crianças e mulheres, geram inevitavelmente tensões sociais (FERREIRA, 2021).

Agostinho (2022), servindo-se dos dados da ONU (2019), observa que embora o quadro da política emigratória da África Subsaariana considere a migração irregular uma matéria de grande preocupação, ela possui a mais baixa percentagem em termos de estratégias formais para o combate ao tráfico de seres humanos e o contrabando de migrantes, ou ainda a realização de campanhas de informação e consciencialização destes, se comparado com a América Latina e Caribe.

Verifica-se uma inexistente intervenção dos países de origem destes migrantes, bem como dos diversos organismos ao nível de África na contenção destes problemas migratórios, agravando ainda mais a vulnerabilidades dos migrantes irregulares abandonados a sua sorte, pois este assunto de migração irregular mostra-se irrelevante para os países ao sul do Saara e até mesmo para os demais organismos a nível local,



reflectindo-se na ausência de políticas e estratégias eficazes no combate a migração irregular, contrabando, tráfico de migrantes e no repatriamento dos mesmos aos seus países de origem.

Dessa forma Agostinho (2022) aponta que o reduzido número de políticas migratórias e a forte desarmonia entre elas têm, pois, graves efeitos no descontrolo dos enormes fluxos que transitam de forma irregular e insegura para os pontos de partida situados na Líbia, além de não permitir uma maior e melhor concertação de esforços e vontades políticas para repatriar e realojar cidadãos africanos interessados em abandonar os centros de detenção naquele país. Conforme Ferreira (2021) no Mediterrâneo Central, a rota migratória mais mortífera do mundo, as posições de Itália e Malta têm evoluído no sentido de um tratamento cada vez mais hostil aos migrantes e refugiados, bem como das organizações que os apoiam.

Dessa forma, Carneiro e Veiga (2004) citados por Janczura (2012) concluem que vulnerabilidades e riscos remetem às noções de carências e de exclusão. Pessoas, famílias e comunidades são vulneráveis quando não dispõem de recursos materiais e imateriais para enfrentar com sucesso os riscos a que estão submetidas, nem de capacidades para adoptar cursos de acções/estratégias que lhes possibilitem alcançar patamares razoáveis de segurança pessoal/colectiva. Em outro sentido Agostinho (2022) refere que a política migratória ineficaz, descoordenada e não solidária que caracteriza a África Subsaariana, não promove medidas efectivas destinadas a salvar vidas de africanos que naufragam no Mediterrâneo nem de busca de desaparecidos dos naufrágios, que deveriam ser poupados se se observasse o artigo 10.º, 10.7 dos ODS (Objectivos do Desenvolvimento Sustentável).

Para Ferreira (2017, p. 27) "tanto os países desenvolvidos como os países em desenvolvimento são confrontados, cada vez mais, com estas questões e com a necessidade de implementarem políticas de gestão das migrações que deem uma resposta sustentável e coerente a esses desafios". Como assegura Figueiredo (2015) a única forma de assegurar um progresso resiliente e sustentável passa, por colocar a redução das vulnerabilidades no centro das futuras agendas do desenvolvimento. A imigração é cada vez mais vista como um problema de segurança e o seu carácter global sugere a necessidade de aprofundamento do *nexus* imigração-segurança (FERREIRA, 2021).



CONCLUSÃO

As migrações irregulares têm sido destaque nos últimos anos onde se assiste a um crescente fluxo migratório através do Mediterrâneo a partir do norte de África. Esse movimento tem colocado em situação de risco e vulnerabilidade social os migrantes irregulares na sua tentativa de travessia para a Europa.

De uma forma geral, foi possível constatar que os migrantes irregulares que atravessam o Mediterrâneo são compostos maioritariamente por jovens, com idade média de 27,0 anos, entre os quais a metade é de mulheres. Nota-se também a existência de menores desacompanhados, todos eles com baixos níveis de desenvolvimento humano e baixas qualificações académicas e profissionais. Estes migrantes são oriundos da África Subsaariana, vindo de países como Eritreia, Nigéria, Gâmbia, Somália, Sudão, Mali, Costa do Marfim, Guiné, Senegal.

Entre as causas da migração para a Europa figuram riscos e vulnerabilidades políticos, económicos, sociais e ambientais. Mas, ao mesmo tempo, percebe-se que estes migrantes já não procuram apenas uma vida melhor, mas sim uma oportunidade de sobrevivência, pois fogem de uma morte certa, da fome e miséria nos seus países de origem. Destaca-se também uma particularidade na migração feminina no que se refere à falta de segurança nos seus países de origem pelos simples facto de serem mulheres, e estarem sujeitas a insegurança e violência com base no género.

No que se refere às rotas utilizadas para a travessia do Mediterrâneo, foi possível verificar que existem duas rotas notavelmente bem conhecidas para a travessia: a Rota Ocidental e a Rota Central. Evidenciam-se ainda a Rota marítima do Senegal, Mauritânia e Marrocos até às Ilhas Canárias Espanholas, e a Rota terrestre do Níger até ao Norte de África.

Observou-se que os migrantes se encontram vulneráveis em diferentes contextos, desde o início do seu deslocamento. Estão sujeitos a diversos tipos de riscos, incluindo violência, exploração, tráfico e abuso sexual com base no género e morte. Os migrantes sofrem violações de direitos humanos quando retidos em campos de detenção, sofrem tortura, desaparecem e sofrem outros crimes graves, que resultaram já numa investigação por parte do Tribunal Penal Internacional.

Em geral, pode afirmar-se que a vulnerabilidade dos migrantes irregulares tenderá a piorar ao longo dos próximos anos devido a fraca ou inexistente intervenção



dos países de origem e dos diversos organismos a nível continental na contenção dos fluxos migratórios irregulares, pois grande parte das políticas e acções são ineficazes e sem medidas concretas na contenção dos fluxos.

Tendo em vista o alcance dos objectivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável que reconhece a contribuição dos fluxos migratórios para o desenvolvimento dos países, deve-se apostar em acções que tenham efeitos na contenção dos fluxos migratórios e que incentivem uma migração segura, ordenada e que respeite os migrantes e seus direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR- Agência de Refugiados da ONU (2019). **Perspectiva Global Reportagens Humanas**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/06/1677961>. Acesso em 12 de Maio, 2024.

ACNUR- Agência de Refugiados da ONU (2024). **Perspectiva Global Reportagens Humanas**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/03/1828737>. Acesso em 20 de Maio, 2024.

AGOSTINHO, I. Traços da política de emigração da África Subsaariana. Fluxo ou refluxo da Agenda 2030? **Africana Studia**, N.º 38, 2022, Edição do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, pp. 89-99.

ÁVILA, C. F. D. Migração, globalização e relações internacionais: em busca de novas interpretações fundamentadas em evidências latino-americanas recentes. **Universitas (Relações Internacionais)**, v. 3, n. 2, p. 1-18, 2005.

BLACK, J. e HIGHMAN, M. **A questão de dados: O desafio da avaliação da migração irregular em África**. Relatório sobre migração em África, pp. 29-41. 2020.

CUTTER. S. L. Risco, vulnerabilidade social e cidadania. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], n. 93, 2011.

FERREIRA. P. M. **Migrações e Desenvolvimento**. Projecto "Coerência.PT: O Eixo do Desenvolvimento mais justo, mais digno, mais sustentável", FEC - Fundação Fé e Cooperação e pelo IMVF – Instituto Marquês de Valle Flôr. 2017.

——— **Desenvolvimento e Migrações: Contradições e Tendências**. Projecto "Coerência na Presidência: Advocacia pelo Desenvolvimento Global", FEC - Fundação Fé e Cooperação e o IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr, Lisboa, 2021.

FIGUEIREDO. L. **Migrações e Demografia**. Setembro de 2015. Disponível em: https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/aed_ficha_migrdemogrf.pdf. Acessado em 30 de Abril de 2024.



FIGUEIREDO, P. A. C. **União Europeia, imigração e ética**. Trabalho de Conclusão de Curso de Mestrado em Estudos sobre a Europa. Universidade Aberta. 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, 6ª edição, São Paulo: Atlas, 2008.

GUARNIERI, P. K. **Crianças e jovens em situação de vulnerabilidades e a naturalização da(s) violência(s)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, para obtenção do título de Mestre em Educação, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Centro de Educação e Ciências Humanas - CECH São Carlos 2018.

GUIMARÃES, G. B.; MATOS, A. C. B. P. Uma Europa forte e unida? O desenvolvimento do projecto europeu de integração à luz da gestão das crises migratórias. **Revista de Direito Internacional**, v. 20, n. 2, 2023.

HOVY, B.; LACZKO, F. e KOUASSI, R. N. Migração africana: Uma visão geral das principais tendências. In: UNIÃO AFRICANA (UA). **Relatório sobre migração em África**. Desafiando a narrativa. Addis Abeba : UA/OIM, 2020.

JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 301 - 308, Ago./Dez. 2012.

KÜHNER, A. L. D. **Migrações subsaarianas: raízes e soluções**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

MANTOVANI, J. R.; e BUENO, G. T. Uma proposta metodológica para mapear a dissecação do relevo e aplicá-la no Parque Nacional da Serra da Canastra-MG. **Geosp**, v. 25, n. 1, p.1-19, Abr. 2021.

MENDES, J. M. Risco, vulnerabilidade social e resiliência: conceitos e desafios. **Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental**, Florianópolis, v. 7, n. Esp, p. 463-492, Jun. 2018.

NUNES, I. S. **Migrações Sul-Sul na África Subsaariana no início do Século XXI**. Dissertação apresentada, para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Lisboa School of Economics & Management, Março de 2014.

OIM – Organização Internacional para as Migrações. **World Migration Report 2020**. 2020. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2020>. Acessado em: 20 de Maio 2024.

_____. **World Migration Report 2024**. 2024. Disponível em: <https://worldmigrationreport.iom.int/>. Acessado em 03 de Maio de 2024.

RESENDE, C.C. e RIBEIRO, L. P. Breve ensaio sobre o conceito de vulnerabilidade social: exclusão social, trabalho, democracia e empoderamento. **Percursos Académicos**

(Revista Interdisciplinar da PUC Minas no Barreiro), Belo Horizonte, v. 7, n. 14, Jul./Dez. 2017.

SANTOS, I. D. C. e MARTUSCELLI. P. N. Protecção internacional e meninas refugiadas: onde elas estão? **Travessia - Revista do Migrante**, n. 80 (Dossiê crianças migrantes e refugiadas), p. 41-60, Jan./Jun. 2017.



DOSSIÊ TEMÁTICO:

ÁFRICA(S) E EDUCAÇÃO ANTIRACISTA NA SALA DE AULA NA ÁFRICA E NO BRASIL

Artigo



HISTÓRIA E GEOGRAFIA: ALGUMAS POSSIBILIDADES DE ENSINO SOBRE HISTÓRIA DA ÁFRICA¹

HISTORY AND GEOGRAPHY: SOME POSSIBILITIES FOR TEACHING AFRICAN HISTORY

HISTOIRE ET GÉOGRAPHIE : POSSIBILITÉS POUR ENSEIGNER L'HISTOIRE DE L'AFRIQUE

Por Ingrid Silva De Oliveira Leite & Rogéria Cristina Alves

95

Ingrid Silva de Oliveira Leite
Professora de História do
Departamento de Ciências Sociais, da
Universidade Federal de São João Del
Rei (UFSJ).
orcid.org/0000-0002-9557-6947
Contato: ingridoliveira@ufs.edu.br

Recebido: 22/02/2024

Aceite: 10/04/2024

Rogéria Cristina Alves
Professora do curso de Pedagogia da
Faculdade de Educação, da
Universidade do Estado de Minas
Gerais (UEMG).
orcid.org/0000-0001-9236-5514
Contato: rogeria.alves@uemg.br

Como citar:

OLIVEIRA LEITE, I.S de.; ALVES,
R.C. História e Geografia: algumas
possibilidades de ensino sobre história da
África. **Boletim GeoÁfrica**, v.3, n. 10, p.
95-117, abr.-jun. 2024

¹ Este trabalho contou com financiamento e apoio da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), por meio do Programa de Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ), editais nº 08/2021 e 10/2022.



RESUMO.

Este texto aborda algumas propostas de trabalho para a relação de ensino e aprendizagem dos componentes curriculares de Geografia e História, tendo como temática fundamental o ensino de histórias e culturas africanas. As propostas que apresentamos são fruto do trabalho desenvolvido, ao longo dos três últimos anos, na coordenação do Grupo de Trabalho (GT) sobre História da África, dentro da Associação Nacional de História (ANPUH), na seção do Estado de Minas Gerais. O nosso principal objetivo é oferecer a educadores materiais com informações sobre a História e Culturas do continente africano, com enfoque na lei nº10.639/2003, com dicas sobre possíveis atividades e metodologias de trabalho que podem ser aplicadas em sala de aula. As propostas de trabalho elegem um país do continente africano a ser estudado e partir dele, constrói-se um estudo, com base em referências teóricas de pesquisa, notícias e leituras sobre o continente africano, além de estabelecer uma conexão com os conteúdos obrigatórios a serem trabalhados na Educação Básica brasileira, a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Acreditamos que esta proposta contempla a diversidade étnico-racial, contribuindo para a construção de uma educação antirracista e comprometida com as questões em torno da promoção da equidade racial.

Palavras-chave: África. História. Geografia. Educação. BNCC.

ABSTRACT

This text demonstrates some proposals for the teaching and learning relationship of the Geography and History curricular components, with the teaching of African histories and cultures as a fundamental theme. The proposals are the result of the work developed over the last three years in the Working Group on African History (ANPUH), in the State of Minas Gerais, Brazil. Our main objective is to offer materials with information about the History and Cultures of the African continent, focusing on law nº 10.639/2003, with tips of possible activities that can be applied in the classroom. The work proposals choose a country on the African continent to be studied and from there, a study is constructed, based on theoretical research references, news and readings about the African continent, in addition to establishing a connection with the mandatory contents to be worked on in Brazilian Basic Education, based on the National Common Curricular Base. We believe that this proposal contemplates ethnic-racial diversity, contributing to the construction of an anti-racist education committed to issues surrounding the promotion of racial equity.

Keywords: Africa. History. Geography. Education. BNCC.

RÉSUMÉ

Ce texte aborde quelques propositions de travail pour la relation d'enseignement et d'apprentissage des composantes curriculaires de Géographie et d'Histoire, avec l'enseignement des histoires et des cultures africaines comme thème fondamental. Les propositions que nous présentons sont le résultat du travail développé au cours des trois dernières années dans la coordination du Groupe de travail (GT) sur l'histoire africaine, au sein de l'Association nationale d'histoire (ANPUH), dans la section de Minas Gerais, Brésil. Notre objectif principal est d'offrir aux éducateurs du matériel contenant des informations sur l'histoire et les cultures du continent africain, en se concentrant sur la loi nº 10 639/2003, avec des conseils sur les activités possibles de travail pouvant être appliquées en classe. Les propositions choisissent un pays du continent africain à étudier et à partir de là, une étude est construite, basée sur des références de recherche théorique, des actualités et des lectures sur le continent africain, en plus d'établir un lien avec les contenus obligatoires sur lesquels travailler dans l'éducation de base brésilienne, basée sur la Base Curriculaire Nationale Commune (BNCC). Nous pensons que cette proposition englobe la diversité ethnique et raciale, contribuant à la construction d'une éducation antiraciste engagée dans les questions entourant la promotion de l'équité raciale.

MOTS CLÉ : Afrique. Histoire. Géographie. Éducation. BNCC.



INTRODUÇÃO

No intuito de colaborar com as discussões sobre a implementação da lei nº 10.639/2003 e de construir um diálogo de proximidade entre desenvolvimento de pesquisas acadêmico/científicas e a educação, propomos uma reflexão sobre as possíveis abordagens e metodologias que poderiam ser empregadas na educação básica, para o ensino de Geografia e de História sobre o continente africano. A proposta deste texto é apresentar a elaboração de propostas didáticas complementares, através de uma linguagem acessível e amparada por estudos nacionais e internacionais sobre o continente africano, que aliará aspectos teóricos e práticos, fundamentados especialmente, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O principal desafio desta iniciativa é aproximar as discussões acadêmicas e teóricas, acerca das histórias e culturas africanas, dos profissionais da Educação Básica — que precisam lidar com tais temas de forma direta ou indireta em suas aulas. Os desafios impostos pela tarefa de equacionar a produção de conhecimento acadêmico e propostas didáticas complementares, são muitos. Contudo, indubitavelmente, faz-se urgente e imprescindível tal aproximação.

Atualmente, a fundamentação para os conteúdos que devem compor os currículos educacionais brasileiros encontra-se na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) — documento mandatório da Educação Básica brasileira, instituído para as etapas da Educação Infantil e o Ensino Fundamental, em 22 de dezembro de 2017; e para o Ensino Médio, em 14 de dezembro de 2018. A existência da BNCC já estava prevista na Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 210, antevia: "*Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais*". A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, também faz menção à existência de uma base nacional comum para a Educação Básica, em seu Artigo 26. Neste sentido, nossas sugestões contemplam a BNCC, pois o estudo sobre as histórias e culturas africanas e afro-brasileiras encontra respaldo em quatro das dez competências gerais preconizadas pelo documento: conhecimento; pensamento científico, crítico e criativo; repertório cultural; e responsabilidade e cidadania.

Relacionar a pesquisa acadêmica com as possibilidades de aprendizagem e ensino sobre as Histórias e Culturas do continente africano, em especial na Educação Básica, requer uma reflexão sobre o conceito de popularização da ciência, numa perspectiva que



contemple a implementação da lei nº 10.639/03. Tal reflexão visa desmistificar a ideia de que o conhecimento produzido academicamente está apartado da Educação Básica, além de contribuir para dismantelar a visão de que a produção científica do conhecimento encontrar-se-ia numa "torre de marfim" — num mundo ou atmosfera onde os intelectuais se envolvem em questionamentos desvinculados das preocupações práticas do dia a dia. Neste sentido, concorda-se com Germano e Kuleska (2007, p. 20-21), acerca do entendimento sobre a popularização da ciência, que prevê que os conhecimentos de cunho científico sejam colocados no campo da participação popular e em diálogo com os movimentos sociais, para que se possa estabelecer uma comunicação reflexiva e um diálogo em torno de questões simples do cotidiano, até avançar para a compreensão metódica e mais elaborada da realidade, considerando-se as experiências e conhecimentos de senso comum, e dando visibilidade a saberes diferenciados.

BREVE PERCURSO HISTÓRICO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIAS E CULTURAS AFRICANAS NO BRASIL

A Lei nº10.639 de 2003, que tornou obrigatório na Educação Básica brasileira o ensino de Histórias e Culturas afro-brasileira e africanas, é o fundamento chave desta proposta. Essa normativa alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei de nº 9.394/96, em seus artigos 26 e 79-B:

“Art. 26 – A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1ª – O Conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2ª – Os Conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.



Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”. (BRASIL, Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996)

A promulgação dessa normativa, posteriormente alterada pela Lei nº 11.645/08, na qual inclui-se como obrigatório o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas brasileiros, foi impulsionada pelas atuações históricas do Movimento Negro no Brasil, que contribuiu para que a questão racial fosse incorporada, aos poucos, nas legislações do Estado brasileiro, em especial no tocante às políticas educacionais (GOMES, 2017, p. 34). Segundo Munanga, (2014, p. 44), ensinar a história do negro e dos povos indígenas na escola brasileira é romper com a visão eurocêntrica que exclui outras raízes culturais formadoras do Brasil como povo e nação. Nesse sentido, a Lei nº 10.639/03 pode ser compreendida como parte de uma política nacional de ações afirmativas.

As políticas de ações afirmativas no Brasil foram consideradas, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2012, como constitucionais e essenciais para redução de desigualdades e discriminações no país. Essas políticas objetivam “reparar historicamente” desigualdades raciais, sociais e econômicas que foram construídas ao longo do tempo, por ações da sociedade brasileira — tais como a perpetuação do regime escravista no país; as barreiras de acesso à cidadania plena de sujeitos negros, entre outros. Segundo Silvio de Almeida essa conjuntura de fatores deu origem ao racismo estrutural, que é:

(...) uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do “modo normal”, com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. (ALMEIDA, 2019, p. 38)

Neste sentido, as propostas que apresentaremos pretendem contribuir de forma efetiva para concretização da Lei nº10.639/2003, na medida em que produzem conteúdos didáticos complementares, destinados a apoiar a formação e o trabalho de educadores. E comprometem-se, portanto, com o fortalecimento da política de ação afirmativa, no âmbito da formação de professores.

As Diretrizes Curriculares para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira e para a Educação das Relações Étnico-raciais, documento que regulamenta a Lei nº 10.639, apresenta dois eixos fundamentais para a implementação da temática nas



escolas: a) educação das relações étnico-raciais; b) História e Cultura afro-brasileira e africana. Kambundo e Santos argumentam que a Educação para as relações étnico-raciais possibilita que os sujeitos envolvidos no processo educativo possam refletir como cidadãos, provenientes de diferentes grupos étnicos, que se relacionam cotidianamente, mas que compreendem a importância do respeito às diferenças e o exercício de alteridade. Já o ensino de histórias e culturas africanas contribuiria para deslocar para o lugar de sujeitos históricos, os povos africanos e afrodescendentes, reconhecendo sua participação e atuações na história da humanidade (KAMBUNDO e SANTOS, 2010, p. 63-64).

É importante lembrar que na construção do campo educacional brasileiro, as abordagens que destacam valores civilizatórios europeus, foram e ainda são muito recorrentes. A maior parte de nossos currículos escolares — da educação básica ao Ensino Superior — endossam a lógica do pensamento europeu, contribuindo para reafirmar a naturalização de dominação e de desigualdade perpetuada pelos europeus, sobre os povos colonizados. Os ecos deste predomínio ideológico encontram-se em construções curriculares fundamentadas em autores e correntes epistemológicas de matriz europeia, que são consideradas como universais e exemplares, ignorando-se a existência de outras cosmovisões ou relegando-as à ideia de subdesenvolvimento ou inferioridade — como acontece com a história dos povos indígenas, negros, a história das mulheres, entre outros. Mesmo após duas décadas de sua implementação, muitos são os desafios que se revelam no cenário educacional no tocante à aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003. Em pesquisa recente, que investigou a atuação das Secretarias Municipais de Educação e o Ensino de Histórias e Culturas africanas e afro-brasileiras, os institutos Geledés e Alana — duas importantes organizações brasileiras que atuam com a temática — apresentaram-nos um quadro preocupante. Nesta pesquisa, 21% dos municípios brasileiros participaram, respondendo a questões sobre os passos e lacunas que percorrem com a implementação da referida lei. Das 1.187 Secretarias Municipais de Educação participantes, mais da metade delas (53%), respondeu que não realiza ações consistentes e contínuas para a aplicação da Lei nº 10.639/2003. Já 18% delas admitiram que não realizam nenhum tipo de ação para assegurar um currículo racialmente justo e que proporcione uma experiência escolar digna para as crianças e adolescentes (BENEDITO *et al*, 2023, p. 8).

Embora acreditemos que a Lei nº10.639/2003 seja um instrumento valioso e potente, que contribui para problematizar a lógica dos currículos colonizados, sabemos que sua efetiva implementação é uma urgência. Faz-se também necessária uma reforma



nos currículos universitários de formação de professores, que gere um movimento de valorização dos saberes, territorialidades e culturas de povos historicamente subalternizados. E que cumpra com os preceitos da Resolução nº 2 de 1º de julho de 2015 — que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada — que prevê que as instituições de ensino superior devem conceber a formação inicial e continuada de professores atendendo às políticas públicas de educação. Neste sentido, a referida Resolução também endossa a necessidade de aplicabilidade da lei nº 10.639/2003. Assim, ressaltamos que este movimento de promoção da equidade racial e da construção de uma educação antirracista — que seja comprometida com a pluralidade de Histórias e Culturas de origem africana — suscita discussões, reações e até mesmo negação por parte de profissionais ligados ao campo educacional. Contudo, o debate sobre as formas de descolonização curricular é ponto fulcral na construção de uma educação que promova reais formações cidadãs e para uma proposta de ensino que pretende ser engajada (HOOKS, 2017, p. 25).

GEOGRAFIA, HISTÓRIA E A BNCC

As disciplinas de História e Geografia estão intrinsecamente conectadas, pois buscam compreender e explicar as interações entre o tempo, o espaço e as sociedades humanas. A História analisa as sociedades considerando o seu próprio tempo, desvendando suas transformações sociais, políticas, culturais e econômicas. A Geografia demonstra a dimensão espacial dos acontecimentos, analisando paisagens, territórios e as relações humanas e naturais que ocorrem nesses espaços. Logo, tais conexões são enriquecedoras, pois os eventos históricos ocorrem em um espaço específico, afetado por fatores geográficos. Do mesmo modo, as transformações no espaço são muitas vezes reflexos de processos históricos.

Na educação escolar básica, as disciplinas de História e Geografia criam possibilidades importantes para compreender, de forma mais ampla, a realidade na qual os alunos estão inseridos e as maneiras de interferir no meio, de forma consciente e propositiva. Ademais, são fundamentais para a compreensão do tempo e espaço e, por



essa razão, existem inúmeras possibilidades de atividades que as articulem pensadas para as realidades do ensino básico escolar.

Outro fator em comum entre a História e a Geografia é que, durante muito tempo, não valorizavam os aspectos referentes à África e seus habitantes, fato que foi modificado pela Lei nº 10.639/03. Tal lei criou um panorama de crescente interesse de pesquisadores e professores das áreas em busca de como trabalhar os temas africanos em sala de aula, tendo em vista que muitos educadores não tiveram contato com esses assuntos nos momentos de sua formação.

Para demonstrar como a África ficava à margem no conteúdo dessas disciplinas, podemos aludir aos seus livros didáticos. Na Geografia, por exemplo, os livros anteriores à referida lei entendiam a África como uma espécie de extensão territorial da Europa, um lugar pobre e atrasado (FERRACINI, 2012, p. 207). Uma mudança importante neste sentido ocorreu em 2003, com obras que passaram a ter um posicionamento mais crítico e político sobre o continente, relacionando dados populacionais e espaciais da África aos demais fatores políticos do mundo.

Já na História, a África e suas múltiplas experiências históricas não foram apresentadas durante grande parte das trajetórias de vida e formações escolares de maioria da população brasileira — a não ser por meio de informações recheadas de equívocos e simplificações. Havia um silêncio, um desconhecimento e poucas experiências positivas referentes aos espaços africanos nas coleções de livros didáticos brasileiros. Apenas um número muito pequeno de manuais possuía capítulos específicos sobre a temática. Por vezes, a África aparecia apenas como um figurante que passa despercebido em cena, sendo mencionada como um apêndice misterioso e pouco interessante de outros assuntos (OLIVA, 2003, p. 429). Após 2003, observamos mudanças importantes, como a criação de unidades específicas para abordar a antiguidade no continente africano, com a inclusão do Reino de Cuxe, por exemplo.

Além das transformações promovidas pela Lei nº 10.639/2003, é preciso considerar um outro elemento, a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os desafios que ela impôs para as disciplinas de História e Geografia. Oficializada em 2017, a BNCC estabelece os conhecimentos, competências e habilidades que todos os alunos da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) devem desenvolver ao longo de sua escolaridade. O documento foi alvo de diversas críticas, dentre as quais podemos mencionar a criação de um ensino excessivamente



padronizado, limitando a autonomia dos professores e das escolas para adaptar os conteúdos às especificidades locais e às necessidades dos alunos, além da falta da participação de profissionais da educação básica na elaboração do documento.

Apesar das críticas, a BNCC é uma realidade que devemos considerar ao propor atividades relacionadas à realidade do cotidiano escolar. Na área de Geografia foram estabelecidas competências específicas, como a compreensão de si e do outro como identidades diferentes dentro de uma sociedade plural e a capacidade de análise do mundo social, cultural e digital. Para a História, a BNCC propõe a compreensão dos acontecimentos históricos, as relações de poder, processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo, e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.

A criação da BNCC é uma grande transformação estrutural e os temas africanos não podem ficar à mercê. Por isso, é preciso inserir os conteúdos sobre o continente africano pensando também a partir desse novo instrumento, que guiará também os conteúdos das novas coleções de livros didáticos. É a partir dessas competências, que este texto demonstrará algumas possibilidades de atuação junto ao ensino básico para o ensino da África nas disciplinas de História e Geografia.

Os conteúdos aqui demonstrados são frutos da ação do Grupo de Trabalho (GT) de História da África da Associação Nacional de História (ANPUH), seção Minas Gerais. Inicialmente, foram pensados em forma de *posts* para a rede social do *Instagram*, no perfil @histdaafrica.mg, criado no ano de 2021. O perfil tem como público-alvo os professores da educação básica, estudantes de pedagogia e outras licenciaturas, pesquisadores em História da África e Educação, enfim, toda a comunidade interessada em educação das relações étnico-raciais e histórias e culturas africanas. A cada mês, o perfil enfatiza um país do continente africano a ser homenageado/estudado nos *posts* semanais, aprofundando informações sobre aquele lugar e articulando-as com propostas de atividades de sala de aula.

PROPOSTAS DE TRABALHO PARA A HISTÓRIA E GEOGRAFIA

Nesta seção apresentaremos algumas propostas de trabalho/sugestão de atividades que podem ser desenvolvidas com estudantes do Ensino Fundamental. Como exposto,



partimos da organização da BNCC para construir tais propostas. E mais uma vez, ressaltamos que se trata de sugestões e não de dogmas. Sendo assim, nosso papel é fornecer aos educadores uma base criativa de propostas, que podem e devem ser adaptadas a partir da realidade de cada educador e de suas turmas.

De acordo com a BNCC, o ensino de Geografia, para todo o Ensino Fundamental, está organizado em cinco unidades temáticas, a saber: O sujeito e seu lugar no mundo; Conexões e escalas; Mundo do trabalho; Formas de representação e pensamento espacial; e Natureza, ambientes e qualidade de vida. O trabalho a partir destas unidades temáticas, tem como objetivo principal desenvolver o pensamento espacial e o raciocínio geográfico, com ênfase no papel da Geografia como um componente importante para se compreender o mundo, a vida e o cotidiano.

Com relação ao componente História, a organização é mais ampliada e envolve 29 unidades temáticas, sendo que os anos iniciais abordam 13 unidades temáticas; e os anos finais do ensino fundamental, 16 unidades temáticas. Devido a esta extensa organização, sugerimos ao leitor/educador, a consulta ao documento oficial da BNCC, para melhor conhecimento e aprofundamento destes tópicos. O trabalho com o componente curricular História busca estimular a leitura crítica dos fatos históricos, por meio de cinco processos principais: identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise.

Assim, formulamos duas atividades diferentes, para se trabalhar a Geografia e a História com enfoque nos 6º e 7º anos, do Ensino Fundamental II, mas com possibilidades de trabalho também em outros anos, tendo como ponto de partida, dois países do continente africano: a Etiópia e o Egito, em seus diferentes aspectos: culturais e físicos.

6º ano - Diferentes formas de contar o tempo

Propomos uma discussão sobre as diferentes formas de contar o tempo e também ao estabelecimento dos fusos-horários, como precursores para a atividade. Como atividade prévia à aula e utilizando-se da metodologia ativa “sala de aula invertida”, o professor pode sugerir que os estudantes elaborem uma pesquisa em pequenos grupos, sobre os diferentes calendários utilizados no continente africano, na atualidade. Cada grupo pode ficar responsável por investigar uma macrorregião do continente (África Central; África Meridional; África Setentrional; África Ocidental; e África Oriental). A



pesquisa pode ser elaborada utilizando-se mecanismos de busca da Internet. Após realizar a pesquisa, os grupos podem compartilhar suas descobertas em sala de aula. Uma possibilidade seria comparar o calendário etíope com outros, como o judaico, o chinês, o muçulmano e os calendários indígenas, por exemplo — o que poderia ser desenvolvido no componente curricular da História. Já para o componente Geografia, seria interessante propor um estudo com relação aos fusos horários existentes entre o Brasil e a Etiópia. Como auxílio didático para esta proposta, indicamos a série de posts que publicamos no perfil @histdaafrica.mg, no Instagram, sobre a Etiópia.

Figura 1: Posts sobre a Etiópia



Fonte: Instagram @histdaafrica.mg

Tabela 1: Atividade "Diferentes formas de contar o tempo" e a BNCC

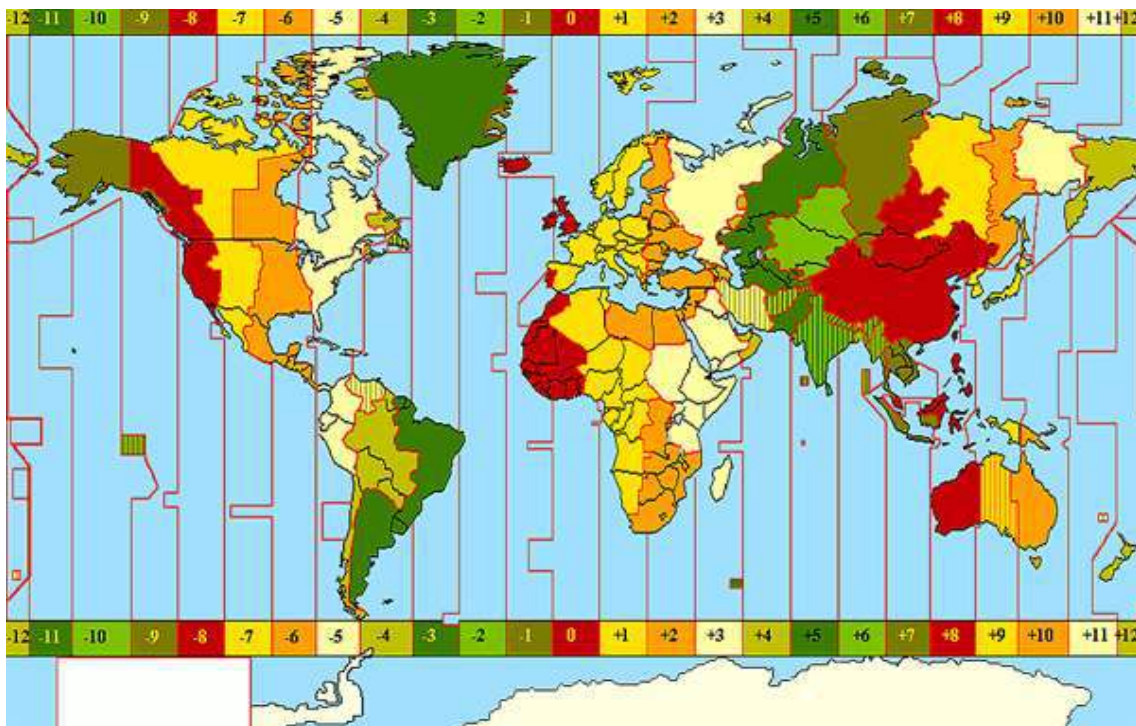
Componente curricular	Ano/Faixa	Objetos de Conhecimento	Habilidades
História	2º	O tempo como medida	(EF02HI07) Identificar e utilizar diferentes marcadores do tempo presentes na comunidade, como relógio e calendário.
Geografia	6º	Relações entre os componentes físico-naturais	(EF06GE03) Descrever os movimentos do planeta e sua relação com a circulação geral da atmosfera, o tempo atmosférico e os padrões climáticos.

Fonte: BNCC. Disponível em: <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: janeiro 2023.



Além do calendário, que é uma convenção cultural, é importante destacar outros aspectos físicos e geográficos da Etiópia, que fazem com que, por exemplo, este país do continente africano, esteja inserido em outro fuso-horário. Esta observação pode ser utilizada para discutir como ocorreu a divisão da superfície terrestre em 24 fusos horários, levando-se em consideração aspectos como o movimento de rotação terrestre.

Figura 2: Divisão dos fusos horários terrestres



Fonte: <https://noticiasconcursos.com.br/fuso-horario-um-resumo-sobre-esse-topico>

No âmbito do componente curricular História, é possível pensar numa proposta que contemple os anos iniciais do Ensino Fundamental. É possível sugerir reflexões sobre os conceitos de “tempo histórico” e “tempo cronológico”, através de atividades que estimulem pesquisas sobre as diversas formas de “contar o tempo”.

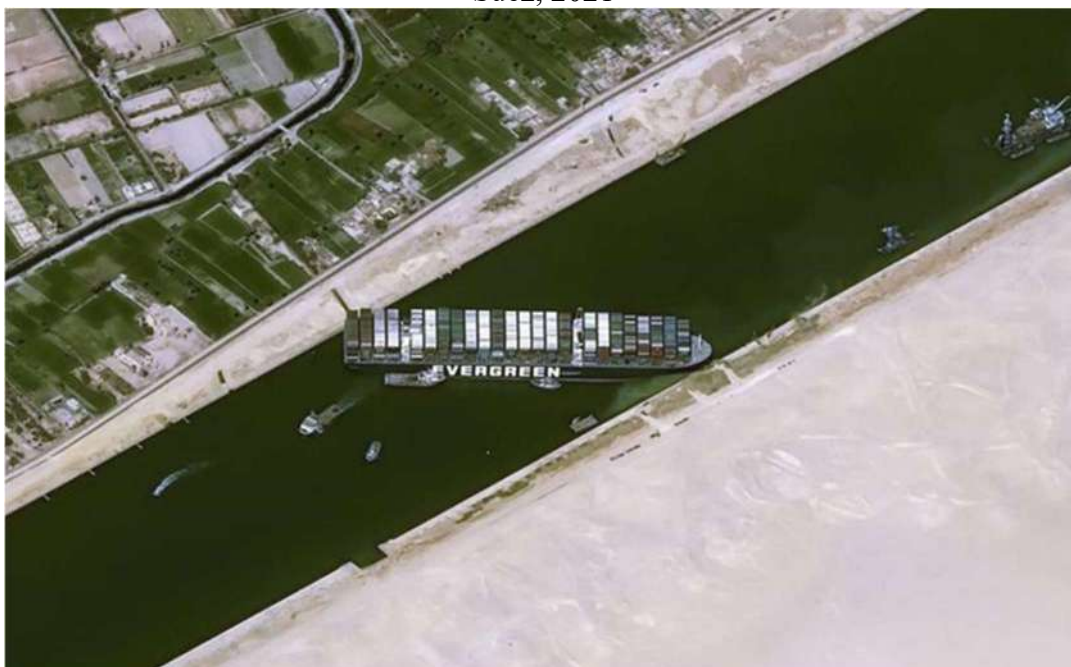
7º ano - Você conhece o Canal do Suez?

O uso de notícias para ensinar História e Geografia de países africanos pode ser uma estratégia muito interessante. No final do mês de março de 2021, a notícia sobre um navio atravessado no Canal de Suez teve grande repercussão na mídia nacional e internacional. O navio cargueiro *Ever Given*, que possui cerca de 220 mil toneladas e 400



metros de comprimento, fechou a principal rota do comércio Ásia-Europa, durante dias. O que não ganhou muita repercussão na época da notícia é que a administração dessa rota comercial tão importante fica a cargo de um país do continente africano, o Egito. O canal pertence e é mantido pela Autoridade do Canal do Suez (SCA) do governo egípcio. Compreender a localização e características do norte da África é primordial para entender o impacto deste acontecimento. Antes da construção do Canal a viagem de navio da Europa Ocidental até a Índia, através do Oceano Atlântico podia levar mais de um ano, entre a ida e volta.

Figura 3: Navio cargueiro *Ever Given*, da empresa *Evergreen*, encalhado no Canal do Suez, 2021



Fonte: Jornal O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/que-fim-levou-navio-ever-given-que-encalhou-no-canal-de-suez-donos-negociam-conta-do-resgate-25069752>. Acessado em Mar.2023.

No campo do ensino da Geografia, sugerimos que os estudantes possam analisar imagens de satélite do Canal de Suez no *Google Earth*, analisando as regiões que ele conecta. As imagens podem ser confrontadas com a notícia que apresentamos e orientar um debate sobre a importância do Egito no cenário mundial, que detém a administração desta via de comércio mundial. Já no componente curricular História, pode-se trabalhar a importância do território do Egito para a circulação de mercadorias no mundo atual, enfatizando aspectos acerca da criação e construção do Canal do Suez, correlacionando-os com estudos sobre a economia mundial e a globalização.



Assim auxiliamos os estudantes a pensar sobre a contemporaneidade do Egito e não limitamos sua história e importância somente à antiguidade. A construção destas atividades pode estar vinculada ao componente curricular Geografia e História, para os anos finais do Ensino Fundamental, em conformidade com os seguintes aspectos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

Tabela 2: Atividade "Você conhece o Canal do Suez?" e a BNCC

Componente curricular	Ano/Faixa	Objetos de Conhecimento	Habilidades
Geografia	7º	Produção, circulação e consumo de mercadorias	(EF07GE06) Discutir em que medida a produção, a circulação e o consumo de mercadorias provocam impactos ambientais, assim como influem na distribuição de riquezas, em diferentes lugares.
História	9º	O fim da Guerra Fria e o processo de globalização Políticas econômicas na América Latina	(EF09HI32) Analisar mudanças e permanências associadas ao processo de globalização, considerando os argumentos dos movimentos críticos às políticas globais.

Fonte: BNCC. Disponível em: <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acessado em: Jan.2023.

8º ano - Resistência nos países africanos e debates sobre reparação histórica na Namíbia e em Ruanda

A atual Namíbia teve sua administração conduzida pelo governo alemão entre 1884 e 1915. A região era conhecida como “África do Sudoeste alemão”. Era o início do ano 1904, quando os Hereros se revoltaram contra o domínio colonial alemão. Em agosto do mesmo ano, foram derrotados e levados para o deserto de Omaheke, local no qual a maioria morreu de fome e sede. Em outubro do mesmo ano, os Namaquas também se rebelaram, mas foram derrotados e tratados da mesma forma. Os que não morreram de fome, morreram de exaustão, sede e vários tipos de violência. Em ambos os casos, os sobreviventes foram usados como mão de obra em campos de trabalho forçado. Cerca de 65.000 dos 80.000 Hereros morreram, bem como em torno de 10.000 de uma população estimada de 20.000 Namaquas. Tais atrocidades foram descritas por estudiosos como o "genocídio esquecido" do início do século XX. Centenas de crânios de vítimas foram



enviados à Alemanha para estudos sobre “diferenças raciais”, que tentavam identificar uma “superioridade” dos brancos. Vinte desses crânios foram devolvidos de um hospital em Berlim para a Namíbia em 2011.

Tabela 3: Atividade “Resistência nos países africanos e debates sobre reparação histórica na Namíbia e em Ruanda” e a BNCC

Componente curricular	Ano/Faixa	Objetos de Conhecimento	Habilidades
Geografia	8º	Identidades e interculturalidades regionais: Estados Unidos da América, América espanhola e portuguesa e África	(EF08GE20) Analisar características de países e grupos de países da América e da África no que se refere aos aspectos populacionais, urbanos, políticos e econômicos, e discutir as desigualdades sociais e econômicas e as pressões sobre a natureza e suas riquezas (sua apropriação e valorização na produção e circulação), o que resulta na espoliação desses povos.
História	8º	O imperialismo europeu e a partilha da África e da Ásia	(EF08HI26) Identificar e contextualizar o protagonismo das populações locais na resistência ao imperialismo na África e Ásia.

Fonte: BNCC. Disponível em: <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acessado em: Jan.2023.

Após apresentar a luta dos Hereros e Namaquas como um exemplo de resistência de povos locais contra a presença europeia, sugerimos que os docentes de História e Geografia peçam para suas turmas pesquisarem por outros momentos de resistência dos povos africanos à presença europeia no século XX. Desse modo, salientamos que os povos africanos questionaram a influência europeia de várias maneiras e em diversas regiões do continente, dando um protagonismo maior para as ações africanas para compreensão dos contextos sociais e políticos da primeira metade do século XX.

A mesma habilidade de Geografia pode ser trabalhada a partir de casos de debates sobre "reparação histórica". Desde 2004, a Alemanha assume a sua responsabilidade no “genocídio esquecido”. A Alemanha reconheceu oficialmente os horrores cometidos durante a ocupação na Namíbia. Ademais, afirmou que pagará uma quantia como compensação. Em 2020, o presidente da Namíbia, Hage Geingob, já havia rejeitado uma proposta de 10 milhões de euros da Alemanha, como forma de compensar o país e disse que o valor da proposta deveria ser revisto. Atualmente, avançam negociações para que a Alemanha pague ao governo da Namíbia 1,1 bilhão de euros. A ideia é que a quantia



seja investida em infraestrutura, assistência médica e programas de treinamento que beneficiem as comunidades afetadas.

Essa questão da reparação histórica também é possível de ser abordada a partir do caso de Ruanda. Organizações que representam os sobreviventes, e o próprio governo de Ruanda, acusam a França de ter treinado e armado as milícias responsáveis pelo genocídio de 1994 — quando extremistas Hutus assassinaram a minoria Tutsi e Hutus moderados. Atualmente, a França tem buscado uma aproximação política com Ruanda. Em 2021, o presidente Emmanuel Macron visitou o país e reconheceu que a França tem parcela de culpa por não ter feito nada para impedir o genocídio de 1994, pois já havia sinais de que algo daquele tipo fosse acontecer. Macron admitiu que a França ficou ao lado do regime genocida de Ruanda. Paul Kagame, então presidente de Ruanda, disse que as palavras de Macron eram mais valiosas que um pedido de desculpas.

Após apresentar estes dois casos para a turma, sugerimos que os docentes levistem a seguinte indagação: O que é uma reparação histórica? Ela é possível? Em que medida? Após a compreensão da complexidade do tema, o docente deve solicitar pesquisas sobre outros casos como esse.

8º e 9º ano - Filmes e ensino de História da África

Uma interessante ferramenta para saber mais sobre a história da Namíbia é o filme “Namíbia: a luta pela libertação” (Charles Burnett, 2007). O filme aborda a história de Sam Nujoma, figura de destaque na luta pela independência e primeiro presidente do país. A obra foi financiada pelo governo da Namíbia e possui mais de 150 personagens que representam seus papéis em diversos idiomas.

**Tabela 4:** Atividade “Filmes e ensino de História da África” e a BNCC

Componente curricular	Ano/Faixa	Objetos de Conhecimento	Habilidades
Geografia	8º	Corporações e organismos internacionais e do Brasil na ordem econômica mundial	(EF08GE08) Analisar a situação do Brasil e de outros países da América Latina e da África, assim como da potência estadunidense na ordem mundial do pós-guerra.
História	9º	O colonialismo na África As guerras mundiais, a crise do colonialismo e o advento dos nacionalismos africanos e asiáticos	(EF09HI14) Caracterizar e discutir as dinâmicas do colonialismo no continente africano e asiático e as lógicas de resistência das populações locais diante das questões internacionais.
História	9º	Os processos de descolonização na África e na Ásia	(EF09HI31) Descrever e avaliar os processos de descolonização na África e na Ásia.

Fonte: BNCC. Disponível em: <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acessado em: Jan. 2023.

Sugerimos que, após assistir ao filme “Namíbia: a luta pela libertação”, o docente peça para a turma pesquisar sobre a trajetória de outras lideranças de países africanos em seus processos de independência. Tal atividade pode ser realizada em grupo, de modo que eles possam apresentar o resultado de suas pesquisas para a turma. Assim, eles aprendem produzindo o conhecimento e ouvindo os casos apresentados pelos colegas.

O genocídio de 1994 em Ruanda também ganhou representação em diversas produções no início dos anos 2000, dentre os quais podemos citar: *Hotel Ruanda* (2004); *Tiros em Ruanda* (2005); *História de um massacre* (2004); *Tensão em Ruanda* (2006); *Abril Sangrento* (2005). Após explicar o genocídio em Ruanda, o docente pode escolher um desses filmes para trabalhar a análise crítica da turma.

É muito importante problematizar as representações dos africanos nos filmes e perceber se a narrativa demonstra as razões do conflito e o contexto no qual ele se passa. Muitas produções demonstram apenas os episódios violentos acontecendo e a chegada de brancos europeus para “ajudar” as populações locais. É preciso criticar tal visão em sala de aula e essas produções podem ser úteis ao evocar esse debate. Nesse ponto, sugerimos que o docente peça para a turma refletir criticamente sobre a abordagem que os filmes dão ao conflito.



9º ano - Etnonacionalismo

Sabemos que, muitas vezes, os museus têm a função de contribuir para a formação de um sentimento nacional, de um orgulho de possuir aspectos em comum com aqueles que vivem no mesmo território. No entanto, os museus nigerianos encontram alguns obstáculos. Ao refletir sobre as peças que compõem o Museu da Unidade de Ibadan, o professor da Universidade de Ibadan Bebejibe Ololajulo aponta que sua coleção privilegia o grupo étnico Iorubá, relegando para segundo plano os outros grupos étnicos. Das duas galerias existentes no Museu, 80% das peças compõem a Galeria dos Iorubás e apenas 20% compõem a Galeria da Unidade, que contempla os outros grupos. “Em outras palavras, como as pessoas se relacionam com coleções de fora de seus grupos étnicos, e as apreciam em vista da crescente onda de etnonacionalismo?” De acordo com Ololajulo, o pronome “nós” é mais usado em relação à sua identidade étnica do que à nacionalidade nigeriana.

112

Tabela 5: Atividade “Etnonacionalismo” e a BNCC

Componente curricular	Ano/Faixa	Objetos de Conhecimento	Habilidades
Geografia	9º	As manifestações culturais na formação populacional	(EF09GE03) Identificar diferentes manifestações culturais de minorias étnicas como forma de compreender a multiplicidade cultural na escala mundial, defendendo o princípio do respeito às diferenças.
Geografia	9º	Integração mundial e suas interpretações: globalização e mundialização	(EF09GE05) Analisar fatos e situações para compreender a integração mundial (econômica, política e cultural), comparando as diferentes interpretações: globalização e mundialização.
História	9º	Os processos de descolonização na África e na Ásia	(EF09HI31) Descrever e avaliar os processos de descolonização na África e na Ásia.

Fonte: BNCC. Disponível em: <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acessado em: Jan.2023.

Pensar o etnonacionalismo é, portanto, fundamental para compreender as questões contemporâneas da Nigéria. Como atividade, sugerimos que o docente apresente o caso nigeriano e peça para a turma pesquisar sobre o conceito de “etnonacionalismo”, bem como identificar se é um fenômeno exclusivo da Nigéria. O objetivo dessa atividade é



demonstrar para a turma a complexidade da ideia de “Estado” e “Nação”, bem como criar possibilidades comparativas do caso nigeriano com outras regiões do mundo, nas quais também sejam latentes diferenças étnicas dentro de um mesmo território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram exploradas neste texto algumas possibilidades de diálogos entre as disciplinas da História e da Geografia, no âmbito da educação básica voltada para as temáticas africanas. Ao analisar a interseção entre ambos os componentes curriculares, é evidenciada a complementaridade de seus enfoques na compreensão dos fenômenos socioespaciais — enriquecendo o estudo dos territórios e das sociedades, neste caso sobre o continente africano. Além disso, ao sugerir atividades para introduzir aspectos da História e da Geografia da África, na sala de aula, buscamos romper com estereótipos e preconceitos, ressaltando a pluralidade cultural, a diversidade étnica e a importância dos diferentes contextos históricos desse continente tão multifacetado.

É fundamental destacar que a integração dos estudos africanos nos currículos escolares não se restringe à disciplinas específicas, mas permeia transversalmente diversas áreas do conhecimento, ampliando horizontes e promovendo uma educação mais inclusiva, abrangente e descolonizada. Logo, ao explorarmos a interdisciplinaridade entre História e Geografia, aliada à abordagem reflexiva da História da África, abrimos portas para um ensino mais plural, dinâmico e sensível, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes da diversidade humana e cultural em nossa sociedade. Ao mesmo tempo, esperamos contribuir para criar ferramentas para que a implementação da Lei nº 10.639/2003 seja uma realidade — mesmo apesar de grandes mudanças na organização dos conteúdos escolares, como a implementação da BNCC.

Acreditamos que as propostas apresentadas buscam contribuir com a quebra de discursos hegemônicos, voltados para a manutenção do pensamento abissal, que nega radicalmente a co-presença de pluralidades e de formas diversas de conhecimentos e cosmogonias (SANTOS, 2007). Neste sentido, acreditamos que as possibilidades de aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003, em consonância com a BNCC e a partir de reflexões acadêmicas, constituem-se em vias possíveis, inovadoras e desafiadoras para professores e estudantes. Tais iniciativas são, a nosso entender, formas de descolonizar os currículos escolares, abrindo-os para reflexões plurais e inclusivas. E desta forma, acreditamos que



estas reflexões endossam e reafirmam os compromissos que a pesquisa acadêmica possui com a sociedade: produzir conhecimento; contribuir para a reflexão científica e crítica na formação dos cidadãos; combater o racismo, a xenofobia e outras formas de discriminação em nosso país, visando a construção de uma verdadeira democracia racial em nosso país; e ainda, contribuir para a formação continuada de educadores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVES, Rogéria. C.; TOLENTINO, Luana. Sobre saberes e fazeres: caminhos para a abordagem do dia 13 de maio em sala de aula In: **Ensino antirracista para Educação Básica**: da formação de professores às práticas escolares. Porto Alegre: Editora Fi, 2021, p. 192-216.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. **BNCC em PDF**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: Jul. 2019.

BRASIL. **Lei n. 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 18 de ago. 2018.

_____. **Lei n. 10639**, de 9 de janeiro de 2003. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 18 de ago. 2018.

_____. Ministério da Educação/Secad. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica**. 2004.

BENEDITO, Beatriz S. ; CARNEIRO, Suelaine; PORTELLA, Tânia (Orgs.). **Lei 10.639/03**: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. São Paulo, SP .Instituto Alana, 2023. Disponível em: <<https://alana.org.br/wp-content/uploads/2023/04/lei-10639-pesquisa.pdf>>. Acesso em: 20 de nov. 2023.

FERRACINI, Rosemberg A. L. **A África e suas representações no(s) livro(s) escolar(es) de Geografia no Brasil – 1890-2003**. 2012. 229 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.



Genocídio dos hereros e namaquas. **Wikipédia**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Genoc%C3%ADdio_dos_herer%C3%B3s_e_namaquas> Acesso em: 25 mai. 2021.

GERMANO, Marcelo G; KULESZA, Wojciech A. Popularização da ciência: uma revisão conceitual. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 24, n.1, p.7-25. 2007.
GOMES, Nilma L. Diversidade étnico racial: por um projeto educativo emancipatório. In: FERNANDES, A. B.; FONSECA, M. V.; SILVA, C. M. N. da. (Orgs.). **Relações étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011. p. 39-60.

_____. **O Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GUIMARÃES, Manuel L. S. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.01, 1988.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

KAMBUNDO, Bruno. J.; SANTOS, Jaqueline L. O ensino de história da África e a descolonização dos currículos: um desafio para os países com passado colonial. In: CARREIRA, D. & ANDRADE, A. (Orgs.) **Educação das Relações Raciais**: balanços e desafios da implementação da lei 10639/2003. Ação Educativa. São Paulo, 2010. p. 52-83.

LEITE, Ingrid S. de O. A abordagem da temática indígena e da História da África nos livros didáticos: uma experiência na formação docente. **Escritas Do Tempo**, v. 2, n.5, p. 157-174, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.47694/issn.2674-7758.v2.i5.2020.157174>> Acesso em: 01 set. 2023.

_____. A África nas aulas de história: reflexões e possibilidades de intervenções no Ensino Básico. In: GUEDES, Roberto; IVO, Isnara Pereira. **Escravidão**: seus temas e problemas em aulas de História. Recife, PE: Edupe, 2023. p. 91- 109.

Líderes rejeitam acordo sobre genocídio com a Alemanha. **DW**. Mai. 2021. Disponível em:<<https://www.dw.com/pt-002/genoc%C3%ADdio-na-nam%C3%ADbia-l%C3%ADderes-herero-e-nama-rejeitam-acordo-com-a-alemanha/a-57732210>>. Acesso em 21: mai. 2021.

Macron: França tem responsabilidade no genocídio de Ruanda. **DW**. Mai. 2021. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/macron-admite-responsabilidade-da-fran%C3%A7a-no-genoc%C3%ADdio-de-ruanda/a-57688970>> Acesso em: 30 mai. 2021.

MAURO, Giovanna. Fuso Horário: um resumo sobre esse tópico. **Notícias concursos**. Mai. 2021. Disponível em: <<https://noticiasconcursos.com.br/fuso-horario-um-resumo-sobre-esse-topico>>. Acesso em 01 jul. 2021.



MUNANGA, Kabengele. A questão da diversidade e da política de reconhecimento das diferenças. *Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política*. v. 4, n.1, p. 34 – 45, jul. 2014. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/criticassociedade/article/viewFile/26989/14725>

Acesso em: 27 ago. 2016.

Namíbia recusa R\$ 64 mi da Alemanha como reparação por genocídio: 'insulto'. *Uol*. Ago. 2020. Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/08/17/namibia-proposta-alemanha-reparacao-colonia.htm>> . Acesso em: 25 mai. 2021.

OLIVA, Anderson R. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 25, n. 3, p. 421-461, 2003.

_____. Entre máscaras e espelhos: reflexões sobre a Identidade e o ensino de História da África nas escolas brasileiras. *Revista História Hoje*, v. 1, p. 29-44, 2012.

OLIVEIRA, Fabiano. **Os mapas contam histórias**: reflexões, análises e perspectivas da utilização da cartografia histórica no ensino de história. 2020. 117 f. Dissertação (Mestrado Profissional Ensino de História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

OLOLAJULO, Babajide. O passado de quem? Museus da Unidade, produção da memória e a busca pela identidade nacional na Nigéria. In: SANSONE, Livio (org.). **Memórias da África**: patrimônios, museus e políticas das identidades. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 125-146. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/ceao-ufba/20130403110944/memorias.pdf>>

Acesso em: 20 fev. 2023.

PELZ, Daniel. Alemanha rejeita novas negociações com a Namíbia. *DW*. Set. 2022. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/genoc%C3%ADdio-na-nam%C3%ADbia-l%C3%ADderes-herero-e-nama-rejeitam-acordo-com-a-alemanha/a-57732210>>. Acesso em: 25 mai. 2021

PINTO, Ana Estela de Sousa. Alemanha se desculpa por genocídio na Namíbia e oferece 1 bilhão de euros. *Folha de São Paulo*. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/05/alemanha-se-desculpa-por-genocidio-na-namibia-e-oferece-1-bilhao-de-euros.shtml>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

Que fim levou o navio Ever Given que encalhou no canal de Suez. *O Globo*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/que-fim-levou-navio-ever-given-que-encalhou-no-canal-de-suez-donos-negociam-conta-do-resgate-25069752>>. Acesso em: 20. mar. 2023.

RIBEIRO, Guilherme. A arte de conjugar tempo e espaço: Fernand Braudel, a geohistória e a longa duração. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 22, n.2, abr.-jun. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702015000200008>>. Acesso em: 22 jan. 2023.



Ruanda. **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/tudo-sobre/ruanda/>>. Acesso em 21 mai. 2021.

SANTOS, Boaventura de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 63, 2002. Disponível em: <encurtador.com.br/wzO68>. Acesso em: 11 jun. 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma nova Geografia: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SCHMIDT, Maria A. M. dos S. Manuais de didática da história destinados à formação de professores e a constituição do código disciplinar da história no Brasil:1935-1952. **História**, v. 30, n.2, p.126- 143, 2011.

WHEWELL, Tim. O que aconteceu no 'genocídio esquecido' da Alemanha na Namíbia, reconhecido após mais de um século. **BBC News**. Mai. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57292909>>. Acesso em: 25 mar. 2021.



VARIA

Artigo



A URBANIZAÇÃO COMO FACTOR DINAMIZADOR DOS RISCOS SOCIOAMBIENTAIS EM MORRUMBENE (MOÇAMBIQUE)

URBANIZATION AS A DRIVING FACTOR OF SOCIO-ENVIRONMENTAL RISKS IN MORRUMBENE (MOZAMBIQUE)

L'URBANISATION COMME FACTEUR MOTEUR DES RISQUES SOCIO-ENVIRONNEMENTAUX À MORRUMBENE (MOZAMBIQUE)

Por Nogar Tomás Boca

118

Nogar Tomás Boca
Doutorando em Geografia da UFMS/CPTL -
Brasil. Docente da Faculdade de Ciências
Naturais e Exatas da Universidade Save –
Moçambique
<https://orcid.org/0000-0001-9944-3423>
Contato: nogarbocal@gmail.com

Submetido: 13/06/2024
Aceite: 14/07/2024

Como citar

BOCA, N.T.A Urbanização como fator dinamizador dos riscos socioambientais em Morrumbene (Moçambique). **Boletim GeoÁfrica**, v. 3, n.10, p. 118-139, abr.-jun. 2024



RESUMO. Este estudo foi desenvolvido no distrito de Morrumbene, Província de Inhambane – Moçambique, onde regista-se uma rápida expansão da urbanização, gerando pressão sobre componentes ambientais. Assim, objetivou-se analisar a influência do uso e ocupação do espaço urbano na dinâmica dos riscos socioambientais. Classificada como uma pesquisa qualitativa-descritiva, a mesma atrelou-se na revisão literária, com o uso da observação e entrevista como técnicas, envolvendo uma amostra de 12 sujeitos, dentre moradores locais, estruturas do bairro e técnicos do Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas. Como resultados, constatou-se que a ocupação do espaço é predominantemente para usos habitacionais, atividades comerciais, agricultura e pastorícia, o que surge em resposta ao rápido crescimento populacional. Essas mesmas formas dinamizam os riscos socioambientais através da remoção da cobertura vegetal, deposição de resíduos sólidos e surgimento de conflitos de terra, com o domínio da erosão que representa maior perigosidade em relação aos demais, com relevo irregular, solos arenosos e clima tropical húmido com predominância de chuvas. Assim, ações antrópicas aumentam a susceptibilidade aos riscos. A ação combinada das atividades humanas e das condições ambientais aumenta a vulnerabilidade do bairro aos efeitos da erosão e deposição de resíduos sólidos. Como sugestão, a produção e aplicação rigorosa dos instrumentos normativos de uso e ocupação dos espaços, é mais do que necessária por parte das autoridades governamentais.

Palavras-Chave: Uso e ocupação dos espaços. Riscos Socioambientais. Morrumbene.

ABSTRACT. This study was developed in the district of Morrumbene, Province of Inhambane – Mozambique, recording a rapid expansion of urbanization, generating pressure on environmental components. Thus, the objective was to analyze the influence of the use and occupation of urban space on the dynamics of socio-environmental risks. Classified as qualitative-descriptive research, it was linked to a literary review, using observation and interviews as techniques, involving a sample of 12 subjects, including local residents, local authorities and technicians from the District Planning and Infrastructure Service. As a result, it was found that the occupation of space is predominantly for housing uses, commercial activities, agriculture and pastoralism, which arises in response to rapid population growth. These same forms dynamize socio-environmental risks through the removal of vegetation cover, deposition of solid waste and the emergence of land conflicts, with the dominance of erosion representing greater danger in relation to the others, with irregular relief, sandy soils and a humid tropical climate with predominance of rain. Thus, anthropogenic actions increase susceptibility to risks. The combined action of human activities and environmental conditions increases the neighborhood's vulnerability to the effects of erosion and deposition of solid waste. As a suggestion, the production and rigorous application of normative instruments for the use and occupation of spaces is more than necessary on the part of government authorities

Keywords: Use and occupation of spaces. Socio-environmental Risks. Morrumbene

RÉSUMÉ. Cette étude a été réalisée dans le district de Morrumbene, province d'Inhambane – Mozambique, enregistrant une expansion rapide de l'urbanisation, générant une pression sur les composantes environnementales. Ainsi, l'objectif était d'analyser l'influence de l'usage et de l'occupation de l'espace urbain sur la dynamique des risques socio-environnementaux. Classée comme recherche qualitative-descrptive, elle a été liée à une revue littéraire, utilisant comme techniques d'observation et d'entretiens, impliquant un échantillon de 12 sujets, parmi lesquels des résidents locaux, des autorités locales et des techniciens du Service d'Aménagement et d'Infrastructure du District. En conséquence, il a été constaté que l'occupation de l'espace est principalement destinée à l'habitation, aux activités commerciales, à l'agriculture et au pastoralisme, ce qui survient en réponse à une croissance démographique rapide. Ces mêmes formes dynamisent les risques socio-environnementaux à travers la disparition du couvert végétal, le dépôt de déchets solides et l'émergence de conflits fonciers, la dominance de l'érosion représentant un plus grand danger par rapport aux autres, avec un relief irrégulier, des sols sableux et un climat tropical humide. Climat avec prédominance de pluie. Ainsi, les actions anthropiques augmentent la susceptibilité aux risques. L'action combinée des activités humaines et des conditions environnementales augmente la vulnérabilité du quartier aux effets de l'érosion et du dépôt de déchets solides. A titre de suggestion, la production et l'application rigoureuse d'instruments normatifs pour l'usage et l'occupation des espaces sont plus que nécessaires de la part des autorités gouvernementales.

Palabras clave: Gobernanza local. Inseguridad alimentaria urbana. Derecho a la Alimentación.



INTRODUÇÃO

O Homem é um colonizador de espaços que apresentam condições para o seu sustento e seus “caprichos”, razão pela qual tem se expandido a área ocupada por interesses antrópicos, desde a área habitada, passando por usos agrícolas, industriais e de outros serviços. Esta é uma ação que vem acompanhando o Homem, desde o período do abandono do nomadismo ao sedentarismo, processo impulsionado pela descoberta da agricultura, onde o ser humano passou a fixar-se em determinadas áreas erguendo não só a sua moradia, como também, as suas atividades adjacentes à agricultura. Mais tarde, nos finais do século XVIII, com o surgimento da atividade industrial, a concentração da população em certas áreas foi acelerada, com a demanda de mão-de-obra para servir às fábricas, dando origem a cidades vocacionadas à atividade industrial. Este fenômeno industrial, muitas das vezes elencada nos fatores de urbanização, mais tarde expandiu-se para os países em desenvolvimento, a exemplo de Moçambique, dinamizando não só as atividades socioeconômicas, como também, o arranjo socioespacial da população.

Com a degradação das condições ambientais para a produção agrícola no espaço rural, as cidades ou vilas têm sido vistas como refúgio, sobretudo para a população jovem que, olha para estes ambientes urbanos como centro de solução de seus problemas, sobretudo os econômicos. Esta construção utópica atribuída às cidades e vilas, é mensurável em Morrumbene, um distrito da Província de Inhambane, sul de Moçambique, que tem vindo a registrar um crescimento não só em termos de extensão territorial, como também, em termos quânticos da população, que na área urbana passou de 15272 habitantes em 2007 para quase o dobro, isto é, 29094 habitantes em 2023. Esta população que densifica a ocupação e uso do solo urbano em Morrumbene, gera mutações em componentes bióticos (vegetação e flora) e abióticos (alteração da morfologia do terreno, impermeabilização do solo com as construções). Estas ações são desencadeadas por população mergulhada em vulnerabilidade social e econômica, o que a coloca em maior exposição a diversos riscos socioambientais, gerando-se uma preocupação social a curto-médio e longo prazos. Este trabalho tem como objetivo, analisar a influência do uso e ocupação do espaço urbano na dinâmica dos riscos socioambientais, partindo duma abordagem qualitativa-descritiva, suportada pela pesquisa bibliográfica, com a aplicação da observação e entrevista como técnicas.



A URBANIZAÇÃO E OS RISCOS AMBIENTAIS ASSOCIADOS

O mundo assiste desde os finais do século XIX, às mudanças significativas na relação homem-meio, aceleradas pelo advento da industrialização. A fixação da atividade industrial em cidades atraiu a população que busca(va) emprego e melhorias em sua condição socioeconômica, intensificando o êxodo rural, estreitando mais as afinidades entre a urbanização e a industrialização, este último como catalisador do primeiro fenômeno. No entanto, é preciso perceber-se que a industrialização, outrora iniciada na Inglaterra nos finais do século XVIII, não se “propagou” pelo resto do mundo de forma uniforme, o que se refletiu na tardia urbanização de algumas regiões. Aliás, segundo Silva (2014):

Durante o século XX, o processo de urbanização se generalizou, espalhando-se por toda a superfície do planeta, tendo a sua gênese se centrado nos países pioneiros da industrialização e por conseguinte os desenvolvidos e só na última metade do século, começou a intensificar-se nos países em desenvolvimento, os periféricos da América Latina, Ásia e África subsaariana, a exemplo de Moçambique.

Esta urbanização movida pela industrialização nos países em desenvolvimento, resultou na saturação das cidades, em virtude da incapacidade de prover infraestruturas e serviços demandados pela população oriunda do êxodo rural, que desenfreadamente procurava espaços para implantação de moradias

Conforme sustenta Aguiar *et al* (2023, p. 5) a urbanização nos países em desenvolvimento, mais do que ser contínua, é desprovida de planejamento adequado, gerando substanciais transformações na dinâmica socioespacial desses países, o que culmina com o surgimento de novos e profundos desafios para o desenvolvimento socioeconômico, de forma equilibrada com a conservação ambiental.

A partir da década de 70 do século XX, os debates face à crise ambiental à escala planetária vêm dominando encontros entre cientistas, políticos e outros segmentos da sociedade. Em causa está a rápida reação do ambiente às ações engendradas pelo homem sobre componentes do sistema ambiental, a exemplo de inundações ou alagamentos em cidades, secas prolongadas em áreas agrícolas, ciclones e depressões em ambientes costeiros, para além de deslizamentos em áreas de encostas e de relevo acidentado. Esse conjunto de fenômenos é resultado da acentuação dos riscos ambientais, sobretudo em cidades ou vilas. O conceito de risco é social, em virtude de estar



intimamente ligado à presença do homem no seu local de manifestação (MENDES, 2015). Veyret (2007) sustenta a construção social do risco ao defender que:

“O risco existe em relação a um indivíduo ou grupo, comunidade ou mesmo uma sociedade que o apreende por meio de representações mentais e com ele convive por meio de práticas específicas, assim como é passível de sofrer efeitos. Correm-se riscos, que são assumidos, recusados, estimados, avaliados, calculados. Ainda, não se tem situações de risco zero ou inexistente, até porque em todos os cenários há sempre probabilidade de incertezas acontecerem e provocarem dados”

De forma mais aprofundada, o risco remete-nos a probabilidade de um evento ocorrer nas dimensões espaço-temporal, afetando de forma direta ou indireta a vida humana (CASTRO *et al.*, 2005). É um conceito polissêmico, na medida em que pode ser utilizado em várias áreas científicas, desde a Economia, Sociologia, Geologia, entre outras. Não se pode confundir o risco com outros termos associados, a exemplo do perigo, pois na explicação de Smith (2001), o perigo relaciona-se com a ameaça potencial para as pessoas e seus pertences, ao passo que o perigo vai para além, ao abarcar não só a ameaça potencial e/ou probabilidade de ocorrência do fenômeno, como também, incorpora a geração de danos ou perdas nas pessoas afetadas. Um exemplo muito conhecido na sustentação de noção de risco por Smith, é quando se comparava duas embarcações navegando no alto-mar, sendo uma de transatlântico e outra a remo. Embora as duas embarcações estejam sob mesmo perigo (ondas gigantes e águas profundas), o naufrágio e afogamento são um risco maior para o indivíduo na embarcação a remo (risco).

A manifestação dos riscos está atrelada a dois conceitos: vulnerabilidade e suscetibilidade. O primeiro conceito relaciona-se com a probabilidade de, em resultado de ocorrência de um evento natural/ambiental, um indivíduo (singular/coletivamente) ser afetado negativamente (DESCHAMPS, 2004). Já a suscetibilidade relaciona-se com as condições do meio sobre o qual o risco se manifesta, por exemplo a sua proximidade ou não aos cursos de água, a morfologia do terreno, grau de alteração do espaço, tudo isso que pode interferir na ocorrência de inundações ou alagamentos. A suscetibilidade diz respeito às características físicas que conferem a maior ou a menor probabilidade de ocorrência de determinado processo natural (inundação, seca, geada, etc). Desta forma, os estudos relacionados com áreas de risco são baseados nas informações de suscetibilidade, visto que, se não houver tal condição, não haverá desastre.



A vulnerabilidade resume-se num conjunto de fatores que podem diminuir ou aumentar o grau de ocorrência do(s) risco(s) sobre um determinado grupo populacional. Por exemplo, a vulnerabilidade não é igual para toda população, mesmo ela esteja ocupando a mesma área com suscetibilidade para a ocorrência de alagamentos e/ou inundações, ela variará em função das condições económicas de cada família e/ou indivíduo, tipo e material de sua moradia, assim como do nível de conhecimento e percepção dos riscos.

Os ambientes urbanos, sobretudo nos países em desenvolvimento, pela sua atratividade aos segmentos populacionais de vários “estratos” aliada à degradação das condições de produção nos espaços rurais, denotam uma heterogeneidade, que gera um desafio para quem lida com a gestão e planejamento urbano. Nesta senda, podem emergir o conceito da (in)justiça ambiental, cujo foco são a população mais pobre, os grupos étnicos marginalizados e vulneráveis pela sua condição social, económica, geoespacial e mesmo política. Estes grupos sociais excluídos possuem peculiaridades que vão desde a sua fisionomia (cor de pele), passando pela idade, gênero e rendimentos. Assim, indivíduos com poucos recursos financeiros, com acesso diferenciado à informação e bens são os mais expostos e vulneráveis aos riscos, o que “inflama” as desigualdades socioambientais, vistas por Alves (2007) como estando associadas à geolocalização de sua moradia em fundos de vale ou margens aos córregos e cursos de água, oferecendo risco de inundações, transmissão de doença de veiculação hídrica (cólera), ou em áreas de encostas com declividade acentuada, com risco de erosão, escorregamento e deslizamento.

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa qualitativa, na qual faz-se a descrição da urbanização através das formas de uso e ocupação dos solos em Morrumbene, suas essências, origens, relações e mudanças, para além das da manifestação dos riscos socioambientais. Vale dizer que esse conjunto não mereceu uma análise quantitativa, mas pautou-se pela técnica de análise de conteúdo de informações recolhidas que que emitiam o juízo de valor que se pode fazer em relação à dinâmica dos riscos socioambientais a partir da urbanização em Morrumbene. Em termos de procedimentos, destaca-se a pesquisa bibliográfica que permitiu visitar estudos já desenvolvidos sobre o mesmo objeto de estudo, assim como a pesquisa documental que focou nos instrumentos normativos que



regulam o uso da terra em Moçambique em diferentes escalas. Quanto às técnicas e instrumentos de recolha de dados, aplicou-se a observação para a descrição das condições físico-naturais, como características do relevo, solos, vegetação, formas de uso e ocupação dos espaços e evidências dos primeiros sinais de impactos das mesmas no ambiente. E, para fenómenos cuja dinâmica não pode ser acompanhada pelos pesquisadores, aplicou-se a entrevista com vista a explorar a percepção dos sujeitos envolvidos sobre os riscos socioambientais resultantes da rápida urbanização observável em Morrumbene. A análise de conteúdo foi aplicada na análise e discussão dos resultados. No total, foram envolvidos 22 sujeitos, dos quais 21 são moradores da Vila de Morrumbene e um técnico do Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas (SDPI), órgão do Governo do distrito que lida com questões de atribuição, formalização e tudo quanto tenha a ver com a terra. Vale frisar que de acordo com a legislação vigente em Moçambique, a terra é propriedade do Estado, não se permitindo qualquer mecanismo de alienação e/ou penhora da mesma. Para estes 22 sujeitos¹, aplicou-se a amostragem do tipo probabilístico, que se baseou na escolha aleatória dos pesquisados, significando o aleatório que a seleção se faz de forma que cada membro da população tinha a mesma probabilidade de ser escolhido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

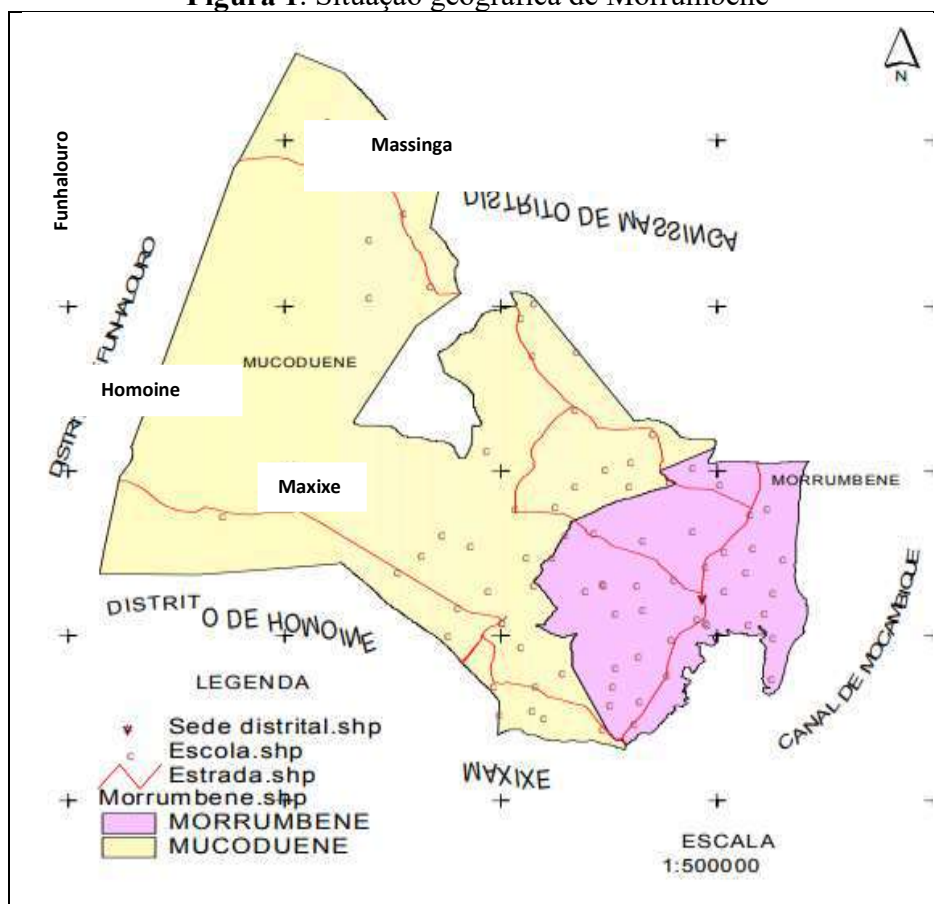
Morrumbene é um distrito localizado na parte centro-leste da Província de Inhambane, banhado pelo Oceano Índico. É atravessado pela estrada nacional número 1, principal via de comunicação com outras regiões do país, ocupando uma superfície de 2,800 km² e uma linha de costa de 82,7 km e tem como limites geográficos:

- **Norte:** Distrito de Massinga,
- **Sul:** Distritos de Maxixe,
- **Este:** Oceano Indico,
- **Oeste:** Distritos de Funhalouro.

¹ As atividades de levantamentos de dados no campo e entrevista aos sujeitos em Morrumbene foram realizados em dois momentos, sendo o primeiro entre agosto e setembro de 2022, época pré-chuvas, visto tratar-se do momento de transição do inverno para o verão em Moçambique e no mês de março de 2023, altura que marca o fecha da estação chuvosa.



Figura 1. Situação geográfica de Morrumbene



Fonte: Elaborado pelo autor

Este distrito apresenta um clima tropical húmido, cujas temperaturas médias anuais variam de 24 a 26° C, com máximas mensais em janeiro e mínimas no mês de julho. A precipitação, acompanha esta dinâmica térmica, registando o pico nos meses de janeiro e fevereiro. Entretanto, deve-se destacar a sua irregularidade, visto que na estação fresca que vai de abril a outubro, ela chega a escassear. Morfológicamente, Morrumbene insere-se na grande planície moçambicana de formação recente no quaternário, estando situado no litoral de acumulação aluvionar e marinha. Quanto à pedogênese, os solos são arenosos cuja cor varia do avermelhado ao esbranquiçado, com baixa capacidade produtiva. Entretanto, ao longo dos vales fluviais, assim como nas planícies fluviais, encontra-se aluviões e outros solos hidromórficos, onde com a contínua deposição de matéria orgânica confere uma alta capacidade para o desenvolvimento agrícola. A vegetação



consiste na mata aberta de miombo, mas a sua ocorrência é pouco representativa devido a substituição das espécies pioneiras pelas culturas agrícolas e remoção permanente em áreas residenciais.

Em termos sociológicos, a população do distrito é constituída por dois principais grupos étnicos: os Vátua e os Tonga, sendo o primeiro o mais predominante. Os traços demográficos locais caracterizam-se por famílias alargadas e cuja base da economia cinge-se no predomínio da agricultura, pesca, serração semindustrial e o comércio predominante é do tipo informal, cujos praticantes concentram-se na venda de produtos primários, com destaque para a banana, o camarão, a castanha de caju, ao longo da Estrada Nacional número 1 (EN1). A distribuição das habitações no distrito é influenciada pela concentração de infraestruturas básicas tais como fontes de abastecimento de água, escolas, unidades sanitárias, mercados, entre outras. As condições habitacionais caracterizam-se pela predominância de casas de material misto, alternadas com casas convencionais. A maioria das casas tem acesso à corrente eléctrica e um número considerável de casas de água canalizada.

Descrição da amostra

Tal como se referiu anteriormente, foram envolvidos nesta pesquisa 22 sujeitos. Destes 14 são do sexo feminino e os outros oito (8) são do sexo masculino, representando 63,6% e 36,3% de proporção em relação a amostra selecionada, tal como indica o diagrama seguinte:

Sobre os entrevistados, levantam-se, além do sexo, como atributos a idade, o nível académico e a antiguidade no bairro estudado. A tabela 1 mostra a distribuição absoluta da frequência referente aos atributos mencionados. Nele, nota-se que a maior proporção dos sujeitos pesquisados encontra-se na faixa etária dos adultos e a menor na faixa da terceira idade.

Tabela 1. Distribuição etária da amostra

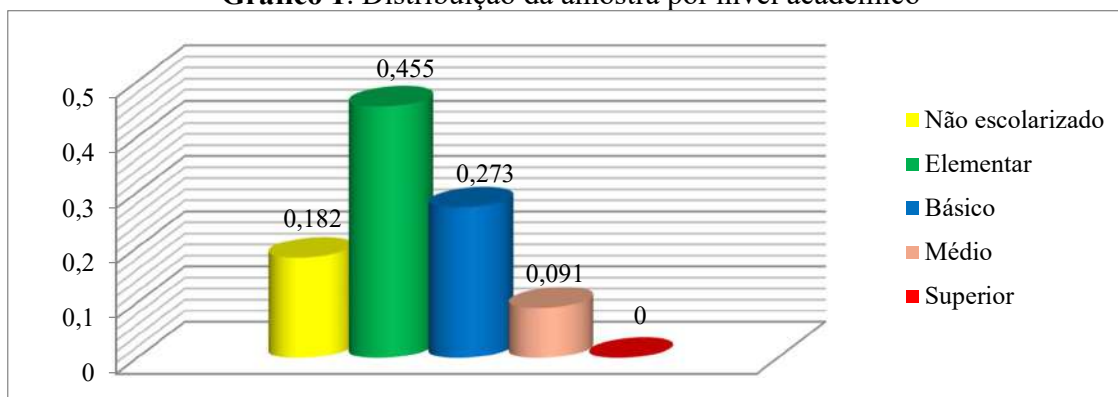
Idade	Nº de Entrevistados	% Amostral
Menores de 18 anos	3	13,6%
19 a 35 anos	6	27,3%
36 a 65 anos	11	50,0%
Mais de 65 anos	2	9,1%
Total	22	100,0%

Fonte: Dados levantados pelo autor (2023).



Quanto ao nível académico, quatro não foram escolarizados, 18,2% do total; dez (45,5%) frequentaram até 7^a classe; seis (27,3%) concluíram o nível básico; dois (9,1%) são do nível médio e nenhum (0,0%) tem nível superior. Através do gráfico 1 descreve-se melhor a proporcionalidade existente entre os níveis académicos.

Gráfico 1. Distribuição da amostra por nível académico



Fonte: Dados levantados pelo autor.

A escolaridade é um elemento a ter em conta na construção das percepções sobre fenómenos ambientais. Segundo Gorni *et al.* (2016):

A consciência ambiental pode ser definida como a intenção de um indivíduo em se posicionar frente aos assuntos relativos ao meio ambiente de uma maneira favorável ou desfavorável. Assim, indivíduos com maiores níveis de consciência ambiental tenderiam a tomar decisões levando em consideração o impacto ambiental de suas posturas e ações.

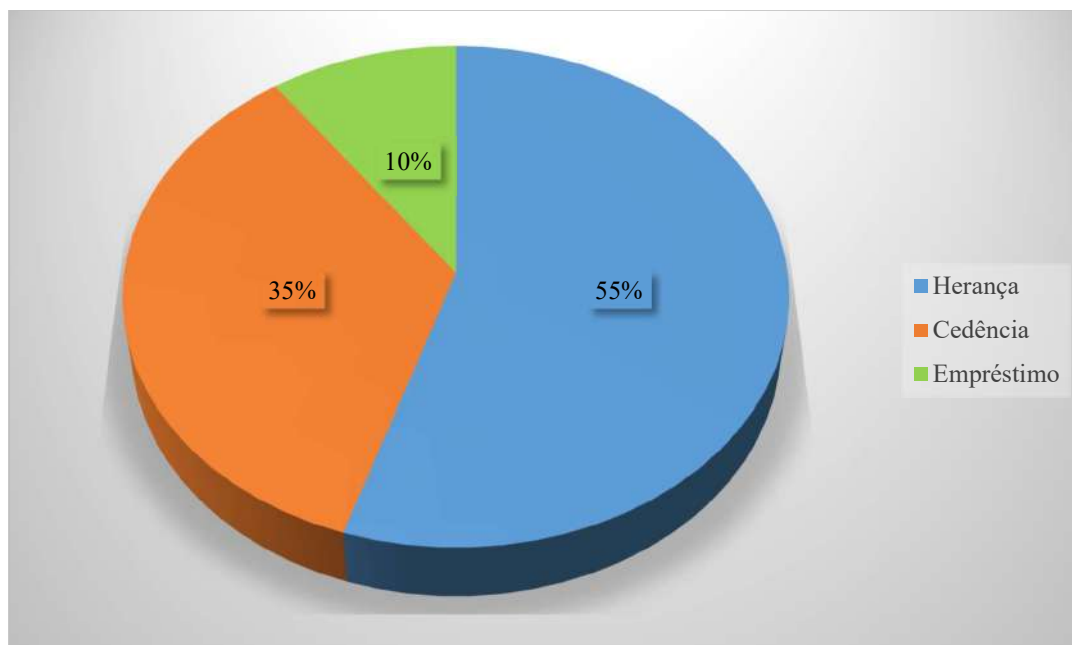
Outro elemento considerado relevante no estudo, é o tempo de residência em Morrumbene. Os que estão há mais tempo, acompanharam provavelmente a evolução dos fenómenos de ocupação dos espaços e riscos atrelados. Entre os entrevistados, 19 (86,3%) afirmaram residir há mais de cinco (5) anos, enquanto os outros três (3, equivalentes a 13,6%) ocuparam recentemente o espaço, como residentes permanentes.

Formas de acesso e ocupação do espaço

As formas de apropriação da terra em Morrumbene coadunam com as estipuladas nos instrumentos normativos e/ou legislativos vigentes em Moçambique: herança, cedência e empréstimo.



Gráfico 2. Formas de apropriação do espaço urbano



Fonte: Adaptação Nogar Boca (2023).

Esta realidade é sustentada por Zandamela (2015) e Maloa (2019), ao apresentarem como formas de aquisição de terra em Moçambique:

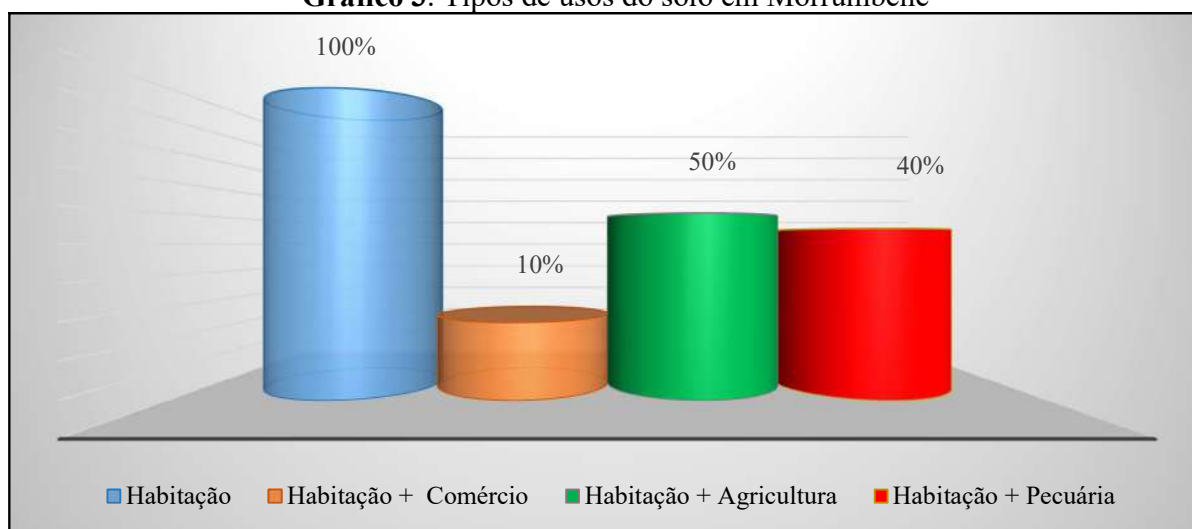
- a) A transmissão de propriedades entre gerações;
- b) A concessão em regime de aluguer, no qual o beneficiário tem a tarefa de cuidar da propriedade ou pagar uma taxa de renda;
- c) O empréstimo, caracterizado pela concessão temporária do espaço a beneficiários que se encontrem, sobretudo, em fase de organizar recursos para a aquisição de espaço próprio;
- d) A venda, prática comum, embora ilegal que caracteriza o ato de transpasse do solo urbano.

Relativamente ao referido na alínea d) supracitada, de acordo com o artigo 3, capítulo II da Lei de terras (Lei nº 19/97) aprovada pelo Parlamento moçambicano em julho de 1997, “a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida ou, por qualquer outra forma, alienada, hipotecada ou penhorada”. Entretanto, esse é um facto ideal, porque o real é de longe, diferente do estipulado na legislação. O espaço nas cidades e vilas moçambicanas tem sido valorizado em algumas áreas de concentração de grandes infraestruturas de impacto socioeconômico como universidades, centros comerciais, administração do governo, hospitais, contrastando com áreas suscetíveis a



riscos ambientais, que pela segregação socioespacial, são ocupadas pela população vulnerável, por exemplo em áreas ribeirinhas ou planícies de inundação, morros suscetíveis à ocorrência de erosão pluvial e deslizamentos com a estrutura sedimentar em consolidação, observando-se os seguintes tipos de uso do solo (gráfico 3).

Gráfico 3. Tipos de usos do solo em Morrumbene



Fonte: Dados levantados pelo autor no campo (2023)

O fenômeno observado na vila de Morrumbene, é designado por ruralidades urbanas (Chichava, 2022), onde com o intenso êxodo rural, no perímetro da cidade ou vila, coadunam práticas do rural com as urbanas. Este facto fato deve-se, por exemplo, à incapacidade de o urbano satisfazer os anseios da população migrante, sobretudo em termos de ocupações que possam garantir sustento, o que leva ao resgate das práticas pretéritas das áreas de origem. Assim, observa-se na Vila de Morrumbene, a prática de agricultura e pecuária, embora não constituam padrões convencionais das áreas urbanas, são características comum das zonas suburbanas no país (MALOA, 2019).

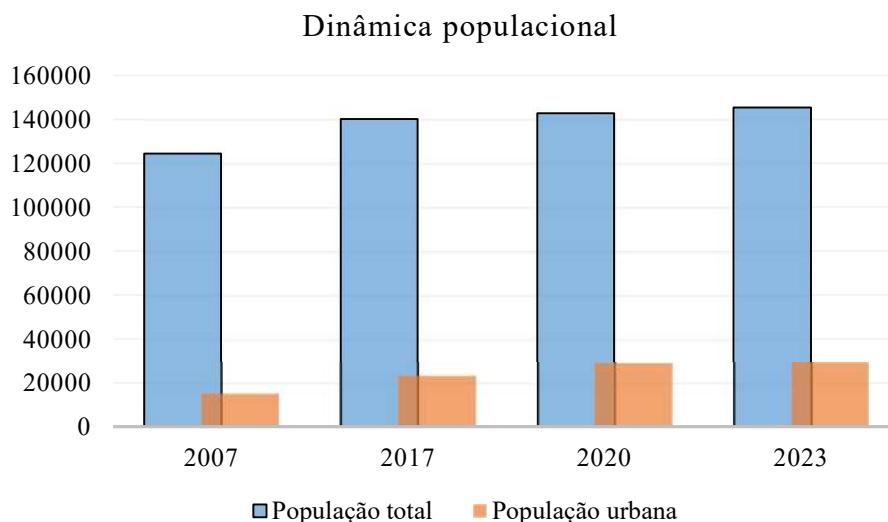
Riscos ambientais e seus agentes produtores em Morrumbene

Todos os distritos que o território moçambicano apresenta, comportam dois meios geográficos que se distinguem pela sua função: o rural com a prática da agropecuária, mineração e não raras vezes o turismo rural e o urbano constituído por cidades e vilas, cujas concentrações



populacionais não são dependentes de atividades do setor primário, dedicando-se a atividades do setor secundário e terciário. Assim, coloca-se a seguir o comportamento dos efetivos demográficos na área urbanizada, num intervalo de 2007 a 2023.

Gráfico 4: Evolução da População em Morrumbene entre 2007 e 2023



Elaborado pelo autor através dos dados do INE (2024)

A apresentação das estatísticas demográficas mostra-se relevante na medida em que o crescimento populacional sobre o mesmo perímetro geográfico gera pressão sobre os elementos da paisagem em componentes bióticos (fauna e flora) e abióticos (solo, recursos hídricos). A paisagem cultural é o produto de ações dinâmicas que representam as concepções de grupos em determinados momentos. Ela é modelada a partir de uma paisagem natural, onde a cultura se torna o agente e a paisagem cultural o resultado, fruto da interação entre as partes. Como consequência destas interações ser humano- natureza e das interferências crescentes no ambiente, exige-se cada vez mais recursos do território em escala incompatível com a capacidade de resiliência da natureza (RISSO, 2008). Então, sob a influência de determinada cultura, a paisagem sofre metamorfoses, visto que alguns de seus elementos são suprimidos em favor de outros que possuam a representatividade legítima do grupo social que ali se estabelece (SAUER, 1998).

Em função da urbanização de Morrumbene, a pressão sobre componentes do meio (solo e flora) intensifica-se, o que se associa ao incremento dos riscos ambientais, com as estatísticas demográficas revelando que há um crescimento acentuado. Por exemplo, se esta área apresentava



cerca de 15.272 em 2007, uma década depois comportava cerca de 23.043 habitantes, representando um crescimento anual de 5,08%. Já em 2023, quase que se verifica o dobro da população registrada em 2007, sendo que as estatísticas mostraram 29.094 habitantes, sendo que a taxa de crescimento anual entre 2017 e 2023 da população em área urbana fixou-se em 4,37%.
Parágrafo cuja redação é confusa

Estas estatísticas revelam a rápida urbanização do distrito de Morrumbene, como consequência da melhoria dos serviços sociais como: abastecimento de água, redes escolar e sanitária. Não menos importante, há que se destacar a instalação da primeira instituição de ensino superior atrelada à Igreja Metodista. Em contrapartida, a população no meio rural cresce modestamente, em torno de 1%, o que se relaciona com a saída massiva de população juvenil à busca de melhores condições de vida e é esta camada em idade de recriação.

Este crescimento populacional gera impactos ambientais causados por atividades antrópicas: perda de cobertura vegetal (supressão para implantação de infraestruturas) e de capacidade de regeneração do ambiente (CARPANEZZI, 1990). Além da destruição dos ecossistemas a pressão urbana em Morrumbene gera uma ocupação desordenada dos espaços, com ausência dum instrumento normativo que regule às ocupações, a exemplo do plano diretor ou de urbanização.

Na visão de Boca (2020), o risco é uma percepção humana de forma individual e/ou grupal da probabilidade de ocorrência de um evento potencialmente perigoso e causador de danos, cujas consequências são uma função da vulnerabilidade intrínseca desse indivíduo/grupo. Como riscos ambientais, o autor defende que são aqueles que resultam de um perigo natural, cujo impacto é ampliado pelas atividades antrópicas e pela ocupação territorial: erosão, desertificação, incêndios, poluição, inundações etc.

Do trabalho de campo realizado, foram identificados três cenários passíveis de enquadramento no domínio de riscos, nomeadamente: erosão pluvial, geração de resíduos sólidos e conflitos de terra.

A erosão está intrinsecamente ligada à implantação de habitações e ao desenvolvimento de agricultura em área urbana, praticada em quintais, bem como com a substituição da vegetação por atividades de construção, destruindo a camada superficial da terra, impactando o ambiente e ativando riscos ambientais, cujos efeitos ambientais negativos estão associados à remoção da

vegetação, escavações, deslocamento de solo e modificação da paisagem local), afugentamento da fauna, supressão da vegetação nativa (MECHI, SANCHES, 2010; BACCI, 2006).

Figura 2. Sinais de ativação de processos erosivos



Fonte: Nogar Boca (2023 e 2024)

Os cenários representados na figura 2, refletem a ocorrência da erosão dos solos, durante os processos de desgaste/remoção, passando pelo transporte de partículas até à sua deposição em depressões “relativas”. Segundo Brito (2012) a fase do transporte se baseia no deslocamento de massas de terra em resultado da saturação do solo, combinada com a ação da gravidade e inexistência da cobertura vegetal, desaguando na abertura de sulcos e/ou ravinas, conforme a grandeza das valas. Por sua vez, a deposição como estágio de “desembocadura” do material transportado, dá-se quase que nos mesmos moldes do leito do rio, quando em resultado da redução do ângulo de inclinação, a vazão que transporta consigo os materiais começa a descarregá-los com a diminuição da capacidade e competência da água, ou mesmo em cenários de infiltração da mesma água, o que certamente, reflete-se na morfologia do terreno, bem como na alteração de componentes abióticos e bióticos.

Do lado dos sujeitos entrevistados, há uma percepção clara da intensificação da erosão dos solos à mesma proporção que a densificação das construções vai ocorrendo:



Vivo aqui desde que terminou guerra² (...). Nesta zona, não havia problemas de erosão porque tudo isto era mato e a água não encontrava caminho para fazer tantos estragos que estamos a ver hoje em dia. Nós mesmos é que retiramos as árvores que evitavam a erosão quando construímos as nossas casas e machambas (...)³

Numa outra percepção da erosão dos solos em Morrumbene:

Nós começamos a ver buracos nos últimos anos, quando as pessoas começaram a fazer casas naquela zona de Nyavekere, perto do rio porque é uma zona muito inclinada e está perto de uma baixa. Não imaginamos que nesta área pudessem se abrir buracos como estes, mas a chuva que caiu depois do ciclone Dineo veio mudar completamente as coisas⁴.

De acordo com Boca (2020) os processos erosivos enquadram-se na categoria dos riscos geológicos exógenos, ou seja, situações de ordem natural capazes de gerar danos socioeconómicos numa comunidade, pressupondo assim a aplicação de critérios geológicos para a previsão, prevenção ou correção.

Figura 3. Mau descarte dos resíduos sólidos produzidos



Fonte: Nogar Boca (2023)

²A Guerra a que o entrevistado se referia, é a dos 16 anos ou guerra civil, que inicia em 1976, um ano depois da Proclamação da Independência de Moçambique, tendo sido terminada a 4 de outubro de 1992, com a assinatura do acordo Geral de Paz em Roma – Itália, entre o Governo de Moçambique e o movimento Resistência Nacional Moçambicana, cujo epicentro da mesma guerra, era a necessidade de introdução da democracia e do multipartidarismo.

³ Informação fornecida pelo senhor E. L. Mbalango, durante uma entrevista a 29 de setembro 2022.

⁴ Informação fornecida pelo senhor N. C. Cuamba, a 30 de Setembro de 2022, durante uma entrevista.



Ora, diante da cada vez mais densidade demográfica (gráfico 4), o consumo também aumenta, este cenário não é acompanhado por medidas de gestão de resíduos sólidos, tais seriam a criação duma entidade de recolha, tratamento e destinação final e por uma educação para a reutilização. Assim, a produção de resíduos sólidos é mais notória nas áreas residenciais e comerciais, destacando-se o plástico, vidro, garrafas e resíduos orgânicos. Por fim, a questão dos conflitos de terra em Morrumbene, vai paulatinamente emergindo à superfície.

Logo que esta zona começou a receber muitas pessoas interessadas por de terrenos, entre os nativos começou-se a registar conflitos no ato da cedência (...). A principal razão do desentendimento não é o valor do transpasse da terra em si, mas a falta de consenso entre herdeiros sobre a divisão e cedência dos espaços. Isso é mais evidente em famílias com um elevado agregado de pessoas, pois, os filhos negam que os próprios pais “vendam” o que para eles significava herança.⁵

As formas de uso e ocupação do espaço na dinâmica dos riscos em Morrumbene

O entrosamento das peculiaridades ambientais e a natureza dos riscos, permitiu gerar uma avaliação “subjéctiva” da dinâmica dos riscos a partir das formas de uso e ocupação do espaço.

Quadro 2. Valoração dos riscos socioambientais

Ação antrópica	Risco	Tipo	Periculosidade				Susceptibilidade			Vulnerabilidade				
			Altamente Perigoso	Muito Perigoso	Perigoso	Pouco Perigoso	Muito Alta	Alta	Baixa	Muito Baixa	Muito Alta	Alta	Baixa	Muito Baixa
Remoção permanente da cobertura vegetal	Ativação de processos erosivos	Ambiental		X			X					X		
Descarte de restos de materiais usados	Geração de resíduos sólidos	Ambiental			X		X						X	
Cedência do espaço	Conflitos e terra	Social				X				X				X

Fonte: Adaptado dos modelos de Matriz de riscos e Análise Preliminar do Perigo (Rodelto, 2013).

⁵ Informação fornecida pela senhora G. J. Covela a 30 de setembro de 2022 durante a entrevista.



O atributo “muito perigoso” aplica-se, sobretudo, aos riscos da erosão em áreas habitacionais assentes numa formação pedológica extremamente arenosa e com uma declividade acentuada, o que constitui um grande perigo ao movimento dos solos para as áreas de depressão em situações de escoamento pluvial, culminando com abertura grandes ravinas. Este processo erosivo é desencadeado pela convergência de fatores antrópicos e ambientais. Ambientalmente, encontramos as vertentes de encostas que são vulneráveis devido a construção recente da morfologia do sul de Moçambique. O fenômeno é acelerado pelos interesses antrópicos.

Na visão de Júnior (2008, p. 1), “os prejuízos sociais e ambientais gerados pela erosão são bastante elevados, pois reduzem a capacidade produtiva das terras, revertendo no aumento dos custos de produção e conseqüentemente na diminuição do lucro dos produtores, interferindo na permanência da atividade agrícola”.

Com base nas observações feitas, à susceptibilidade atribui a máxima pontuação (muito alta) aos riscos de erosão e geração de resíduos sólidos pela forma como o espaço urbano é usado., A população “descobre” de forma intensiva os solos através da retirada das formações vegetais que os protegem da ação direta da chuva. O arruamento é transversal às curvas de nível, o que aumenta o poder de fluxo das enxurradas alargando rapidamente as ravinas (figura 4). Enfim os moradores depositam resíduos sólidos em locais inapropriados, com destaque para as rodovias, aumentando os riscos de arrastamento destes pelas enxurradas, além da poluição ambiental que os mesmos promovem.

Figura 4. Processo erosivo em rua transversal a curvas de nível e longitudinal à declividade



Fonte: Arquivo do autor (2023)



As práticas antrópicas aceleram a erosão que acarreta grandes prejuízos tanto para a agropecuária quanto ao meio ambiente, promovendo extensivamente o assoreamento, a poluição e a eutrofização das águas superficiais, com prejuízo na quantidade e qualidade dos recursos hídricos (JÚNIOR, 2008).

Portanto, pode-se considerar como fatores de alta susceptibilidade aos riscos ambientais em Morrumbene: a falta de um sistema eficiente de gestão de águas pluviais aliada ao predomínio de clima chuvoso e aos solos e formação recente ainda em processo de consolidação; a gestão ineficiente de resíduos sólidos. Boca (2020) sustenta que o comportamento demográfico associado à topografia explica as causas do alastramento do risco de erosão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da dinâmica dos riscos tendo como variável independente a urbanização, concluiu que fundamentalmente, o uso dos espaços é para fins habitacionais, instalação de empreendimentos comerciais, desenvolvimento da agricultura, pecuária e outras atividades pouco pronunciadas e que, no geral, afiguram-se como a base de sobrevivência dos moradores. Desse conjunto de atividades, aliando-se à inobservância das peculiaridades ambientais das áreas em que a presença humana se densifica, emergem riscos como o de erosão dos solos, a geração de resíduos sólidos e os conflitos de fundiários. A erosão representa um grande perigo aos moradores, sobretudo, nas áreas próximas ao rio Mucambe, onde o relevo é muito irregular e os solos são arenosos, fatores associados ao clima húmido. Ainda, a remoção da cobertura dos solos, torna os solos vulneráveis aos agentes erosivos. A abertura de rodovias no sentido longitudinal ao declive do terreno, acelera, por exemplo, a velocidade das águas e aumenta o poder erosivo. Por sua vez, o crescimento populacional gera um efeito dominó no nível de consumo, resultando no aumento de resíduos sólidos que são mal descartados.

Em face da realidade mensurável, que se pode classificar como estando em fase embrionária, urge a concepção e execução de um plano urbano consistente considerando as características ambientais da Vila de Morrumbene, de modo a mitigar de forma proativa os efeitos da erosão. São também necessários a criação de programas ou o desenvolvimento de serviços que visem à recolha e tratamento de resíduos, podendo envolver a própria comunidade e outras



entidades interessadas. Por fim, a educação ambiental continua sendo uma ferramenta poderosa se bem manejada e aplicada a várias realidades sociais. Sua intensificação é, portanto, mais do que necessária.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, P. C. et al. Urbanização e desenvolvimento sustentável: um panorama dos estados brasileiros. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 27, e73970, p 1-31, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2236499473970> - Acesso em: 15 fev. 2024.

ALVES, H. P.F. Desigualdade ambiental no município de São Paulo: análise da exposição diferenciada de grupos sociais a situações de risco ambiental através do uso de metodologias de geoprocessamento. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 301-316, 2007.

BACCI, D. DE LA C., LANDIM, P. M. B., ESTON, S. M. DE. Aspectos e impactos ambientais de pedreira em área urbana. **REM: R. Esc. Minas**, Ouro Preto, Vol. 59, N. 1: 47- 54. 2006.

BOCA, N. T. As Mudanças da Paisagem e sua Influência na Dinâmica do Risco de Erosão na Cidade de Xai-Xai. **Revista Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, V. 10, N.2, p. 87-105, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/30686/21280>.

BRITO, A. de O. **Estudos da erosão no ambiente urbano, visando planejamento e controle ambiental no Distrito Federal**. 2012. vii, Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

CARPANEZZI, A. A. et al. Espécies pioneiras para recuperação de áreas degradadas, observações de laboratórios naturais. In: **CONGRESSO FLORESTAL BRASILEIRA**, 6., 1990, Campos do Jordão. **Anais**. Campos do Jordão: (s.n), 1990.

CASTRO, M. PEIXOTO, M.N.O., PIRES do RIO, G.A. Riscos Ambientais e Geografia: Conceituações, Abordagens e Escalas. **Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ**. Rio de Janeiro, Vol. 28 - 2 / 2005 p. 11 - 30.

CHICHAVA, L. A. **As ruralidades no contexto da transição territorial: entre conflitos e desafios em Chongoene**. 50f. Monografia (Licenciatura em Planejamento e Ordenamento Territorial) – Universidade Pedagógica de Maputo, Maputo, 2022.

DESCHAMPS, M. V. **Vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba 2004. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná.



GORNI, P. M. *et al.* **Consciência ambiental e sua influência sobre o comportamento de compra com vistas a preocupação ambiental.** Santa Catarina: FURB, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5707/570761056002/html/>. Acesso em: 24 fev. 2023.

INE – Instituto Nacional de Estatística. **IV Recenseamento geral da população e habitação 2017 - resultados definitivos.** INE: Maputo, 2019. Disponível em: <<http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/mocambique/censo-2017-brochura-dos-resultados-definitivos-do-iv-rgph-nacional.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2024.

JÚNIOR, R. F. do. V. **Diagnóstico De Áreas De Risco De Erosão E Conflito De Uso Dos Solos Na Bacia Do Rio Uberaba.** 223f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, 2008. Disponível em: <https://www.fcav.unesp.br/Home/download/pgtrabs/pv/d/2807.pdf>

MALOA, J. M. A urbanização moçambicana contemporânea: sua característica, sua dimensão e seu desafio. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 11, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180101>. Acesso em 30 out. 2022.

MECHI, A., SANCHES, D. L. Impactos ambientais da mineração no Estado de São Paulo. **Estudos avançados**. vol.24 no.68. São Paulo, 2010.

MENDES, J.M. **Sociologia do risco. Uma breve introdução e algumas lições.** Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015, 106 p. Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/nicif/riscos/src/SRCII/Sociologia_do_risco.pdf. Acesso aos: 15 set. 2023.

MOÇAMBIQUE. Lei nº 19/97 de 1 de outubro – **Lei de Terras.** Maputo: Boletim da República, 1997. Disponível em: https://www.verdeazul.co.mz/wp-content/uploads/2020/09/Legislacao_de_Terras-3.pdf. Acesso em: 23 set. 2022.

RISSO, L. C. Paisagens e Cultura: uma reflexão teórica a partir do estudo de uma comunidade indígena amazônica. **Espaço e Cultura**, n. 23, p. 67–76, 2008.

RODELTO, L. J. **Análise de Risco Ambiental.** S.l.: Ecology Brasil, 2013.

SAUER, C. O. A morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SILVA, Edson Jacinto da. **Loteamento Urbano.** Leme: Mizuno, 2014.

SMITH, K. **Environmental hazards: assessing risk and reducing disaster.** 3a ed. 392p. Londres: Routledge, 2001.

VEYRET, Y. **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente.** São Paulo: Editora Contexto, 2007.

ZANDAMELA, A. F. **Análise das Causas dos Conflitos de Terra nas Zonas de Tchumene I e II e a Intervenção do Conselho Municipal da Matola (2010-2014).** (Monografia). Maputo: UEM, 2015.



ATUALIDADES

Entrevista



DINÂMICAS RECENTES DA PIRATARIA MARÍTIMA NA ÁFRICA SUBSAARIANA. ENTREVISTA COM VANESSA BANDEIRA

Por Vanessa Passos Bandeira de Sousa & Luana Lessa

Vanessa Passos Bandeira de Sousa

Pesquisadora em Diplomacia de Defesa e análises geopolíticas da África subsaariana

Orcid: 0000-0003-0879-8435

<http://lattes.cnpq.br/7939068191150272>

Contato: vanessabandera@gmail.com

Luana Lessa

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), Universidade Federal do Rio de Janeiro; Pesquisadora no GeoÁfrica

<http://lattes.cnpq.br/7763934582612140>

Contato. luanapesquisaufrij@gmail.com

Como citar:

BANDEIRA, V; LESSA, L.A. Dinâmicas recentes da pirataria marítima na África subsaariana. Entrevista com Vanessa Bandeira.

Boletim GeoÁfrica, v. 3, n. 10, p. 140-147, abr.-jun., 2024

Biografia: Vanessa Bandeira é Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa da Escola Superior de Guerra (PPGSID/ESG), onde defendeu a dissertação intitulada "Insegurança marítima no Atlântico Sul: Reflexos das ameaças marítimas para o Brasil" na linha de pesquisa "Segurança Internacional e Geopolítica".

Possui Bacharelado em Relações Internacionais, MBA em Logística Internacional, e cursa especialização em "Tutoria em Educação à Distância" na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Atualmente, é responsável pela Comunicação Social e Jornalismo Científico do Instituto Therezinha de Castro, da Escola Superior de Guerra;

Vanessa Bandeira é atualmente Pesquisadora Especialista em Diplomacia de Defesa na "Rede Brasileira de Monitoramento de Sementes de Futuro da Defesa" no PROCAD-DEFESA "Prospectiva em Segurança e Defesa; Líder da Linha de Pesquisa (LP) "Arranjos Metodológicos" no "Laboratório de Simulações e Cenários" da Escola de Guerra Naval (LSC/EGN); Vice-Líder da LP "Tendências de Impacto Marítimo-Naval" do LSC/EGN; Pesquisadora na LP "Cenários Prospectivos para a Defesa" do LSC/EGN; e Pesquisadora no "Núcleo de Avaliação da Conjuntura" (NAC/EGN) do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha (CEPE-MB), onde é responsável por análises geopolíticas da África Subsaariana para a publicações no Boletim Geocorrente. Também atua como Pesquisadora no Núcleo de Estudos de Diplomacia de Defesa (NEDD/ESG), vinculado ao "Pró-Defesa - Entorno Estratégico Brasileiro"; no Grupo de Estudos e Pesquisas em Segurança Internacional

(GEPSI) do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (Linha de Pesquisa: Entorno Estratégico Brasileiro); no Laboratório de Pesquisa em



Segurança e Defesa Nacional (Labsden/ESG); e no grupo "Metaconstitucionalismo, Questões Humanitárias e Poder Aeroespacial" da Universidade da Força Aérea (UNIFA). Tem experiência profissional na área de Comércio Exterior; tendo atuado principalmente com Negociações, Logística Internacional e Navegação Marítima. Pesquisa principalmente sobre Defesa: Segurança Internacional; Atlântico Sul; África Subsaariana; Segurança Marítima; Geopolítica; Novas Ameaças.



Entrevista de Vanessa Bandeira¹

141

Boletim GeoÁfrica: *Quais são os principais fatores que contribuem para a existência da pirataria marítima no continente africano?*

Para além da pirataria marítima e do roubo armado, muitos países africanos enfrentam outros diversos desafios no âmbito doméstico, como a desigualdade social, o desemprego, a má distribuição de renda, a fome e a pobreza. Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), excetuando-se Gana e África do Sul, mais de 40% da população dos países da África Subsaariana está em situação de moderada ou severa insegurança alimentar (FAO, 2024). Ademais, segundo o índice de pobreza multidimensional global (MPI²) de 2023, emitido pelo Banco Mundial, encontra-se na África Subsaariana aproximadamente metade da população classificada como em situação de pobreza no mundo. O mesmo relatório apontou ainda que, das 12 milhões de pessoas com maior grau de privação no mundo, 10 milhões vivem nessa região - mais de 84% do total (WORLD BANK, 2023).

¹ A entrevista foi realizada por e-mail. As respostas foram recebidas em 01 de junho de 2024

² O MPI considera dados de diferentes esferas, o que permite uma visão mais abrangente da situação de pobreza nos países bem como a identificação da continuidade de ciclos de desigualdade (World Bank, 2023).



Além disso, muitos dos países assolados pela pirataria vivenciam ainda um certo grau de fragilidade estatal, econômica e institucional, bem como sofrem com a corrupção, violência e instabilidade política. A recente onda de golpes de Estado que vem assolando a África é um exemplo. Desde 2020, Chade, Mali, Guiné, Sudão, Burkina Faso, Níger, Gabão e República Democrática do Congo sofreram com sucessivas tentativas de destituição dos então governantes e/ou governos. Outro exemplo é a significativa expansão de grupos extremistas e terroristas islâmicos que, em geral, são ramificações ou dissidentes do Boko Haram, da Al Qaeda e do Estado Islâmico (ACSS, 2023; OKAFOR-YARWOOD, 2021; OLABODE, 2018).

Desse modo, apesar da gravidade das ameaças marítimas, os países acabam priorizando a manutenção da estabilidade e segurança no território terrestre. Com a segurança marítima relegada ao segundo plano, o combate à pirataria enfrenta um cenário de baixa disponibilidade de meios, equipamentos e recursos. Assim, as ações de repressão desse ilícito são prejudicadas e o combate de forma autônoma e isolada se coaduna insuficiente para sanar o problema, perpetuando, por conseguinte, sua existência (ONU, 2021; OKAFOR-YARWOOD, 2021).

Boletim GeoÁfrica: Após o ápice em quantitativos de ataques em 2011, a pirataria marítima no Chifre da África apresentou uma significativa e constante redução nos anos posteriores. Quais lições podem ser aprendidas com a experiência de combate à pirataria no Chifre da África para lidar com obstáculos similares em outras regiões marítimas do mundo?

A força tarefa empregada pela comunidade internacional em prol da segurança marítima no Chifre da África foi bem-sucedida devido, principalmente, aos esforços empreendidos em conjunto com países exógenos àquela região e com a iniciativa privada. Essa cooperação foi estimulada e possibilitada pela amplitude do problema, já que os ataques se espalhavam por uma vasta região que compreendia o Golfo de Áden, Mar Vermelho, Mar Arábico, Oceano Índico, Golfo Pérsico e Golfo de Omã. Assim, além de atingir importantes rotas marítimas, os ataques afetavam diretamente os interesses de diversos atores. Nesse sentido, cabe ressaltar a importância da cooperação e do devido monitoramento e patrulhamento do espaço marítimo para inibir e suprimir a incidência de ataques, a exemplo do que foi realizado nessa região na época da redução nos índices (YUNUSA, 2021).

Por outro lado, tais iniciativas se concentraram, basicamente, na repressão dos ataques. Como resultado, após um longo período de estabilização, desde o fim de 2023 o Chifre da África vem registrando uma nova onda de pirataria. Apesar de se apresentar em menor grau, a situação



sucinta na comunidade internacional preocupações e receios de que se estabeleça uma crise nos moldes da vivenciada nos anos 2000. Tal fato reforça a importância de que as iniciativas contemplem também as causas geradoras da pirataria, bem como a capacitação dos Estados atingidos para o tratamento dessas ameaças marítimas de forma autônoma. Isso possibilitaria a continuidade do combate ao ilícito quando as iniciativas e ações externas cessassem.

Além disso, faz-se necessário ainda o desenvolvimento de um arcabouço jurídico consistente, que permita o tratamento e a criminalização da pirataria na legislação doméstica dos países, diminuindo a atual impunidade dos criminosos. Considerando o potencial de transnacionalidade desses crimes, mais uma vez a cooperação se apresenta como de suma relevância para o sucesso desses esforços. Além da necessidade de se estabelecer um entendimento básico e comum sobre a punição desses crimes, a colaboração também auxiliaria a dirimir potenciais inércias e dúvidas no *modus operandi*. Por exemplo, um criminoso de nacionalidade X, foi autuado em uma embarcação de bandeira/nacionalidade Y, por um país Z. O que fazer? Qual país tem a jurisdição, tratando-se de um crime ocorrido em alto mar? A CNUDM define algumas diretrizes, porém, um acordo cooperativo que determinasse uma orientação normativa de atuação, auxiliaria ou, pelo menos, estimularia o estabelecimento de uma padronização de ação. Tendo em vista que estamos falando de Estados independentes e soberanos, esse tipo de iniciativa somente poderia ser viabilizado a partir da colaboração, cooperação e vontade política dos países.

Boletim GeoÁfrica: *Quais são os desafios geopolíticos enfrentados no combate à pirataria marítima quando esta ocorre dentro de mares territoriais, como exemplificados no Golfo da Guiné, considerando que, segundo o artigo 101 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) de 1982, a pirataria é uma atividade que ocorre tipicamente em alto mar?*

Acredito que o principal desafio está relacionado ao fato de que os ataques ocorridos nas águas jurisdicionais de um determinado país, classificados pela CNUDM como roubo armado no mar, estão atrelados à soberania desse dado Estado. Cada país é responsável pela defesa e gestão de suas águas jurisdicionais. Se o ataque ocorre em seu espaço marítimo, é sua a responsabilidade de repressão. Diferentemente da atividade criminosa realizada em alto mar³, os demais países não podem simplesmente reprimir aquela atividade sem um prévio acordo e entendimento com o país

³ Segundo a CNUDM, é dever e obrigação de todos os Estados cooperar para a repressão dos ataques cometidos em alto mar (ONU, 1982).



que possui a jurisdição. Do contrário, o ato seria considerado uma interferência na soberania, tendo em vista que o mar também é território pertencente ao país (ONU, 1982).

Outro aspecto que podemos citar é o fato de que a pirataria é uma ameaça fluida, que não reconhece fronteiras e pode migrar rapidamente entre as águas internacionais e as águas jurisdicionais de um país, ou entre a fronteira marítima de dois Estados. Na crise deflagrada a partir de 2008 no Golfo da Guiné, por exemplo, a pirataria iniciou sua intensificação nos arredores do porto de Lagos, na Nigéria. Entretanto, com o sucesso das ações de combate implementadas pelo governo nigeriano, os ataques migraram para o Benin em 2011. Após pedir o auxílio da Nigéria para suprimir essas ameaças, o Benin conseguiu reduzir os índices significativamente em 2012. Todavia, mais uma vez o problema não havia sido resolvido, apenas migrado novamente. Dessa vez, se alastrando para o Togo e voltando a ocorrer na Nigéria. Nesse contexto, faz-se necessária a estreita cooperação, colaboração e coordenação entre os países nas ações e iniciativas de supressão dessas modalidades de crimes. Cabe salientar que, devido à essa linha tênue para classificar esses crimes, em geral, as análises e iniciativas são desenvolvidas considerando os dois ilícitos (AGBAI; ALIEGBA; BABAN'UMMA, 2023; 2019; OSINOWO, 2015)

Boletim GeoÁfrica: Considerando os esforços internacionais e regionais para combater a pirataria marítima no continente africano, quais são as lacunas ou áreas que necessitam de maior cooperação e coordenação entre os países afetados? Como a colaboração internacional pode ser aprimorada para enfrentar efetivamente esse desafio?

Em primeiro lugar, podemos citar a importância do desenvolvimento da mentalidade marítima. Ou seja, a conscientização da importância do espaço marítimo para os países litorâneos. A demonstração das potencialidades desse ambiente poderia contribuir para que as iniciativas em prol da segurança marítima ganhassem um maior destaque. Em segundo lugar, apesar dos inúmeros e diversos desafios enfrentados por esses países internamente, para estabilizar a segurança marítima regional seria importante: desenvolver a capacitação dos países litorâneos para a emancipação no tratamento das ameaças marítimas; estimular a criminalização desses ilícitos nas legislações domésticas; fomentar iniciativas que promovam a sustentabilidade do ambiente marítimo e as atividades econômicas correlacionadas; e tratar as causas geradoras desses ilícitos, que possuem raízes em questões econômicas, sociopolíticas e de desenvolvimento. Com relação às iniciativas em prol da segurança marítima, é vital que elas sejam desenvolvidas a partir de uma abordagem holística e considerando as possíveis interconexões entre a pirataria e outras



modalidades de ameaças marítimas (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014; ANYANWU ET AL., 2022; BANDEIRA; 2023; OGWO ET AL., 2022; OKAFOR-YARWOOD, 2021; STEELE, 2013).

As iniciativas de cooperação multilateral na esfera internacional tendem a se concentrar apenas na repressão da pirataria e/ou roubo armado, em detrimento de outras modalidades de ilícitos marítimos igualmente graves e que, por vezes, contribuem para o surgimento e perpetuação de atividades de pirataria. Na crise da Somália, por exemplo, o despejo de lixo tóxico em suas águas, a poluição e a pesca INN⁴ desencadearam uma degradação ambiental e o esgotamento de estoques pesqueiros, impactando negativamente na economia das comunidades pesqueiras locais e na subsistência da população. Em uma situação de agravamento da fome e da miséria, parte da população que possuía conhecimento das águas locais acabou sendo aliciada para atuar em atividades ilícitas, como a extorsão, os sequestros no mar, a pirataria e o roubo armado. No Golfo da Guiné, por sua vez, a exploração petrolífera inadequada e irresponsável na região do Delta do Níger, na Nigéria, ocasionou a poluição e degradação ambiental no espaço marítimo. Para contrapor o aumento do desemprego e o agravamento da fome e da miséria, parte da população recorreu a atividades criminosas como o contrabando de petróleo, a extorsão, os sequestros no mar, os saques, o tráfico (especialmente de drogas, armas e pessoas), a pesca INN, a pirataria e o roubo armado. Assim, podemos concluir que a pirataria é apenas um sintoma de um problema mais abrangente que é a segurança marítima, e que possui raízes em diferentes esferas (ANYANWU ET AL., 2022; BANDEIRA; 2023; 2024; KAMAL-DEEN, 2015; OGWO ET AL., 2022; OKAFOR-YARWOOD, 2021; STEELE, 2013).

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana E.; SOUZA NETO, Danilo M. de. O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, n. 1, 2014.

AFRICA CENTER FOR STRATEGIC STUDIES (ACSS). **African Militant Islamist Group-Linked Fatalities at All-Time High.** jul. 2023. Disponível em: <<https://africacenter.org/spotlight/africa-militant-islamist-group-linked-fatalities-at-all-time-high/>>. Acesso em 25 jul. 2023.

AGBAI, Eke; ALIEGBA, Eugene T.; BABAN'UMMA, Muhammed Bello. Nature of International Maritime Security Threats in Nigeria Coastal Waters and Economic Development: Delta and

⁴ Pesca ilegal, não reportada e/ou não regulamentada.



Rivers States in Perspective. **African Journal of Politics and Administrative Studies (AJPAS)**, v. 16, n. 1, 2023, pp. 327-345. DOI: 10.4314/ajpas.v16i1.19.

ANYANWU, Okechukwu Julius; MELVIN, Urhoromu Eko-Raphaels; OBASI, Catherine Chimma; OGOLA, B Daniel; OGWO, Nwokeka Eme. Sea Piracy and Armed Robbery in the Gulf of Guinea and Its Effect on Shipping Cost and Nigeria's Economic Growth. **Oceanography and Fisheries**, v. 14, n. 4, 2022. 12 p. DOI: 10.19080/OFOAJ.2022.14.555894.

BANDEIRA, V. P. de S. O controle da pirataria e a segurança marítima na Somália: um caso de sucesso? **Boletim Geocorrente**. n. 192. Rio de Janeiro: EGN, 2023. pp. 8. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21544/2446-7014.n192.p08>>. Acesso em 10 out. 2023.

BANDEIRA, V. P. de S. Sequestros no mar: o (re)início da crise de segurança marítima no Chifre da África? **Boletim Geocorrente**, v. 200, p. 08-08, 2024.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **FAO Hunger Map**. 2024. Disponível em: <<https://www.fao.org/interactive/state-of-food-security-nutrition/2-1-1/en/>>. Acesso em 14 jan. 2024.

KAMAL-DEEN, A. The anatomy of Gulf of Guinea piracy. **Naval War College Review**, v. 1, 2015.

OGWO, Nwokeka Eme; DIKE, Declan N; NWOKEDI, Theophilus Chinonyerem; MBACHU, Justice Chigozie. The Influence of Economic Growth on Trend of Sea Piracy and Armed Robbery Attacks against Ships in Nigeria. **Himalayan Journal of Humanities and Cultural Studies**, v. 3, n. 1, 2022, pp. 21-28. DOI: 10.47310/Hjhcs.2022.v03i01.004.

OKAFOR-YARWOOD, Ifesinachi. Ameaças à água: Pesca Ilegal, Não-Declarada e Não-Regulamentada (INN) e Pirataria em África. In: **Diálogo marítimo para África no seu todo**. Jul. 2021. Universidade de St Andrews, Escócia, 2021.

OLABODE, Shola Abidemi. The Movement for the Emancipation of the Niger Delta (MEND). Digital Activism and Cyberconflicts in Nigeria (Occupy Nigeria, Boko Haram and Mend). **Emerald Publishing Limited, Leeds**, 2018. pp. 185–204. DOI:10.1108/978-1-78756-014-720181006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar**. Montego Bay, 1982. Disponível em: <https://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf>. Acesso em 02 ago. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Pirates of the Gulf Guinea: A Cost Analysis for Coastal States**. Office on Drugs and Crime. New York, 2021. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/Maritime_crime/UNODC_Pirates_GoG_A_Cost_Analysis_for_Coastal_States.pdf>. Acesso em 02 ago. 2022.



ORELLANA, Mauricio Elgueta. Piracy in the Gulf of Guinea. **Revista de Marina**, n. 970, 2019. pp. 43-48.

OSINOWO, Adeniyi Adejimi. **Combating Piracy in the Gulf of Guinea**. n. 30. Africa Center For Strategic Studies, 2015. pp.1-8. <http://africacenter.org/wp-content/uploads/2015/02/ASB-30-Feb-2015-Combating-Piracy-in-GoG.pdf>.

STEELE, Brent J. The Limit(ation)s of International Society? The English School, Somali Pirates, and the Burdens of Interpretation. In: STRUETT, Michael J.; CARLSON, Jon D.; NANCE, Mark T. (org.). **Maritime Piracy and the Construction of Global Governance**. New York: Routledge, 2013. p. 171-191.

WORLD BANK. **Multidimensional Poverty Measure**. 2023. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/topic/poverty/brief/multidimensional-poverty-measure>>. Acesso em 18 fev. 2024.

YUNUSA, Aminu. A Sociological Review of the Maritime Insecurity in the Gulf of Guinea. *Dutse International Journal of Social and Economic Research (DIJSER)*, v. 6, n. 3, 2021, pp. 158-167. Zaria, 2021.



HOMENAGEM



MANUEL G. M DE ARAÚJO E A CONSTRUÇÃO DA GEOGRAFIA URBANA DE MOÇAMBIQUE

Por Joaquim Miranda Maloa

148

Joaquim Miranda Maloa
Instituto Superior de Desenvolvimento
Rural e Biociências da Universidade
Rovuma – Niassa (ISDRB –
UniRovuma) (Moçambique)
orcid.org/0000-0002-9277-2133
lattes.cnpq.br/3526963701681982
Contato: mwanamaloa@gmail.com

Como citar:
MALOA, J. M. Manuel G. M de
Araújo e a construção da
geografia urbana de
Moçambique. Boletim
GeoÁfrica, v. 3, n. 10, p. 148-
159, abr.-jun., 2024.



Quero começar por agradecer essa oportunidade a Comissão Organizadora do simpósio “Manuel Garrido Mendes de Araújo: vida e obra”, principalmente ao Professor Doutor *Elmer Matos* e a sua equipe que tiveram a iniciativa de organizar esse grande evento de homenagem ao Professor Catedrático Manuel Garrido Mendes de Araújo.

Figura 1. Panfleto virtual do Simpósio “Manuel Garrido Mendes de Araújo: vida e obra”



Fonte: Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS)

Quero também saudar aos meus professores aqui presentes:

A Professora Doutora *Inês Macamo Raimundo*, que participou como arguente na defesa da minha tese de Doutoramento em Geografia Urbana;

Ao Professor Doutor *Ramos Cardoso Muanamoha*;

Ao Professor Doutor *Cláudio Artur Mungói*;

Ao Professor Doutor *Rogers Justo Mateus Hansine*;

Ao Professor Doutor *José Maria Langa representante da GAM*;

Quero mais uma vez, reafirmar que foi uma honra e privilégio em participar nesse reconhecimento público ao Professor Catedrático Manuel Garrido Mendes de Araújo que



é um grande embondeiro da ciência geográfica como disse o Professor Doutor *Narciso Matos*, antigo Reitor da Universidade Eduardo Mondlane.

Foto 1. Foto do Professor Manuel Garrido Mendes de Araújo



Fonte: <https://jornal.uem.mz/flcs-homenageia-o-professor-manuel-mendes-de-araujo/>

Conheci o Professor Catedrático Manuel Garrido Mendes de Araújo, no ano de 2013, quando, realizava o trabalho de campo sobre a minha tese, intitulada: *A urbanização moçambicana: Uma proposta de interpretação*. Quero ressaltar que foi neste momento da entrevista que conheci a sua personalidade extraordinária, com um espírito crítico.

Seus artigos da Geografia Urbana moçambicana, revolucionou não apenas a Geografia, mas também as Ciências Humanas e Sociais.

Portanto, é com muita emoção que lembro o homem compromissado com a construção da Geografia Urbana, por isso é um privilégio muito grande para mim falar um pouco dessa geografia urbana, mas como fui último a falar, mas também olhando pela idade e pela experiência de todos oradores que me antecederam, já falaram da qualidade extraordinária do nosso homenageado. Cabe-me aqui fazer uma síntese olhando o que a Professora *Mónica Arroyo* e o Professor *Ramos Cardoso Muanomoha*, fizeram referência importante da Geografia Urbana construída pelo nosso homenageado.

Como disse a professora Teresa Cruz é preciso voltar a repisar as qualidades extraordinária do nosso homenageado, isto porque, o Professor merece esse reconhecimento público, eu vou fazer referência aqui a seis (6) pontos do seu reconhecimento na construção da Geografia Urbana, não encontro palavras para falar de



construção, como processo, eu acho que não podemos falar em construção, mas em construtor, aqui temos que mudar o tema da nossa homenagem para *Manuel Garrido Mendes de Araújo o Construtor da Geografia Urbana Moçambicana*. A casa já esta construída apenas falta a nossa geração pintar essa casa que se chama de Geografia Urbana tipicamente moçambicana.

Então como dizia anteriormente vou falar aqui de seis (6) pontos que eu acho importantes que me levam a afirmar que o Professor Manuel Garrido Mendes de Araújo construiu essa casa que chamámos de Geografia Urbana moçambicana:

O primeiro ponto é a questão do *preconceito* que já vinha em estudos da Geografia Urbana Colonial, assente na cidade colonial, que apresentava uma característica dual muito marcada: por um lado, pela chamada "cidade de cimento", branca, de desenvolvimento vertical, planificada, com infraestruturas e serviços; em oposição, a designada "cidade de caniço", negra, suburbana, horizontal, não planificada, de construção espontânea e de material precário (estacas, barro, caniço, etc.), sem infraestruturas e serviços e que se dispunha à volta da "cidade de cimento", cercando-a.

Como escreve o professor Manuel G. M. de Araújo, as transformações ocorridas nestes espaços depois da independência nacional não eliminaram a dualidade económica, social e de organização urbana, pois a principal alteração foi apenas demográfica, com as consequências daí decorrentes. A "cidade de cimento" mantém-se com as mesmas características, mas mais degradada em termos de infraestruturas e serviços. Ela apenas deixou de ser "branca", mas não deixou de segregar a área suburbana a "cidade de caniço"

No seu artigo, "*Ruralidades - Urbanidades em Moçambique. Conceitos ou preconceitos?*", publicado na Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Porto, em 2001, lá já se vão vinte e três (23) anos, onde questionava a aplicação linear da delimitação clássica das designações de urbano e rural em Moçambique e questionando se se essas designações, não significam mais uma questão de preconceitos do que de conceitos, porque nos limitamos a aplicar estes conceitos sem nos ajustarmos às realidades concretas dos nossos espaços urbanos.

E o professor avança que em África, o rural e o urbano são apresentados como dois espaços bem individualizados que representam dois mundos que, mantendo fortes relações, caminham a velocidades desiguais e representam "culturas" e realidades profundamente diferentes.



Na realidade moçambicana, muitas das áreas definidas como urbanas, não é fácil separar os conceitos de rural e o urbano, em particular naquilo que se designa por bairros urbanos das periferias das cidades, ou mais simplesmente bairros periféricos. A primeira dificuldade resulta do facto de, insistentemente, pretendermos usar os conceitos dos países mais desenvolvidos e aplicá-los linearmente a realidades completamente diversas daquelas para as quais foram concebidos, sem que sejam ajustados a esta.

O Professor Manuel G. M. de Araújo foi o primeiro a nos chamar atenção de que isso resulta mais de um preconceito daquilo que foi definido para uma realidade que se quer igual em termos de objectivos, isto é, os conceitos de urbano e rural em Moçambique não são iguais ao dos países desenvolvidos. *Isso mostra a não-aceitação dos padrões académicos.* A sua percepção e análise nasciam do diálogo profundo com a realidade empírica. Com o professor Manuel G. M. de Araújo *aprendemos muito sobre o rigor científico.*

O *segundo ponto* está completamente interligado ao primeiro ponto, o Professor Manuel G. M. de Araújo foi também o primeiro a perceber que os *espaços urbanos moçambicanos são contrastantes ou espaços urbanos demograficamente multifacetados*, mostrando do ponto de vista geo-espacial, algumas características demográficas dos espaços, de forma a identificar, dentro deles, aspectos que distinguem ou não unidades territoriais intra-urbanas que configuram realidades que necessitam ser encaradas de formas mais ajustadas, para permitir um desenvolvimento sócio-económico mais equilibrado e que responda aos principais anseios dos seus residentes. Mostrando que essas são características específicas das nossas cidades que fazem parte da nossa Geografia Urbana. *Nestes aspectos ensinou-nos sobre o método do trabalho do geógrafo urbano.*

O *terceiro ponto* é a questão de êxodo rural, foi também o primeiro a observar que o crescimento urbano moçambicano foi impulsionado pelas migrações, é por princípio, um poderoso factor de transformação dos espaços urbanos. O que leva a população economicamente mais favorecida da área urbana a ter uma percepção de "gente a mais", porque se sente "incomodada" pela pressão demográfica dos informais e indigentes, assim como pelo que isso provoca na degradação urbana.

O professor afirma que esta percepção se agudiza, porque o êxodo rural não tem sido acompanhado por um desenvolvimento urbano equivalente, tem alterado profundamente o meio ambiente e toda a estrutura sócio-económica urbana, suburbana e



peri-urbana. Esta escassez é agravada pela ausência de perspectivas e de políticas públicas para o desenvolvimento urbano, fazendo-se este ao sabor do acaso e/ou de interesses particulares que, na quase totalidade das vezes, criam obstáculos a tudo que sejam acções de planeamento integrado que visem a melhoria das condições de vida da população em geral.

Nos principais centros urbanos de Moçambique a atracção da população para os principais centros urbanos varia na razão inversa da distância, pois a população imigrante das principais cidades é, maioritariamente, oriunda das províncias onde elas se situam, diminuindo o seu peso à medida que a distância aumenta. É nesta dinâmica que as cinturas peri-urbanas das cidades moçambicanas funcionam como "zonas de transição" do rural disperso para o urbano concentrado.

Na realidade, as áreas peri-urbanas das cidades moçambicanas, administrativamente consideradas espaços urbanos, são cinturas de territórios onde as características da sociedade rural se misturam com formas económico-sócio-culturais urbanas. Em vários bairros destas cinturas peri-urbanas, a maioria dos seus habitantes sobrevivem da actividade agrícola familiar, tal como sucedia nas áreas rurais de origem, assim como o tipo de habitação é semelhante àquele que tinham no campo. Para a população imigrante este espaço funciona, geralmente, como local de residência transitória, por três razões essenciais:

Primeiro, porque o objectivo é aproximar-se o mais possível do centro da cidade onde as possibilidades de trabalho, seja no sector formal, seja no informal, são maiores, não necessitando de fazer grandes despesas em transporte;

Em segundo lugar, e como fenómeno recente, porque estas áreas peri-urbanas são muito procuradas por residentes privilegiados do centro urbano, onde pretendem construir a sua segunda e terceira residência, sem problemas de espaço, num processo nem sempre pacífico e onde o elo mais fraco é a família imigrante. Aumentando a especulação fundiária urbana e provocando a perversidade dos grupos mais desfavorecidos.

O terceiro aspecto é o fato de estas áreas peri-urbanas servirem para a localização de novas áreas de expansão urbana planificada para a instalação de população retirada de áreas problemáticas. Como mostra o Professor Catedrático Manuel Garrido Mendes de Araújo, por problemas estruturais dos espaços rurais, os espaços urbanos adquiriram valores atractivos que, embora apenas aparentes, surgem hípermovimentos centrípetos da população que superam, em grande medida, a força centrífuga da expansão urbana. Isto



altera os modelos clássicos, criando um fenómeno actualmente muito frequente em África, designado por "implosão urbana", isto significa que uma parte considerável do crescimento urbano não tem sido feito à custa do espaço peri-urbano, mas tem sido a periferia que avança em direcção ao centro, conferindo a estas características marcantes de suburbanização e de "ruralização".

As diferentes formas como a população se organiza no espaço influencia ou é influenciada pela organização e dinâmica produtiva e ambiental. Numa situação fluída e descontrolada de distribuição territorial da população, em que a mobilidade constante e desordenada é a característica fundamental, torna-se inevitável que a produção, o ambiente e a gestão territorial reflectam essa mesma característica. Assim, as medidas sócio-económico-ambientais que se pretendam tomar devem, obrigatoriamente, integrar políticas espaciais de distribuição de população e de gestão territorial e vice-versa, o que muito raramente tem sucedido.

A distribuição territorial da população é resultado dos movimentos desta no espaço ao longo dos tempos. Aqui se inserem os diferentes movimentos migratórios, dentre os quais é de vital importância o rural-urbano. Os custos que isto implica variam na razão directa da dimensão do movimento e inversa do estado de desenvolvimento da utilização dos recursos. Assim, países pobres sentem grandes dificuldades para suportar e enquadrar fluxos migratórios rurais-urbanos agravados por factores conjunturais, que assumem dimensões e ritmos imprevisíveis e de difícil controlo.

Além disso, diz o professor, os bairros de cimento, com uma população muito superior e diferente daquela para a qual foram construídos, entraram em rápida degradação habitacional e, fundamentalmente, dos serviços básicos de saneamento e abastecimento.

Esta situação marcou, e ainda marca, as cidades moçambicanas, que exigem urgentes intervenções de conservação e planeamento de forma que se melhorem as condições de vida dos seus residentes.

O *quarto ponto* é a questão da estrutura urbana moçambicana, mostrando pela forma de distribuição populacional, manchas circulares concêntricas e privilégios urbanos, que os espaços urbanos moçambicanos esta dividida em três anéis que podem sintetizar-se da seguinte forma:

O primeiro corresponde à antiga "cidade colonial", a "cidade de cimento" também designada por área urbana - organizada territorialmente, obedecendo a uma planta



ortogonal; com rede viária pavimentada, apesar de muito degradada; serviços de saneamento básico; redes de abastecimento de energia eléctrica e de água potável e de telecomunicações; construção, em geral, vertical; concentração de comércio, serviços e algumas indústrias; falta de espaços verdes e de lazer.

A segunda corresponde a área suburbana, conhecida por "cidade de caniço" - constituída por bairros não planejados, de planta indiferenciada ou anárquica; elevada densidade de ocupação do solo, dificultando a circulação e falta de espaço para serviços; redes de abastecimento de energia eléctrica e de água potável deficientes ou inexistentes; falta ou muito deficiente rede de telecomunicações; falta de serviços de saneamento básico; construção horizontal, com predominância de material de construção de baixo custo ou precário; falta de serviços e deficiente rede comercial; dificuldades de circulação viária; área fundamentalmente residencial de classes trabalhadoras pobres; existência de algumas unidades industriais e graves problemas ambientais.

Mostrando que actualmente, neste anel o "cimento" substitui, gradualmente, o "caniço", conferindo aos bairros suburbanos uma nova face, mas sem que isso seja acompanhado pela construção de infraestruturas viárias, de saneamento, de serviços e outras; estas continuam fortemente concentradas na área urbana mas onde o caniço e as estacas estão, rapidamente, a ser substituídos por outro tipo de material de construção, mais durável, como o zinco, os blocos de adobe queimados ou secos ao sol e onde o cimento é fundamental. De tal forma, isto é evidente que estas novas características são apontadas como indicadores de urbanização da população com menos recursos económicos e segregadas do "cimento".

A terceira corresponde área peri-urbana - espaço de expansão da cidade, ainda com muito terreno para edificação; manchas de bairros planeados que alternam com bairros espontâneos e residências rurais dispersas, ainda muito frequentes; construção totalmente horizontal, alternando o material de construção durável com o precário; redes de abastecimento de energia eléctrica e de água potável inexistentes ou deficientes; falta de serviços de saneamento básico; dificuldade de circulação viária por falta de vias adequadas, com excepção dos eixos de saída e entrada da cidade; persistência de actividades rurais como a agricultura familiar e a criação de gado; a população é constituída por camponeses há muito tempo ali residentes.

Os bairros da área peri-urbana distinguem-se dos suburbanos, não por estarem na periferia dos limites administrativos da cidade, mas porque a densidade de ocupação



residencial do espaço ainda é baixa e a actividade agrícola ainda está presente em todos eles ocupando áreas consideráveis, mas que vão diminuindo de ano para ano para dar lugar à construção de novas residências. As casas tradicionais rurais (palhotas) marcam uma forte presença, mas ao seu lado estão a surgir novos espaços residenciais pertencentes a classes economicamente abastadas que alugam os apartamentos e/ou vivendas que possuem no centro e vêm à procura de maiores espaços na área peri-urbana, construindo vivendas, com “quintas” rodeadas de amplos terrenos murados.

O quinto ponto é a questão da gentrificação, o Professor foi também o primeiro a observar nos finais da década de 1990, principalmente na cidade de Maputo, os bairros suburbanos que confinam com os urbanos encontram-se num rápido processo de transformação. É o que sucede com os bairros da Malanga, Maxaquene, Mafalala, Polana Caniço A e Costa do Sol, onde surgiam novas edificações que não obedeciam a qualquer plano de ordenamento e uma parte dos anteriores residentes eram obrigados a deslocarem-se para outros locais da cidade (suburbana e peri-urbana), para ceder o seu espaço aos novos residentes que, com muito maior poder económico, construíam vivendas luxuosas. Os casos mais flagrantes e aberrantes desta situação estavam a ocorrer nos bairros da Polana Caniço A e da Costa do Sol.

No primeiro destes bairros estavam a surgir dezenas de vivendas unifamiliares luxuosas, normalmente de dois pisos, que não obedecem a nenhum ordenamento, sem que se tenham construído infraestruturas de saneamento e viárias. As centenas de famílias de trabalhadores de fracos rendimentos que ali viviam há, pelo menos, uma geração, foram deslocadas para diferentes áreas da cidade, com piores condições das que aqui possuíam. Este fenómeno de exclusão está a expandir-se para quase todos os bairros periféricos das cidades moçambicanas.

O sexto ponto é a questão de estudar a questão urbana da região do norte de Moçambique, no período pós independência, dando primazia a cidade de Nampula, chamando da cidade de Nampula, como a Rainha de Norte, com um forte crescimento demográfico resultado dum forte fluxo migratório vindo das áreas rurais, impulsionado pela ideia de vir para a cidade para melhorar as condições de vida da população migrante não passou duma miragem, o que resultou na proliferação da economia informal como forma de sobrevivência.

O professor mostra que a “cidade de cimento” continua, como no passado, a ser muito selectiva, apenas aceitando população com poder económico e de estatuto social



considerado como mais elevado. Além disso, o tipo de residências permitidas neste espaço urbano, assim como o material de construção, limita o seu acesso a uma grande maioria da população moçambicana. Mas mesmo assim o centro da cidade de Nampula está congestionado. Isto sucede porque cresce o número da população da qual a cidade não foi projectada para albergar. Facto que é observável ainda hoje nos bairros suburbanos como: Namicopo; Muatala; Muhala; Namicopo; Napipine e Natikiri, o que leva muitos jovens a sair dos seus bairros a irem trabalhar e/ou fazer a sua actividade de comércio de rua (informal) no centro da cidade – (bairro – Central). Esta situação cria, para os visitantes uma percepção de um grande congestionamento populacional e de difícil circulação na área central da cidade.

O professor ensinou-nos em relação a cidade de Nampula, que os espaços suburbanos constituídos por bairros populares tradicionais, de crescimento horizontal, onde o material de construção predominante é precário (material local). Nestas condições, o crescimento demográfico observado levou a uma ocupação muito densa do solo, sem qualquer ordenamento e sem criação de infra-estruturas urbanas. Parte considerável da expansão destes bairros suburbanos fez-se em áreas de declive pronunciado, pois o centro ocupa a parte mais elevada do planalto. Tudo isto levou ao agravamento, não apenas das condições sociais, mas também ambientais; a cidade de Nampula é a capital provincial com os mais graves problemas de erosão. Porque ela foi feita sem qualquer plano de ordenamento, a circulação e a instalação de infra-estruturas são muito problemáticas e os problemas ambientais relacionados com a erosão e os lixos sólidos multiplicam-se, tornando as condições de vida dos seus moradores ainda mais precárias.

A cidade sempre foi vista como o lugar a atingir para melhorar as condições de vida familiar. Esta ideia aprofunda-se mais em países que, como Moçambique, que têm um desenvolvimento rural muito incipiente, e onde a agricultura praticada pela grande maioria das famílias depende, totalmente, das condições naturais. Por isso, as famílias rurais procuram que, pelo menos, um dos seus membros migre para a cidade para ter um emprego com remuneração certa, o que melhorará substancialmente o rendimento do agregado.

O professor nos mostrou que a cidade de Nampula sempre desempenhou esta função de atracção de população rural de todo o espaço provincial, assim como do norte da província da Zambézia, sul da de Cabo Delgado e oriente do Niassa. Também nesta função ela é considerada o centro de todo o norte moçambicano.



Contudo, o professor nos ensinou a perceber que as urbes moçambicanas continuaram a atrair muita população rural, que buscam arranjar nelas um emprego seguro e remunerado e melhorar as condições de vida da família e, segundo o professor, esta inspiração é uma miragem.

Quero terminar essa minha homenagem, transmitindo ao Professor, que tenha fé e crença de que a casa está totalmente construída e nós geógrafos da nova geração, estamos cada vez mais a pintar esta casa que se chama de Geografia Urbana muito construída pelo Professor.

Meu muito obrigado!



Algumas publicações do professor Manuel Garrido Mendes de Araújo...

ARAÚJO, Manuel Garrido Mendes de. As aldeias e o seu papel na distribuição territorial da população rural na república popular de Moçambique. **Finisterra**. Vol. 18, n. 36, 1983, pp. 365-377, 1983.

ARAÚJO, Manuel Garrido Mendes de. Os fluxos migratórios campo-cidade em Moçambique. Prova complementar de doutoramento em Geografia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1988.

ARAÚJO, Manuel Garrido Mendes de. O sistema das aldeias comunais em Moçambique: transformações na organização do espaço residencial e produtivo. Tese de doutoramento em Geografia Humana, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1988.

ARAÚJO, Manuel Garrido Mendes de. **Geografia dos povoamentos: uma análise geográfica dos assentamentos humanos rurais e urbanos**. Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 1997



ARAÚJO, Manuel Garrido Mendes de. A cidade de Maputo. Espaços contrastantes: do urbano ao rural. **Finisterra**, v. 34, n. 67/68, pp. 175-190, 1999.

<https://doi.org/10.18055/Finis1694>

ARAÚJO, Manuel G. Mendes de. A pesca artesanal em Cabo Verde: evolução global e territorial. Agência Geral das Colónias. IN: Garcia de Orta. Série de geografia. Vol. 17, n.º 1 - 2, pp. 35-46, 2000.

ARAÚJO, Manuel G. Mendes de. Ruralidades - Urbanidades em Moçambique. Conceitos ou preconceitos. **Revista da Faculdade de Letras — Geografia**, I série, vol. 17-18, pp. 5 – 11, 2001-2002.

ARAÚJO, Manuel G. Mendes de; CRUZ, Teresa; Cardoso, Carlos (org.). **Lusofonia em África : história, democracia e integração africana**. Dakar: CODESRIA, 2005.



DOSSIÊ TEMÁTICO

ÁFRICAS NA PÓS-GRADUAÇÃO



A sessão *Áfricas na Pós-Graduação* apresenta resultados de pesquisas de Mestrado e Doutorado recém-concluídos cujas temáticas, linhas de abordagem, procedimentos metodológicos e/ou contribuição teórico-conceitual são considerados relevantes. Mariana de Oliveira Santos, pesquisadora convidada neste número, desenvolveu uma pesquisa de mestrado intitulada “Práticas espaciais organizadas em rede: Um estudo sobre as mulheres imigrantes da África subsaariana na metrópole do rio de janeiro.”

Mariana de Oliveira Santos

Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Contato: os.marianaoliveira@gmail.com



Como citar:

SANTOS, M.O. Áfricas na pós-graduação. Entrevista de Mariana de Oliveira Santos. **Boletim GeoÁfrica**. v. 3. n. 10. p. 160-164, abr.-jun. 2024.

Sobre a pesquisadora: Bacharel e licenciada em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2020), Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2023). Graduanda em Direito pela Universidade Veiga de Almeida. Durante a graduação em Geografia, atuou como pesquisadora no Programa de Iniciação Científica PET (2016-2020), como mediadora na Rede Municipal Pública de ensino (2019) e como professora de Geografia nas redes pública e privada.

Atualmente, atua como assistente jurídica no setor privado. E atua como pesquisadora em Direito na subárea de Direito Internacional Público e Privado, com interesses em migração, sistema financeiro internacional, criptomoedas e bitcoins.

Dissertação de mestrado: “Práticas espaciais organizadas em rede: Um estudo sobre as mulheres imigrantes da África subsaariana na metrópole do rio de janeiro.” SANTOS, M.O. (2023). Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro em cumprimento aos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.



Sobre a dissertação de Mariana de Oliveira Santos....

A dissertação de mestrado consistiu em uma análise da inserção das práticas espaciais da mulher migrante africana no seu processo de inserção no mercado de trabalho da metrópole do Rio de Janeiro. Para corresponder a tal análise, a dissertação foi dividida em três capítulos, cada um abordando um tema referente à pesquisa, com embasamento teórico e prático. Nessa perspectiva, o primeiro apresentou os conceitos de fenômeno migratório, o contexto do processo de migração feminina, o segundo discutiu o mercado de trabalho migrante na metrópole à luz da teoria dos dois circuitos da economia urbana do geógrafo Milton Santos e o terceiro discutiu os métodos utilizados para a pesquisa bem como os resultados obtidos. Foram utilizados como métodos de pesquisa, entrevistas realizadas com estas mulheres em diversos bairros da metrópole carioca, além de uma leitura aprofundada em bibliografias que dialogam com o tema em questão.

Qual a relevância da pesquisa?

A migração é um fenômeno imanente a história da humanidade. Desde a Antiguidade é possível de se encontrar registros de indivíduos em deslocamento. De acordo com Lussi (2013), na Bíblia, o termo “migrante” não é utilizado, ao invés dele, utiliza-se o termo “estrangeiro” / “estranho” que faz referência a indivíduos que estavam em constante ameaça. Na Grécia Antiga, considerada por muitos estudiosos como o berço da civilização ocidental, os migrantes também não passaram em branco. Os “metecos”, como eram denominados aqueles que não nasciam na cidade de Atenas, eram migrantes que advinham de outras cidades da Grécia e até mesmo de fora do país. Na atualidade, diversos pesquisadores se debruçaram sobre a terminologia “migração”. Vianna (2017), ao falar sobre questões semânticas que envolvem o fenômeno migratório, afirma que “as palavras *migrante*, *imigrante/emigrante*, *imigrado/emigrado* definem um estado, uma situação, um momento de um processo” (VIANA, 2017). Estudos clássicos migratórios de pesquisadores como Ravenstein (1880), Sjaastad (1962), Everstt Lee (1980) e Zelinsky (1971), Singer (1976) enquadram aspectos gerais, preocupando-se com aspectos macroeconômicos e microeconômicos da migração, comprovando que, os membros da família que migravam não eram



analisados em sua individualidade. Apenas recentemente, as mulheres, aos poucos, passaram a ganhar protagonismo no que diz respeito às decisões migratórias.

Ao se pensar a partir desta perspectiva de gênero, pode-se compreender que as construções culturais que desencadeiam nos papéis esperados de serem interpretados por homens e mulheres socialmente, expõe, dentro dos estudos migratórios, que a mulher, na verdade, não exercita sua individualidade ao decidir migrar. Na prática, isso significa dizer que ela é uma acompanhante de seu grupo familiar, sendo incluída no processo de migrar como se não houvesse uma escolha. Quando se acrescenta a este fator “gênero”, a questão racial, principalmente, no Brasil, o debate torna-se mais denso. Segundo Stuart Hall (2013), a raça seria um dos principais conceitos nos quais a sociedade se organiza quando se pautam diferenças. Ao abordar sociedades coloniais, caso desta pesquisa, Fanon (2008) coloca que o processo de dominação e colonização foi pautado em uma violência massiva, uma vez que, um dos principais objetivos deste processo foi destituir a população preta de “seus valores, sistemas de referência e panorama social” (FANON, 2008, p. 38).

Dito isto, esta pesquisa surge com o objetivo de restituir esses valores destituídos da população negra através desse sistema opressivo conhecido como colonialismo. Para tanto, parte-se da premissa de que a trajetória de mulheres imigrantes africanas perpassa um processo de reinserção em uma nova territorialidade que ocorre de modo complexo em vários níveis de análise. Em primeiro lugar, a inserção da mulher no mercado de trabalho formal é demarcada por um processo histórico de desigualdade de gênero à nível mundial, desse modo, a busca por práticas sociais alternativas de circunscrever suas espacialidades acaba ocorrendo por meio do mercado informal, ou, a nomenclatura que irá ser adotada para este trabalho, do circuito inferior da economia como proposto por Santos (1979). Notadamente, essas mulheres africanas no papel de agentes sociais buscam, por meio, principalmente, da venda de acessórios de artesanato, do trançamento de cabelos e de pratos culinários de seus países de origem, concretizar suas ações e produzir novas territorialidades que se organizam segundo uma lógica reticular. Como apresentado anteriormente, a análise de gênero e raça servem como instrumentos de se pensar as construções sociais, do que se espera de determinados sujeitos quando em sociedade. Sendo o colonialismo um sistema que deixou marcas em diversos países, o processo dentro dos meios acadêmicos, atualmente, é o de trazer de volta as histórias omitidas dessas populações, é o de se fazer conhecer



o continente africano, desmistificar estigmas pré-concebidos e abraçar as igualdades que nos unem a esses povos.

Qual o objetivo que norteou a pesquisa?

A pesquisa teve como objetivo geral investigar o porquê das práticas espaciais, desenvolvidas por mulheres migrantes da África Subsaariana, estarem sendo difundidas em circuitos inferiores da cidade do Rio de Janeiro. Nessa perspectiva, de forma mais específica, buscou-se investigar quais são as práticas espaciais desenvolvidas por mulheres africanas na cidade do Rio de Janeiro, quais são as estratégias espaciais utilizadas por essas mulheres para difundirem suas práticas espaciais e, por fim, identificar as redes de solidariedade formadas por mulheres migrantes africanas na cidade do Rio de Janeiro e listar quais seriam suas principais características.

Quais foram os principais resultados da pesquisa?

A pesquisa teve como metodologia a realização de entrevistas e a utilização de dados secundários obtidos através do SISMigra, do Registro Nacional Migratório da Polícia Federal e da CONARE. A partir da combinação desses métodos, compreendi que os desafios enfrentados por estas mulheres no Brasil passam, em grande medida, pelo reconhecimento de seus conhecimentos adquiridos em outro país. Dito isto, considero que ao utilizar “conhecimento”, não restrinjo a terminologia ao conhecimento acadêmico. De fato, algumas mulheres durante as entrevistas relataram possuir formação em nível técnico ou superior em seu país de origem ou no Brasil, e, mesmo assim, não conseguem obter emprego em suas áreas de formação. Em contraponto, o conhecimento não provém apenas de estudos técnicos-científicos, há muito saber que é compartilhado entre as pessoas e que é rentável no mercado de trabalho do circuito inferior da economia. Como, por exemplo, o trançado dos cabelos realizado por trancistas africanas que foram entrevistadas nesta pesquisa. Isto posto, coloco que, há uma ausência de validação dos saberes, tanto técnicos quanto “informais”, por isso, estas mulheres seguem trabalhando em circuitos inferiores da economia urbana carioca.



No que diz respeito ainda a temática das migrações, foi uma grata surpresa perceber que aquilo falado por Truzzi (2008) sobre a decisão migratória estar sendo baseada em informações de imigrantes que percorreram o mesmo fluxo migratório que ele pretende ter sido comprovado em campo. Das mulheres entrevistadas, todas haviam recebido alguma influência de parentes e amigos que já residiam na cidade do Rio de Janeiro, sendo, em grande maioria, de parentes colaterais: tios, tias e primos. No tocante a pesquisa, é interessante observar o componente emocional desse fluxo migratório, visto que esses laços prévios não deixam de ser laços emocionais constituídos entre estes indivíduos.

Quais foram os principais obstáculos enfrentados ao longo da pesquisa?

O principal e maior obstáculo enfrentado durante a realização da pesquisa, sem sombra de dúvidas, foi a ocorrência da Pandemia de COVID-19 decretada em março de 2020. A impossibilidade de sair de casa nos primeiros dois anos de pesquisa dificultava muito a realização de trabalhos de campo e de entrevistas que eram os pontos cruciais para a realização da pesquisa. Além disso, a combinação de dados primários e dados secundários foi outra dificuldade enfrentada na parte final da pesquisa. Os dados primários, muitas vezes, apontavam para um caminho mais amplo do que os dados secundários. Coube a mim filtrar as informações obtidas nas entrevistas para utilizar apenas as que fossem de estrita relevância para a pesquisa.



EXPRESSÕES CULTURAIS: ÁFRICAS EM FOTOGRAFIAS...



Um encontro com Adiodato Gomes



Quem é Adiodato Gomes? Adiodato Gomes, “Fotógrafo”, nasceu em Maputo (Moçambique), no dia 07 de agosto de 1972. Em 1995 iniciou a sua carreira, como produtor e promotor de eventos culturais. Foi nessa época que, em consequência desta sua actividade, nasceu o seu interesse pela fotografia. Enquanto espectador de tantos momentos únicos descobriu que podia eternizá-los através da fotografia

Como citar

GOMES, A. Um encontro com Adiodato Gomes. **Boletim GeoÁfrica**, v. 3, n. 10, p.165-170, abr - jun. 2024.

Adiodato Gomes

E-mail: adiodatogomes@gmail.com

Instagram: [adiodatogomes07](https://www.instagram.com/adiodatogomes07)

Facebook: Adiodato Gomes

Contribuição 1: Unidos caminhamos (*United we walk*)



Esta fotografia foi captada em 2011, na Avenida da Marginal de Maputo, via que dá acesso à praia do Costa do Sol. Nesta altura algumas famílias reuniam o momento de lazer e negócio na praia do Costa do Sol, e lá se dizia “o melhor frango de Maputo é da praia”. Mesmo com aquela areia da praia, a família reunia um fogão grelhador a carvão para grelhar o frango e depois vender a outros utentes, assim como colmans para garantir a cerveja e o refresco gelado. Tudo era transportado em um transporte de mão chamado de “Empurra que vai pegar” vulgo *Tchova xi ta duma* em língua local changana. E participava a família toda em quase toda a praia aos fins de semanas, feriados, ou mesmo todos os dias com bom tempo.

Contribuição 2: *Take Away* Gilda



Essa fotografia foi captada, em 2017, no Bairro do Chamanculo (Maputo). Numa caminhada deparei-me com este cenário. Logo percebi que em todos os bairros periféricos da cidade, ou em cada esquina da capital moçambicana, e até em quintais de moradias, é comum ver um *take away* desta natureza. Cada um tem seu estilo próprio. Este foi o cenário que a Gilda encontrou para fazer marketing do seu *take away*.

Contribuição 3: Um cúbico na Mafalala (A cubic in Mafalala)



Fotografia captada no Bairro da Mafalala (Maputo) em 2019, meses antes do advento início da pandemia da Covid 19. Me deparei com uma série de cúbicos como este onde vivem uma ou mais pessoas. Esta é uma das formas que a população encontra para construir em espaços dentro de um quintal no bairro. O acesso é precário, mas desde que estejam próximo a cidade, eles facilitam a acessibilidade à escola, ao negócio ou ao trabalho.

Contribuição 4: Funcionária pública (Continua)



169

Fotografia captada na Universidade Eduardo Mondlane de Maputo. Alguém acorda cedo todos os dias para fazer o trabalho de limpeza nas escolas...

Principais exposições de Adiodato Gomes

- ❖ Agosto de 2007 – Participação no 34o curso de fotografia analógica a preto e branco no Centro de Documentação e Formação Fotográfica, sob a orientação dos fotógrafos Ricardo Rangel e Basílio Muchate
- ❖ Julho de 2007 - Curso básico de Cinema pela produtora cinematográfica portuguesa “Marginal Filmes”, Universidade A Politécnica, Maputo, Moçambique
- ❖ Fevereiro/ Março de 2012 - Participação no Curso Prático de Fotografia - Imagem Digital e Luz sob a orientação do fotógrafo moçambicano, Jorge Almeida.



Exposições individuais

- ❖ 2016 Julho - LUVANO - 1a exposição de individual na Fundação Fernando Leite Couto, com a curadoria do Filipe Branquinho
- ❖ 2018 Janeiro - PSYCHADELIC | Beyond Hairstyle Norms - 2a exposição individual, Galeria 16 Neto, curadoria 16 Neto (Maputo)
- ❖ 2019 Abril – DANÇAR - Narrativas Trípticas – 3a exposição individual Centro Cultural Franco-Moçambicano, com a curadoria da Ute Fendler (Maputo Exposições coletivas)
- ❖ 2011 - HOMENAGEANDO RICARDO RANGEL - exposição colectiva em homenagem a Ricardo Rangel organizada pela Associação Moçambicana de Fotografia.
- ❖ 2011 - GREVE 2010 - exposição colectiva organizada pela Associação Moçambicana de Fotografia.
- ❖ 2012 - 125 ANOS DA CIDADE DE MAPUTO – ONTEM, HOJE E AMANHÃ - Exposição colectiva organizada pelo Centro Cultural Franco-Moçambicano com curadoria de Jorge Almeida.
- ❖ 2017 – BONECA DE PANO – Série fotográfica incluída na exposição online “My Maputo” no âmbito do evento MAPUTO FAST FORWARD 2017
- ❖ 2017 – VÊ SÓ – CHAMANCULO – Exposição colectiva na Semana das Artes (Campo de Pão Nosso – Bairro do Chamanculo B)
- ❖ 2018 – KINANI – Através das lentes “Homenagem Jorge Almeida” Centro Cultural Português (Maputo)
- ❖ 2020 – O QUE É PRECISO É O AMOR – Colectiva que resulta de um workshop “Acerca” organizada pela embaixada da Espanha e monitorado pelos fotógrafos Héctor Mediavilla e Mauro Pinto. Curadoria: Héctor Mediavilla – Produção: Filipe Branquinho – Absa (Maputo)
- ❖ 2022 - “Afectos com o meio ambiente” Adiodato Gomes & Anésio Manhiça exposição colectiva. Flor de Café (Maputo)
- ❖ 2023 – "Transversalidades – Fotografia sem Fronteiras" 6a edição dos Encontros Imagem e Território - Centro dos Estudos Ibéricos - Guarda (Portugal)



RESENHA



AFRO-PAULISTANOS DO SÉCULO XXI SOB AS LENTES DOCUMENTAIS AUDIOVISUAIS

**Resenha sobre documentários audiovisuais recentes que abordam
a presença de africanos e africanas na cidade de São Paulo/SP**

Por Antonio Gomes de Jesus Neto

171

Antonio Gomes de Jesus Neto

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em
Geografia Humana da Universidade de São Paulo
(PPGH/USP)

Membro do GeoÁfrica

Contato: antonio.gomes.neto@usp.br

Como citar

JESUS NETO, A. G. Afro-paulistanos do século
XXI nas lentes documentais audiovisuais.
Boletim GeoÁfrica, v. 3, n. 10, p. 171-176, abr-
jun 2024.





172

Cada vez mais estudada, documentada e discutida no meio acadêmico brasileiro e mundial, a ideia de uma “diáspora africana” costuma ser associada, quase instantaneamente, ao que Zeleza (2008) denominou “modelo Atlântico”. Para o historiador malawiano, sobretudo pela influência do livro seminal de Gilroy [1993](2001), tornou-se comum associar a diáspora africana à terrível experiência histórica do tráfico de escravizados entre os séculos XV e XIX – que no caso do Brasil, foi a responsável pela composição de uma maioria da população nacional remetendo suas origens ao continente africano. Ainda que a discussão desse processo seja essencial para um melhor conhecimento da violência passada e presente das nossas formações socioespaciais (Santos, 1977), Zeleza (2008) chama atenção ao fato de que, para além do Atlântico, existiram outros sentidos históricos da diáspora africana – Mediterrâneos e Índicos, por exemplo. Da mesma maneira, atualmente, os africanos e africanas continuam a se deslocar para outros continentes, mas agora com outras motivações e inseridos em outros processos, não necessariamente forçados como no caso do tráfico de escravizados. Neste sentido, a partir da virada para o século XXI, e especialmente com o endurecimento das fronteiras estadunidenses e europeias para estrangeiros vindos de outras latitudes (Uebel e Rückert, 2017), o Brasil passou a ser visto por africanos e africanas como uma possibilidade de destino migratório. Assim, nas últimas duas décadas, centenas de milhares de pessoas com origem no continente africano entraram em território brasileiro para estudar, trabalhar e/ou buscar refúgio – ainda que esta última categoria pareça ser sobrerrepresentada em relação às outras (estatisticamente mais volumosas), provavelmente pela narrativa hegemônica de que imigrantes africanos estão sempre fugindo de condições precárias em seus países de origem.

Segundo dados do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA) da Polícia Federal brasileira¹, entre 2000 e 2024 solicitaram o Registro Nacional Migratório (RNM) no Brasil 97.188 pessoas com origem em 54 países africanos², das quais 32.249 (ou seja, 33%, ou 1/3 do total) o fizeram no município de São Paulo. Tal importância no volume nacional certamente se

¹ Os dados foram disponibilizados, em uma interface amigável, no portal do Observatório das Migrações em São Paulo, criado pelo Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO), da Unicamp. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sincre-sismigra/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

² O Sudão do Sul não consta nos registros. Possivelmente seus dados estão agregados ao Sudão, já que sua independência foi declarada no meio do período da amostra (2011).



faria perceptível tanto na paisagem quanto nas dinâmicas econômicas, sociais e culturais da capital paulista, e como não poderia deixar de ser, realizadores audiovisuais (paulistanos e não-paulistanos) vêm registrando esse processo nos últimos anos, e exibindo seus resultados em *streamings* e circuitos alternativos de cinema pelo país afora. São exatamente essas produções que se pretende analisar, de maneira conjunta, nesta resenha.

Cronologicamente falando, os primeiros registros a serem analisados aqui são dois curtas-metragens produzidos entre 2017 e 2018 pelo Laboratório de Imagem e Som em Antropologia (LISA) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH/USP), dentro de projetos temáticos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)³. O primeiro destes curtas-metragens, “Tabuluja (Acordem!)”, é de 2017, e registra uma performance do artista congolês Shambuyi Wetu no Museu Afro Brasil, localizado no Parque do Ibirapuera. Inspirado na experiência diaspórica resultante do tráfico de escravizados, o curta-metragem parece fazer uma ponte entre esse processo histórico e a “nova diáspora” africana no Brasil, representada pelo próprio Shambuyi (relativamente recém-chegado ao país quando da realização do curta-metragem). Já no ano seguinte (2018), o mesmo grupo produziu outro pequeno documentário intitulado “Woya Mayi Mawe – Para onde vais?”, que acompanhou a experiência da cantora e musicista moçambicana Lenna Bahule na cidade de São Paulo. De certo modo “cobrada” pelo público paulistano a apresentar elementos da música “tradicional” africana (e não da música erudita na qual ela já era formada antes de cruzar o Atlântico), Lenna diz no filme que isso lhe impulsionou a se reconectar com suas raízes africanas/moçambicanas, mais uma vez interligando as discussões sobre as “velhas” e “novas” diásporas africanas que permeiam as discussões acadêmicas sobre o assunto

Dois anos depois, em 2020, os professores (e diretores dos filmes do LISA) Jasper Chalcraft e Rose Satiko Hikiji lançam o primeiro longa-metragem sobre o mesmo tema (inclusive aproveitando material dos filmes anteriores), intitulado “Afrosampas”. Estendendo ainda mais o leque de músicos africanos atuantes em São Paulo (foco principal do projeto temático onde os filmes estão inseridos), o documentário apresenta em destaque Yannick Delass, músico e cantor congolês que não apenas se apresenta na cidade, se envolvendo também na animação cultural (ele

³ Além dos filmes, o projeto desdobrou-se também em publicações acadêmicas (Hikiji e Chalcraft, 2022; Chalcraft e Hikiji, 2021; Chalcraft, Segarra e Hikiji, 2017).



criou, e gere até hoje, um centro cultural africano no bairro da Bela Vista) e no ativismo político em torno dos direitos dos africanos na capital paulista. Curiosamente, o próprio Yannick afirma no filme se incomodar por ser tachado de músico “refugiado” (algo que ele não é efetivamente, apesar da militância pela causa), ainda que, contraditoriamente, esse estigma tenha o ajudado a se inserir no cenário musical paulistano. Fechando (pelo menos por enquanto) a série de filmes sobre o musicar africano em São Paulo, os diretores lançaram em 2023 “São Palco - Cidade Afropolitana”, mobilizando o conceito discutido por Mbembe (2020) para pensar a elaboração coletiva de uma africanidade contemporânea na cidade, e uma (re)africanização desta e dos próprios músicos imigrantes apresentados. Iniciando com outra performance de Shambuyi Wetu (agora refletindo sobre o tráfico de escravizados a partir de uma praia paulista atlântica), o filme acaba por sintetizar o movimento dialético existente entre essas diásporas históricas e contemporâneas – já que estas últimas, como registrado pelas câmeras, acabam por se instalar novamente nos lugares de resistência negra de São Paulo (especialmente no Centro da cidade).

Não por outra razão, duas outras produções audiovisuais documentais recentes sobre os africanos e africanas em São Paulo, concentram grande parte de suas narrativas na região da República – onde para além dos músicos abordados nos filmes do LISA, encontram-se diversas outras formas de se estar na cidade para quem vem da África. No curta “Mama – Africanos em São Paulo”, do realizador mineiro Rafael Aquino, o foco recai sobre a figura de Mama Diop, senegalesa há quase 20 anos na cidade e que “amadrinha” quase todos os africanos que chegam no Centro paulistano atrás de oportunidades de trabalho. Envolvida com o comércio de roupas e tecidos trazidos de países africanos, é através de Mama Diop que o documentário mostra o dia-a-dia de donos de restaurantes, artistas e comerciantes de rua, com origens as mais diversas no continente africano. Os comerciantes de rua, a propósito, são o fio condutor a partir do qual o multi-artista angolano Paulo Chavonga desenvolve seu documentário “Sonhos Exilados” (também de 2023), e que também percorre a cidade para mostrar a experiência migratória destas pessoas, com seus sonhos e pesadelos criados e vividos nesta contraditória relação com São Paulo. Cabe destacar também, apesar de não ser especificamente voltado ao tema dos africanos na cidade, o documentário “Rua Aurora, refúgio de todos os mundos” (igualmente de 2023), que dentre os personagens desta icônica rua do Centro de São Paulo, inclui a comunidade senegalesa, registrando as reuniões semanais na Praça da República para a manutenção de sua cultura musical e religiosa.



De maneira geral, o que os filmes analisados explicitam é a grande diversidade existente nesta migração africana contemporânea para São Paulo. Para além dos já mais discutidos refugiados (que a propósito, também aparecem nos filmes), são apresentados ao público estudantes, escritores, poetas, músicos, vendedores, barbeiros, trancistas e proprietários de estabelecimentos comerciais, todos e todas com origem em algum dos 55 Estados reconhecidos pela União Africana (UA), e cada um com suas trajetórias, opiniões e relações com o Brasil e a cidade. Mais do que a(s) multiplicidade(s) de africanos vivendo em São Paulo hoje, porém, os documentários revelam também uma multiplicidade de olhares possíveis para estes sujeitos (que não são apenas simples objetos narrativos), tendo sido concebidos e realizados por diretores brasileiros, europeus e africanos de diferentes gêneros, origens étnico-raciais e classes sociais – incluindo o angolano Paulo Chavonga, que fez um registro do próprio movimento migratório do qual ele faz parte.

Sem dúvidas, e como os próprios dados do SISMIGRA apontam, a presença africana contemporânea no Brasil não se resume a São Paulo (apesar da concentração considerável na cidade), e obviamente ela também vem sendo registrada de maneira audiovisual em outras cidades, como o Rio de Janeiro (onde foram realizados o documentário “7 Cortes de cabelo no Congo” e a série documental “Refugiados”). De qualquer maneira, cabe ressaltar que estes movimentos estão em pleno desenvolvimento e processo de registro em múltiplos formatos (audiovisual, fotográfico, musical, pictórico e escrito, incluindo neste último a pesquisa acadêmica), sendo necessário portanto um esforço constante de atualização e reflexão sobre seus sentidos contemporâneos – sem nunca esquecer-se, obviamente, do processo histórico mais amplo de raízes seculares ao qual ele está indiscutivelmente inserido, e com o qual inexoravelmente se relaciona.

Filmes analisados/citados

7 CORTES de cabelo no Congo. Direção: Luciana Bezerra, Gustavo Melo e Pedro Rossi. Brasil : Coevos Filmes, 2022.

AFROSAMPAS. Direção: Jasper Chalcraft e Rose Satiko Hikiji. Brasil : LISA/FFLCH/USP, 2020.

MAMA – Africanos em São Paulo. Direção: Rafael Aquino. Brasil, 2023.



REFUGIADOS (Série documental). Direção: Laís Lifschitz e João Carlos Martins. Brasil : Futura, 2017.

RUA Aurora – Refúgio de todos os mundos. Roteiro: Eli Ramos e Camilo Cavalcante. Brasil : Lira Filmes, 2023.

SÃO PALCO – Cidade Afropolitana. Direção: Jasper Chalcraft, Rose Satiko Hikiji e Shambuvi Wetu. Brasil : LISA/FFLCH/USP, 2023.

SONHOS Exilados. Direção: Paulo Chavonga. Brasil : Conexão Angola Brasil, 2023.

TABULUJA (Acordem!). Direção: Jasper Chalcraft, Rose Satiko Hikiji e Shambuvi Wetu. Brasil : LISA/FFLCH/USP, 2017.

WOYA Hayi Mawe – Para onde vais?. Direção: Jasper Chalcraft e Rose Satiko Hikiji. Brasil : LISA/FFLCH/USP, 2018.

Referências bibliográficas

CHALCRAFT, Jasper; HIKIJI, Rose Satiko Gitirana. Imagens que atravessam. Diáspora africana em performance. *Artelogie* [online], n. 16, 2021.

CHALCRAFT, Jasper; SEGARRA, Josep Juan; HIKIJI, Rose Satiko Gitirana. Bagagem desfeita: a experiência da imigração por artistas congolese. *GIS (Gesto, Imagem e Som)*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 306-312, mai. 2017.

GILROY, Paul [1993]. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo : Editora 34/UCAM, 2001.

HIKIJI, Rose Satiko Gitirana; CHALCRAFT, Jasper. Gringos, nômades, pretos – políticas do musicar africano em São Paulo. *Revista de Antropologia* [online], São Paulo, v. 65, n. 2, 2022.

MBEMBE, Achille. Afropolitanism. *Nka (Journal of Contemporary African Art)*, n. 46, p. 56-61, 2020.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 54, p. 81-99, 1977.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. Aspectos gerais da dinâmica imigratória no Brasil no século XXI. *Confins* [online], n. 31, 2017.

ZELEZA, Paul Tiyambe. The Challenges of Studying the African Diaspora. *African Sociological Review*, v. 12, n. 2, p. 4-21, 2008.



GeoÁfrica divulga...

Eventos



A Associação Brasileira de Estudos Africanos (Abe-África) convida todas / todos / todes para o IV Encontro Internacional da Abe-África: Passados sensíveis, futuros possíveis, evento que ocorrerá de 11 a 14 de novembro de 2024, na Universidade Federal de Sergipe, Campus São Cristóvão, Aracajú, Sergipe. Este evento conta com o apoio financeiro do CNPq- edital n.12/2023. Os encontros bi-anuais da Abe-África reúnem pesquisadores de diversas partes do mundo e de variadas áreas de formação que têm a África como centro de suas investigações. Os encontros pretendem criar conexões entre instituições, grupos de pesquisas, acadêmicos e sociedade em geral contribuindo para a criação e consolidação de redes para o fortalecimento dos estudos africanos no Brasil.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS (ABE - ÁFRICA) CONVIDA:



IV ENCONTRO INTERNACIONAL DA ABE-ÁFRICA:
passados sensíveis, futuros possíveis

11 A 14 DE NOVEMBRO DE 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, BRASIL



IV ENCONTRO INTERNACIONAL DA ABE-ÁFRICA:
passados sensíveis, futuros possíveis
ATENÇÃO!
PRAZO PARA INSCRIÇÕES DE APRESENTAÇÕES DE
TRABALHO NO GT'S PRORROGADOS

ENVIE SUA PROPOSTA DE
COMUNICAÇÃO ATÉ
31 DE AGOSTO DE 2024

 INSCRIÇÕES NO SITE 



IV ENCONTRO INTERNACIONAL DA ABE-ÁFRICA:
passados sensíveis, futuros possíveis

GRUPOS DE TRABALHOS:

1. Artes em África: Curadoria, circulação e diálogos internacionais
2. Movimentos sociais, sociedade civil e os desafios dos Estados africanos
3. Protagonismo das Mulheres e dinâmicas de gênero nas sociedades africanas
4. Espiritualidade, sistemas de curas e ancestralidades africanas



IV ENCONTRO INTERNACIONAL DA ABE-ÁFRICA:
passados sensíveis, futuros possíveis

GRUPOS DE TRABALHOS:

9. Oralidades africanas e afro-brasileiras: confluências transatlânticas da tradição viva
10. África nos séculos XIV a XIX
11. Percepções de mundo e filosofias africanas
12. Estudos de Cultura material: objetos, escavações e agências africanas.
13. África na educação básica: recursos didáticos, práticas e perspectivas



IV ENCONTRO INTERNACIONAL DA ABE-ÁFRICA:
passados sensíveis, futuros possíveis

GRUPOS DE TRABALHOS:

5. África e Relações internacionais: políticas de cooperação e diálogos Sul-Sul
6. Literatura na África contemporânea: diálogos históricos, políticos e estéticos
7. Culturas em trânsito: migrações, deslocamentos, encontros, e desencontros.
8. África nos séculos XX e XXI



IV ENCONTRO INTERNACIONAL DA ABE-ÁFRICA:
passados sensíveis, futuros possíveis

CRONOGRAMA:

Submissão de comunicação:
06 de maio a 31 de julho

Confirmação dos aceites:
até 31 de agosto

Prazo para o pagamento das inscrições:
até 30 de setembro

Divulgação da programação:
10 de outubro



ASAUK CONFERENCE 2024
Generation and Regeneration
Oxford Brookes University
29 TO 31 AUGUST



This 60th anniversary year of the ASAUK's existence, we have adopted a theme that invites reflection on the changes in knowledge production about and from Africa. Generational divides and inter-generational disappointment are critical themes in the understanding of contemporary African cultural, social, and political dynamics, and they feature in many scholarly works about and from the continent. These same generational divides also feature in academic environments. The generational focus of the conference acknowledges the centre of gravity for knowledge production as necessarily led from the African continent and also places emphasis on a future-oriented date stamp for knowledge production.

The ASAUK Conference will be held from **29 to 31 August 2024** at **Oxford Brookes University**.

Maiores informações: <https://asauk.net/>



African Urbanisms
International Conference, October 23-26 2024, Wits University



181

The Wits-TUB-UniLag Urban Lab's African Urbanisms conference will provide a space to explore the multiplicity of interlinked African urbanisms as a starting point to question the status quo of urban policies and planning paradigms, to seek transformative practices that present alternatives to “business as usual” urban development, and to imagine alternative urban futures. The conference will take place between October 23 and 26 2024 at Wits University's School of Architecture and Planning. The conference will be held in English. It will be, in the first instance, be in-person event and participation will be free of charge. The conference will not be able to cover travel costs of the participants.

On these pages you'll find detailed information about the conference's [theme](#) and the current [call for papers](#). If you have any questions, please contact Africanurbanisms.soap@wits.ac.za.





CIEA CONGRESSO IBÉRICO DE
ESTUDIOS AFRICANOS

12º Congresso Ibérico de Estudos Africanos

Respostas africanas ao dilema decolonial

29, 30 e 31 de janeiro de 2025, Universidade de Barcelona.



Apresentação

Vinte anos depois o Congresso Ibérico de Estudos Africanos regressa a Barcelona. E, tal como então, o congresso pretende convidar todos os sectores sociais e académicos aproximarem-se das sociedades africanas. Naquele momento, a intenção era chamar a atenção para a incorporação de África na sociedade global, abordando as perspetivas de um afro-otimismo nascente, através da metáfora “África caminha”. Agora, sob o título *Respostas africanas ao dilema decolonial*, o congresso convida a explorar o papel africano na constituição de uma sociedade global, que somente poderá ser inclusiva e real, se assumir a sua diversidade. Precisamente, o “dilema decolonial” realça as dificuldades que derivam da dominância da “componente ocidental” na gestão da diferença. Neste sentido, a larga experiência do pluralismo cultural africano é um ativo imprescindível para facilitar a convivência e o enriquecimento mútuo, com base nas múltiplas memórias e dinâmicas que convergem na globalização. Estas memórias, tantas vezes enfrentadas – como é o caso dos legados coloniais, hoje em dia muito presentes – são muito mais do que discursos: se materializam e emanam de solidariedades bem distintas, mas todas essenciais para a coesão social planetária. A África tem muito a dizer na articulação desta multiplicidade.

O mandato emitido em Granada 2018 levou à constituição de uma rede ibérica em Lisboa 2022. O organizador, o Centro de História da Universidade de Lisboa, comprometeu-se então a colaborar, através de uma Comissão Instaladora, para lhe dar forma jurídica e material e apresentar uma proposta para a sua implementação no próximo congresso, em Barcelona 2025. Assim, o CIEA 12 tornar-se-á a primeira assembleia da nova Rede de Estudos Africanos que, tecida a partir dos centros e grupos de investigação africanistas da Península, se abre ao mundo através da ligação com os seus parceiros, nomeadamente em África. O Congresso Ibérico de Estudos Africanos tornar-se-á assim o grande encontro bienal da Rede de Estudos Africanos.

Maiores informações: <https://redestudiosafricanos.org/pt-pt/o-congresso/>



On behalf of the ECAS 2025 local organising committee, it is our great pleasure to welcome you to the 10th European Conference of African Studies which will take place from 25 to 28 June 2025 in Prague.

Building on the success of the previous ECAS conferences, the theme for ECAS 2025 – *African, Afropolitan, and Afropean Belongings and Identities* – highlights new challenges in embracing the complexities and ambiguities of our interconnected world, and in conceptualising multiple trajectories, constructions, expressions, and performances of social realities related to Africa and Africans. The topic reflects the tremendous heterogeneity in the approaches of African studies scholars to the study of in-between spaces in historical and contemporary African, Afropolitan and Afropean realities.

For the first time in the history of ECAS, this conference's venue is located in one of the post-communist Visegrad countries – in the Czech Republic, known as the heart of Europe.



ECAS 2025 marks the anniversary of twenty years since the first ECAS conference in London in 2005. The 20th anniversary of ECAS will give us a great opportunity to look retrospectively at African studies in Europe, and more generally over the past two decades, while also providing new insights into the future development in the field. We will do our best to design a challenging programme of keynote speakers, plenary and roundtable sessions, film screenings, book displays focusing on African studies, and cultural and artistic events. We hope that this will be an unforgettable and inspiring experience for all of us, both scientifically and socially.

Being the flagship activity of AEGIS (the European African Studies Association), ECAS is the largest and most prestigious conference in the field of African studies in Europe and Africa. This conference is of equal, if not greater, importance for the Czech Republic, which has a long-standing tradition of African studies and can be proud of a number of world-renowned Africanists. The history of African studies goes back to the 1960s, with Charles University Prague playing an important role. Today, several Czech universities are engaged in multi-disciplinary research on Africa, especially the University of Hradec Kralove, the seat of the CAAS.

It is our pleasure to welcome you in Prague, the capital of Czech Republic. Prague is one of the world's most popular tourist destinations, rich in architectural monuments and historical sites. It became the TOP 10 ICCA – World 's 5th Most Popular Destination in 2023. Moreover, in 2022 Prague ranked 7th among the most popular congress cities in the world.

The primary venue for the main activities of the conference will be the Faculty of Arts at Charles University, one of the oldest universities in the world (founded in 1348), located right at the historical city centre with a view of Prague Castle. We hope that the atmosphere of the beautiful city of Prague will complement the pleasure of the conference and offer lasting memories beyond science.

We would like to express our gratitude to AEGIS for giving us the honour to host this conference, and for the confidence AEGIS has placed in the main organiser of ECAS 2025, the Czech Association for African Studies (CAAS). This is a Czech Republic-wide scholarly organisation for academics and graduates in African studies as well as others with a scholarly interest in Africa. The CAAS has been an AEGIS associated member since 2015, and in 2017, the CAAS was voted unanimously to become the main organiser of ECAS 2025 at the AEGIS plenary session.



The conference will be supported by Guarant, contracted to provide all the necessary conference management services. Guarant is a Prague-based professional conference organiser with multiple, long-term experience in organising large international congresses. Guarant provides a high level of expertise and professionalism, and will be fully responsible for all technical, practical and financial aspects of the conference, IT and communication, the conference website, registration, and catering and accommodation of participants. The conference would not be possible without the support from our various sponsors, such as Prague Municipality, and the engagement with relevant state/public institutions, such as the Association of African Embassies in Prague, various cultural organisations, commercial enterprises and local NGOs.

In addition to the thematic focus, ECAS 2025 also wants to contribute to further decolonisation in African studies. It therefore welcomes methodologically innovative, pluriversal and critically reflective perspectives that can help reform and advance our ways of thinking of and about Africa and allows for the transcendence of disciplinary boundaries.

We hope that the conference will stimulate scholarship on Africa from around the world to present innovative and significant research in diverse academic fields. ECAS 2025 will give you an opportunity to share research experiences and results, discuss challenges revolving around African studies, and to establish effective new academic research collaborations. You will also have fun while taking part in numerous cultural program activities dedicated to African studies.

By hosting the ECAS 2025 conference in Prague, the CAAS proudly demonstrates its commitment to African scholarship. One of the basic premises in the preparation of all ECAS conferences to date is a strong commitment to support the participation of Africa-based scholars, by providing a scholarship fund for those financially challenged to cover the purchase of air tickets, visas and/or accommodation at the conference venue. This kind of support will be provided by the main organiser of the conference based on available external sources.

See you in Prague in June 2025!

Hana Horáková

Chair of the 10th ECAS Local Organising Committee





Call For Papers

SIMPÓSIO INTERNACIONAL

AMÍLCAR CABRAL, UM PATRIMÓNIO NACIONAL E UNIVERSAL: O QUE (AINDA) RESTA CELEBRAR?

11 e 12 de setembro
de 2024

INEP, Guiné-Bissau

PROBLEMÁTICAS

- Os seus contributos teóricos para as lutas de libertação;
- O seu pensamento cinquenta anos após a sua morte;
- A noção de Cabral sobre a dignidade do homem negro;
- O desenvolvimento socioeconómico de África
- A questão do Estado e da Nação
- O debate em torno de Unidade e Luta
- A diplomacia internacional
- O estudo do género;
- As questões agrárias;
- Educação e saúde
- A centralidade da cultura no projetos de transformação estrutural da África
- O papel da juventude;

DATA LIMITE

15 de Abril de 2024

 Email para submissão
symposium.centenariocabral@gmail.com





Call For Abstracts

The SOAS GLOCAL AFALA 2024, the GLOCAL African Assembly on Linguistic Anthropology 2024



Official Website: <https://glocal.soas.ac.uk/afala2024/>

Main Hosts: University of South Africa, and SOAS GLOCAL, University of London

Purpose and Structure -

Over 400 scholars globally will present papers and engage in progressive discussion on the Linguistic Anthropology, Language and Society, Sociolinguistics (and related fields) of Africa. The SOAS GLOCAL is a fully Non-Profit unit.

Chronotope - The University of South Africa, Pretoria, South Africa, December 4-7, 2024

Theme - The GLOCAL AFALA 2024 theme, **Code and Commodification, as the New Decolonization, *Ikhodi kanye Nokuthengisa njenge decolonization Entsha***, describes a process deeply connected to the commodification of language and cultural identities throughout African regions, as fertile climates for Linguistic Anthropological attention. The GLOCAL AFALA 2024 invites work that addresses the decolonization of African contexts through the complex appropriation of language and cultural code. The conference committee invites abstracts and proposals addressing the contribution of cultural and linguistic mixing to the decolonization of Africa, and the pinpointing of truths on identity, ethnicity, and nation, in a culturally complex Africa.

Call for Abstracts and Submissions -

- Call For Abstracts Deadline: August 1, 2024 (please contact the AFALA communications if you are struggling to meet this deadline)

- URL for abstract submissions: <https://glocal.soas.ac.uk/afala2024/submit/>





CURSO

Curso "Paleografia e África: feitiçaria em documentos manuscritos", que vai acontecer nos dias 12, 14, 19 e 21 de agosto. As aulas serão online, das 19h às 21h, e serão gravadas. Nesse curso você vai aprender comigo noções de leitura e transcrição de documentos manuscritos, além de conhecer um pouco das práticas religiosas africanas presentes em documentos inquisitoriais. As inscrições podem ser feitas pelo Sympla no link: https://www.sympla.com.br/paleografia-e-africa-feiticaria-em-documentos-manuscritos_2534520 ou então pelo QRCode

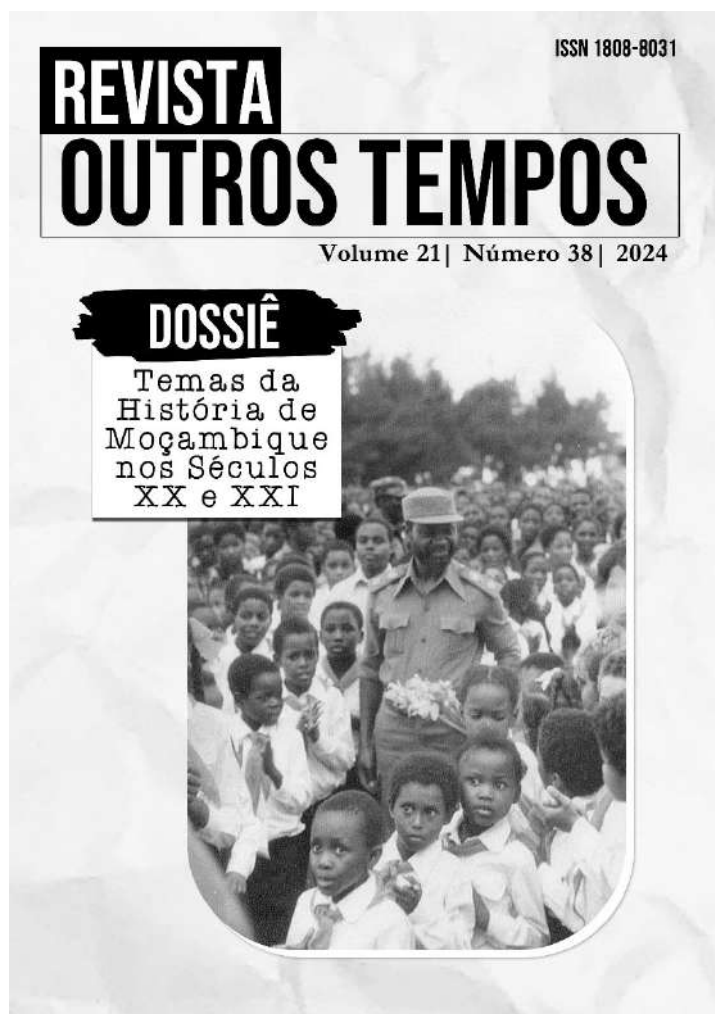
Paleografia e África:
feitiçaria em documentos
manuscritos

DATAS: 12, 14, 19
E 21 DE AGOSTO ,
DAS 19H ÀS 21H
INSCRIÇÃO PELO
SYMPLA:



LANÇAMENTO DE NÚMERO DE REVISTA

**Revista Outros Tempos, v. 21 n. 38 (2024):
Dossiê - Temas da História de Moçambique nos séculos XX e XXI**





BOLSAS & OPORTUNIDADES...

CODESRIA invites joint proposals from African academics in the Diaspora and within universities in Africa for the African Academic Diaspora Visiting Fellowships to African universities.

Application Deadline: 15th August 2024

More Details:

<https://codesria.org/codesria-african-diaspora-support.../#diaspora> #AfricanDiasporaNews

CODESRIA AFRICAN DIASPORA SUPPORT TO AFRICAN UNIVERSITIES PROGRAMME

Call for African Academic Diaspora Visiting Fellowships in the Humanities, Social Sciences and Higher Education Studies at African Universities

Period of Visiting Professorship: From November 2024 to July 2025.

The Council for the Development of Social Science Research in Africa (CODESRIA) invites joint proposals from African academics in the Diaspora and within universities in Africa for the African Academic Diaspora Visiting Fellowships to African universities. This call targets African scholars in the Diaspora wishing to be supported to spend some time in an African university to undertake specific academic activities aimed at strengthening teaching and research in the Social Sciences, the Humanities or in Higher Education studies. The Fellowships will only be undertaken in universities located in Ghana, Nigeria, Kenya, Uganda, Tanzania, and South Africa. The tenure of the fellowships will range from two weeks (14 days) to one month (30 days).

APPLY NOW

Submission Portal:
<https://submission.codesria.org>

Application Deadline:
15th August 2024